

O Império Otomano

Das origens ao século XX

Donald Quataert

70

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.us*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

DONALD QUATAERT

O Império Otomano

Das origens ao século XX

Edições 70
2008

A meus irmãos Patrícia, Phyllis, Pamela, Michael, Peter, Robert e Helen, na esperança de que este livro os ajude a compreender os locais que percorri ao longo dos anos.

PREFÁCIO

O que se escreve sobre a história do Império Otomano, o período compreendido entre 1300 e 1922, alterou-se extraordinariamente ao longo das últimas décadas. Quando principiei a minha pós-graduação no início da década de 70 do século XX, havia um pequeno grupo de acadêmicos, em pouquíssimas escolas de elite, que estudavam e escreviam sobre este império formidável, cujas raízes se fundam na tradição político-cultural bizantina, turca, islâmica e renascentista. Hoje, pelo contrário, a história otomana tem vindo a ser justamente integrada no currículo de dezenas de escolas e universidades públicas ou privadas.

Todavia, semestre após semestre defrontava-me continuamente com o mesmo dilema quando tinha de seleccionar os materiais para as disciplinas universitárias de História do Médio Oriente e História Otomana: utilizar manuais demasiado detalhados para a maioria dos estudantes ou adoptar estudos mais sintéticos mas muito incipientes, sobretudo pela inobservância de uma abordagem histórica, que descrevem um império imutável, irremediavelmente corrupto e retrógrado, aguardando a salvação ou um fim misericordioso?

Com este livro pretende-se que a história otomana se torne apelativa e inteligível, tanto para o aluno universitário como para o leitor comum. Na tentativa de fazer chegar à generalidade dos leitores os brilhantes estudos especializados que até agora permaneciam, em larga medida, inacessíveis, tomei a liberdade de utilizar as minhas pesquisas anteriores, além de me basear bastante noutras investigações. No fim de cada capítulo inclui-se uma bibliografia, embora os títulos que nela figuram nem sempre sejam os que foram utilizados na elaboração de cada secção. No anuário *Turcology Annual* referem-se centenas de títulos e recensões - em línguas tão díspares como o inglês, o japonês, o árabe, o francês, o russo, o turco, o espanhol, o alemão, o chinês e o armênio - proporcionando uma perspectiva global da literatura actual sobre a história otomana. A bibliografia constitui uma fonte indispensável.

Tentei apresentar o que creio ser uma exposição bastante abrangente - incluindo não apenas a história política, como também a história social, econômica e laborai. Nos textos sobre a história otomana tem-se dado demasiada ênfase ao Estado. Isso deve-se, em parte, ao facto de as fontes utilizadas serem produzidas pelo próprio Estado. Neste livro procura-se pôr em evidência grupos da «sociedade civil» não afetos ao governo. Apesar de me ter esforçado por atribuir um peso mais equitativo aos vários aspectos da experiência otomana, existem inúmeras lacunas, conseqüência não só de limitações de espaço como de inépcia

pessoal. A parca representação de um campo tão fiilcral como são os estudos culturais é disso exemplo. Não se aborda a escravatura; as classes religiosas, por seu turno, seja o ulemá muçulmano, o clero judeu ou cristão, não obtiveram o merecido destaque.

Um alerta: as experiências otomanas foram ricas, diversificadas e, por vezes, invulgares. Porém, não foram únicas ou *sui generis.* Podemos entendê-las através das mesmas categorias analíticas utilizadas pelos historiadores na análise dos Estados e das sociedades da dinastia Ming chinesa, do Japão dos Tokugawa, do Império Habsburgo e da Inglaterra vitoriana. Creio que os povos e as instituições otomanas foram particularmente influenciados por um conjunto especial de contingências históricas. No entanto, o mesmo se verificou com as estruturas político-sociais do resto do mundo, também elas moldadas de forma singular pelos seus próprios conjuntos de condicionalismos. Sempre que entendi pertinente de relevo às particularidades da experiência otomana; porém, esforcei-me também por mostrar ao longo da obra que o processo de mudança do mundo otomano compartilhou muito do que se verificou em Estados, sociedades e economias de outras regiões do globo. Ou seja, é natural que existam padrões comuns; é neles que encontraremos particularidades otomanas resultantes de contingências específicas.

No primeiro capítulo faz-se o enquadramento da história otomana num contexto mais lato e situa-se o seu papel na evolução da Europa Ocidental. Os capítulos 2, 3 e 4 apresentam uma perspectiva cronológica do período anterior a 1683, do século XVIII e da era de 1800-1922. Os capítulos 5 a 10 são de índole temática, explorando diversos tópicos primordiais: a política interna e internacional, a economia, a sociedade e a cultura popular, a identidade e a questão das relações interpessoais. No último capítulo abordam-se os ecos do passado otomano nas experiências dos povos que habitam os mais de trinta países situados nos antigos territórios otomanos.

Contei com a inestimável orientação de inúmeros amigos e colegas na elaboração deste livro; na maior parte dos casos aceitei-a, porém noutros rejeitei-a. Assim, as incorreções e juízos errados são da minha responsabilidade.

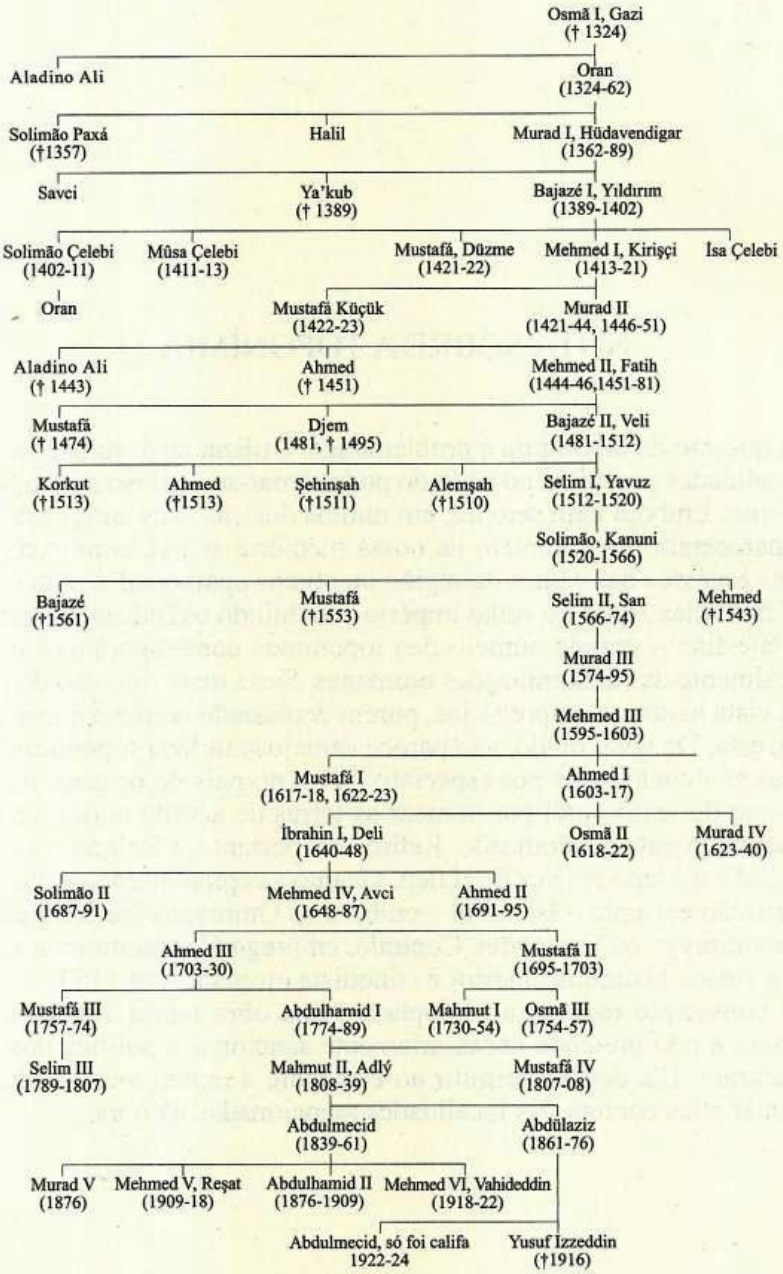
NOTA SOBRE A TOPONÍMIA

A questão da toponímia é problemática. Utilizar as designações que as localidades possuíam no passado pode tornar-se confuso para o leitor moderno. Embora nem sempre, em muitos dos casos os antigos nomes desapareceram por completo da nossa memória atual, com exceção de uns escassos habitantes da região ou alguns apaixonados pela matéria. Em muitas zonas do velho império -

incluindo os Bálcãs, a Anatólia e a Palestina - grande número dos topónimos contemporâneos difere radicalmente das denominações otomanas. Seria mais rigoroso do ponto de vista histórico empregá-los, porém demasiado confuso numa obra como esta. De igual modo, não parece vantajoso utilizar topônimos que apenas são conhecidos por especialistas ou no país de origem. Assim, ao longo do texto optei por nomear as terras de acordo com o uso internacionalmente generalizado. Refiro-me, portanto, a Belgrado e não a Beograd e a Alepo em vez de Halep. Quanto à capital otomana, utilizo a designação corrente - Istambul - embora os Otomanos lhe chamassem Konstantiniyye ou Dersaadet. Contudo, emprego Constantinopla ao referir a cidade bizantina anterior à conquista otomana, em 1453.

A convenção toponímica adoptada nesta obra tem a vantagem de ser clara e não pretende necessariamente sancionar a política dos que a alteraram. Ela deverá permitir ao estudante a rápida localização em qualquer atlas comum das localidades mencionadas na obra.

Genealogia da dinastia Otomana



Adaptado de Halil İnalcık com Donald Quataert, orgs., *An economic and social history of the Ottoman Empire, 1300-1914* (Cambridge, 1994), xvii.

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA OTOMANA: DE 1260 A 1923

1261-1300 fundação dos principados de Mentep, Aydin, Saruhan, Karesi e Osmanli (Otomano) na Anatólia Ocidental
c. 1290-1324 Osmã I
1324-62 Oran
1326 Bursa é conquistada pelos Otomanos
1331 conquista de Niceia (Iznik)
1335 queda do Império Mongol no Irão
1354 Ancara e Galípoli são ocupadas pelos Otomanos
1361 tomada de Adrianópolis
1362-89 Murad I
1363-65 expansão otomana no Sul da Bulgária e na Trácia
1371-73 vitória dos Otomanos em Chermanon; Bizâncio: os líderes bizantinos dos Bálcãs reconhecem a suserania otomana
1385 conquista de Sófia
1389 vitória dos Otomanos no Kosovo-Polje sobre uma coligação de Estados balcânicos
1389-1402 Bajazé I, Yildmm
1396 batalha de Nicópolis
1402 batalha de Ancara; colapso do império de Bajazé I
1403-13 guerra civil entre os filhos de Bajazé pelo sultanato
1413-21 Mehmed I
1421-44 Murad II
1446-51
1423-30 guerra otomano-veneziana por Salonica
1425 os Otomanos anexam Esmirna e reconquistam a Anatólia Ocidental
1439 anexação otomana da Sérvia
1443 Janos Hunyadi invade os Bálcãs
1444 ressurge o despotado sérvio; batalha de Varna
1444-46 Mefamed II, Fatih
1451-81
1448 segunda batalha do Kosovo-Polje
1453 Constantinopla é conquistada pelos Otomanos; queda de Pera
1459 conquista da Sérvia e da Moreia
1461 conquista do Império de Trebizonda
1463-79 guerra com Veneza
1468 conquista de Karaman
1473 batalha de Baçkent
1475 conquista das colônias genovesas da Crimeia
1481-1512 Bajazé II
1485-91 guerra com os Mamelucos do Egipto
1499-1503 guerra com Veneza; conquista de Lepanto, Coron e Modon
1512-20 Selim I
1514 Selim vence o xá Ismail em Çaldlran
1516 conquista de Diyarbakir; anexação da Anatólia Oriental; derrota dos Mamelucos em Marj Dabik
1517 batalha de Ridaniyya; o Egito é conquistado; rendição do xerife de Meca
1520-66 Solimão I, Kanuni
1521 os Otomanos conquistam Belgrado

1522 conquista de Rodes
1526 batalha de Mohacs; a Hungria torna-se um Estado vassalo
1529 cerco de Viena
1534 conquista de Tabriz e de Bagdad
1537-40 guerra com Veneza
1538 cerco de Diu, na Índia
1541 anexação da Hungria
1553-55 guerra com o Irão
1565 cerco de Malta
1566-74 Selim II
1569 capitulações francesas; primeira campanha otomana contra a Rússia; cerco de Astracã
1570 Uluç Ali toma Tunes; expedição ao Chipre; queda de Nicosia

1571 batalha de Lepanto
1573 paz com Veneza e com o imperador
1574-95 Murad III
1578-90 guerra com o Irão; anexação do Azerbaijão
1580 capitulações inglesas
1589 revolta dos Janízaros em Istambul
1591-92 novas insurreições dos Janízaros
1593-1606 guerra com os Habsburgo
1595-1603 Mehmed III
1596 insurreições Celali na Anatólia
1603-39 guerras iranianas
1603-17 Ahmed I
1606 paz de Sitva-Torok com os Habsburgo
1609 subjugação dos Celali na Anatólia
1612 Extensão das capitulações aos Holandeses
1613-35 rebelião de Ma'noglu Fahreddin
1618 estabelece-se a paz com o Irão; retirada otomana do Azerbaijão
1618-22 Osmã II
1621 invasão da Polônia
1622 assassínio de Osmã II
1617-18, 1622-23 Mustafá I
1623-40 Murad IV
1624-28 rebelião na Ásia Menor; anarquia em Istambul
1632 Murad assume o controlo absoluto do governo
1635 cerco de Erivan
1624-37 ataques cossacos na costa do mar Negro
1624-39 guerra com o Irão, queda de Bagdad
1637 os Cossacos conquistam Azov (Azak)
1638 os Otomanos recuperam Bagdad
1640-48 Ibrahim I
1640 Azov é recuperada pelos Otomanos
1645-69 guerra com Veneza; invasão de Creta; cerco de Cândia
1648-56 bloqueio veneziano aos Dardanelos
1648 o sultão é deposto e assassinado

1648-87 Mehmed IV
1648-51 Kösem, mãe do sultão ainda criança, assume o poder
1649-51 domínio dos Janízaros sobre Istambul; os paxás celali controlam as províncias asiáticas
1651-55 caos em Istambul; mantém-se o bloqueio veneziano
1656 Mehmed Kõprülü é nomeado grão-vizir com poderes ditatoriais
1656-59 o governo central restabelece o seu controlo sobre os Janízaros e sobre as províncias
1657 Veneza suspende o bloqueio
1658-59 os Otomanos recuperam o domínio da Transilvânia e da Valáquia
1661-76 grão-vizirato de Faz 11 Ahmed Köprülü
1663 guerra com os Habsburgo
1664 batalha de S. Gotardo; paz de Vasvar
1669 queda de Cândia; paz com Veneza
1672-76 conflito com a Polônia; anexação de Kaminiec com a Podólia, Tratado de Zuravno
1676-83 grão-vizirato de Mustafá Kara
1677-81 disputas com a Rússia pela Ucrânia
1681 ofensiva francesa contra Quios
1683 cerco de Viena
1684 a Santa Liga, constituída pelo imperador, o rei da Polônia e de Veneza opõe-se aos Otomanos
1686 queda de Buda; a Rússia integra a coligação; Venezianos na Moreia
1687 segunda batalha de Mohacs; insurreição militar; Mehmed IV

1687-91 é deposto

Solimão II

1688 queda de Bagdad
1689 Austríacos no Kosovo; os Russos atacam a Crimeia
1689-91 grão-vizirato de Mustafá Faz11 Köprülü; reformas fiscais
1690 os Otomanos recuperam Belgrado, tomando-a aos Austríacos
1691-95 Ahmed II
1691 batalha de Slankamen; morre Mustafá Fazll
1695-1703 Mustafá II
1695 queda de Azov
1696 contra-ataque otomano na Hungria
1697 derrota otomana em Zenta
1698-1702 grão-vizirato de Hüseyin Köprülü
1699 Tratado de Carlowitz
1700 paz com a Rússia
1703 revolta militar; Mustafá II é deposto
1703-30 Ahmed III
1709 Carlos XII, rei da Suécia, refugia-se em território otomano

1711 batalha de Prut; vitória dos Otomanos sobre Pedro I da Rússia; revolta no Cairo; realinhamento dos Mamelucos; supremacia dos Shihabi no Monte do Líbano
1713 tratado de paz com a Rússia: os Otomanos recuperam Azov; Carlos XII regressa à Suécia; início do domínio fanariota nos principados
1714-18 guerra com Veneza; reconquista da Moreia
1716 guerra com a Áustria
1717 queda de Belgrado 1718-30 grão-vizirato do paxá Ibrahim
1718 tratado de paz de Passarowitz com a Áustria e Veneza: recuperação da Moreia; cedência de grande parte da Sérvia e da Valáquia à Áustria
1723-27 guerra com o Irão, ocupação otomana do Azerbaijão e de Hamadan
1730 revolta de Patrona Halil; Ahmed III é destronado; fim do período da Tulipa
1730-36 contra-ataque do Irão; perda do Azerbaijão e do Irão Ocidental
1730-54 Mahmud I 1736-36 guerra com a Rússia e a Áustria
1739 tratado de paz com a Áustria e Rússia; Belgrado é reconquistada
1740

1743-46
1754-57
1757-74 ampliação das capitulações francesas; aliança otomano-sueca contra a Rússia
Guerra com o Irão liderado pelo xá Nadir
Osmã III
Mustafá III
1768-74 guerra com o Império Russo
1770 frota russa no mar Egeu; os Otomanos são derrotados no Danúbio
1771 a Rússia invade a Crimeia
1773
1774-89 revolta de Ali Bey no Egito
Abdülhamid I
1774 tratado de Küçük Kaynarca; independência da Crimeia e das regiões imperiais da costa norte do mar Negro
1783 os Russos anexam o canato da Crimeia
1787 guerra com a Rússia
1788
1789-1807 a Suécia declara guerra ao Império Russo
Selim III
1792 Tratado de Jassy

1798 Napoleão invade o Egipto
1804 revolta dos Sérvios
1805-48
1807
1807-08
1808-39 Muhammad Ali torna-se governante do Egipto
O programa de reformas de Selim é esmagado pela revolta
Mustafá IV
Mahmud II
1808 Carta da Aliança
1811 Muhammad Ali ordena o massacre dos Mamelucos que

restam no Egito
1812
1826 Tratado de Bucareste
Os Janízaros são extintos
1832 batalha de Konya
1833
1838 Tratado de Hünkiar-Iskelesi com a Rússia
Convenção Anglo-Turca
1839 batalha de Nezib
1839-61 Abdülmecid I
1839 o Edicto Imperial de Gülhane estabelece a introdução
do Tanzimat
1853-56 Guerra da Crimeia
1856 Edicto Imperial
1856 Tratado de Paris
1861-76 Abdülaziz
1875 é anunciada a falência de fato do Estado Otomano
1876 primeira constituição otomana
1876-1909 Abdülhamid II
1878 Tratado de Berlim
1881 é constituída a Administração da Dívida Pública
1885 a Bulgária e a Rumélia Oriental são ocupadas
1896-97 Rebelião de Creta; guerra com a Grécia
1908 Revolução dos Jovens Turcos; torna a vigorar a constituição de 1876
1909-18 Mehmed V
1911 Guerra com a Itália
1912 Guerra dos Bálcãs
1914 Eclode a I Guerra Mundial
1918-22 Mehmed VI
1920 Estabelecem-se os mandatos dos Franceses sobre a Síria e o Líbano e dos Britânicos sobre o Iraque e a
Palestina
1923 É proclamada a República da Turquia

I

PORQUÊ ESTUDAR A HISTÓRIA OTOMANA

Introdução

Este livro deve a sua origem a um episódio ocorrido em Viena no Verão de 1983. Filas de crianças das escolas serpenteavam pelos passeios da capital austríaca, perfilando-se, mas não para ver um filme da Disney ou um parque temático; em vez disso, a atração era uma exposição num museu, uma das muitas comemorações realizadas nesse ano para festejar o tricentésimo aniversário do segundo cerco de Viena. Na mente dessas crianças, dos seus professores e dos Austríacos (bem como, neste caso, na dos europeus em geral), 1683 foi a data em que todos foram salvos - da conquista pelo Estado otomano estrangeiro, o «Turco vil».

O Império Otomano nasceu por volta de 1300 na região ocidental da Ásia Menor, não muito longe da actual cidade de Istambul. Ao longo de um sólido processo de construção, o Estado expandiu-se para ocidente e para oriente, derrotando os reinos de Bizâncio, da Sérvia, da Bulgária, os principados dos Turcos nômadas da Anatólia (Ásia Menor) e o sultanato mameluco sediado no Egipto. No século XVII possuía um vasto território que se estendia pela Ásia Ocidental, o Norte de África e o Sudeste da Europa. Em 1529, e uma vez mais em 1683, os exércitos otomanos atacaram Viena, procurando conquistá-la aos Habsburgo.

Os artefatos em exposição no museu de Viena diziam muito sobre a natureza dos acontecimentos de 1683. Podia ver-se, por exemplo, a tenda do grão-vizir otomano e os respectivos objectos pessoais apreendidos, ilustrativos do pânico das tropas otomanas em debandada dos seus acampamentos, os mesmos exércitos que dias antes haviam sitiado Viena. A oportuna chegada dos aliados da Europa Central e Oriental, nomeadamente o rei João (Janos) Sobieski da Polônia, pôs os atacantes em fuga, transformando a sua segunda tentativa de conquista da cidade num rotundo desastre. Havia séculos que as forças otomanas vinham avançando pelo Norte, infiltrando-se cada vez mais na península dos Bálcãs e aproximando-se progressivamente de Viena e dos territórios de língua alemã. Estes Otomanos, ao que parecia invencíveis, eram literalmente o terror dos seus inimigos. Ao deitar os seus filhos, as mães vienenses ameaçavam-nos de que, caso não se portassem bem, os «Turcos» viriam para os engolir. Este cenário mudou em 1683. Para alguma surpresa das facções intervenientes, a

calamitosa derrota das forças otomanas que sitiavam Viena ficou como um acontecimento que assinalou para sempre a inversão das relações de poder entre o Império Otomano e Império Habsburgo.

Para estas mães aterrorizadas, os «Turcos» eram sinônimo de uma realidade mais complexa - as forças combatentes, de etnia turca ou não, do império multiétnico e multirreligioso otomano. Deste modo, afigura-se necessário dedicar algumas linhas às designações «turco» e «otomano». Na Europa Central, Ocidental e Oriental usavam-se as expressões «Império dos Turcos» e «Turcos» quando se aludia ao Estado liderado pela dinastia otomana. Foi assim desde o século XIV até ao século XX. A designação tem algum fundamento já que as origens da família otomana eram de etnia turca, assim como o eram alguns dos seus súbditos e apoiantes. Porém, tal como veremos, a dinastia cedo perdeu a característica «turca» mercê dos matrimônios celebrados entre muitas etnias diferentes. Quanto ao «Império Turco», o poder estatal apoiava-se numa mescla de povos igualmente heterogênea. O triunfo do Império Otomano deve-se ao facto de ter incorporado as energias dos povos tão diversificados que dele passaram a fazer parte e de depressa ter transcendido as suas raízes através das migrações dos Turcos nômadas, oriundos da Ásia Central, para o Médio Oriente (capítulo 2). Qualquer que possa ter sido o significado étnico da palavra «turco», este cedo se perdeu, vindo o termo a ser sinônimo de «muçulmano». Tornar-se turco queria dizer converter-se ao Islamismo. Ao longo desta obra preferir-se-á o vocábulo «otomano» pelas mais rigorosas imagens que evoca de uma façanha multiétnica e multirreligiosa, cujo êxito se baseou na inclusão.

Ao cabo de tantos anos, podemos constatar que após 1683 os Otomanos não mais ameaçaram a Europa Central. No entanto, a ocupação do Sudeste europeu prolongou-se por mais duzentos anos, dominando os actuais Estados da Bulgária, da Sérvia, da Grécia e da Romênia, entre outros. Por fim, segundo as palavras algo tendenciosas do político britânico Gladstone, foram expulsos das suas possessões com «armas e bagagens». Nas províncias asiáticas e africanas, a vigência do Império Otomano foi ainda mais longa. A maior parte das regiões da actual Turquia, da Síria, do Líbano, do Iraque, de Israel, da Palestina, da Jordânia e da Arábia Saudita pertenceram-lhe até à I Guerra Mundial. Nas últimas décadas que antecederam o seu colapso em 1922, o Império Otomano prosseguiu sem as províncias europeias, que ao longo de séculos haviam constituído o seu núcleo. Nessa fase final, mas só então, podia dizer-se com justiça que o Império era uma potência da Ásia e do Médio Oriente. Até ao Tratado de Berlim de 1878, quando foi despojado de todas as suas possessões nos Bálcãs, excepto alguns fragmentos, o Império Otomano fora uma potência européia; os Estados seus contemporâneos viam-no como tal, e tinha um

profundo envolvimento nos assuntos políticos e militares europeus. Ao longo dos quase seiscentos anos da sua história o Estado otomano tanto fez parte da ordem política da Europa como o fizeram os estados da França ou dos Habsburgo, seus rivais.

A história otomana na história universal

O Império Otomano foi um dos mais vastos, portentosos e duradouros da História. Incluía a maior parte dos territórios do Império Romano Oriental e controlava faixas do Norte dos Bálcãs e da costa norte do mar Negro, regiões que Bizâncio jamais dominara. Essas possessões também não foram efêmeras - o Império foi fundado antes de 1300, tendo resistido para além do término da I Guerra Mundial. Os seus primór- dios datam, portanto, do mesmo século em que o poderoso Estado Sung chinês chegou ao fim; da era em que Gengis Khan assolava o mundo euro-asiático, edificando um império que se estendia da China até à Polônia, ao mesmo tempo que, na Europa, a França e a Inglaterra estavam prestes a envolver-se na Guerra dos Cem Anos. Na África Ocidental surgia o grandioso Estado do Benim e na mesma altura nascia no vale do México (nas Américas) o Estado asteca - dois acontecimentos quase simultâneos à emergência do Império Otomano na Ásia Menor. O desaparecimento deste império fundado na Idade Média é muito recente, estando ainda hoje presente na memória de muitos. O meu pai tinha nove anos e minha mãe cinco quando se deu o seu colapso. Muita gente que vive hoje nos Estados que sucederam ao Império Otomano - a Turquia, a Síria, o Líbano e o Iraque, por exemplo - recebeu de seus pais nomes próprios otomanos, foram educados e cresceram no mundo otomano. Para muitos, este império é, portanto, um legado vivo (capítulo 10).

No século XVI, o Império Otomano compartilhava a ribalta mundial com um conjunto de outros Estados ricos e poderosos. No seu extremo ocidental ficavam a longínqua Inglaterra isabelina, a Espanha dos Habsburgo, o Sacro Império Romano, a França dos Valois e a República Holandesa. Mais próximas e, a curto prazo, de maior relevância para os Otomanos, as cidades-estado de Veneza e de Gênova exerciam uma tremenda influência político-econômica mercê das suas vastas frotas marítimas e redes comerciais que ligavam a Índia, o Médio Oriente, o Mediterrâneo e a Europa Ocidental. A Oriente situavam-se dois majestosos impérios, então no apogeu da sua riqueza e supremacia: o Estado dos Sefévidas, sediado no Irão, e o Império Mongol, no subcontinente indiano. Os impérios otomano, sefévida e mongol estendiam-se de Viena, a ocidente, até às fronteiras da China, no oriente; no século XVI, todos eles floresciam sob a previdente

administração de dirigentes e prosperavam graças ao comércio entre a Ásia e a Europa. Os três detinham o equilíbrio do poder político-econômico (à excepção da China), na mesma altura em que Espanha e Portugal conquistavam o Novo Mundo e os seus tesouros. Nessa época, a China, sob domínio Ming, era sem dúvida o mais rico e poderoso Estado do planeta.

Em 1453, os Otomanos devastaram Bizâncio, a segunda Roma, que resistira ao longo de um milênio (desde o século IV até ao século XV). Como conquistador, o Império Otomano herdou, de certa forma, o legado romano na sua forma bizantina oriental. De facto, o sultão Mehmed II, o conquistador de Constantinopla, afirmou que era césar, um moderno imperador; por seu lado, Solimão, *o Magnífico,* seu sucessor no século XVI, pretendeu Roma como o mais importante elemento do seu reinado. Aliás, ao longo dos mais de quatro séculos que se seguiram à conquista da segunda Roma, os governantes otomanos prestaram homenagem ao fundador romano dando o seu nome à capital. Até ao fim do Império, o nome da cidade - a cidade de Constantino, Konstantiniyye/ /Constantinopla - continuou a figurar na correspondência oficial otomana, nas moedas e nos selos de correio, aquando da introdução destes no século XIX. Além do mais, os Otomanos adoptaram, em alguns aspectos, determinados modelos administrativos bizantinos. Tal como Bizâncio, praticavam uma espécie de cesaropapismo, um sistema segundo o qual o Estado controlava o clero. No poder judicial otomano, os juízes responsáveis pelos tribunais pertenciam à classe religiosa, os ulemás. Tais juízes eram nomeados pelos sultões otomanos; estes, bem como os seus antecessores do Império Bizantino, exerciam assim controle direto sobre os membros da instituição religiosa. Para dar outro exemplo da continuidade bizantino-otomana, as formas bizantinas de propriedade de terra perpetuaram-se no período otomano. Embora os Otomanos tivessem criado a sua síntese própria, não se limitando a imitar os seus predecessores, a sua dívida para com os Bizantinos foi uma realidade.

Outras fortes influências, além das bizantinas, moldaram o modelo de governação otomana. Tal como veremos, o Império Otomano nasceu da anárquica movimentação de nômadas turcos em direcção ao Médio Oriente após o ano 1000, fluxos populacionais desencadeados por causas incertas nas suas regiões natais da Ásia Central. O Império Otomano foi o último grande Estado turco-islâmico depois dos Estados seljúcida e de Tamerlão, cuja origem se deveu à migração de povos turcos da Ásia Central rumo ao Ocidente, ao Médio Oriente e aos Bálcãs (capítulo 2). As crenças xamanísticas destes povos nômadas permaneceram fortemente enraizadas nas práticas espirituais e na mundividência da dinastia otomana. Do mesmo modo, os costumes turcos pré-islâmicos mantiveram a sua importância nos círculos administrativos otomanos, a despeito

do posterior influxo das práticas legais e administrativas do mundo islâmico do Irão e do Mediterrâneo Oriental. Em última análise, o sistema otomano deve ser encarado como uma conjugação muito eficaz de tendências vindas de Bizâncio, dos nômadas turcos, dos Estados balcânicos e do mundo islâmico.

Moldados por outros, os Otomanos afectaram, por seu turno, a evolução e a formação de muitos Estados da Europa Central, Oriental e Ocidental, do mesmo modo que influenciaram, ainda, a formação do seu imaginário popular. O estilo paranóico da política soviética do século XX, se é que existiu, deve-se em larga medida aos Otomanos. Para a Rússia czarista com sede em Moscovo, a presença do poderoso Estado otomano há muito que travava o acesso aos portos de águas tépidas do mar Negro e do Mediterrâneo. Durante séculos os Otomanos foram o único e mais importante inimigo estrangeiro do Estado Russo; até à extinção dos dois impérios, czares e sultões envolveram-se num ciclo aparentemente interminável de confrontos entre os séculos XVII-XX. Estas batalhas tiveram um forte impacto no progresso e na formação da potência russa emergente: o enorme receio de inimigos estrangeiros poderosos no seu flanco sul (e ocidental) marcou de forma constante a atuação política do Estado moscovita, cuja necessidade de segurança se reverteu na expansão e na dominação. O Estado dos Habsburgo no Danúbio, por seu lado, surgiu no seio de um profundo caos regional, visando suster os sucessivos avanços otomanos a Norte. Este Estado, com capital em Viena, transformou-se num centro de resistência que com o passar dos anos assumiu a função e a identidade de primeira linha defensiva da Europa Central, uma vez que os vários reinos mais a Sul, na península balcânica, haviam fracassado em deter os Otomanos. O seu papel foi inegavelmente decisivo na formação e posterior evolução dos Habsburgo, definindo a natureza do seu Estado.

Graças à localização geopolítica do Império, na intersecção dos continentes asiático, europeu e africano, coube aos Otomanos um importante papel na história mundial. Essa importância não se extinguiu com o desaire militar de 1683 nem perante a incapacidade otomana de defender a sua integridade territorial. Com efeito, a fraqueza dos Otomanos suscitou uma instabilidade internacional entre os vizinhos em expansão, ciosos de desmembrar os domínios otomanos ou de pelo menos impedir que caíssem sob jugo rival. Esta «Questão Oriental» - a quem caberiam os territórios uma vez extinto o Estado otomano - motivou contendas entre as grandes potências da época, tornando-se um tema primordial da diplomacia internacional oitocentista. Em 1914, o insucesso da resolução da Questão Oriental contribuiu para precipitar a primeira grande catástrofe da era contemporânea, a I Guerra Mundial.

Um motivo bastante mais positivo para estudar o Império Otomano e para que se

lhe confira um lugar de relevo na história universal relaciona-se com a tolerância do modelo administrativo vigente ao longo da maior parte do seu tempo de existência. No mundo actual, cujas tecnologias de transporte e de comunicação, bem como a circulação de pessoas proporcionam um inigualável confronto com a diferença, o caso otomano justifica uma análise atenta. Durante séculos, o domínio otomano sobre os povos subjugados foi brando. O seu sistema político exigia aos administradores e oficiais do Exército a protecção dos súditos no exercício da sua religião, fosse ela o Islamismo, o Judaísmo ou o Cristianismo, de qualquer vertente - sunita ou xiita, ortodoxa ou católica grega, armênia ou síria. Este requisito baseava-se no princípio islâmico da tolerância para com os «Povos do Livro», isto é, os judeus e os cristãos. Eram os «povos» que haviam recebido a revelação de Deus, ainda que de forma incompleta e imperfeita; o Estado islâmico otomano tinha, portanto, a responsabilidade de os proteger na prática das suas crenças. É certo que os súditos judeus e cristãos foram ocasionalmente perseguidos e mortos pela sua fé. Contudo, essas foram violações do princípio basilar da tolerância - um elevado valor que o Estado esperava e exigia que fosse respeitado. Esses princípios orientaram as relações intercomunais no Império Otomano ao longo de séculos; porém, nos anos finais reinou a desarmonia (capítulo 9). No entanto, durante quase toda a sua história o império mostrou ao mundo um modelo político eficaz de um sistema político multi-religioso.

O Império Otomano na cultura européia

Comecemos por uma palavra de alerta sobre o significado das páginas que se seguem, nas quais se traça o lugar do Império Otomano na história, no imaginário e na cultura europeia ocidental. Não se pretende com esta abordagem dar a entender que a importância dos Otomanos se circunscreve apenas ao seu contributo para o desenvolvimento da Europa Ocidental. A análise incide sobre essa tônica, atendendo a que público a que ela se destina se integra principalmente na tradição cultural europeia ocidental. É nosso objetivo mostrar a esses leitores o modo como o Império Otomano influenciou o curso da sua história e cultura.

Em termos geográficos, os Otomanos eram aqueles que mais próximos estavam dos Estados europeus do Ocidente que viriam a dominar o globo na era moderna; por esse motivo, tiveram de suportar por muito tempo o pesado impacto da expansão política, militar e ideológica européia. Esta proximidade teve um profimdo efeito na formação da identidade tanto dos Otomanos como dos europeus, do mesmo modo que estruturou um complexo processo de formação de identidade de atracção e de afastamento. Afinal de contas, a auto-

consciência de um povo, da sua diferença e autonomia, das suas características particulares e singulares, nasce muitas vezes da sua comparação com o «outro» como forma de se auto-definir em termos daquilo que é, ou não. Nos seus confrontos com Bizâncio, com os Estados dos Bálcãs, e com as Europas Ocidental e Oriental, os Otomanos (talvez como os Mongóis face ao inimigo hindu) enfatizaram por vezes a sua identidade como guerreiros muçulmanos da fé. Isso não foi impeditivo de que, simultaneamente, os líderes otomanos admirassem e recorressem a soldados, artistas e técnicos bizantinos, búlgaros, sérvios e europeus ocidentais, entre outros cristãos. Para os europeus, incluindo os seus descendentes nos Estados Unidos e noutras partes do mundo, os Otomanos foram um meio fundamental de autodefinição da cultura européia enquanto tal. Houve momentos em que serviram como modelo de qualidades que os europeus desejavam ter. Assim, querendo censurar estes, Maquiavel e outros intelectuais europeus posteriores, tais como Bodin e Montesquieu, enalteceram a integridade, a disciplina e a obediência dos exércitos e dos governantes otomanos. Todos esses diferentes pensadores políticos escreveram em diferentes eras sobre a necessidade de líderes eficientes e de um Estado eficaz. Numa época em que a crítica aberta ao rei podia ser perigosa, utilizaram os Otomanos como exemplo inspirador para uma conduta melhor de monarcas, exércitos e estadistas europeus. São estas qualidades, proclamavam alguns desses autores, que devíamos possuir no Ocidente. Aliás, quando os europeus procuraram definir-se a si mesmos, fizeram-no, em parte, caracterizando-se segundo aquilo que não eram. Os europeus fizeram dos Otomanos o repositório do mal; identificaram as características que queriam possuir, atribuindo as contrárias ao seu inimigo. Foi, portanto, a crueldade em oposição à humanidade; a barbárie em contraste com a civilização; os infiéis contra os verdadeiros crentes. Podia saber-se quem se era através da caracterização de quem e daquilo que se não era (nos primórdios do Islamismo e no século VII d.C., os habitantes das regiões que hoje conhecemos como Inglaterra, França e Alemanha atribuíram esse papel do «outro» aos muçulmanos dos territórios árabes). No imaginário dessas populações europeias, cuja identidade estava ainda em formação, descrevia-se os Otomanos (os outros) como portadores de qualidades que os indivíduos civilizados (nós) não possuíam/não podiam possuir. No espírito do mundo europeu, os Otomanos ora eram terríveis, selvagens e «vis», ora tarados sexuais, devassos e dissolutos. Até mesmo no século XIX, a imaginação européia rotulava o Oriente otomano como um antro de degenerada perdição dos prazeres pretensamente ausentes ou proibidos no salutar e civilizado Ocidente, onde os europeus eram, pelo contrário e de acordo com a sua convicção, ponderados, sóbrios, justos, sexualmente regrados, moderados e

racionais.
De um modo intrínseco e genuíno, muitas vezes subvalorizado ou esquecido nos nossos dias, os Otomanos tornaram-se parte integrante da vida quotidiana européia. A generalidade dos europeus ocidentais e dos americanos não reconhecerá porventura que deve aos Otomanos, por exemplo, o apreciado café e a tulipa; ou a vacina da varíola que protege a sua saúde. Todavia, esses são contributos otomanos que, com efeito, chegaram à Europa Ocidental entre os séculos XVI e XVIII. Desde os seus primórdios, o Império Otomano interpenetrou o quotidiano, a religião e a política daquilo que a Europa veio a ser. Regra geral, e numa perspectiva empírica, essa interpenetração tem uma correlação inversa com a distância. Daí que a herança otomana seja provavelmente maior na Áustria do que na Dinamarca dos nossos dias. Contudo, a presença otomana sente-se por toda parte, incluindo nos Estados Unidos, onde foram preservados tantos valores da Europa Ocidental.
Na Europa, o Império Otomano teve um importante papel didáctico nos conflitos religiosos europeus que aí tiveram lugar. No período da Reforma, os Otomanos foram, para muitas facções contestatárias, o verdadeiro castigo de Deus na Terra. Os anabatistas, reformadores radicais, sustentavam que os Otomanos eram um sinal de que Deus estava prestes a conquistar o mundo, ao que se seguiria a vinda do Anticristo; o Eleito destruiria os infiéis e dar-se-ia a Segunda Vinda de Cristo. Martinho Lutero, por sua vez, escreveu que os Otomanos eram um flagelo de Deus, um instrumento da ira divina pelo papado corrupto. Os católicos, por seu lado, consideravam que os «Turcos» eram a punição de Deus por permitir o êxito de Lutero e seus seguidores.
Os Otomanos estão igualmente presentes na cultura popular européia. No século XVII, a temática da literatura ficcional francesa incidia amiúde sobre os seus monarcas - por exemplo, a história do cativeiro do sultão Bajazé I (1389-1402) e do seu captor, Timur (Tamerlão), publicada em 1648. Porém, a maioria das narrativas relatava a crueldade dos Turcos, tal como a de Solimão, *o Magnífico*, em relação ao seu favorito, o grão-vizir Ibrahim. Numa peça francesa de 1612 Mehmed, *o Conquistador*, que foi na verdade um príncipe renascentista cosmopolita e requintado e conhecedor de várias línguas, transformou-se num brutal e cruel tirano cuja mãe era retratada bebendo o sangue de uma vítima. Noutros relatos igualmente bizarros representavam-se os soldados otomanos oferecendo sacrifícios a Marte, o deus romano da guerra. Todavia, o afastamento da ameaça otomana após o fracasso de Viena em 1683, alterou essa imagem.
E assim, no século XIX, os habitantes da Europa Central, Oriental e Ocidental sentiram-se suficientemente seguros para começar a copiar aberta e intensamente os seus vizinhos otomanos. Nesse período, os Otomanos forneceram contributos

notáveis no âmbito da música clássica européia, introduzindo os instrumentos de percussão nas orquestras modernas. De 1720 até meados do século XIX, a chamada «música turca» - expressão que antes se aplicava aos instrumentos de percussão da orquestra - tornou-se a grande voga na Europa. As cortes europeias competiam entre si para produzir essas sonoridades turcas - os címba- los, os tímbales, os tambores, os bombos, os ferrinhos, as pandeiretas, os «sonhos» (um instrumento paviliforme composto por pequenos sinos). Esta música surgira com a banda dos Janízaros, que acompanhava os exércitos otomanos a fim de incitar as tropas e inspirar temor aos inimigos. O rei polaco Augusto II (1697-1733) admirava tanto a música janízara que um sultão o presenteou com uma banda formada por doze a quinze músicos. Em 1727, a vizinha do rei, a imperatriz Ana da Rússia, decidiu que também ela necessitava de uma, mandando vir de Istambul um grupo idêntico. Em 1741, os Habsburgo de Viena possuíam uma banda própria, o mesmo se passando com o monarca prussiano de Berlim, algum tempo depois. Os elementos de todos esses agrupamentos eram otomanos, cuja carreira nessas paragens estrangeiras merece ser contada. Em 1782, Londres obteve a sua banda mas neste caso os tambores, as pandeiretas e os címbalos eram tocados por africanos, talvez para criar uma atmosfera de exotismo. Uma reminiscência deste entusiasmo pelas bandas janízaras é a tradição de os tamboreiros-mor lançarem ao ar as suas baquetas. Com o passar dos tempos, esse gesto passou a ser um cerimonial desempenhado pelo chefe da banda janízara para manter o ritmo. Por fim, evoluiu para o bastão das *majorettes,* que, por todos os Estados Unidos, o atiram ao ar em desfiles e jogos de futebol.

A popularidade dos sons janízaros deixou de se confinar à banda, entrando na corrente dominante daquilo a que hoje chamamos música clássica ocidental. No último andamento da *Nona Sinfonia* de Beethoven, divulgada pela primeira vez em 1824, há um excerto admirável que evoca a imagem de Janízaros marchando. A «música turca» pode também ouvir-se na *Quarta Sinfonia,* de Brahms; na *Sinfonia Marcial,* de Haydn; na abertura do *Guilherme Tell,* de Rossini, ou na marcha de Wagner, *Tannhäuser.* A *Sonata K. 331 para piano em lá maior,* de Mozart, contém uma maravilhosa *rondo alla turca,* um tema que chegou ao *jazz* americano e aos repertórios de músicos como Dave Brubeck e Ahmad Jamal. Na ópera, não foi apenas a música otomana mas também os seus cenários que se popularizaram; o primeiro deles surgiu numa ópera de três actos produzida em Hamburgo, em 1686, sobre o destino do grão-vizir Kara Mustafá Paxá após o cerco de Viena. A ópera de Händel, *Tamerlão* (1724), relata a derrota do sultão Bajazé I (1389-1402), a sua captura e prisão por esse importante conquistador da Ásia Central. O *Rapto no Serralho,* de Mozart (1782), foi precedido de várias óperas com intrigas e personagens idênticas. *O Turco em Itália* e, até certo ponto,

Uma Italiana em Argel, de Rossini, prosseguiram esta tradição dos temas de ópera otomanos.
Ao mesmo tempo que a música européia copiava os temas musicais e as cenas otomanas, a moda «turca» andava na berra na Europa dos finais do século XVIII. Surgiam por toda a parte os pseudo-sultões e sultanas, uma inovação de Madame de Pompadour na corte de Luís XV.
Durante o movimento dos Sármatas da Polônia, por exemplo, os nobres usavam trajes otomanos e montavam cavalos «árabes». Em toda a Europa, os cafés em estilo otomano enchiam-se de freqüentadores envergando sedas garridas, calças tufadas e «sapatilhas turcas» de biqueira revirada, que fumavam cachimbos «turcos» e comiam doces «turcos».
No século XIX, esta «turcomania» foi lentamente substituída por outras expressões, ainda relativas à presença otomana na cultura popular européia. Manteve-se a temática comum da crueldade, da intriga, do ciúme e da barbárie; assim se explica a pronta recepção que a retórica inflamada do político britânico Gladstone mereceu contra os «horrores búlgaros». Paralelamente à velha imagem desumana surgia a do turco apaixonado ou histriónico. Afigura do turco tolo já se tornara corriqueira, tal como se comprova através d'*O Burguês Gentil-homem* (1670), de Molière, em que uma das personagens principais tagarela com o público numa algaraviada incompreensível que pretendia assemelhar-se à língua turca otomana. No século XIX, o turco libidinoso e de órgãos sexuais desproporcionados tornara-se uma característica importante da literatura pornográfica vitoriana. Para além disto, muitos europeus, desde Lorde Byron ao romancista Pierre Loti e a Lawrence da Arábia, passaram a considerar o Império Otomano a terra dos sonhos, onde os devaneios sexuais ou de outra natureza podiam tornar-se realidade. Estas três personalidades, entre milhares de outras, procuravam no Oriente idealizado um refúgio para o tédio e para a monotonia da vida industrial moderna - tivessem ou não viajado por terras otomanas. Na imagética da pintura de Delacroix, de Gérôme e outros predomina o exotismo e o erotismo, o primitivo, o selvagem e o nobre.
Graças aos artefactos otomanos exibidos nas várias feiras mundiais do século XIX, incluindo a Exposição Centenária Americana de 1876, o «recanto turco» tornou-se um lugar-comum nos lares europeus e americanos. Nas salas de estar das classes mais abastadas havia cadeirões almofadados ornamentados com borlas e longas franjas, junto dos quais se viam, muitas vezes, bandejas de cobre e os sempre presentes tapetes «orientais». Na Paris de 1900, por exemplo, o costureiro Poiret era afamado pelas suas fantasias «orientais». Nas casas menos sumptuosas era freqüente haver uma única peça estofada - um sofá, uma otomana ou um canapé - a lembrar o Oriente exótico. Na obra *Montanha Mágica*

(1924), do grande escritor alemão Thomas Mann, retrata-se um «recanto turco», havendo também uma personagem que utiliza um moinho de café, e a própria bebida, como forma de convívio social. O avô de uma das personagens principais tem a «engraçada miniatura de um turco vestindo largas túnicas de seda sob a quais tinha, dentro do corpo, um mecanismo. Certa vez deu-se-lhe corda e o boneco saltitou pela mesa; porém, há muito que estava avariado». Nos Estados Unidos, em Nova Iorque, Portland, Oregon e Chicago, por exemplo, os projetos arquitetônicos de dezenas de salas de cinema denotavam, nos seus pormenores, uma forte influência islâmica e otomana (bem como de outras culturas, incluindo a do Próximo Oriente).

Em suma, tal como fica claro nos exemplos citados, os Otomanos enriqueceram sobremaneira o imaginário europeu. Na sua fase de retração militar, o anticristo e inimigo no período da Reforma e na literatura ficcional francesa seiscentista deu lugar a formas mais inofensivas. Assim, no século XVIII encontramos a música janízara e as modas da turcomania; mais tarde, o exotismo e o erotismo do século XIX acompanhados dos teatros e das onipresentes tapeçarias orientais. Até mesmo nos nossos dias, embora o Império Otomano tenha desaparecido, as suas heranças permanecem no mundo cultural europeu e nas suas ramificações (capítulo 10).

Nos últimos anos, período em que os impérios da Inglaterra e da França dominavam e ocupavam geograficamente a maior parte do globo, o Império Otomano manteve-se firme no apogeu do imperialismo europeu ocidental. Por toda a parte, os povos caíram sob o jugo desses e de outros Estados da Europa Ocidental. No mundo dos finais do século XIX, restavam apenas uns escassos Estados independentes fora do continente europeu. Os Otomanos, a par da China imperial e do Japão, eram o mais importante desses Estados, que sobreviviam a todo o custo. Como Estados independentes, tornam-se modelos e fonte de esperança para os povos colonizados do planeta na sua luta contra o imperialismo europeu. Assim, populações tão diversificadas como os muçulmanos da Índia, os falantes de turco da Ásia Central e os norte-africanos do Magrebe apelaram para o Império Otomano na sua luta contra o colonialismo britânico, russo e francês.

II

O IMPÉRIO OTOMANO: DAS ORIGENS ATÉ 1683

Introdução

No período de 1300-1683 testemunhou-se a notável expansão do Estado otomano, que de um exíguo feudo, quase imperceptível, se transformou num vasto império territorial. O seu reino estendia-se da península arábica e das cataratas do Nilo, a sul, até Baçorá (perto do Golfo Pérsico) e ao planalto iraniano, a oriente; a oeste, quase até Gibraltar, e a norte até às estepes ucranianas e às muralhas de Viena. No início deste período, os territórios otomanos eram um pequeno ponto no mapa, culminando com um império mundial cujos domínios se espraiavam ao longo do mar Negro, do Egeu, do Mediterrâneo, do Cáspio e do mar Vermelho.

As origens do Estado otomano

Os grandes acontecimentos necessitam de ser explicados: como entender a ascensão de impérios tão grandiosos como o romano, o inca, o ming, o alexandrino, o britânico ou o otomano? De que forma se explicam esses acontecimentos que abalaram o mundo?

Resumidamente, os Otomanos surgiram no seguinte contexto: as invasões dos nômadas Turcos, que fizeram ruir a supremacia do poder central de Bizâncio, na Ásia Menor; a invasão mongol do Médio Oriente, instalando o caos e fazendo crescer a pressão das populações junto às fronteiras; a flexível e pragmática política otomana, que atraiu uma hoste de simpatizantes independentemente do seu credo ou estatuto social; por último, a sorte de os Otomanos ocuparem uma posição geográfica que controlava o acesso dos nômadas aos Bálcãs, angariando assim um número crescente de seguidores. Neste subcapítulo apresenta-se a história mais pormenorizada dos primórdios do Estado otomano.

O império nasceu entre finais do século XIII e o século XIV, no canto noroeste da península da Anatólia, também chamada Ásia Menor (mapa 1). Este período pautou-se, na região, por extrema perturbação - política, cultural, religiosa, econômica e social. Ao longo de mais de um milênio esta área pertencera ao Império Romano e ao Estado seu sucessor no mundo mediterrânico oriental, o Império Bizantino governado por Constantinopla. Outrora Bizâncio controlara quase todo o Médio Oriente dos nossos dias (exceto o Irão) - as atuais regiões do Egipto, de Israel, da Palestina, do Líbano, da Síria, da Jordânia, da Turquia, parte

do Iraque, bem como o Sudeste europeu, o Norte de África e a Itália. No século VII, contudo, perdeu muitas delas, conquistadas na sua maioria pelos novos Estados em expansão, cujas bases se situavam em Meca, Damasco e Bagdad. Com alguma dificuldade, o Estado de Bizâncio reformulou-se, conseguindo conservar as províncias anatólias. Este império, agora reduzido, enfrentava três grupos inimigos. No Mediterrâneo, os Estados mercantis de Veneza e Gênova batiam-se entre si e (por vezes individualmente) contra Bizâncio para conquistarem posições e as concessões econômicas nas lucrativas rotas comerciais do Mar Negro, do Egeu e do Mediterrâneo Oriental.



Mapa 1 - O Império Otomano, de 1300 a 1512
Adaptado de Halil İnalcık com Donald Quataert, orgs., *An economic and social history of the Ottoman Empire, 1300-1914* (Cambridge, 1994), xxxiii

A norte e a oeste os Bizantinos enfrentavam os poderosos Estados expansionistas do continente, em especial os reinos da Bulgária e da Sérvia. E por volta do ano 1000, os Turcos nômadas (os chamados turcomanos) aproximaram-se das fronteiras orientais bizantinas. Oriundos das áreas circunvizinhas do lago Baikal, na Ásia Central, os povos turcos começaram a abandonar a ancestral zona de origem, passando a acorrer em elevado número ao Médio Oriente. Nas suas regiões de origem centro-asiáticas, o modo de vida turcomano caracterizava-se naquela época pelas crenças religiosas xamanísticas, pela dependência econômica da criação de gado e por valores sociais que enalteciam a bravura individual e uma considerável liberdade e mobilidade da nobreza feminina. O *Livro de Dede Korkut,* uma epopeia em estilo homérico, narra a história de

valentes homens e mulheres, escrita pouco antes da expansão turcomana no Médio Oriente. Ele demonstra ainda que o tipo de governação turcomana era assaz fragmentado, obtendo-se a liderança por consenso e não tanto pela autoridade. Este conjunto de migrações - um importante fato na história mundial - deu origem a uma faixa de populações de língua turca, que se prolongava da Ásia Menor até às fronteiras ocidentais da China, iniciando, assim, a formação do Estado otomano. O modo de vida itinerante e politicamente fragmentado dos Turcomanos começou a causar grande perturbação no quotidiano das populações instaladas no planalto iraniano, que suportaram o impacto das primeiras migrações/invasões. À medida que os nômadas se deslocaram para as regiões do Médio Oriente já sedentarizado converteram-se ao Islamismo, embora conservassem muitos dos seus rituais e práticas xamanísticas. Nessas migrações faziam-se acompanhar dos respectivos animais, transtornando a economia dessas zonas bem como o fluxo das receitas tributárias pagas pelos agricultores aos seus governantes. Entre os invasores turcos nômadas incluía-se a família dos Seljúcidas, que liderava e era responsável pelos mais ou menos numerosos grupos de nômadas que rumavam para Ocidente. A família seljúcida tomou o poder no Irão e subjugou as populações rurais, assimilando de forma rápida a sua civilização pérsico-islâmica dominante; depois, enfrentou o problema da decisão a tomar relativamente aos nômadas que se lhe seguiram e que conturbavam a sedentária vida agrária no seu novo reino. A solução para a questão dos Seljúcidas seria encontrada na Anatólia bizantina.

As províncias aí situadas apresentavam dois conjuntos de particularidades, que se afiguram aqui importantes. Primeiro, eram aglomerados rurais produtivos e densamente povoados, pelo que se tornavam alvos de pilhagem bastante cobiçados pelos nômadas. Em síntese, as províncias da Anatólia eram abundantes. Eram, também, cristãs; para os nômadas turcos recém-convertidos ao Islamismo e influenciados por pregadores populares que haviam fundido as crenças xamanísticas com o Islão, essas regiões apresentavam-se como alvos de ataque duplamente justificados. A Anatólia atraía-os sobretudo pela sua riqueza ou por ser cristã? Tal como os cruzados cristãos, seus contemporâneos, as motivações dos povos nômadas eram uma mescla de fatores econômicos, políticos e religiosos. As terras da Anatólia, além de férteis, eram habitadas principalmente por lavradores de outra fé - a cristã. Para o elevado número de nômadas já existentes no Médio Oriente e pressionados por vagas de outros nômadas que se lhes seguiam na Ásia Central, esses eram incentivos de peso. E assim, pouco depois de penetrar no Irão, os Turcomanos começaram a saquear e a assolar as províncias orientais de Bizâncio, atraídos pela sua economia, política e religião; enquanto isso, eram rechaçados pelos centralizadores líderes

seljúcidas do Irão. Após ter suportado esses ataques durante décadas, o Estado bizantino mobilizou-se para esmagar a nova ameaça. Contudo, em 1071, as tropas imperiais comandadas pelo imperador Romano Diógenes sofreram uma derrota decisiva na histórica batalha de Manzikert, não longe do lago Van, sendo vencidas pelas forças militares dos nômadas turcos conjugadas com o exército do sultão seljúcida Alp Arslan, aliado de ocasião. Este desaire sentenciou a ruína do sistema defensivo das fronteiras imperiais a oriente; os nômadas turcos, agora quase sem oposição, irromperam por Bizâncio.

Ao longo dos séculos que se seguiram, e até meados do século XV, a história da Anatólia Oriental e Ocidental pode ser entendida através da metáfora das ilhas de vida sedentária dominadas por senhores imperiais ou feudais bizantinos, às quais afluiu uma torrente de migrações turcas. Os que as lideraram viriam, por seu turno, a formar pequenos Estados. A curto prazo, os principados turcomanos nasceriam e cairiam, da mesma forma que o controlo bizantino ora decaía, ora se intensificava. A Anatólia tornou-se uma manta de retalhos de pequenos Estados e principados turcomanos e bizantinos, expandindo-se ou retraindo-se. Ocasiões houve em que a resistência bizantina, imperial e feudal, foi mais ou menos bem sucedida. Contudo, a longo prazo, a Anatólia cristã bizantina, onde o grego era a língua predominante, transformou-se profunda e inexoravelmente, acabando por se tornar muçulmana e adoptar a língua turca. Este clima de desordem generalizada, de autêntico caos, desempenhou um papel crucial no despontar do Estado otomano. Paralelamente às investidas turcomanas, os Bizantinos sitiados combatiam também os Estados mercantis italianos, vendo-se espoliados de faixas territoriais e de outros ativos, tais como os seus monopólios comerciais. Além disso, entre 1204 e 1261 Constantinopla tomara-se a capital dos antigos cruzados; estes, em lugar de marchar sobre a Palestina, conquistaram a cidade imperial e pilharam as suas riquezas, estabelecendo o fugaz Império Latino-Cristão.

O contexto específico em que o Estado otomano emergiu está ligado à ascensão do Império Mongol liderado por Gengis Khan, com a rápida expansão deste a leste e a oeste e com a sua investida no Médio Oriente, no século XIII. A expansão deste Estado provocou o freqüente aumento das movimentações dos nômadas turcos por ela afectados, que fugiam para áreas que os pudessem albergar em número elevado bem como às suas cabeças de gado. Em meados do século XIII, um general mongol opôs-se a um Estado seljúcida fundado em Konya, na Anatólia Central. A vitória mongol causou o desmembramento de um sultanato seljúcida relativamente grande, dando origem, em sua substituição, à formação de um certo número de pequenos principados turcomanos; antes dos Otomanos, esse fora o Estado mais próspero da Anatólia pós-bizantina. A

presença dos Mongóis também desencadeou a fuga de nômadas turcomanos em busca de terras de pastagem a ocidente. Num lado, esses territórios confinavam com as regiões fronteiriças do Estado seljúcida (em declínio) e, no outro, com o universo bizantino em desagregação. Trátava-se de um mundo em mudança, pejado de invasores sérvios, búlgaros, genoveses e venezianos, de nômadas turcos muçulmanos e de camponeses cristãos greco-bizantinos. Foi nessas terras altas da Anatólia, a sul e a leste da Constantinopla bizantina, que foi fundado o Império Otomano.

Os especialistas da história otomana gostam de debater qual foi a mais importante e a única variante que explica o nascimento deste magnífico império. A questão é pertinente, porquanto o fundador da dinastia que lhe deu o nome, Osmã, foi apenas um de muitos líderes, não tendo sido, decerto, o mais poderoso de entre os vários e diversificados grupos turcomanos raianos. Olhando para este mundo do ano de 1300 seria impossível antever que o reino de Osmã viesse a ser um dos mais bem sucedidos Estados da história. Nessa época, Osmã era responsável por cerca de 40.000 tendas de nômadas turcomanos. Alguns dos seus rivais turcos noutros pontos da fronteira eram mais bem sucedidos, tendo ao seu serviço entre 70.000 a 100.000 tendas (que alojavam 2 a 5 indivíduos cada uma). Existiram dezenas de outros principados turcomanos; todos faziam parte de um processo mais abrangente através do qual os nômadas turcomanos das montanhas anatólias exerceram pressão, acabando por conquistar os vales e as planícies do litoral. Isolada no meio deles, a dinastia otomana triunfou, enquanto que os outros em breve sucumbiram.

Os Otomanos, os que os seguiram e os restantes grupos e líderes turcomanos beneficiaram por certo da confusão que grassava em toda a Anatólia, em especial nas regiões fronteiriças (tal como viriam, mais tarde, a tirar proveito da desagregação política dos Bálcãs). As incursões dos nômadas turcos, em geral espontâneas e sem rumo definido, derrubaram as administrações locais, instalando o caos na ordem político-econômica anatólia. As investidas mongóis precipitaram essas movimentações, as quais parecem ter provocado no seu conjunto consideráveis pressões populacionais sobre as fronteiras. As tribos guerreiras, como a de Osmã, floresceram porque podiam saquear os povos instalados e porque o seu poder oferecia aos que os apoiavam uma segurança que os governos aparentemente eram incapazes de proporcionar. Esses acampamentos guerreiros tornaram-se uma importante forma de organização política na Anatólia do século XIII.

O êxito obtido pelos Otomanos na formação de um Estado deveu-se sem dúvida à sua excepcional flexibilidade, à rapidez e a uma pragmática capacidade de adaptação a condições variáveis. Na dinastia fundada, de ascendência turca, a

descendência fazia-se pela linha masculina; ela nasceu numa zona profundamente heterogênea habitada por cristãos e muçulmanos e por povos que falavam grego e turco. Vindos da Anatólia e de outras paragens, tanto os cristãos como os muçulmanos aderiram em massa aos padrões otomanos pelos benefícios econômicos que daí adviriam. Os governantes otomanos também atraíram alguns seguidores em virtude de terem outorgado a si mesmos o estatuto de *gazis*, os guerreiros da fé em luta contra os cristãos. Todavia, a força desse apelo religioso deve ser questionada; nessa mesma época os Otomanos recrutavam muitos gregos cristãos para as suas cada vez maiores fileiras militares (comandantes militares e soldados). Assim, muçulmanos e cristãos seguiram os Otomanos, não em nome de Deus mas pelo ouro e pela glória - pelas riquezas, pela posição e pelo poder que podiam alcançar.

Recorde-se igualmente que os esforços otomanos não se concentravam apenas na luta contra os senhores feudais bizantinos vizinhos mas também, desde eras remotas, noutros líderes turcomanos. De facto, do século XIV ao século XVI, foram regulares os ataques otomanos aos principados turcomanos da Anatólia. Não obstante a sua gravidade e freqüência, os conflitos com os Turcomanos têm sido muitas vezes menosprezados, porquanto a atenção dos historiadores tem-se concentrado mais no perigo que os Otomanos representavam para a Europa e para a preocupação de, inadequadamente, os identificar mais como guerreiros da fé *igazi)* do que como fundadores de um Estado. As dinastias turcomanas rivais - caso dos Karaman e dos Germiyan anatólios ou dos Timúridas centro-asiáticos - constituíam ferozes inimigos, além de serem uma séria ameaça para o Estado otomano. Desde o início, a sua expansão foi multi-direccional - o seu fito não eram apenas os chefes e os territórios balcânicos e bizantinos a oeste e noroeste, mas também (e sempre) a oposição aos sistemas políticos turcomanos, a leste e a sul. O que parece ser, portanto, fundamental a respeito dos Otomanos não era a sua natureza religiosa, ou *gazi*, embora esta ocasionalmente os tivesse motivado. Em vez disso, o que se afigura mais notável no empreendimento otomano foi o seu carácter de Estado em processo de formação, de concretização e de fazer o necessário para atrair e manter apoiantes. Colocando a questão em termos mais explícitos, esse empreendimento não equivaleu a um Estado religioso na sua substância, mas antes a um Estado pragmático. A esse respeito, não diferia de outros seus contemporâneos, como fossem a Inglaterra ou a China.

A geografia desempenhou um papel relevante na ascensão dos Otomanos. Nas fronteiras terão existido outros líderes talvez com idêntica capacidade de adaptação às circunstâncias, com a mesma vontade de aplicar o seu talento, de aceitar a fidelidade de diferentes procedências e de fazer pedidos de apoio multilaterais. Passado todo este tempo é difícil ajuizar a excepcionalidade dos

Otomanos a esse respeito. Mas se considerarmos as razões do seu sucesso, podemos, com maior segurança, apontar um acontecimento ocorrido em 1354 - a ocupação otomana de uma cidade (Tzympe) situada no lado europeu dos Dardanelos, uma das três vias marítimas que dividem a Europa e a Ásia (as restantes são o Bósforo e o mar de Mármara). A conquista dessa cidade granjeou aos Otomanos uma sólida testa-de-ponte nos Bálcãs, uma base territorial que de imediato os projectou para a dianteira dos seus rivais raianos, na Ánatólia. Graças a essa possessão, os Otomanos proporcionavam aos potenciais aliados vastos e novos campos de enriquecimento - as terras balcânicas - inacessíveis aos seguidores de outras dinastias ou aos chefes tribais da margem asiática dessas águas estreitas. Além de férteis, eram terras onde na altura não havia Turcomanos. O incitamento à ação também podia fazer-se em nome da ideologia - da guerra pela fé.

Assim, a agitação política e as primeiras riquezas da Anatólia bizantina tiveram paralelo na abundância e na conturbação dos Bálcãs do século XIV. Forças idênticas às que anteriormente haviam trazido os Turcomanos à Anatólia bizantina impeliam agora os Otomanos e os nômadas para os Bálcãs. Esta região oferecia-se como a válvula de escape para a pressão populacional que se acentuava na parte ocidental da Ásia Menor; só os Otomanos proporcionavam a passagem para os Bálcãs. Ironicamente, ela deveu-se à ambição de um pretendente bizantino ao trono de Constantinopla. A braços com uma guerra civil, concedeu aos Otomanos esse reduto europeu como forma de cimentar o apoio daqueles. Ironia das ironias, os Otomanos utilizaram depois a sua aliança com Gênova, um inimigo ocasional dos Bizantinos, para dilatar os domínios europeus recém-adquiridos, porém ainda diminutos.

Tal como a Anatólia por volta de 1000, os Bálcãs eram, no século XIV, abundantes mas vulneráveis. Haviam-se gorado os esforços de fundação de um Estado nas regiões búlgara e sérvia; os Bizantinos travavam uma guerra civil; os pretendentes rivais digladiavam-se pela coroa imperial; enquanto isso, Veneza e Gênova mobilizavam-se para tirar proveito do caos. E assim, uma conjugação de flexibilidade, de políticas hábeis, de sorte e de uma localização geográfica favorável contribuiu para que os Otomanos tivessem conseguido aventurar-se na senda de um império mundial e conseguissem a supremacia sobre os seus opositores. Já triunfantes, a transposição dos Bálcãs guindou-os para uma nova posição com vantagens inigualáveis.

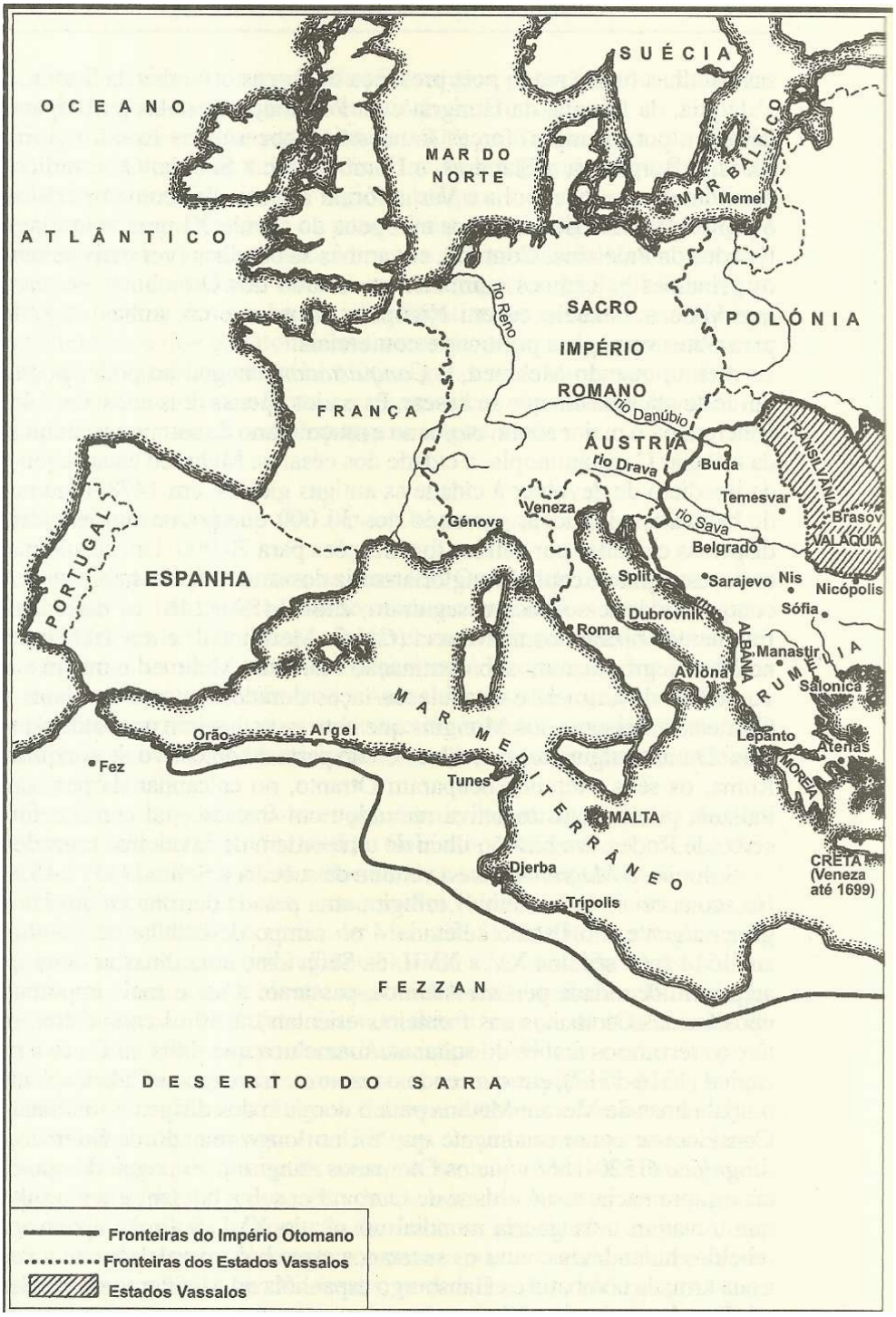
Expansão e consolidação do Estado Otomano, de 1300 a 1683

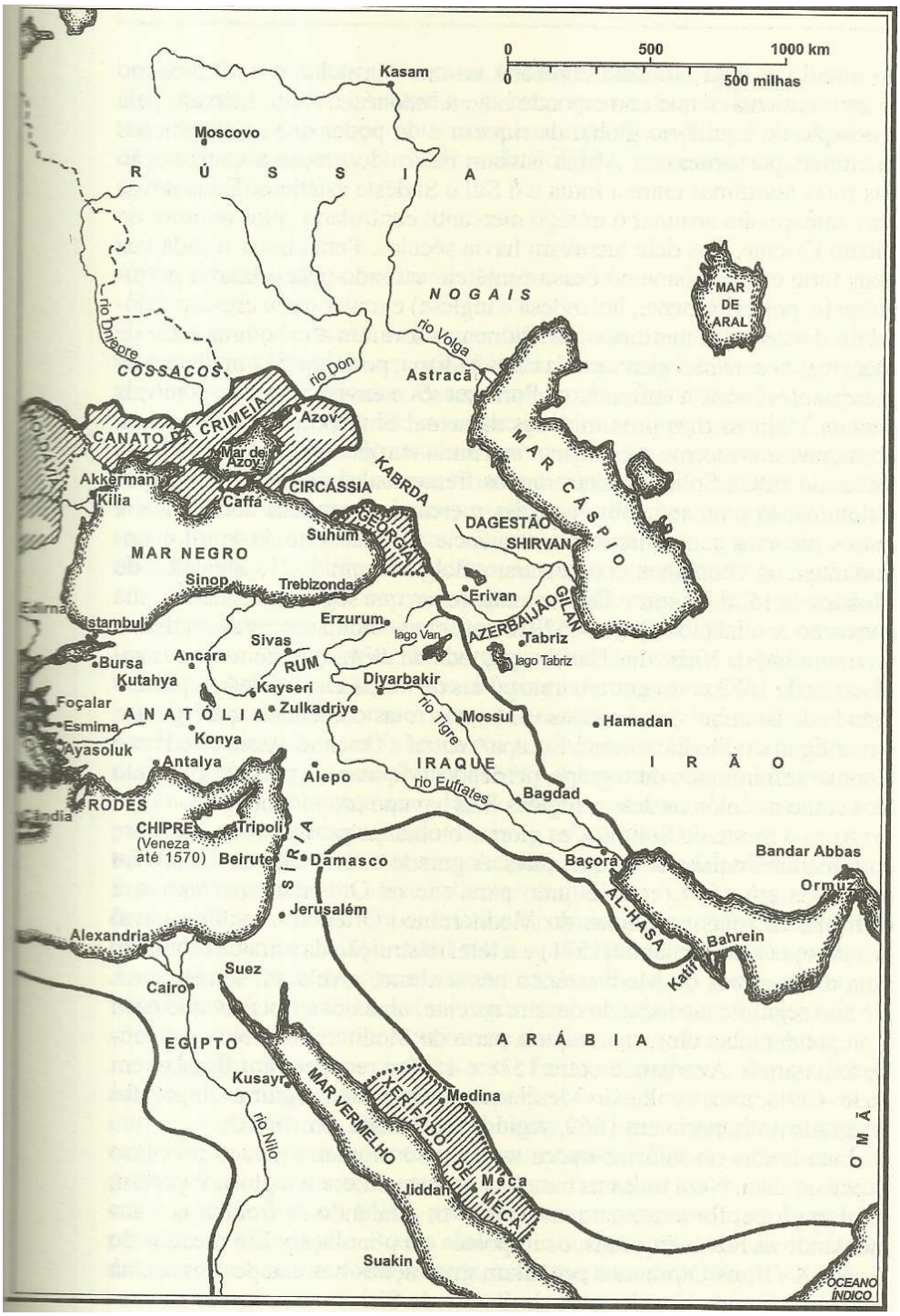
Desde os seus primórdios na Anatólia Ocidental, e no decorrer dos séculos que se seguiram, o Estado otomano expandiu-se de forma continuada através de um quase infindável ciclo de guerras vitoriosas que lhe alargaram os seus vastos territórios até à interseção dos continentes europeu, asiático e africano. Antes de nos debruçarmos sobre os factores que explicam o engrandecimento otomano para lá da sua base balcânico-anatólia, é necessário proceder à sucinta enumeração dessas vitórias (mapa 2).
Geralmente, os historiadores gostam de indicar os reinados de dois sultões - Mehmed II (1451-1481) e Solimão, o *Magnífico* (1520-1566) - como possuindo especial notoriedade. Ambos consolidaram os extraordinários feitos dos seus antecessores. Nos mais de cem anos que precederam a subida ao trono de Mehmed II, os Otomanos disseminaram-se pelo interior das regiões balcânicas e anatólias. Aquando da travessia da Anatólia Ocidental rumo aos Bálcãs, tomaram Bursa, uma importante cidade bizantina, fazendo dela a capital do seu Estado em expansão. Em 1361 conquistaram Adrianópolis (Edirna), uma das principais cidades bizantinas; esta veio a ser a nova capital otomana, sendo utilizada como palco estratégico determinante nas ofensivas dos Bálcãs. Passados alguns anos, em 1389, as forças otomanas aniquilaram os seus inimigos sérvios no Kosovo, na zona ocidental dos Bálcãs ocidentais (após 1989, a reinvenção da memória do Kosovo tornou-se um forte catalisador para a formação da moderna identidade sérvia). A este grande triunfo seguiram-se outros, como seja a tomada de Salonica aos Venezianos, em 1430. Em Nicópolis, no ano de 1396, e Varna (1444) os Otomanos venceram poderosas coligações de Estados da Europa Ocidental e Central, que tomavam penosa consciência do crescimento e do crescente perigo que aqueles representavam. O cariz internacional dessas batalhas foi marcado pela presença de forças oriundas da Sérvia, da Valáquia, da Bósnia, da Hungria e da Polônia; mas nelas participaram também, por exemplo, forças francesas, escocesas, os Estados germânicos, a Borgonha, a Flandres, a Lombardia e a Sabóia. Os estudiosos consideram que Nicópolis e Varna foram as cruzadas contemporâneas, o prolongamento dos esforços europeus do século XI para aniquilar os Estados da Palestina. Contudo, em ambas as batalhas (ver mais adiante) os príncipes balcânicos combateram ao lado dos Otomanos, enquanto que Veneza estabeleceu em Nicópolis acordos com ambas as partes para obter vantagens políticas e comerciais.

Assim, quando Mehmed, *o Conquistador,* chegou ao poder possuía um forte alicerce em que se basear. Passados apenas dois anos, em 1453, concretizou o maior sonho otomano e muçulmano de sempre: a conquista da milenar Constantinopla, a cidade dos césares. Mehmed encarregou-se de imediato de

devolver à cidade as antigas glórias; em 1478, o número de habitantes duplicou, passando dos 30.000 que povoavam as aldeias dispersas cercadas por sólidas fortificações para 70.000. Um século mais tarde, esta grande capital vangloriar-se-ia dos seus 400.000 habitantes. As conquistas deste sultão prosseguiram; entre 1459 e 1461 os derradeiros fragmentos bizantinos na Moreia (Grécia Meridional) e em Trebizonda, no Mar Negro, ficaram sob dominação otomana; Mehmed também anexou o Sul da Crimeia e estabeleceu laços duradouros com os *khans* da Crimeia, sucessores dos Mongóis que outrora se haviam apossado da região. Durante algum tempo, talvez como parte do objectivo de conquistar Roma, os seus exércitos ocuparam Otranto, no calcanhar da península italiana; porém, essa tentativa redundou em fracasso, tal como o foi o cerco de Rodes, um bastião ilhéu de uma ordem de cavaleiros cruzados.

Solimão, *o Magnífico* teve a ventura de suceder a Selim I (1512-1520). No seu curto reinado, Selim I infligira uma pesada derrotara a um inimigo emergente - o Estado sefévida - no campo de batalha de Çaldlran, em 1514 (nos séculos XV a XVII, os Sefévidas, uma dinastia turca que adquirira identidade pérsico-islâmica, passaram a ser o mais importante opositor dos Otomanos nas fronteiras orientais). Selim I conquistou, então, os territórios árabes do sultanato mameluco que tinha no Cairo a sua capital (1516-1517), enriquecendo o tesouro e trazendo as Cidades Santas muçulmanas de Meca e Medina para o domínio dos dirigentes otomanos. Considera-se consensualmente que foi no longo reinado de Solimão, *o Magnífico* (1520-1566) que os Otomanos atingiram o apogeu da opulência e supremacia, a sua «Idade de Ouro». Foi sob a liderança desse sultão que travaram uma guerra mundial no século XVI. Solimão apoiava os rebeldes holandeses contra os suseranos espanhóis; paralelamente a isso, a sua armada combatia os Habsburgo espanhóis no Mediterrâneo Ocidental. Em determinada altura, as tropas otomanas passaram o Inverno em Toulon, na actual Riviera, por amabilidade do rei Francisco I de França, que também enfrentava os Habsburgo (capítulo 5). No outro extremo do mundo, a frota otomana combatia no mar Vermelho e no Índico, no extremo oriental a que corresponde hoje a Indonésia.


SUÉCIA
OCEANO
ATLÂNTICO
MAR DO NORTE
MAR BÁLTICO
Memel
POLÓNIA
SACRO IMPÉRIO ROMANO
rio Reno
rio Danúbio
FRANÇA
ÁUSTRIA
rio Drava
Buda
TRANSILVÂNIA
Temesvar
Brasov
VALÁQUIA
Veneza
Génova
rio Sava
Belgrado
PORTUGAL
ESPANHA
Split
Sarajevo
Nis
Nicópolis
Sófia
Dubrovnik
Roma
ALBÂNIA
Manastir
RUMÉLIA
Avlona
Salonica
MAR MEDITERRÂNEO
Orão
Argel
Lepanto
Atenas
Fez
Tunes
MORÉIA
MALTA
Djerba
CRETA (Veneza até 1699)
Tripolis
FEZZAN
DESERTO DO SARA
Fronteiras do Império Otomano
Fronteiras dos Estados Vassalos
Estados Vassalos



Mapa 2 - O Império Otomano em 1550, aproximadamente

Aqui, lutavam pela reposição do equilíbrio global da riqueza e do poder que as expedições marítimas portuguesas a África haviam destruído graças à inauguração das rotas marítimas entre a Índia e o Sul e Sudeste asiáticos. Estas novas vias ameaçavam arruinar o tráfego mercantil controlado pelos regimes do

Médio Oriente, que dele lucravam havia séculos. Para aliviar o cada vez mais forte estrangulamento desse comércio causado pela primazia portuguesa (e, posteriormente, holandesa e inglesa) e travar o seu crescente domínio dessas rotas marítimas, os Otomanos levaram a cabo uma série de ofensivas nos mares orientais. Na costa indiana, por exemplo, ajudaram os governantes locais a enfrentar os Portugueses e enviaram reforços navais para as Molucas (nas proximidades da actual Singapura), que se batiam por conter a crescente supremacia marítima europeia. De igual modo, as forças do sultão Solimão acorreram às frentes balcânicas a fim de impor a dominação otomana sobre as rotas mercantis, as minas abundantes e outros recursos econômicos. Na seqüência de uma série de triunfos importantes, os Otomanos conquistaram Belgrado em 1521; a batalha de Mohács de 1526 fez ruir o Estado húngaro, ao que seguiu mais tarde a sua anexação parcial (1544). Em 1529, os exércitos otomanos estavam diante das muralhas da Viena dos Habsburgo; todavia, nem estes nem os seus sucessores de 1683 conseguiram transpô-las de forma eficaz. Nessa época, o Estado de Istambul dominava as vantajosas rotas comerciais que ligavam o mar Egeu e o Mediterrâneo à Europa Central e Oriental. Assim, Veneza e Gênova sofreram um duro golpe, perdendo a riqueza e o poderio que tanto elas como as colônias dessas regiões lhes haviam proporcionado.

Após a morte de Solimão, as glórias otomanas prosseguiram, embora com menor freqüência do que antes. A grande e fértil ilha de Chipre foi capturada em 1571, contribuindo para que os Otomanos passassem a controlar as rotas marítimas do Mediterrâneo Oriental. A vitória naval dos europeus em Lepanto (1571) e a total destruição da armada otomana, uma das maiores do Mediterrâneo nessa altura, revelaram-se efêmeras. No ano seguinte, no local do desaire recente, uma nova frota restabeleceu a preponderância otomana naquela parte do Mediterrâneo. No continente, tomaram o Azerbaijão entre 1578 e 1590 e recuperaram Bagdad em 1638. Creta, a maior ilha do Mediterrâneo Oriental a seguir a Chipre, foi integrada no Império em 1669, seguida da Podólia, em 1676.

Esta litania de vitórias evoca um Estado otomano no seu processo expansionista. Nem todas as batalhas corresponderam a glórias; porém, o saldo global foi extremamente positivo, dilatando as fronteiras e aumentando as novas riquezas, os impostos e a população. Em meados do século XVII, os Otomanos possuíam guarnições nas estepes russas, na planície húngara, nos desertos do Sara e da Síria e nas seguras montanhas do Cáucaso. Dominavam quase por completo todo o mar Negro, o Egeu e as bacias orientais do Mediterrâneo, incluindo a maior parte das bacias dos rios Danúbio, Dniester, Dniepre, Bug, do Tigre-Eufrates e do Nilo. Deste modo, os recursos e as rotas mercantis que haviam sustentado Roma e Bizâncio, e posteriormente repartidos pelos Estados rivais de Veneza, de

Gênova, da Sérvia e da Bulgária, entre outros, pertenciam agora a um único.

Como se explica este notável êxito otomano?

Descrever vitórias é bem mais fácil do que explicar as suas causas. Os Otomanos beneficiaram, sem dúvida, com a fragilidade e a desorganização dos seus adversários. Por exemplo, o facto de se terem conseguido expandir à custa dos Bizantinos deve atribuir-se, em parte, aos duradouros danos sofridos por Bizâncio em conseqüência dos terríveis acontecimentos de 1204. Nessa altura, Constantinopla foi ocupada por cruzados venezianos e de outras origens; a pilhagem que aí efetuaram foi de tal modo impiedosa que Bizâncio não mais recuperou a sua pujança anterior. Devemos também considerar as acesas rivalidades que punham em confronto os Estados mais poderosos das regiões do Mediterrâneo Oriental - Veneza, Bizâncio e Gênova. Acresce que o declínio da ordem feudal, entre 1350 e 1450, deixou muitos Estados militar e politicamente de rastos. Assim, o colapso dos outrora poderosos reinos da Sérvia e da Bulgária no exacto momento em que se assistia à progressão otomana nos Bálcãs deixou o caminho aberto aos invasores. Há que ter em conta, depois, a questão da Peste Negra (1348). A este respeito, os historiadores argumentam geralmente que a epidemia teve maior incidência sobre as populações urbanas, poupando de modo relativo os Otomanos ao mesmo tempo que fragilizou os seus oponentes, que eram sobretudo citadinos. Para refutar este ponto, deve salientar-se que não existem dados sobre a devastação que a peste terá causado nos populosos acampamentos otomanos, ou, ainda, nas vilas e cidades (tais como Bursa) já sob seu controle. Ao atribuir o êxito dos Otomanos a fatores alheios ao seu controlo - as fraquezas e divergências dos inimigos e o efeito da peste - tais justificações valorizam a sorte em detrimento dos feitos por eles alcançados.
Seria útil dissecar a política e os feitos otomanos - dando ênfase àquilo que conseguiram por mérito próprio e não à mera sorte de os seus inimigos enfrentarem dificuldades. Nesta análise, a tônica recai sobre o caráter do empreendimento otomano enquanto Estado dinástico, não dissemelhante dos seus contemporâneos europeus ou asiáticos, como era o caso da dinastia Ming, na China, ou da Inglaterra e da França no período da Guerra das Rosas. Tal como na generalidade das restantes dinastias da história documentada, os Otomanos dependiam exclusivamente de herdeiros masculinos para perpetuar o poder (capítulo 6). No entanto, na estrutura política formal deste Estado em ascensão, as mulheres tinham, por vezes, protagonismo. Nilufer, por exemplo, mulher do sultão Oran (1324-1362), o segundo governante otomano, desempenhou o cargo de governadora de uma cidade recém-conquistada. Contudo, os papéis formais

femininos parecem ser pouco comuns. A história otomana posterior evidencia, mais freqüentemente, que tanto na dinastia como nas famílias proeminentes o poder era manipulado pelas esposas, mães e filhas, influenciando e fazendo política através das vias informais. Tal como sucedia em muitas outras dinastias, sabe-se que no período inicial de 1300-1683 o matrimônio era para os Otomanos um meio de consolidar ou de aumentar o poder. O sultão Oran, por exemplo, casou com a filha de João Cantacuzeno, pretendente à coroa bizantina, tendo recebido também a península de Galípoli, um ponto estratégico crucial. Murad I desposou a filha do monarca búlgaro, Sisman, em 1376; Bajazé I uniu-se à filha de Lázaro (filho do rei sérvio Estêvão Duçan) após a batalha do Kosovo. Esses matrimônios não se restringiam aos vizinhos cristãos; não era raro serem também celebrados com outras dinastias muçulmanas. Por exemplo, o casamento do príncipe Bajazé com a filha do dirigente turcomano de Germiyan, na Anatólia, foi combinado por seu pai, tendo Bajazé recebido do governante turcomano, como dote, metade das suas terras. A união de Bajazé II (1481-1512) com a família dos governantes Dulkadirid da Anatólia Oriental é a última que se conhece sobre o estabelecimento de laços matrimoniais entre os Otomanos e outra dinastia.

Uma outra chave primordial para se entender o sucesso otomano é a análise dos métodos de conquista. Tal como no âmbito da política matrimonial, encontramos aqui um conjunto de estadistas flexíveis e pragmáticos. A princípio, os monarcas otomanos faziam alianças regulares com vizinhos baseadas na igualdade, sendo essa relação, por vezes, cimentada através de um casamento. Depois, à medida que se tornaram mais poderosos, estabeleciam com freqüência uma vaga suserania, que envolvia uma espécie de vassalagem por parte do antigo aliado. Assim, os governantes locais - fossem eles príncipes bizantinos, monarcas búlgaros ou sérvios ou, ainda, chefes tribais - aceitavam o estatuto de vassalos do sultão otomano, reconhecendo-o como um superior a quem deviam fidelidade. Nesses casos, os vassalos recém-subordinados mantinham quase sempre o seu título e posição anterior, embora jurassem lealdade a outro monarca. Estes paradigmas de relações de alternância com vizinhos são visíveis desde os primórdios, tendo-se mantido ao longo de séculos. Deste modo, Osmã, o fundador, aliou-se primeiro a governantes vizinhos, por exemplo, que passaram depois a seus vassalos e a ele se ligavam por laços de lealdade e de obediência. Em finais do século XIV, o próprio imperador de Bizâncio era um vassalo otomano; os príncipes búlgaros e sérvios eram-no igualmente, assim como o chefe dos Karaman, da Anatólia. Em 1389, no Kosovo, entre os aliados dos Otomanos no campo de batalha incluía-se um príncipe búlgaro, príncipes sérvios de menor importância e alguns chefes turcomanos anatólios. Muitos

foram os casos em que os padrões de igualdade entre monarcas deram lugar à vassalagem e, por último, à anexação direta. A data de 1453 é um exemplo claro dessa fase final, momento em que se completou o ciclo da relação entre os impérios otomano e bizantino, cujas etapas correspondem a igualdade-vassalagem-subjugação-aniquilação. Quando o sultão Mehmed, *o Conquistador* derrotou o imperador de Bizâncio, não provocou apenas a queda do Império Bizantino; as relações de vassalagem que antes existiam cessaram igualmente, levando assim a que o Estado do imperador morto passasse para administração otomana. O mesmo se observou quando Mehmed pôs termo às relações de aliança e de vassalagem com os líderes turcomanos da Anatólia, subjugando-os ao controlo directo otomano. Para dar mais um exemplo, no começo do século XVI os Otomanos governaram primeiro a Hungria como Estado vassalo, porém anexaram-na depois para mais eficazmente controlarem a fronteira.

Contudo, a progressão de aliança a vassalagem e incorporação nem sempre foi linear. Bajazé II (1481-1512), por exemplo, inverteu a política de seu pai, restaurando a autonomia dos Turcomanos (mas é verdade que essa inversão foi, por seu turno, revertida). No caso da Moldávia e da Valáquia (actual Romênia), os príncipes mantiveram o poder efectivo ao longo de séculos. O monarca otomano apenas impôs o controlo directo a estes principados no século XVIII, quando os príncipes se revoltaram contra a sua dominação. A relação com os *khans* da Crimeia é ainda mais fascinante. Estes descendentes da Horda de Ouro (os mongóis das regiões russas) tornaram-se vassalos dos sultões otomanos em 1475 e assim permaneceram até 1774, data em que esses laços foram cortados, num prelúdio à anexação daquela zona pelo Estado czarista em 1783 (capítulo 3). Esses *khans* foram também sempre considerados os herdeiros do trono de Istambul caso a dinastia otomana fosse extinta.

Os exemplos da Moldávia, da Valáquia e da Crimeia mostram, portanto, que foram as relações de aliança e não de vassalagem ou de anexação que se mantiveram por séculos, uma vez concluído o principal surto de conquistas otomanas. Apesar de interessantes enquanto excepções, a principal tendência observada entre 1300 e 1550 foi, no entanto, o crescente controlo dos Otomanos sobre os territórios adjacentes. A partir desse período, e até ao fim do Império, verificou-se uma evolução contínua dos métodos de dominação otomana sob novas e curiosas formas (capítulo 6).

A medida que o Estado impunha o seu controlo directo sobre uma região - fosse ela a Anatólia, as províncias árabes, o Sul ou o Norte dos Bálcãs - a sua hegemonia resultava normalmente num beneficio econômico para as populações recém-conquistadas ou subjugadas. O fim do controlo central bizantino na Anatólia e nos Bálcãs significara em muitos casos a ascensão de senhores

feudais bizantinos, ou de estilo feudal, que aplicavam cargas fiscais demasiado pesadas. Sob domínio otomano essa tendência alterou-se; os funcionários otomanos retomaram para a administração central muitas terras e rendimentos que haviam passado para as mãos de senhores locais e dos mosteiros. De um modo geral, os novos súbditos otomanos tinham de pagar menos impostos do que aqueles que anteriormente lhes eram cobrados pelos governantes anteriores aos otomanos.

Desde o fim do século XIV e até meados do século XVI, logo após a imposição do controlo otomano, os funcionários realizavam inventários exaustivos, enumerando todos os recursos tributáveis de uma região. Nomeava-se um fiscal que percorria as aldeias contando os agregados familiares e as cabeças de gado; também media a área dos solos e avaliava a sua fertilidade, produtividade e utilização - os tipos de colheitas, vinhedos e pomares. Depois, registava os dados obtidos nos livros existentes para o efeito (*tahrir defterleri)* - num caso albanês de princípios do século XV, esse levantamento ficou a cargo de um cristão. Faziam também o censo da população - não se contava a totalidade de homens, mulheres ou crianças, mas apenas os que interessavam ao Estado, ou seja, os chefes de família que pagavam impostos e os rapazes com idade suficiente para ingressar nas fileiras do exército.

Feita a inventariação dos recursos imobiliários, o Estado repartia as receitas tributárias pelos administradores e pelo exército sob a forma de *timar* - unidades administrativas fiscais que geravam um certo nível de rendimentos (originalmente, o *timar* valia 20.000 *gurus).* Os titulares das fontes de rendimento do *timar* podiam fazer a respectiva colecta fiscal. Quanto mais importante fosse o serviço prestado pelo titular do *timar,* maiores seriam as cobranças a que teria direito. O rendimento fiscal básico do *timar* eqüivalia à importância em dinheiro considerada necessária para sustentar durante um ano um soldado de cavalaria e a respectiva montada. Estes guerreiros de cavalaria combatiam durante a época de batalha (Primavera e Verão), regressando depois das campanhas para administrar as propriedades. Os sectores do império nos Bálcãs e na Anatólia dividiam-se, portanto, em unidades básicas - os *timar.* A área do terreno a eles reservada era variável - numa zona mais fértil, ele seria mais reduzido, pois a produtividade era maior; em regiões menos abundantes, o terreno teria maiores dimensões, de modo a garantir as quantias necessárias. As unidades fiscais mais rentáveis (na verdade, vários *timar,* cada qual com um nome otomano diferente) sustentavam os comandantes militares e os altos funcionários governamentais.

Estas práticas fiscais eram comuns nos chamados Estados «pré-modernos», que outorgavam a utilização de fontes de receita em troca de serviços prestados

(contrariamente aos Estados contemporâneos, que remuneram os seus funcionários em dinheiro). A concessão limitava-se às receitas fiscais resultantes da terra ou dos recursos e não à terra ou aos recursos em si. O conceito de *timar* baseava-se nas práticas dos antigos reis-sacerdotes do Próximo Oriente, que administravam a terra em nome dos deuses. Desse modo, toda a terra pertencia ao soberano (sacerdote), que permitia a outros usufruírem das suas receitas a troco de serviços prestados ao rei. Na era otomana, o método do *timar* concedia receitas fiscais à cavalaria (*sipahi*); esta era o cerne das forças militares otomanas iniciais, constituindo grande parte dos que combatiam no campo de batalha (na época do sultão Bajazé II - 1481-1512 - houve cristãos titulares de *timar,* chegando a constituir mais de metade do total dos detentores desse benefício; todavia, os titulares cristãos desapareceram gradualmente). Os *sipahi* tinham razões para aprovar as conquistas, pois os proventos dos novos territórios converter-se-iam na obtenção de *timar.* De forma idêntica, esses soldados lucravam com a alternância das relações entre a dinastia otomana e os vizinhos, que passavam da condição de aliados à de vassalos e desta ao controlo directo. Por exemplo, as terras do rei búlgaro acabaram por ser usurpadas, desmembradas e entregues ao exército otomano. Ao início, o Estado procurou manter o controle, promovendo a substituição freqüente dos beneficiários do *timar* para minimizar a possibilidade de que criassem raízes locais.

A despeito dos esforços para suster o aparecimento de tais focos de poder local, os *timar* nos territórios balcânicos passaram, por vezes, para os mosteiros e para os senhores que outrora os possuíam. Do mesmo modo, muitos chefes das tribos anatólias recebiam os tributos das suas tribos sob a forma de *timar.* Estes exemplos são reveladores de um Estado incapaz de impor um controlo absoluto, que se via obrigadoa negociar a fidelidade das elites locais.

Até ao início do século XVI, as fontes de rendimento adquiridas mais recentemente, em especial as terras dos Bálcãs e da Anatólia, tornaram-se *timar.* Mas quando os Otomanos se apossaram das regiões árabes (1516-1517), o Estado central estruturou as suas receitas através da concessão da cobrança de impostos (*iltizam*), um mecanismo fiscal que já existia em pequena escala noutros pontos do império. Com um défice crônico de tesouraria, dada a dificuldade de efetuar cobranças fiscais directas em dinheiro, os Estados pré-modernos utilizaram regularmente esse modelo de colecta fiscal; assim, em datas e locais específicos o Estado leiloava os direitos da cobrança dos tributos de dada zona administrativa, cujo valor anual fora previamente definido por um fiscal. A melhor oferta era paga ao Estado em dinheiro no leilão ou pouco depois da sua realização. De posse da autorização estatal, este concessionário fiscal transferia-se para a região que lhe fora consignada e, fazendo-se acompanhar de

soldados do exército estatal, cobrava os impostos. Uma vez deduzidas as despesas, amealhava o montante correspondente à diferença entre o preço de licitação e a quantia efetivamente recebida.

A partir do século XVI, o *timar* passou progressivamente a dar lugar à concessão da colecta de impostos em virtude das crescentes necessidades de tesouraria do Estado. A burocracia aumentava de forma muito significativa, em parte devido ao fato de o próprio império se ter dilatado e também graças às alterações na natureza do Estado (capítulo 6). As guerras cada vez mais complexas exigiam, por seu lado, financiamentos mais elevados. Os *sipahi*, equipados com arcos e lanças, haviam constituído o núcleo das forças armadas e esta cavalaria constituíra a sua componente essencial sob o ponto de vista táctico e numérico, provindo o seu sustento dos *timar.* Graças a uma evolução originada nos séculos XIV-XV, a cavalaria foi substituída pela infantaria regular, equipada com armas de fogo, passando esta a ser o elemento-chave nos campos de batalha. Bastante mais dispendiosa de manter, a infantaria requeria avultadas contribuições de dinheiro; o arrendamento da cobrança de impostos podia supri-las, mas não os *timar.*

A crescente importância das armas de fogo - o produto de uma notável abertura à inovação tecnológica - também ajuda a explicar o sucesso otomano nos séculos posteriores a 1300. Durante várias centenas de anos, as tropas otomanas foram as que mais cedo, com maior eficácia e em maior grau utilizaram armas de fogo, em comparação com as dinastias adversárias. Nas grandiosas vitórias do século XIV, XV e começo do século XVI, a superioridade tecnológica dos Otomanos desempenhou muitas vezes um papel crucial. A infantaria equipada com canhões e armas de fogo desenvolveu-se em épocas muito recuadas, resultando numa estrondosa vantagem tecnológica, tanto contra os Sefévidas como no conflito dos Bálcãs. Este tipo de armamento requeria disciplina e longo treino, muitas vezes incompatíveis com o nomadismo. Em bastantes culturas, incluindo a otomana, a cavalaria impediu ou retardou a utilização de armas cuja recarga, além de muito demorada, era desonrosa para a ética guerreira de bravura e de coragem demonstrada no combate corpo-a-corpo. Os sultões empregavam as tropas de artilharia recém-criadas nas contendas internas pelo poder contra as forças dos proprietários de *timar,* assaz insubmissas. À medida que este tipo de armamento ganhou preponderância, a cavalaria, bem como os *timar* dos quais dependia, perdeu gradualmente a sua relevância.

Ao cada vez maior valor das armas de fogo alia-se um outro factor de êxito da história otomana, o *devsirme,* ou seja, o chamado sistema de recrutamento infantil, que teve origem na era dos sultões Bajazé I, Murad I e Mehmed II. Até início do século XVII, os agentes estatais encarregues desses recrutamentos

deslocavam-se com regularidade às aldeias cristãs da Anatólia e dos Bálcãs, bem como às comunidades muçulmanas da Bósnia e reuniam todas as crianças do sexo masculino, seleccionando os melhores e mais espertos. Esses recrutas eram levados das suas aldeias natais para a capital otomana ou para outros centros administrativos, onde recebiam durante anos a melhor preparação intelectual e física que o Estado podia proporcionar, incluindo formação religiosa e, naturalmente, a conversão ao Islamismo. A nata deste grupo ingressava nas elites estatais, tornando-se comandantes e grão-vizires e desempenhando um papel distinto na história otomana. Os restantes integravam o famoso corpo de Janízaros, um corpo de infantaria extremamente bem treinado e artilhado de armas de fogo, que alcançou inúmeros triunfos nos séculos iniciais do Império Otomano. Do ponto de vista tecnológico, os Janízaros foram durante séculos a força combatente mais bem preparada e equipada do mundo mediterrânico.

O sistema do *devçirme* proporcionava aos indivíduos do sexo masculino extrema mobilidade social, permitindo aos rapazes do campesinato ascender aos mais altos cargos militares e administrativos do império, até mesmo fora da própria dinastia. O *devsirme* foi uma importante forma de o império aproveitar o potencial humano que a numerosa população cristã submetida representava. A maturidade alcançada pelo Estado otomano ao longo dos séculos XIV-XV, a par da enorme ênfase agora colocada no seu pendor islâmico, levou a que os cargos militares e burocráticos desempenhados por cristãos não convertidos se tornassem problemáticos. E assim, as inventariações da utilização dos solos, antes realizadas por cristãos, deixaram gradualmente de ser efectuadas por estes; o mesmo se verificou com a atribuição de *timar.* No entanto, se por um lado essas nomeações formais diminuíram, as conquistas imperiais nos Bálcãs aumentaram, pelo que os cristãos passaram a constituir uma proporção mais significativa do total das populações otomanas subjugadas. De acordo com a lei islâmica, que a administração otomana afirmava cumprir, o Estado não podia obrigar os súditos cristãos a converterem-se ao Islamismo. Contudo, as suas principais preocupações eram mais políticas do que religiosas: manter e alargar o poder por todos os meios necessários. Tais considerações, as chamadas razões de Estado (capítulo 6), prevaleceram, portanto; graças a uma subtileza de interpretação, o sistema do *devsirme* prevaleceu como instituição estatal legítima.

Ainda que aos nossos olhos ele seja impressionante, este sistema de transposição das fronteiras religiosas teve antecedentes na experiência judaico-cristã. Quando o Cristianismo na Europa Ocidental consolidou a sua força na fase final do período romano, tornou-se inaceitável que os cristãos escravizassem o seu semelhante. A cristianização dos Eslavos levou, portanto, a que os europeus

ocidentais se voltassem para as regiões de África e do mar Negro em busca de escravos. Os mercadores judeus, mercê do princípio da não cobrança de juros aos seus irmãos de fé, preferiam emprestar dinheiro a não judeus. Do mesmo modo, copiando os esclavagistas cristãos e os mercadores judeus, os Otomanos angariavam administradores e soldados experimentados fora dos seus círculos religiosos.

A evolução do Estado até 1683

Entre 1300 e 1683, o Estado sofreu uma transformação radical tanto na sua forma como na concentração do poder no aparelho administrativo. Na primeira parte desse período (1300-1453), as elites eram constituídas por senhores fronteiriços (*beys*), por líderes turcomanos e por príncipes; estes chefes entendiam o monarca otomano como o primeiro entre iguais *(primus interpares).* Quando estas elites, com as respectivas comitivas, tropas e apoiantes independentes do sultão, se colocavam ao seu serviço, obedeciam aos Otomanos porque tal fidelidade lhes conferia ainda maior poder e riqueza. Em vez de comandar esse escol que se lhe equiparava, o sultão, antes, negociava com ele. Contudo, paralelamente assistia-se ao desenvolvimento de uma forte corrente antagônica. Alguns dos indivíduos que promoviam a superioridade do sultão eram joguetes dos monarcas, dos quais dependiam para obtenção de posição e de estatuto. Outros, porém, eram os sábios da religião ou da lei, que invocavam os precedentes islâmicos. Já no começo do século XIV os doutos na lei advogavam que, a despeito do seu imenso poder, os líderes burocráticos e os comandantes militares do exército não passavam, com efeito, de meros escravos do sultão. Não o eram na acepção ocidental, porquanto possuíam terras, podiam legar a propriedade, eram livres de contrair matrimônio e de se movimentar. No sentido específico otomano, porém, ser servo/escravo do sultão significava gozar de privilégios e poderes mas não da proteção legal de que os restantes súditos beneficiavam por princípio. Desde início do século XIV vinha evoluindo a teoria - vivamente contestada pelas velhas elites - de que o sultão não era um simples dirigente turcomano rodeado de outros que quase se lhe igualavam, mas sim, em termos teóricos, um monarca absoluto. Esta contenda sofreu avanços e recuos; todavia, Mehmed II, granjeando enorme prestígio após a conquista de Constantinopla (1453), destituiu muitos dos grandes chefes turcomanos que outrora gozavam de autonomia relativamente ao sultão, retirando-lhes opulência e poder. Pondo agora em prática a teoria do poder absolutista, substituiu-os pelos seus próprios homens, muitas vezes recrutados através do *devsirme;* estes eram indivíduos que estavam, em teoria, em dívida para com o monarca e sobre os

quais o sultão exercia pleno controle. Assim, a data de 1453 assinala uma visível transferência do poder para a pessoa do governante. A partir de então, e até ao século XIX, o poder do sultão era teoricamente absoluto, tendo um controlo ilimitado sobre os destinos das suas elites militares e burocráticas.

Porém, na realidade o poder do sultão variou muito ao longo dos tempos. Durante cem anos após a captura de Constantinopla, o grau de supremacia do sultão foi quase total. Deste modo, no período compreendido entre 1453 e 1550, predominou a noção do monarca eminente, superior a todos e isolado, que dispunha de um tipo de controle muito pessoal sobre os sistemas militar e administrativo. Solimão, *o Magnífico* (tal como Filipe II de Espanha) passou o seu reinado a inspecionar com regularidade os registos do império ou a chefiar pessoalmente os exércitos na guerra.

É provável que ao longo dos cem anos decorridos entre os remados de Mehmed e de Solimão tenha surgido em dado momento, entre administradores e súditos, a noção generalizada de «Império Otomano». Não obstante o fato de se assistir ainda à dilatação das fronteiras, desenvolveu-se a idéia de se viver no mundo do sultão, de se estar em solo do sultão e não, por exemplo, nas terras do monarca Habsburgo ou do xá sefévida. Fundamentalmente, dentro do território as populações tinham a protecção do sultão contra o inimigo; os que se encontravam fora desse espaço eram por ele atacados. Mas havia outras implicações. A idéia de pertencer à comunidade otomana resultava, em parte, das inúmeras medidas tomadas pelo sultão com o intuito de cimentar a lealdade dos súditos (capítulo 6). A um outro nível, a regularização dos impostos e as sucessivas deslocações dos fiscais otomanos ao local reforçavam de igual modo a noção que os súbditos tinham de pertencer ao mesmo universo. Além disso, tanto Mehmed como Solimão promulgaram códigos jurídicos que estabeleciam os padrões sultânicos relativamente às normas de conduta. A existência de um sistema judicial e fiscal comum, bem como a presença de um governante que era de todos e que garantia protecção a todos os súditos contribuiu para animar um maior sentido de participação num projeto «otomano» comum. Este não foi um feito irrelevante, concorrendo em muito para explicar a longevidade do Império Otomano.

Retomemos a narrativa sobre a evolução do poder político estatal. Tal como se descreveu acima, continuou a desenvolver-se o poder sublime do sultão: numa fase posterior do reinado de Solimão a autoridade começou a passar da figura do monarca para outros da sua casa real. De um modo geral, o reinado deste sultão pôs termo a uma linha quase ininterrupta de reis guerreiros, cujas origens recuavam ao fundador do Império Otomano. Neste Estado em maturação, a arte de governar modificou-se à medida que as guerras de conquista abrandaram e,

por último, cessaram. Quando se deu por findo o alargamento territorial, as aptidões administrativas de homens e mulheres tornaram-se mais importantes do que as capacidades bélicas: era preciso legitimar sultões, não derrotá-los. Assim, entre o final do século XVI e meados do século XVII, as mães e as mulheres dos sultões ganharam maior projeção na tomada de decisões, detendo um considerável mas ainda informal poder político. No século XVII, a verdadeira autoridade raramente estava nas mãos do soberano; de forma geral, ele reinava mas não liderava. Murad IV assumiu o controlo pessoal no período final da sua regência (1623-1640) - fato invulgar para um governante do século XVII. Todavia, nos primeiros anos, foi Kösem, sua mãe, quem habilmente reabilitou as finanças do Estado após um grave período inflacionista. Até aos reinados de Mahmud II e Abdülhamid II, no século XIX, deixou de haver na história otomana sultões que tivessem comandado efetivamente o Estado e as forças militares. Mehmed V (1648-1697) pôde tornar-se sultão embora fosse ainda criança porque não era necessário que reinasse de fato. Em vez disso, simbolizava um sistema que funcionava em seu nome. A autoridade pertencia a sua mãe (a referida Kösem), a outros membros da casa real e, à data, a membros de proeminentes casas senhoriais de Istambul, fora do palácio. Assim, entre 1550 e 1650, aproximadamente, a política e sua implementação deixaram de recair sobre a figura do sultão; no entanto, na sua capital, Istambul, o Estado central ainda governava os assuntos.

A intensa transformação do aparelho de Estado prosseguiu ao longo do século XVII. Antes de mais, o sultão tornou-se, tal como vimos, um monarca reinante mas não ativo, que legitimava as ordens burocráticas; contudo, habitualmente não era ele que estava na origem dos atos governativos. Por exemplo, na segunda metade desse século (1656-1691), era a ilustre família dos Köprülü que verdadeiramente conduzia os assuntos do Estado, tendo ocupado muitas vezes a posição de primeiros-ministros (grão-vizires). Segundo, por volta de 1650, novos grupos de elite de Istambul, fora das classes militares (*sipahi* e *askeri),* as chamadas casas de vizires e de paxás, começaram a colocar sultões no poder e a governar. Emergira uma nova liderança coletiva - uma oligarquia civil; o sultão proporcionava a aparência de continuidade enquanto, de facto, as novas práticas substituíam as antigas. É certo que o Estado central ainda exercia o comando, porém eram outros que mandavam. Isto era o oposto do que se testemunhava na Europa Central e Ocidental, onde os monarcas consolidavam o seu poder.

Estas famílias de vizires e de paxás firmavam-se em novos alicerces fiscais, em fontes de riqueza independentes do Estado nas quais se incluíam, após 1695, a concessão vitalícia da cobrança de impostos e as expropriações ilegais de terrenos do Estado. Igualmente significativas eram as receitas baseadas nas

chamadas fundações de caridade. Essas fundações *(vakif ou waqf)* desempenharam um papel preponderante na vida econômica da sociedade otomana, bem como de outras sociedades islâmicas. Eram fontes de rendimento disponibilizadas por donatários (homens ou mulheres) destinadas a fins de beneficência, como fosse a manutenção de uma mesquita, de uma escola (*medrese*) [madraça], de estudantes, de refeitórios para os pobres, de bibliotecas ou de orfanatos. Essas fontes de receita podiam ser terras aráveis ou, porventura, lojas e armazéns. O doador elaborava um documento através do qual o terreno ou a loja eram cedidos à fundação. Em boa verdade, as receitas passavam a ser canalizadas para o fim a que se destinavam logo após a constituição da fundação ou aquando da morte do donatário. No entanto, surgiu um outro modelo de fundação: as receitas eram nominalmente destinadas a fins caritativos, contudo os donatários e seus herdeiros continuavam, de facto, a recebê-las, sob vários e dúbios pretextos legais. As fundações misericordiosas (até mesmo as obscuras) não podiam ser confiscadas graças ao clausulado da lei islâmica, ciosamente defendida pelos sábios eclesiásticos, os ulemás. Essas instituições proporcionavam, portanto, uma fonte de receita segura, de uma forma que jamais se obteria nos proventos dos *timar* ou na concessão da colecta de impostos. Esta, tal como os *timar,* resultava directamente da ação do Estado, podendo por esse motivo ser retirada ao seu titular a qualquer momento. Porém, isso não acontecia com as receitas das fundações, além de que não podiam ser confiscadas. A constituição de uma fundação de caridade significava que os bens de um indivíduo - o qual, enquanto membro da elite militar ou administrativa, era teoricamente escravo do sultão - não podiam ser penhorados, facto que constituiu uma assinalável reviravolta na história otomana. No século XVI, essas fundações haviam sido apanágio do Estado e prerrogativa dos que se encontravam sob a alçada sultânica. Porém, no século XVIII, extinguiu-se o monopólio do acesso, tendo a formação de instituições misericordiosas alastrado a grupos recém-surgidos. Isto integrou-se no processo de enfraquecimento do poder do sultão. E provável que a segurança financeira que estas fundações proporcionavam tenha estabilizado as respectivas posições das famílias de vizires, de paxás e dos ulemás como novas forças do poder político-econômica dos finais do século XVII.

III

O IMPÉRIO OTOMANO: DE 1683 A 1798

Introdução

Em marcado contraste com os êxitos político-militares da era de 1300-1683, o longo século XVIII caracterizou-se por derrotas e recuos territoriais. A estrutura política evoluiu continuadamente, assumindo novas formas, num processo de transformação e não de declínio. Continuou a existir poder central, mas de um modo novo e mais dissimulado, porquanto a obediência era mais freqüentemente conseguida pela via da negociação do que pela imposição. Também se registaram importantes mudanças na economia otomana: a circulação de mercadorias começou a aumentar; é provável que tenha havido um crescimento do consumo pessoal, vindo a economia mundial a desempenhar um papel cada vez maior na vida quotidiana dos súbditos otomanos.

As guerras de retração: *c.* 1683-1798

No plano internacional, este período pautou-se pelos fracassos militares e pela perda de territórios, uma época em que o Estado imperial otomano foi menos bem sucedido do que no passado. Antes de mais, vale a pena esclarecer algumas questões globais.

Primeiro, os desaires otomanos são essencialmente tão difíceis de explicar como os triunfos dos séculos anteriores. No princípio do século XVI, altura em que as riquezas do Novo Mundo inundavam a Europa, os Otomanos deixaram de ter a superioridade tecnológica militar, enfrentando inimigos europeus cujo armamento e estratégias se equiparavam aos seus e que, mais tarde, os suplantaram. Além disso, o anterior desequilíbrio militar entre atacantes e atacados, vantajoso para os primeiros, favorecera os Otomanos; porém, a defesa tornara-se agora mais sofisticada e incomparavelmente mais dispendiosa. Solimão, *o Magnífico,* cujo reinado testemunhara tantas glórias, morreu às portas das muralhas de Szigetvar, simbolismo pungente da dificuldade em atacar cidades fortificadas, que se tornaram um aspecto cada vez mais comum da guerra. Além disso, as economias ocidentais tinham maior possibilidade de suportar os custos progressivamente mais avultados das novas tecnologias e do combate defensivo graças, em parte, à imensa infusão de riquezas procedentes do Novo Mundo. A história do ocaso otomano e da ascendência da Europa

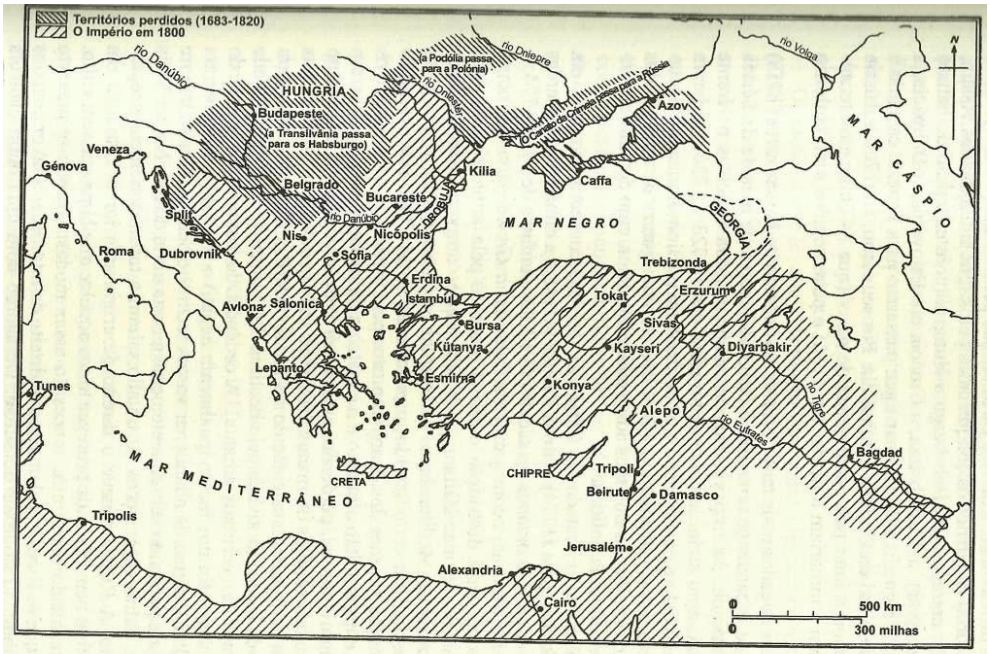
Ocidental é, bem entendido, muito mais complexa, dando-se-lhe seguimento nos capítulos seguintes.

Em segundo lugar, as monarquias absolutistas surgidas na Europa ao longo do século XVIII eram mais centralizadas do que nunca. Em certa medida, os Otomanos acompanharam essa evolução; contudo, o mesmo não se verificou noutros Estados do globo. Após uma fugaz recuperação no início do século, o Estado iraniano debilitou-se e desintegrou-se, não mais conseguindo uma forte coesão até princípios do século XX. Ainda mais a leste, o Estado mongol e o resto da Índia caíram sob domínio francês ou britânico.

Terceiro, as derrotas otomanas e as perdas territoriais do século XVIII foram uma questão muito séria, mas tê-lo-ia sido mais ainda se não fossem as rivalidades entre os Estados europeus ocidentais, centrais e orientais. No pós-guerra, várias foram as ocasiões em que a diplomacia europeia interveio em negociações com os Otomanos a fim de impedir que os seus oponentes conseguissem demasiadas concessões, possibilitando assim à facção otomana vencida a conservação de terras que, de outra maneira, teria perdido. Embora seja fácil pensar-se que este período foi uma época de absoluto infortúnio dados os muitos malogros e retiradas, também se registaram alguns êxitos, tanto devido à destreza diplomática otomana como ao seu poderio bélico, sobretudo na primeira metade dessa era.

No ano de 1683 iniciou-se, em Viena, um século de derrotas militares, que findou com a invasão do Egipto por Napoleão Bonaparte, em 1798 (mapa 3). Os acontecimentos que tiveram lugar imediatamente após o fracassado cerco de 1683 e a subsequente debandada dos exércitos otomanos foram calamitosos para o regime de Istambul; uma conseqüência desastrosa desses acontecimentos foi a perda da importante fortaleza de Belgrado; em 1691, o regime sofreu um revés militar em Slankamen, que culminou com a morte do grão-vizir, Fazll Mustafá, no campo de batalha. Numa outra região, o inimigo russo recém-emergente (as guerras russo-otomanas começaram em 1677) atacou a Crimeia em 1689, capturando o crucial porto de Azov seis anos mais tarde. Todavia, em 1697 ocorreu outra catástrofe em Zenta, às mãos do comandante militar habsburgo, o príncipe Eugênio de Sabóia. Estas perdas foram ratificadas pelo Tratado de Carlowitz de 1699, encetando-se uma nova fase da história otomana. Pela primeira vez, um monarca otomano reconhecia formalmente a derrota e a alienação permanente (e não a retirada temporária) de territórios conquistados pelos seus antepassados. Assim, o sultão entregou aos Habsburgo a Hungria (com excepção do banato de Temeçvar), a Transilvânia, a Croácia e a Eslovênia; a Dalmácia, a Moreia e algumas ilhas do mar Egeu passaram para Veneza, cabendo à Polônia o Sul da Ucrânia e a Podólia. Por seu turno, até 1700 a Rússia

continuou a lutar pela reconquista de Azov (que os Otomanos recapturariam e tornariam a perder em 1736) e pelas regiões a norte do rio Dniester.
Duas décadas mais tarde, através do Tratado de Passarowitz (1718) cedia-se o banato (e novamente Belgrado), cerca de metade da Sérvia e a Valáquia. As tropas otomanas também foram vencidas na frente oriental; num ciclo de batalhas travadas entre 1723 e 1736, perderam o Azerbaijão e outros territórios na fronteira pérsico-otomana. Exatamente dez anos depois, em 1746, findava uma guerra de dois séculos entre os Otomanos e os seus adversários iranianos, cujo declínio redundou na anarquia política.
Tal como o Tratado de Carlowitz de 1699, o acordo firmado em Küçük Kaynarca (1774) com os Romanov realça a dimensão das perdas infligidas aos Otomanos no século XVIII. Os conflitos de 1768-1774, o primeiro dos quais com a czarina Catarina, *a Grande,* tiveram como conseqüência a destruição da frota otomana pela armada russa; tendo partido do mar Báltico, os barcos russos atravessaram Gibraltar e cruzaram o Mediterrâneo, derrotando os Otomanos no Egeu, perto de Çeçme. Em certo sentido, o pagamento da avultada indemnização devida foi o menor dos danos impostos pelo tratado, pois cortam-se os laços entre o sultão otomano e o canato da Crimeia; os *khans* ganharam autonomia formal, perdendo, assim, a protecção do sultão. Tal estatuto privou os exércitos otomanos das forças militares do *khan;* essas tropas tinham sido o seu sustentáculo no século XVIII, quando preencheram parte da lacuna motivada pelo declínio dos Janízaros enquanto unidade de combate (ver mais adiante).



Mapa 3 - O Império Otomano, de 1683 a 1800.
Adaptado de Halil İnalcık com Donald Quataert, orgs., *An economic and social history of the Ottoman Empire, 1300-1914* (Cambridge, 1994), xxxvii.

A cedência do controle exclusivo do mar Negro foi um factor igualmente negativo. Os Otomanos tiveram simultaneamente de abandonar vastos territórios entre os rios Dniepre e o Bug, perdendo subseqüentemente a costa norte do mar Negro. Mais tarde, outras disposições do tratado viriam a ter uma tremenda repercussão. A Rússia obteve o direito de erigir uma igreja ortodoxa em Istambul bem como de proteger todos aqueles que lá prestassem culto. Em resultado disso, esta concessão assaz modesta tornou-se pretexto para que os Russos reclamassem o direito de interceder a favor de todos os súditos ortodoxos do sultão. De acordo com uma outra cláusula do mesmo tratado, a Rússia reconhecia o sultão como califa dos muçulmanos da Crimeia. Sultões posteriores, em especial Abdülhamid II (1876-1909), ampliaram esta pretensão do califa de modo a contemplar não apenas todos os súbditos otomanos mas também os muçulmanos de outras partes do globo (ver abaixo e o capítulo 6). Tal como é visível, o papel desempenhado pelo Tratado de Küçük Kaynarca de 1774 foi, portanto, fundamental, influenciando os posteriores desenvolvimentos, quer nacionais, quer internacionais do mundo otomano. O Tratado de Jassy pôs termo a uma outra guerra russo-otomana (1787-1792) e nele se reconheceu a conquista russa da Geórgia. Além disso, na seqüência do tratado de 1774, o vulnerável canato da Crimeia foi formalmente anexado pelo Estado czarista.

Os motivos que levaram Napoleão Bonaparte a invadir o Egipto em 1798 há muito que são debatidos pelos historiadores. Seguiria Napoleão na senda da

Índia britânica ou pretendia simplesmente bloquear o acesso da Inglaterra à sua futura jóia da coroa? Ou, tal como a incursão gorada sobre o Norte da Palestina parece sugerir, procuraria ele substituir o Império Otomano pelo seu próprio império? De qualquer modo, a invasão assinalou o fim da dominação otomana sobre essa fértil e crucial província banhada pelo Nilo, bem como a sua emergência como Estado independente liderado por Muhammad Ali Paxá e seus descendentes. Desde essa data, as relações otomano-egípcias oscilaram enormemente. Ao longo da sua vigência, Muhammad Ali Paxá (morreu em 1848) quase derrubou o Estado otomano; no entanto, os sucessores de Muhammad Ali mantiveram estreitos laços com os seus suseranos nominais. No século XIX, porém, Istambul deixou de dispor das receitas egípcias, à excepção do pagamento de um tributo.

A análise destas batalhas, campanhas e tratados torna perceptível o ritmo e a dimensão das derrotas otomanas; todavia, esse processo não foi tão claro na altura. Registaram-se algumas vitórias significativas, pelo menos na primeira metade do século XVIII. Por exemplo, Belgrado caiu logo após o cerco de 1683; contudo, foi reconquistada nas contra-ofensivas otomanas de 1689-90, a par da Bulgária, da Sérvia e da Transilvânia. Com efeito, o sultão recuperou o domínio de Belgrado pelo menos três vezes, permanecendo a cidade sob alçada otomana até começos do século XIX. Em 1711, para apontar outro exemplo, os exércitos de Pedro, *o Grande* foram completamente cercados pelas tropas otomanas no rio Prut, na fronteira moldava, forçando o czar a abrir mão de todas as suas conquistas recentes. Vários anos depois, os Otomanos recuperaram a fortaleza de Azov, no mar Negro. Na guerra de 1714 a 1718 com Veneza recapturaram a Moreia, que ficou sob dominação otomana ao longo de mais de um século, até à guerra da Grécia pela independência. Os Otomanos alcançaram outros triunfos importantes em 1737 contra os Austríacos e contra os Russos. Por várias razões, entre as quais se incluem a mediação francesa e o facto de os Habsburgo temerem o sucesso russo, a paz de Belgrado (1739) restituiu aos Otomanos tudo aquilo que fora entregue aos Habsburgo por via do anterior Tratado de Passarowitz. No mesmo ano, reconquistaram Azov aos Russos; estes retiraram todos os seus barcos mercantes e de guerra do mar Negro, abandonando igualmente a Valáquia. Até mesmo depois dos desastres da guerra que findou em Küçük Kaynarca, os Otomanos alcançaram alguns triunfos, obrigando mais uma vez a Rússia a retirar dos principados (e do Cáucaso). Foi o que fez Catarina, de novo, em 1792, ao assentir em abandonar os portos na foz do Danúbio.

Políticas econômicas do Estado

Os historiadores têm discutido a natureza e o papel da política do Estado na transformação da economia otomana. Alguns defendem que no século XVIII o controle estatal era excessivo; outros advogam o contrário. Os que se incluem neste último grupo afirmam que os regimes europeus do século XVIII adotavam políticas mercantilistas, regulando o fluxo de bens aquém e além fronteiras, o que lhes permitia não só influenciar o mercado mundial a seu favor mas também tornarem-se poderosos. Contudo, dizem ainda, o Estado otomano não foi capaz de o fazer de modo satisfatório e, por esse motivo, o seu poderio enfraqueceu.

É certo que, tal como em datas anteriores, o Estado otomano setecentista reclamava o direito de controlar e gerir os recursos econômicos de acordo com as necessidades. A sua interferência na economia rural e urbana era, portanto, uma constante, visando o provimento de bens alimentares, de matérias-primas e de produtos manufacturados ao palácio e a outras elites, ao exército e aos habitantes da capital. De um modo geral, isso tinha efeitos nefastos e perturbadores, pois era freqüente o Estado pagar abaixo dos preços de mercado; em muitos casos, escoava grande parte ou a totalidade de um artigo, criando assim escassez. Requisitavam-se, para fins específicos, as colheitas de regiões inteiras ou a produção manufactureira de certas guildas - por exemplo, para aprovisionar a casa real ou as tropas em campanha. No final do século XVIII, o fornecimento de cereais às forças militares na frente dos Bálcãs, por exemplo, era feito pelas regiões circunvizinhas; do Egipto e de Chipre, mais longínquos, vinha arroz, café e biscoitos. O Estado também se esforçava bastante por alimentar a população de Istambul, não por uma preocupação humanitária, mas pelo receio de que a escassez de alimentos gerasse instabilidade política. Assim, havia inúmeras regulamentações que ditavam o transporte de trigo e de ovelhas para abastecer os lares da populosa capital.

Não podemos saber ao certo se foram essas medidas que causaram o estrangulamento econômico dessa época de crise bélica dos finais do século XVIII, cujo impacto foi decisivamente funesto para o desenvolvimento da economia otomana; ou se o Estado se desmoronou em virtude do seu insuficiente rigor e da sua política mercantilista deficiente. No entanto, fica claro que ambas as facções do debate conferem ao Estado mais poder do que ele tinha efectivamente. As tendências do mercado global poderão ter afectado a economia otomana daquele período de uma forma mais acentuada do que a política do Estado. Parece mais vantajoso tentar descobrir outros factores para se ter um entendimento mais completo da transformação econômica otomana (capítulo 7). Podemos afirmar com maior segurança que no século XIX (capítulo 4) o Estado abandonou a chamada política de aprovisionamento e que as forças de mercado desempenharam um papel mais determinante do que antes.

A vida política entre as elites no centro imperial

No século XVIII, o poder do sultão era, na maior parte dos casos, meramente simbólico, ratificando alterações ou iniciativas encetadas por outros na vida política. Embora o fim do chamado «governo do harém» tenha posto termo a uma famosa versão de controlo político feminino, as mulheres das elites continuaram a ser influentes. Na dinastia prosseguiam os casamentos de filhas com altos dignitários, como meio de forjar alianças e manter a autoridade. Esse apoio pode ter ganho maior importância quando o poder foi transferido para fora do palácio. Desde 1656, pelo menos, data em que o sultão Mehmed IV passou o poder executivo para o grão-vizir Mehmed Kõprülü Paxá, o controlo político ficara nas mãos das famílias dos vizires e dos paxás. Também as aptidões guerreiras caíram em desuso; à medida que a exploração dos recursos existentes, em vez do alargamento territorial, se tornou a principal fonte de receitas do Estado, passou a favorecer-se as perícias administrativas e financeiras. Era, então, daquelas famílias que provinha a maioria dos nomeados para o desempenho de cargos; elas proporcionavam a preparação administrativa e financeira, agora essencial, ficando muitas vezes ligadas ao palácio através de casamentos com princesas otomanas. Contrariamente aos «escravos do sultão» que haviam governado antes, estas elites, masculinas ou femininas, não se posicionavam à margem da sociedade, antes envolviam-se na vida econômica através do controlo de fundações de caridade, das concessões vitalícias para a coleta de imposto e de sociedades com mercadores. Os séquitos desses vizires e paxás funcionavam como áreas de recrutamento para as novas elites, garantindo-lhes proteção, emprego, formação e os contatos adequados. No final do século XVII, praticamente todos os assuntos internos e externos estavam a cargo de homens formados nessas famílias.

Todavia, no começo do século seguinte, Mustafá II procurou infrutiferamente inverter essa tendência, chamando de novo a si a supremacia do sultão, do palácio e dos militares. Numa tentativa desesperada de recuperar o poder e de se reposicionar nos meandros da política, Mustafá II confirmou de um modo algo chocante o direito hereditário ao *timar,* o sustentáculo financeiro de uma cavalaria já obsoleta do ponto de vista bélico. Mas esse golpe, o chamado «Acontecimento de Edirna» (*Edirne Vakasi)* de 1703 fracassou. A partir de então, o vulto e os poderes do sultão passaram a ser de tal forma reduzidos que tinha a obrigatoriedade de se aconselhar com as «partes interessadas», obedecendo às suas orientações. Este conjunto de acontecimentos selou a ascendência das famílias dos vizires e dos paxás (bem como dos seus aliados na

comunidade dos sábios religiosos, os ulemás) e deu o tom da política central setecentista. E assim, num momento em que muitos dos Estados da Europa Continental concentravam o poder nas mãos do monarca, a estrutura política otomana evoluía em sentido diferente, retirando a supremacia ao governante.
A medida que os sultões perdiam a luta pelo poder na política interna, procuraram novos instrumentos e estratégias para manter a sua presença política. A partir do começo do século XVIII, nomeadamente, o Estado central reestruturou as rotas de peregrinação às Cidades Santas, esforçando-se assim por fomentar a sua legitimidade e consolidar o seu poder pessoal (capítulo 6) - contudo, não é claro se foi o sultão ou outras individualidades do centro que tomaram essa iniciativa. Os desenvolvimentos observados no chamado período da Tulipa (1718-30) ilustram de modo mais exacto as subtilezas a que os sultões recorreram para sustentar a sua legitimidade. O período da Tulipa, uma época de admirável experimentação na história otomana, foi assim designado por um historiador do século XX em virtude das freqüentes competições no cultivo de tulipas. Esta flor simbolizava tanto o consumismo ostensivo como o intercâmbio intercultural, pois era um produto de troca entre o Império Otomano, a Europa Ocidental e a Ásia Oriental. Ahmed III e o seu grão-vizir, Ibrahim Paxá (casado com Fatma, filha do sultão), recorreram à arma do consumo para dominar as elites de Istambul, uma estratégia integrada na sua tentativa de negociação do poder. Tal como Luís XIV, em Versalhes, a corte do período da Tulipa despendia faustosamente - no caso otomano, não eram apenas as tulipas mas também a arte, a culinária, os artigos de luxo, o vestuário e a construção de palácios de lazer. Através deste novo instrumento - a aquisição de bens - o sultão e o grão-vizir procuravam controlar as famílias dos vizires e dos paxás, à semelhança de Luís XIV, que obrigava a nobreza a residir em Versalhes, a sede do poder, e a participar em bailes e banquetes financeiramente ruinosos. O sultão Ahmed e Ibrahim Paxá procuraram levar as altas estirpes de Istambul a comprar, colocando-se eles próprios na ribalta social como modelos a imitar. Ao liderar o consumo, procuraram engrandecer o seu estatuto político bem como a sua legitimidade. Num período mais tardio do século XVIII, outros sultões utilizaram as leis do vestuário como esforço idêntico para manter ou reiterar essa mesma legitimidade e supremacia. Tais leis - uma característica comum da sociedade otomana e de outras sociedades pré-modernas - estipulavam o que os indivíduos de diferentes estratos, religiões e profissões deviam vestir, no corpo e na cabeça. Os muçulmanos, por exemplo, apenas podiam usar certas cores e tecidos, os quais eram interditos aos cristãos e judeus; estes, por seu turno, deveriam usar outras cores e tecidos. Através do exercício ou do reforço dessas leis, os próprios sultões apresentavam-se como guardiães das barreiras que

diferenciavam os seus súbditos, e como agentes da moralidade, da ordem e da justiça. Por via destas normas, os governantes agiam como árbitros na competição pelo estatuto social, procurando reforçar a sua legitimidade de soberanos numa época em que não comandavam exércitos nem lideravam efetivamente a burocracia (consulte-se também o capítulo 8).

Os conflitos entre a elite e o povo de Istambul

As disputas pela supremacia política desenvolveram-se não apenas no centro mas também noutras cidades otomanas; elas verificaram-se no seio das elites bem como entre estas e as massas populares. Nessa contenda, o famoso corpo de Janízaros teve um papel capital. Tal vimos atrás, os Janízaros haviam sido uma força combatente eficaz, integrada no exército, que servia como guarnições urbanas. No século XVIII, essas forças tinham-se tornado militarmente ineficazes, apesar de ainda combaterem. O treino e armamento dos Janízaros haviam-se deteriorado de tal modo que foram substituídos no núcleo combatente do exército pelos Tártaros da Crimeia e por outros corpos militares regionais. A preparação e a rigorosa disciplina que caracterizavam este escol da infantaria armada haviam desaparecido em 1700, levando a que os batalhões janízaros, outrora o terror dos inimigos estrangeiros, se transformassem no terror dos sultões. Já em finais do século XVI, os Janízaros haviam insultado o corpo de Solimão, *o Magnífico,* e negado a Selim, seu filho, o acesso ao trono até que lhes fosse oferecida uma quantia adequada em dinheiro. A sua proximidade do sultão - como seus guarda-costas - e o estatuto de elite militar colocou-os no tentador papel de criadores de reis, com uma pronta capacidade para fabricar e destituir governantes. As tentações cresceram quando a sua situação econômica se deteriorou: os custos da guerra, cada vez mais onerosos, impediam que o Estado pagasse aos Janízaros salários que lhes permitissem fazer face à gravosa inflação da época. Como guarnições, pertenciam geograficamente ao tecido urbano; de modo a compensar a desvalorização das suas remunerações, estabeleceram laços econômicos com aqueles a quem davam protecção e que se encontravam sob a sua coordenação em Istambul bem como noutras cidades importantes - Belgrado, Sófia, Cairo e Damasco, nomeadamente, e noutras localidades intermédias. Aí, tornaram-se padeiros, talhantes, barqueiros e almocreves, ocupando-se de determinados ofícios artesanais e possuindo também cafés. No século XVIII, ou haviam enveredado por esse comércio e actividades ou transformado numa espécie de chefes mafiosos que protegiam os negócios a troco de uma taxa. Os Janízaros passaram, portanto, a representar os interesses das classes produtivas urbanas - incluindo os privilégios corporativos das guildas e as medidas

econômicas protecionistas - e a fazer parte integrante da turba citadina. E contudo, o fato de pertencerem ao corpo janízaro significava que pertenciam igualmente às elites. Acresce ainda que o comandante destes batalhões, o *agá* dos Janízaros, era um homem importante do ponto de vista administrativo, tendo assento nos mais altos conselhos do Estado. A medida que passaram gradualmente a estar mais envolvidos na economia urbana, os Janízaros começaram a transmitir o seu estatuto elitista. Aboliram-se as antigas interdições relativas ao casamento e à vida fora da caserna; os filhos dos Janízaros residentes nas cidades começaram progressivamente a substituir os rapazes das zonas rurais nos recrutamentos do *devsirme* (a última requisição ocorreu em 1703). No princípio do século XVIII, esta infantaria armada passou a ser urbana e hereditária, um cargo se transmitia de pais para filhos que eram muçulmanos de nascimento, e não cristãos.

A identidade elitista-popular dos Janízaros - oriundos do povo, porém fazendo parte e ligados às elites - atribuiu-lhes um papel de destaque na política interna. Deram e retiraram sucessivamente o poder a sultões, nomeando ou destituindo grão-vizires e outros altos funcionários, por vezes na seqüência de querelas elitistas internas mas, na maior parte dos casos, em nome das classes populares. Até à sua extinção em 1826, os Janízaros foram freqüentemente baluartes contra as tiranias das elites e uma milícia popular que pugnava pelos interesses do povo. Se os considerarmos nesse papel, e não como anjos caídos - tropas de elite corruptas e elementos descontrolados do aparelho de Estado -, o século XVIII torna-se, então, uma época de ouro da política popular de muitas cidades otomanas, um período em que as vozes da rua, orquestradas pelos Janízaros, falaram mais alto do que em qualquer outro período da história otomana.

A vida política nas províncias

A deslocação da sede do poder político central - dos sultões para as casas senhoriais a ele ligadas; destas para as oligarquias dos vizires e paxás e, por último, destas para as ruas - teve paralelo nas importantes transformações da vida política nas províncias. De uma forma global, ao longo dos séculos XVII-XVIII o poder político provincial parecia actuar de forma mais autônoma em relação ao controlo da capital. Em quase todo o território o Estado central tornou-se *visivelmente* menos importante, ao mesmo tempo que as famílias locais ilustres ganharam maior preponderância na vida quotidiana de quase toda a gente. Sectores inteiros do império ficaram sob o domínio político dessas famílias. Os Karaosmanoglu, os Çapanoglu e os Camkli Ali Pasaoglu, por exemplo, dominavam os assuntos político-econômicos do Nordeste da Anatólia,

e das regiões central e ocidental respectivamente; nos territórios balcânicos Ali Paxá de Janina governava Épiro; Osmã Pasvanoglu, de Vidin, controlava o Baixo Danúbio, desde Belgrado até ao mar. Nas províncias árabes, a família de Solimão, *o Magnífico* administrou Bagdad ao longo de todo o século XVIII (1704-1831); o mesmo aconteceu com a família Jalili, em Mossul, enquanto que homens poderosos, como Ali Bey, lideraram o Egito.

Estas individualidades provinciais podem categorizar-se em três grupos, cada qual refletindo um contexto social diferente. Do primeiro descendiam indivíduos chegados à região por nomeação do poder central e que depois criavam raízes no local, o que constituía uma clara violação das normas em contrário do poder central. De facto, o controlo central nunca foi tão abrangente e escrupuloso como as declarações do próprio Estado sugeriam. Os seus agentes deambulavam de comissão em comissão, porém não com a freqüência ou regularidade que o Estado desejaria, a despeito dos aturados censos territoriais e das listas de rotatividade de serviço existentes. No entanto, essas nomeações para cargos de autoridade provincial, fossem eles de governador ou de titular de *timar*, tinham uma duração mais curta nos séculos XVI e XVII do que no século XVIII. Ou seja, comparativamente com os séculos XVI-XVII, a circulação de mandatários provinciais nomeados pelo poder central sofreu uma redução considerável no decorrer do século XVIII. Mediante negociações com a capital, esses indivíduos obtiveram o direito legal de permanência. Assim, por exemplo, os al Azm, uma família de Damasco, tal como os Jalili, de Mossul, ascenderam a governadores no serviço oficial otomano, apesar de virem de postos inferiores; o mesmo se verificou com a dinastia dos Karaosmanoglu, da Anatólia Ocidental. Em cada caso, os membros da família permaneceram em cargos formais do poder provincial ao longo de várias gerações ou, por vezes, mais tempo.

O segundo grupo consistia em figuras proeminentes oriundas de famílias das elites de uma região, antes do período otomano. Nalguns casos, os sultões reconheceram o seu estatuto e soberania à data da incorporação, tal como sucedeu, por exemplo, com inúmeras importantes famílias terratenentes da Bósnia. E provável que os historiadores tenham subestimado a conservação do poder político local por parte desses grupos elitistas pré-otomanos; foram mais as famílias que desempenharam um papel decisivo no período otomano do que aquilo que tem sido reconhecido. De acordo com outro padrão, os grupos elitistas existentes, originalmente destituídos do poder, readquiriram de forma gradual o controlo político e o reconhecimento estatal.

O terceiro grupo - que parece ter existido apenas nas províncias árabes do Império - era composto por soldados-escravos mamelucos, cujas origens remontavam à era islâmica medieval. Os Mamelucos, por exemplo, reinaram

sobre o Egipto ao longo de séculos, importando anualmente vários milhares de escravos até serem destronados pelos Otomanos em 1516-1517. No período otomano, o mameluco nascia habitualmente fora da região e em virtude da guerra ou de ataques era feito escravo e deportado para o mundo otomano. Os governadores ou os comandantes dos exércitos compravam-no no mercado de escravos regional ou local, levavam-no para a casa senhorial como escravo militar ou aprendiz e depois era treinado nas artes militares ou administrativas. A dada altura do processo de formação concediam-lhe alforria, mas o mameluco permanecia ao serviço do amo; conquistava, então, proeminência na zona, acabando por fundar a sua própria casa, que dotava de aquisições escravas, perpetuando assim o sistema. O poderoso Ahmed Jezzar Paxá, que governou Sidon e Acre (1785-1805) na região líbano-palestiniana, e Solimão, *o Magnífico* de Bagdad, haviam sido mamelucos ao serviço de Ali Bey do Egipto.

A evolução do domínio dos notáveis locais nas áreas da Moldávia e da Valáquia - actual Romênia - foi singular. Os príncipes locais go- vernaram-nas como vassalos otomanos até 1713, data em que foram expulsos após terem oferecido auxílio ao czar Pedro da Rússia na sua campanha do Prut. Em substituição destes príncipes, a capital nomeou elementos ricos e influentes da comunidade ortodoxa grega, que viviam no chamado bairro de Fener/Phanar, na capital. Até ao fim do século, na verdade, até à guerra da Grécia pela independência, os Fanariotas governaram os dois principados com total autonomia em troca do pagamento de tributos. Implementaram a mais tirânica e feroz governação jamais vista no mundo otomano, quase uma servidão. Embora designados pelo poder central, dirigiram os principados com total liberdade, surgindo assim como excepções ao quadro que aqui se apresenta.

Em geral, esses notáveis das províncias, fossem eles nomeados pela capital, procedessem das elites pré-otomanas ou dos Mamelucos, encetaram e mantiveram estreitos laços com a comunidade dos ulemás, bem como com mercadores e proprietários de terras. No caso dos dois primeiros grupos de indivíduos - os descendentes de funcionários nomeados pelo poder central ou das elites pré-otomanas - o casamento com mulheres das famílias importantes fazia parte do seu processo de acumulação do poder local. Acresce que esse escol feminino possuía grandes propriedades e concessões para a colecta de impostos, administrando, ainda, fundações de caridade em seu nome próprio. Assim, dispunham de um poder pessoal assinalável, que também podia ser utilizado pela família nas suas negociações com as elites locais ou com o governo central.

Afigura-se importante sublinhar que o estabelecimento da autoridade de uma família proeminente de determinada área não constituía normalmente uma

insurreição contra a autoridade central otomana, pelo contrário. Em geral, as dinastias locais reconheciam o sultão e o poder central, entregavam-lhes alguns impostos e mandavam soldados para os exércitos imperiais - iniciativas que reflectem a complexa e fascinante interacção de dependência mútua entre as províncias e o centro no mundo otomano setecentista. Veja-se, por exemplo, o envio de tropas. Tal como verificamos, no século XVIII o Estado central dependia das forças provinciais como principal fonte de soldados para o exército, dependência essa que concedeu aos ilustres um considerável poder negocial. Por outro lado, estes mandavam tropas porque necessitavam do Estado central para sua legitimação e ainda, tal como veremos adiante, para o seu bem-estar econômico.

A partir de 1695, o Estado central desenvolveu a concessão vitalícia ao direito de colectar os impostos de uma zona em troca de.pagamentos ao tesouro em dinheiro (*malikane*). Em 1703 os *malikane* haviam proliferado de forma célere, sendo amplamente praticados nas províncias balcânicas, árabes e anatólias. Os *malikane* são fundamentais para se compreender de que modo o poder central manteve algum controlo sobre as províncias muito depois de as tropas imperiais terem abandonado a área. Na capital, as famílias de vizires e paxás coordenavam os leilões das concessões vitalícias de cobrar impostos, arrendando-as e subarrendando-as às elites das diversas regiões das províncias. Desta forma, as elites de Istambul e as famílias dos notáveis partilhavam um interesse financeiro, ao mesmo tempo que as primeiras exerciam controlo sobre as segundas, uma vez que podiam retirar-lhes esse lucrativo privilégio. Assim, quando o poder era posto à prova, estas famílias ou cediam, ou arriscavam-se a perder essas concessões. A existência de tais ligações entre a capital e as províncias, traduzidas nas concessões vitalícias de colecta de impostos, ajuda portanto a explicar a razão pela qual os grupos de ilustres geralmente se submetiam e enviavam tropas quando tal lhes era solicitado.

Este modelo de negociação, de controlo e de reconhecimento mútuo prevaleceu entre 1700 e 1768, aproximadamente; contudo, sofreu um abalo no período decorrido até ao final do século. Os combates travados nas guerras russo-otomanas de 1768-1774 e 1787-1792 causaram profunda agitação nas zonas de batalha, impondo por toda a parte tremendas tensões financeiras e populacionais. Nessa situação, o conhecimento que os indivíduos influentes possuíam dos acessos e dos recursos locais tornou-se mais importante do que nunca; simultaneamente, o caos da guerra conferiu-lhes uma mais ampla esfera de acção. Assim, ao que parece, desintegrou-se parcialmente o sistema dos *malikane*, com o conseqüente enfraquecimento dos laços estabelecidos entre as províncias e o centro. Nesta era conturbada, homens ilustres, tais como Jezzar

Paxá e os Karaosmanoglu enveredaram pela política externa à margem do poder central, enquanto que outros, como foi o caso de Ali Paxá, de Janina, e de Osmã Pasvanoglu empreenderam campanhas militares separadas, umas vezes contra outros notáveis, outras defrontando os Russos. Alguns historiadores consideram que esses atos foram autênticas tentativas de ruptura com a suserania otomana. Mas talvez não tenha sido assim, tal como sugerem os fatos que se seguem.
Em 1808, uma dessas figuras proeminentes assumiu o cargo de grão-vizir por um breve espaço de tempo, um acontecimento que assinala o poder dos grupos provinciais nessa época de crise. Bayraktar Mustafá Paxá, das regiões búlgaras das margens do Danúbio, avançou sobre a capital do império numa tentativa gorada de resgatar o sultão aos Janízaros, seus inimigos. Chegado a Istambul, reuniu uma assembleia que contava com muitas das mais poderosas e destacadas individualidades das províncias balcânicas e anatólias. As suas iniciativas, a participação dos notáveis naquela assembleia e o acordo (*sened-i ittifak)* assinado posteriormente, no qual aceitavam as ordens do sultão, ilustram a evolução do Estado otomano neste ponto. Por um lado, o facto de o sultão ter necessitado de um documento que ratificasse a vontade de obediência ao sultão por parte dos notáveis é indicador do grau de autonomia que estes haviam alcançado nesse contexto crítico do final do século XVIII. Por outro, a declaração efectiva de apoio ao sultão por parte dos mesmos notáveis numa fase em que detinham, no colectivo, o equilíbrio do poder militar sobre o Estado central, indicia que se mantinha a preponderância da dinastia e da administração central sobre a vida político-econômica, até mesmo quando o sultanato e o Estado central eram bastante débeis. O acordo de 1808 restabeleceu a relação de benefício recíproco entre as personalidades influentes e as elites centrais. O poder central necessitava desesperadamente do financiamento, de tropas e de outros serviços dos notáveis. Estes, por sua vez, dependiam tanto do poder central como do sultão para actuar como mediador nas reivindicações em contenda das diferentes elites provinciais, reconhecendo em termos formais o seu poder político e franqueando-lhes o acesso às fontes de receita estatais. Eram «otomanos locais», que se esforçavam por fazer, e faziam, parte do sistema otomano, fosse por que forma dissimulada isso acontecesse.

Soluções religiosas para o enfraquecimento político-militar

Ao contrário dos ilustres referidos até aqui, os líderes do movimento *wahhabi* (bem como da dinastia saudita a ele ligada) rejeitaram categoricamente a legitimidade do domínio otomano. A justificação para o aparecimento dos *wahhabi* deve ser contextualizada no âmbito de uma questão mais lata: o modo

como o mundo não europeu, neste caso as regiões com uma substancial população muçulmana, procurou lidar com as terríveis perdas que lhes foram infligidas. Todos os Estados muçulmanos - no Norte de África, nos territórios otomanos, no Irão e na índia - encontravam-se numa posição defensiva, sofrendo baixas populacionais e perdendo rendimentos mercê dos confrontos com uma ou outra potência européia, dos quais saíram sucessivamente derrotados.

No século XVIII e seguintes, o problema do enfraquecimento colocou-se de duas maneiras, sendo as propostas apresentadas para o solucionar inteiramente distintas. Por um lado, a crise da derrota era encarada como um problema técnico, que podia solucionar-se com meios técnicos. A fraqueza dos Otomanos devia-se assim à superioridade tecnológica dos europeus. A resposta seria pois a adopção da melhor das tecnologias disponíveis, à semelhança da que os sultões dispunham no passado. No século XVIII, tal significava recorrer à Europa. E assim, foram chamados à capital oficiais dos exércitos europeus; o barão de Tott, por exemplo, esteve ao serviço do império de 1755 a 1776, e tinha como missão criar um corpo de artilharia moderno de fogo rápido. Também o grande almirante Gazi Hasan Paxá tentou reconstituir a armada de acordo com os mais avançados e elevados padrões.

Por outro lado, considerava-se que a mesma crise era uma questão moral e religiosa, cuja resolução passava por uma reforma moral. Esta solução foi apresentada quase em simultâneo pela ordem sufi *Tijaniyya*, no Norte de África, pelos *wahhabi* (Arábia) e pelo xá Waliullah, de Deli, no subcontinente indiano. Os três movimentos propunham uma resposta religiosa para o problema colocado pela fragilidade dos Estados islâmicos no globo. O movimento *wahhabi* aqui em questão visava a reabilitação da sociedade, eliminando todas as práticas alegadamente contrárias ao Islão que se haviam instalado desde os tempos do profeta Maomé. Na Arábia Central, Muhammad ibn Abdul Wahhab (1703- -1792) pregava a necessidade do regresso aos cânones dos primórdios do Islão, tal como eles tinham sido entendidos pelo ilustre jurista da Idade Média, ibn Hanbal. Os muçulmanos, afirmava Abdul Wahhab, haviam esquecido a fé que Deus revelara ao Profeta.

Para os Otomanos, esta mensagem colocava sérios riscos. No princípio do século XVIII, haviam já perdido o controlo de parte da península Arábica, do Iémen e de Hadramaut. Os simpatizantes de Abdul Wahhab apoderaram-se, então, de grande parte do que restava da Arábia e assolaram o Iraque, ameaçando assim a soberania otomana nessas paragens. Porém, o perigo que os *wahhabi* representavam era bem mais grave do que a mera ocupação territorial. Abdul Wahhab pregava que as cidades santas, Meca e Medina, que se encontravam sob protecção otomana, estavam repletas de aberrações e de santuários contrários ao

Islamismo. Eram cidades corruptas, asseverava Wahhab, tal como o era o Islão dos Otomanos, pelos que esses locais deviam ser purificados. Para tanto, Abdul Wahhab aliou-se a Muhammad ibn Saud, cujos descendentes viriam a liderar o movimento *wahhabi*, conquistando, saqueando e purificando as cidades santas em 1803; passados mais de cem anos fundaram o reino da Arábia Saudita. Ao inverso de outros chefes provinciais, os *wahhabi* negaram, desta forma, a autoridade do regime otomano e tentaram substituí-lo pelo seu próprio Estado islâmico reformado. Assentariam a sua legitimidade naquelas doutrinas e no controle de Meca e Medina.

Este desafio fundamental à autoridade otomana não ficou impune. Aproximadamente na mesma altura em que Abdul Wahhab começou a pregar, o governo central passou a dar maior ênfase à proteção dos Lugares Santos e daqueles que faziam a peregrinação sagrada. A partir do final do século XVIII os sultões afirmaram cada vez mais o seu papel de califas, os líderes dos muçulmanos de toda a parte. Os êxitos dos *wahhabi* em fins do século XVIII e princípio do século XIX contribuíram, portanto, para desencadear a apropriação otomana desses símbolos religiosos (capítulo 6).

IV
O SÉCULO XIX

Introdução

Em termos globais, durante o longo século XIX, entre 1798 e 1922, mantiveram-se os anteriores padrões da vida político-econômica otomana, identificáveis de diversas maneiras. Continuou a verificar-se a delapidação territorial e o encurtamento das fronteiras; prosseguiram as disputas pelo poder e pelo acesso a recursos tributáveis protagonizadas por estadistas do centro e das províncias; a importância da economia internacional fez-se sentir com uma cada vez maior acuidade. E contudo, muito houve de novo. As forças causadoras dos danos territoriais tornaram-se progressivamente mais complexas, envolvendo, agora, revoltas internas, bem como as costumeiras guerras imperiais. No plano interno, o Estado central passou a ter uma influência sobre a vida quotidiana nunca antes conhecida na história otomana, alargando o seu controlo a níveis mais profundos da sociedade, redefinindo assim o estatuto de muçulmano e de não muçulmano; no final desse período, após alguma delonga, o Estado procurou igualmente reestruturar o estatuto legal da mulher. Por último, testemunhou-se o desenvolvimento de um elemento novo e fatal na nação otomana - a violência entre súbditos das diferentes comunidades otomanas - que atestou o vigor dessas rápidas mudanças políticas e econômicas.

As guerras da retração e as revoltas internas

No século XX, os domínios europeus do Império Otomano reduziam-se a uma pequena planície costeira entre Edirna e Istambul. Para se ter uma idéia das perdas: antes de 1850, aproximadamente 50% da totalidade dos súditos otomanos viviam nos Bálcãs, enquanto que em 1906 residiam apenas 20% do seu total nas províncias européias.
As guerras estrangeiras travadas nas fronteiras balcânicas, por vezes contra os Habsburgo, mas em especial contra a Rússia, continuaram a retalhar as possessões otomanas. No seio do Império, tal como vimos, muitas figuras influentes das províncias gozavam de um substancial grau de autonomia no século XVIII, ao mesmo tempo que reconheciam a legitimidade fundamental do Estado otomano e dos seus desígnios. Raras foram as tentativas, se é que alguma vez existiram, de sublevações de rebeldes independentistas ou de derrube do

império. Houve revoltas, mas elas operaram-se geralmente dentro do sistema, com o fito de reivindicar a solução de problemas do universo otomano, como fosse a redução dos impostos ou uma melhor justiça. Contudo, no século XIX - nas províncias balcânicas, anatólias e árabes - despontaram movimentos activamente empenhados na independência de áreas específicas face à hegemonia otomana e na fundação de Estados livres e soberanos já não subordinados a uma autoridade política suprema. Em quase todos os casos, as revoltas oitocentistas foram apoiadas por uma ou outra das grandes potências, cujo auxílio se mostrou, na verdade, decisivo para o sucesso dos esforços revoltosos. Assim, o século XIX é diferente, na medida em que muitas das perdas territoriais resultaram de insurreições e de levantamentos por parte de súditos otomanos contra o seu suserano ou soberano. Em termos gerais, isto parece ser um fato novo na história otomana.

O século XVIII findou com a invasão do Egito por Napoleão Bonaparte (1798), que culminou com a sua fuga isolado para França, em 1799, e a posterior rendição das tropas francesas aos inimigos ingleses e otomanos (mapa 3). No tumulto gerado, Muhammad Ali, um oficial otomano oriundo da região albanesa, acabaria por tomar o poder em 1805 e estabeleceu-se como senhor do Egito. Ao longo da sua notável liderança (até à sua morte, em 1848), Muhammad Ali formou um formidável exército, que pôs em causa o equilíbrio da supremacia europeia e, ao que parece, o domínio otomano sobre o próprio sultanato. Graças à carreira deste homem, o Egito enveredou por um rumo que o distanciou dos Otomanos até ao final da sua história. Embora continuasse a ser uma possessão nominal do sultão após a ocupação inglesa, em 1882, o Egito passou a fazer formalmente parte do Império Britânico em 1914, quando da entrada dos Otomanos na I Guerra Mundial, nas fileiras germânicas e austro-húngaras.

Ao mesmo tempo que Muhammad Ali se apoderava do extremo sudeste do Império Otomano, os Sérvios revoltavam-se no canto noroeste, em 1804. Apelando ao sultão para pôr cobro aos abusos da administração local, os rebeldes sérvios pediram auxílio à Rússia. Travou-se uma luta complexa, envolvendo as duas potências e os Sérvios. Em 1817, um príncipe sérvio estabelece o poder hereditário e, dessa data em diante, a Sérvia tornou-se efetivamente um Estado independente dos Otomanos. Só em 1878 é que viria a sê-lo legalmente, em resultado do Congresso de Berlim. Num certo sentido, este padrão foi inverso ao das conquistas otomanas, passando-se da governação directa para a vassalagem e daí para a independência. Outras perdas resultavam da habitual guerra com a Rússia, ao cabo das quais se firmava um acordo formal, conforme o ilustra o Tratado de Bucareste de 1812, que reconhecia a perda da

Bessarábia.
Nos Bálcãs, o padrão, no seu conjunto, é confuso nos pormenores, mas claro na orientação global. Muitas vezes, uma insurreição ou incursões russas no interior da parte meridional dos Bálcãs conhecia algum êxito. Mas então, a comunidade internacional, receosa da desintegração otomana ou do êxito russo, convocava uma assembléia e reparava os prejuízos mais graves, consentindo, todavia, que houvesse lugar a algumas perdas. O Tratado de Adrianópolis (1829) tipifica este paradigma. Em 1828, os exércitos russos, somando importantes vitórias na Anatólia Oriental, atravessaram as regiões ocidentais do mar Negro, ao sul, através de Varna, conquistaram Edirna - a antiga capital otomana, situada na actual fronteira turco-búlgara - e pareciam preparar-se para atacar Istambul. No entanto, a despeito dos impressionantes triunfos, a Rússia abriu mão de quase todas as conquistas, contentando-se com mais algumas porções de terras e com a retirada otomana efectiva, mas não formal, da Moldávia e da Valáquia (mapa 4).
Deste modo, no decorrer do século XIX continuou a dedicar-se atenção à chamada «Questão Oriental» - que solução encontrar para o problema colocado pela contínua dilapidação territorial do Império Otomano. Por um lado, muitos líderes europeus passaram a compreender os sérios riscos que o total colapso do Estado otomano representaria para a paz global. E assim, acordaram em procurar manter a sua integridade, nomeadamente evitando à mesa das negociações os resultados potencialmente devastadores da guerra e admitindo, em 1856, o Estado otomano no «Concerto das Nações». O consenso europeu de que o Império deveria ser mantido, titubeante mas intacto, ajudou portanto a preservar o Estado otomano. Por outro lado, mercê das guerras em que se envolveram e do seu apoio às pretensões separatistas dos súbditos rebeldes otomanos, os Estados europeus fomentaram aquilo que temiam e se esforçavam por impedir - o próprio processo de fragmentação.



Mapa 4 - O desmembramento do Império Otomano (1672-1913)

Um outro acontecimento marcante do século XIX foi a guerra de independência da Grécia, que ilustra de forma inequívoca o papel-chave da política internacional nas insurreições contra o sultão. Após a tentativa falhada de neutralização dos revoltosos gregos, em 1824 Mahmud II solicitou a Muhammad

Ali Paxá que interviesse com sua poderosa armada e exército. Este fê-lo com grande êxito; a revolta grega parecia ter sido debelada. Porém, em 1827, as esquadras francesa, britânica e russa em conjunto aniquilaram a marinha egípcia em Navarino; três anos mais tarde, através do Tratado de Londres (1830) reconheceu-se a formação de um novo Estado na região sul da atual Grécia.

Esta seqüência de acontecimentos levou, por seu turno, à quase conquista do Império Otomano por parte de Muhammad Ali Paxá. Convicto de que a ajuda prestada contra os gregos insurrectos lhe conferia o direito às províncias sírias, em 1832 Muhammad Ali Paxá enviou seu filho, Ibrahim Paxá, para que este fizesse frente ao Império Otomano. As tropas egípcias conquistaram Acre, Damasco e Alepo; conseguiram também uma importante vitória em Konya, na Anatólia Central, parecendo prontas para tomar Istambul (tal como a Rússia, há três anos). Ironia das ironias, a nêmesis russa interpôs as suas tropas entre os exércitos de Muhammad Ali e Istambul, tornando-se os salvadores dos Otomanos. Neste caso um infame adversário estrangeiro atravessou-se no caminho de um dos principais rebeldes internos, frustrando a sua aparente intenção de invadir a cidade e destronar a supremacia otomana. Temendo a vizinhança de uma nova e sólida dinastia à frente de um Estado poderoso, os Russos apoiaram os Otomanos e, em 1833, assinaram o Tratado de Hünkiar Iskelesi, a fim de selar a sua protecção.

Nos anos 30 do século XIX, Muhammad Ali controlava uma parte do Sudeste da Anatólia e a maior parte das províncias árabes; em 1838 ameaçou declarar independência. Os Otomanos atacaram as forças de Ali na Síria, tendo sido esmagados e mais uma vez salvos, desta feita por uma coligação formada pela Grã-Bretanha, a Áustria, a Prússia e a Rússia (mas não a França). Muhammad Ali foi despojado das suas conquistas - Creta, Síria, e as cidades santas de Meca e Medina - restando-lhe apenas, como compensação, o poder hereditário sobre o Egipto. A lição parecia clara. As potências ocidentais não estavam dispostas a permitir a emergência de um Estado egípcio forte e dinâmico, que ameaçaria tanto a estabilidade otomana como o equilíbrio de poder internacional. Embora tivesse, porventura, força para tanto, Muhammad Ali não se tornou senhor do Médio Oriente, em grande medida porque os Estados europeus não o permitiram.

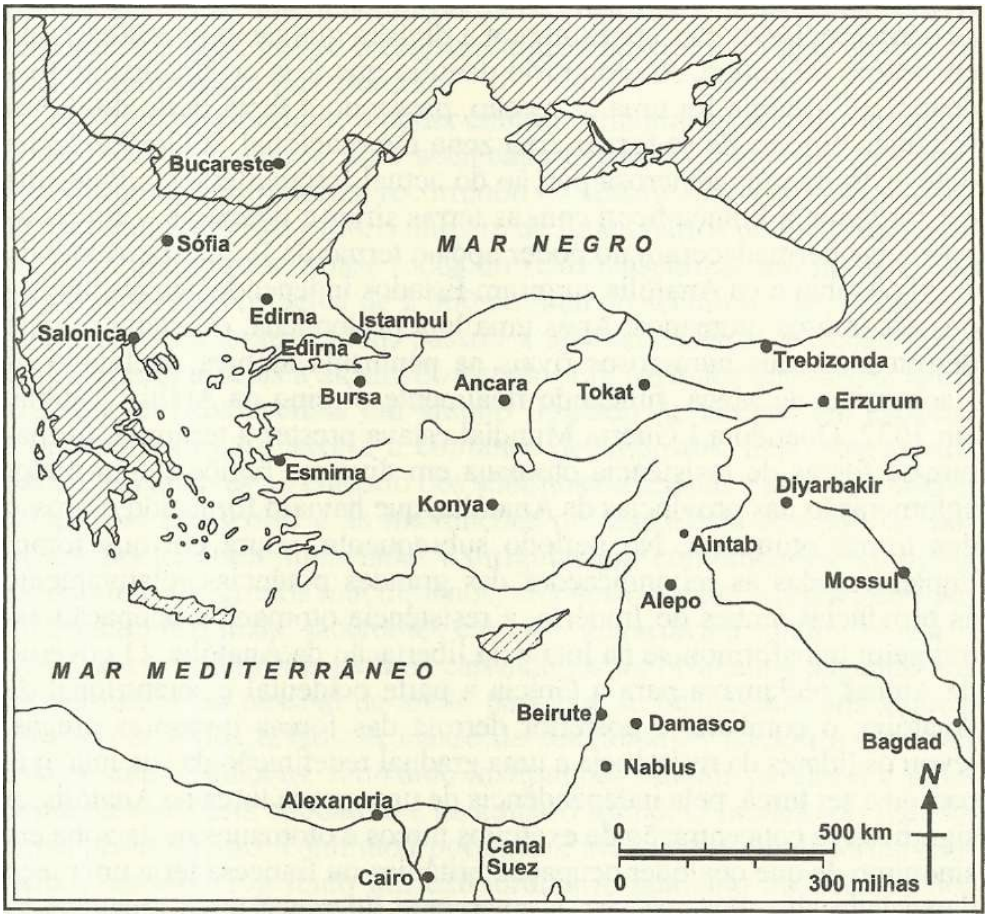
A separação entre o Império Otomano e a província nominal do Egito entrou na fase final em 1869, data em que o seu governante, o quediva Ismail, presidiu à abertura do Canal do Suez. Os laços assim criados entre as economias egípcia e européia - já fortes graças à sua situação geográfica e ao algodão - tornaram-se visíveis através da ocupação britânica da província, em 1882. A ruptura final deu-se quando a Grã-Bretanha declarou o Egipto como seu protectorado em

1914, quase 400 anos após os exércitos do sultão Selim I terem invadido o Cairo e destruído o Império Mameluco.
A quinta-essência da Questão Oriental revela-se de forma incomparável na diplomacia que se seguiu à guerra russo-otomana de 1877-8 e que levou a perdas territoriais verdadeiramente decisivas. Na primeira ronda de negociações a Rússia forçou os Otomanos a assinar o Tratado de San Stefano, criando uma vastíssima área de Estados-fantoche russos, que se estendiam dos Bálcãs até ao mar Egeu. Tal acordo engrandeceria enormemente o espaço de dominação e influência russas e arruinaria o equilíbrio de poder europeu. Assim, o chanceler alemão, Bismarck, quiçá o político mais proeminente da época, auto-proclamou-se o «honesto mediador» que pretendia a paz sem qualquer benefício territorial para a Alemanha e convocou as potências para Berlim. Os diplomatas aí reunidos negociaram o Tratado de Berlim, de acordo com o qual se retirava à Rússia a maior parte das suas aquisições e dividia os territórios otomanos em parcelas como se fossem rifas premiadas num sorteio gigantesco. A Sérvia, o Montenegro e a Romênia tornaram-se Estados independentes, ratificando, na verdade, uma realidade separatista de há muito; mesmo assim, tratou-se, contudo, de perdas formais. ABósnia e a Herzegovina foram efetivamente alienadas, mas continuaram a ser otomanas em termos nominais, ficando sob a administração dos Habsburgo até à ruptura final, em 1908, altura em que foram anexadas pelo estado de Viena. A Bulgária, cuja extensão territorial era maior segundo o acordo de San Stefano, foi reduzida; um terço tornou-se independente, mantendo-se o controlo otomano, ainda que condicional e precário. A Romênia e a Rússia resolveram as suas disputas territoriais; à primeira coube a foz do Danúbio, em Dobruja, em troca da qual cederam à Rússia o Sul da Bessarábia. Entre outras cláusulas, incluía-se a cessão de áreas da Anatólia Oriental à Rússia; a ilha de Chipre - um enorme posto defensivo insular que protegia o Canal do Suez e era a única via para o acesso à Índia - passou a pertencer à Grã-Bretanha. A França foi aliciada com a autorização para ocupar Tunes.
O Tratado de Berlim é demonstrativo do poder europeu na fase final do século XIX; a Europa foi capaz de impor ao mundo os seus desígnios, redesenhando o mapa do globo e decidindo o destino de povos e nações com aparente impunidade. Voltaria a fazê-lo em muitas outras ocasiões importantes - a repartição de África, designadamente, em 1884, e do Médio Oriente no fim da I Guerra Mundial. Com conseqüências verdadeiramente fatídicas, alguns habitantes da Europa Ocidental e das terras divididas concluíram de modo errôneo que supremacia/fraqueza militar implicava supremacia/fraqueza cultural, moral e religiosa.

Entre este tratado histórico e a I Guerra Mundial, o Estado otomano conheceu uma vitória pouca expressiva contra os Gregos numa guerra de curta duração (1897-98); contudo, sofreu desaires adicionais nos conflitos tripolitanos de 1911-12 com a Itália e, com maior gravidade, nas lutas dos Bálcãs (1912-1913). Nestas últimas disputas os Estados que sucederam ao otomano - a Grécia, a Bulgária e a Sérvia - defrontaram-se primeiro contra os Otomanos e, mais tarde, entre si. Findas essas contendas, os Otomanos perderam a última das suas possessões europeias, à excepção da planície costeira entre Edirna e a capital. As fronteiras que no século XVI se alongavam até Viena, agora distavam de Istambul uma curta viagem de comboio de algumas horas (mapa 5).

O eclodir da guerra de 1914, que opôs duas grandes coligações - a Grã-Bretanha, a França e a Rússia contra a Alemanha e a Áustria-Hungria - condenou o Império Otomano. O sentimento generalizado entre a elite otomana talvez fosse favorável a uma aliança com a Grã-Bretanha; todavia, essa opção não era viável.

A Grã-Bretanha já conseguira o Chipre e o Egipto, pelo que a via para a Índia estava bem salvaguardada. Em qualquer caso, os Britânicos não podiam conciliar as pretensões de integridade do potencial aliado otomano com as exigências dos aliados russos relativamente às possessões otomanas, em especial as rotas marítimas que ligavam o mar Negro e o mar Egeu. Os políticos otomanos compreendiam bem que a neutralidade era impossível, pois levaria a coligação vencedora à inevitável partilha territorial. E assim, entusiasticamente apoiados por algumas elites dos Jovens Turcos que haviam usurpado o poder durante a crise das lutas dos Bálcãs, os Otomanos entraram na guerra, combatendo pela facção que sairia vencida.



Mapa 5 - O Império Otomano em 1914, aproximadamente.
Adaptado de Halil Inalcik com Donald Quataert, orgs., *An economic and social history of the Ottoman Empire, 1300-1914* (Cambridge, 1994), 775.

Ao longo dos quatro anos que durou esta guerra de múltiplas frentes, o mundo otomano sofreu baixas tremendas, não só no campo de batalha mas também devido a doenças e ao massacre da própria população. Quando a guerra terminou, os exércitos vitoriosos franceses e britânicos ocupavam as províncias árabes, anatólias e a própria capital. Durante o conflito, a França e a Grã-Bretanha haviam delineado o Acordo de Sykes-Picot (1916), através do qual repartiam entre si as províncias árabes do Império Otomano. Finda a guerra, estas nações enviaram tropas a fim de dar cumprimento às suas reivindicações; posteriormente, as conferências de paz confirmaram a divisão que haviam estabelecido em tempo de guerra. Ao contrário daquilo que fora originalmente planeado, a Palestina foi uma exceção, passando a fazer parte do setor britânico em vez de se tornar uma zona internacional. A Grã-Bretanha obteve assim uma generosa porção do actual Iraque, Israel, a Palestina e a Jordânia; a França ficou com as terras sírias e libanesas - ambas as potências permaneceram no poder

após o termo da II Guerra Mundial.
Na Arábia e na Anatólia surgiram Estados independentes resultantes dos escombros otomanos. Após uma luta prolongada, o Estado saudita derrotou os seus numerosos rivais na península arábica, incluindo os Hachemitas de Meca, fundando finalmente o reino da Arábia Saudita, em 1932. Quando a I Guerra Mundial estava prestes a terminar, formaram-se forças de resistência otomana em diversas regiões, com maior aglomeração nas províncias da Anatólia, que haviam fornecido o grosso dos tropas otomanas. No período subsequente, altura em que foram implementadas as reivindicações das grandes potências relativamente às províncias árabes do Império, a resistência otomana à ocupação estrangeira transformou-se na luta pela libertação da Anatólia. O governo de Atenas reclamava para a Grécia a parte ocidental e setentrional da Anatólia; o combate, e posterior derrota das forças invasoras gregas, levou os líderes da resistência a uma gradual redefinição da sua luta, que passou a ser turca, pela independência de uma pátria turca na Anatólia. A significativa concentração de exércitos turcos e otomanos nesta zona era sinônimo de que qualquer ocupação britânica ou francesa teria um preço demasiado alto. Por sua vez, a emergente liderança turca mostrava-se disposta a negociar certas questões vitais para os interesses das grandes potências, tais como o reembolso das avultadas dívidas otomanas, o caso das vias marítimas que ligavam o mar Negro e o mar Egeu e a renúncia à reclamação das antigas províncias árabes. Por fim, as grandes potências e os nacionalistas turcos concordaram em dissolver o Império Otomano. O sultanato foi extinto em 1922, enquanto que o califado cessou em 1923.

Panorama global: a evolução do Estado otomano de 1808 a 1922

Sob certo ponto de vista, as mudanças operadas no Estado otomano ao longo do século XIX foram meras fases adicionais de uma transformação já em curso desde o século XIV - mudanças essas que traduziram parte do seu esforço para adquirir, manter ou alterar as formas de controlo sobre os súditos e de defesa das fronteiras. Tal como veremos, o conjunto de mecanismos utilizados no período oitocentista diferiu bastante do que foi empregue no século XVIII, que incluía as forças militares dos ilustres das províncias, as casas senhoriais de vizires e paxás do centro, a concessão vitalícia da colecta de impostos *(malikane*) como instrumento político-financeiro que permitia auferir rendimentos (que ligava o centro e a província) e um lugar destacado para a comunidade dos ulemás.
Em termos genéricos, o poder central - em ambas as suas vertentes, civil e militar - sofreu uma acentuada expansão, tanto em grandeza como nas suas

atribuições, recorrendo no século XIX a novos métodos de recrutamento. Em 1908, o número de funcionários públicos ascendia a 35.000 indivíduos, quase todos do sexo masculino, um número que contrastava com os cerca de 2.000 no final do século XVIII. À medida que a burocracia aumentou, passou a abarcar esferas de acção antes consideradas alheias à alçada do Estado. Em períodos anteriores, cabia aos funcionários estatais um âmbito limitado de tarefas, em especial a participação na guerra e a cobrança de impostos, deixando grande parte das restantes ao cuidado dos súbditos do Estado e dos seus líderes religiosos: as escolas e as instituições de assistência aos pobres, nomeadamente, eram financiadas e dirigidas por comunidades religiosas autônomas. Os grupos muçulmanos, cristãos e judeus - regra geral por intermédio dos imãs, sacerdotes e rabis - angariavam fundos, construíam escolas, refeitórios para os carenciados ou orfanatos, pagando aos professores e ao pessoal de apoio para que se ocupassem dos alunos, dos pobres e dos órfãos. A classe de funcionários passou a absorver estas e outras funções, fundando instituições estatais paralelas e independentes de cariz educativo e de amparo social. O modelo do Estado, antes pré-moderno, continuou portanto a evoluir para uma forma moderna, tendo-se registado um extraordinário aumento no número dos seus empregados. Foram criados os ministérios do Comércio, da Saúde, da Educação e das Obras Públicas, cada vez mais dotados de técnicos com formação nessas áreas específicas. Além disso, as mulheres otomanas começaram a ser incluídas nesse processo de modernização.

Do mesmo modo que se operaram mudanças no dimensionamento e nas competências do Estado, o mesmo se observou nos padrões de recrutamento. No passado recente setecentista, as casas dos vizires e paxás da capital, assim como as dos notáveis das províncias, haviam formado muitos daqueles que administravam o império. Ao longo do século XIX, contudo, a burocracia central otomana formou de modo gradual a sua própria estrutura educacional, muito baseada nos modelos da Europa Central e Ocidental, passando a monopolizar cada vez mais o acesso aos serviços estatais. O domínio das línguas europeias, que possibilitava o contato com os procurados conhecimentos administrativos e tecnológicos ocidentais, foi progressivamente valorizado. Os quadros do Gabinete de Tradução (*Tercüme Odasi)* foram a primeira vaga; este organismo surgiu quando a lealdade dos dragomanos gregos parece ter sido posta em causa devido à guerra da independência da Grécia e foi criado para que houvesse um manancial alternativo de tradutores especializados. Posteriormente, esses técnicos freqüentavam as escolas europeias e regressavam à terra natal com as competências profissionais e o conhecimento da língua adquiridos, transmitindo-as a outros nas escolas recentemente construídas em solo otomano. O saber

ocidental tornou-se cada vez mais a ponte para os cargos burocráticos e para a mobilidade dentro dos serviços administrativos, que cresciam rapidamente.
Também o Exército otomano passou a depender das tecnologias e dos métodos ocidentais à medida que os seus contingentes aumentavam de forma impressionante - em 1837, o Exército contava com 24.000 indivíduos, tendo o seu número aumentado para 120.000 na década de 80. Ao longo desse período, só os homens eram admitidos no serviço militar. Tal como no sector civil, os padrões de recrutamento no Exército também se alteraram: o Estado central passou a recrutar o campesinato, substituindo-se assim a dependência das tropas enviadas pelos notáveis das províncias. O tempo de serviço era muito longo: durante quase todo o século XIX, os recrutas permaneciam vinte anos tanto no ativo como na reserva.
Era através do exército e da burocracia em expansão - a par de um outro conjunto de tecnologias inovadoras, tais como o telégrafo, o caminho-de-ferro e a fotografia - que o Estado central coordenava, enfraquecia ou destruía rivais internos. Com um nível de êxito variável, fez frente a grupos tão diversos como os Janízaros, guildas, tribos, autoridades religiosas e notáveis das províncias - entidades que serviam de intermediários entre o poder central e as populações subjugadas - para conquistar supremacia política e um maior acesso à riqueza gerada pela sociedade otomana. Não restam dúvidas de que o Estado central de finais dos século XIX exercia mais autoridade sobre os súditos e sobre as células de poder adversárias do que em qualquer outro momento da história otomana. Afinal de contas, os Janízaros foram extintos e as guildas perderam muita da sua força; após as campanhas de oposição a essas associações ordenadas pelo sultão Mahmud II nos anos 20 e 30 do mesmo século, as personalidades influentes da Anatólia e dos territórios árabes não se insurgiram contra o Estado. Acresce que, nos anos 30, os sistemas de vigilância estatais atingiram novos níveis de ingerência. As redes de espionagem, pelo menos em Istambul, começaram a informar de modo sistemático as agências do Estado de todo o tipo de conversas da população em geral.
Por outro lado, a centralização estava ainda incompleta. Algumas tribos retiveram um nível substancial de autonomia até ao declínio do império. As atuais tribos curdas ainda agem com alguma independência em relação ao poder central da Turquia, da Síria e do Iraque. Embora se admita que, relativamente ao passado, o poder central tivesse amealhado uma mais elevada proporção de receitas fiscais, as personalidades importantes das províncias conservaram o seu estatuto e muito do seu poder. Por exemplo, quando Istambul implantou os conselhos administrativos regionais para exercer controlo directo sobre a zona, os notáveis integraram muitos deles, situação que se manteve até ao fim do

império (capítulo 6). A despeito do esbanjamento que isso acarretava, persistiu a concessão da cobrança de impostos como método de coleta fiscal dominante no setor rural, o esteio da economia otomana. Graças a um compromisso histórico de primordial importância, as individualidades proeminentes locais continuaram a fazer parte do referido processo de concessão da coleta de impostos, mantendo dessa forma um pulso firme sobre os assuntos das províncias. Alguns historiadores crêem que isso se verificou apesar das tentativas de imposição de controlo absoluto por parte do poder central; outros, contudo, defendem que se tratou de uma deliberada partilha do poder entre as elites do centro e as das províncias. O Estado também procurou cercear a influência política das várias autoridades religiosas - cristãs, muçulmanas e judaicas - sobre as suas congregações, não conseguindo contudo fazê-lo. Não obstante os esforços dos agentes políticos, os líderes das comunidades religiosas (*millets*), em particular os cristãos, continuaram a ter voz ativa na vida dos seus correligionários.

Quem dominava a política central otomana no século XIX? Até 1826, data em que ocorreu a abolição dos Janízaros pelo sultão Mahmud, é difícil determiná-lo. Mesmo nas décadas de 20 e 30, o poder central mantinha-se excepcionalmente débil. A ameaçadora aproximação das tropas russas e egípcias às portas da capital testemunha a debilitação do Estado central face aos adversários estrangeiros, no exato momento em que Mahmud II (1808-1839) causava a destruição dos Janízaros, seus opositores, e somava vitórias nos confrontos com os notáveis das províncias. Pode talvez dizer-se acertadamente que o sultão gozou de supremacia de 1826 a 1839; a partir desse período seguiu-se a ascendência da burocracia (de 1839 até 1876). A subordinação do sultão verificada após a notável consolidação do poder protagonizada por Mahmud II é intrigante e mal compreendida. Abdülhamid II alterou esse padrão, assumindo as rédeas da autocracia pouco depois da sua subida ao trono (1876). Em 1908, o movimento revolucionário dos «Jovens Turcos» refreou o seu poder autocrático e reinstaurou a Constituição de 1876, anteriormente abandonada, e que consignava a passagem da autoridade para um governo parlamentar. A experiência não resultou, porquanto perderam-se mais províncias otomanas, ridicularizando assim a defesa do parlamentarismo como forma de suster a «sangria» territorial. Os civis governaram o país até à ditadura militar chefiada pelos Jovens Turcos em 1913, que se propunha salvar o Estado de perdas ulteriores (uma falsa promessa, tal como se comprovou).

A progressiva transformação das relações entre o Estado e os súditos e entre os súditos

Tal como acabámos de ver, no século XIX o Estado esforçou-se por eliminar os grupos mediadores - guildas, tribos, comunidades religiosas e Janízaros - e por submeter as populações otomanas à sua autoridade direta. Ao fazê-lo, procurou alterar de forma radical a relação do Estado com os seus súbditos e as próprias relações existentes entre os súbditos. Nos séculos anteriores, a ordem sócio-política otomana baseara-se não apenas em diferenças étnicas, religiosas e profissionais, mas igualmente na noção de total subordinação e da sujeição de todos ao Estado monárquico. Esta ordem assentava no pressuposto da superioridade muçulmana e numa relação contratual que garantia protecção religiosa aos não muçulmanos mediante o pagamento de impostos especiais. Perante a lei, os não muçulmanos eram inferiores aos muçulmanos e, após os primeiros séculos da era otomana, em geral não era possível aos não muçulmanos aceder a cargos do serviço público ou militar (apesar de ter havido inúmeras exceções). A realidade foi, claro está, mais complexa. Por exemplo, muitos súditos cristãos tornaram-se protegidos de Estados europeus, gozando de imunidade em relação às leis (e tributação) otomanas graças ao sistema de capitulações (capítulo 5).

Entre 1829 e 1856, o poder central tentou eliminar as distinções entre os súbditos otomanos, promulgando três decretos que equiparavam todos os indivíduos do sexo masculino não só perante o Estado como entre si. Isto foi, nada mais nada menos, do que um programa de reestruturação radical da natureza do Estado e da sociedade masculina. Através dessas medidas, as elites otomanas e os estadistas de muitas zonas do globo - como por exemplo a vizinha Austria-Hungria, a Rússia e o Japão - partilhavam, no século XIX, um conjunto de objetivos comuns. No mundo otomano, estas leis visavam igualar os súbditos masculinos sob todos os aspectos: a sua aparência, os assuntos fiscais e os serviços militar e administrativo. O objetivo das reformas era, por um lado, suprimir os privilégios legais dos muçulmanos e, por outro, levar a que os cristãos sob os auspícios da proteção européia voltassem a submeter-se à jurisdição do Estado otomano e ao seu sistema judicial.

Em 1829, uma lei da indumentária minou os códigos de vestuário que vigoravam desde há séculos e que se baseavam na diferença. Vimos que no passado as leis otomanas, chinesas e europeias ocidentais que diziam respeito ao modo de trajar procuravam preservar as classes, o estatuto e as distinções étnicas, religiosas e profissionais entre homens e mulheres. Com a lei de 1829 procurou-se anular radicalmente nos homens as diferenças de carácter visual, impondo-lhes o uso de turbantes ou chapéus idênticos (exceptuavam-se os clérigos não muçulmanos e os ulemás) - ver capítulo 8. Por terem a mesma aparência, os homens tornar-se-iam presumivelmente iguais.

Decorridos dez anos sobre essa caminhada para a igualdade, foi decretada a lei do Jardim das Rosas (Hatt-i Sherif, de Gülhane), de 1839; essa famosa lei é, de um modo geral, encarada como o início da era reformista Tanzimat do Império Otomano. A declaração real de intenções de 1839 referia a necessidade de se pôr cobro às assimetrias e de criar justiça para todos os súditos, fossem eles muçulmanos ou não muçulmanos, pobres ou ricos. Prometia um determinado número de medidas específicas para extirpar a corrupção, abolir o sistema de concessão de colecta de impostos e regularizar a conscrição de todos os homens. Prometiam-se direitos iguais, exigindo-se como contrapartida iguais responsabilidades. Num outro decreto imperial de 1856 (Hatt-i Humayun) reiterava-se o dever estatal de fomentar a igualdade e salientavam-se as garantias de uniformidade para todos os súditos, incluindo idêntico acesso às escolas públicas e a cargos oficiais. Também se insistia na universalidade do cumprimento do serviço militar obrigatório por parte dos homens otomanos, isto é, a imposição do alistamento de todos os indivíduos do sexo masculino nas forças armadas.

No universo otomano, bem como em França, nos Estados Unidos e no *Reich* alemão depois de 1870, estas noções «modernas» de igualdade entre súbditos e cidadãos só muito lentamente se tornaram extensivas às mulheres. Tanto a lei da indumentária de 1829 como os decretos imperiais de 1839 e 1856 eram omissos quanto à população feminina. À imagem do que se verificava com a Declaração dos Direitos do Homem francesa ou com a Declaração de Independência americana, não se considerava que a mulher fosse abrangida pelas mudanças anunciadas, que estavam prestes a ocorrer. Depreende-se, portanto, que as mulheres deveriam continuar a usar vestuário que as diferenciasse em termos da comunidade e da classe social a que pertenciam. Porém, tal como no século XVIII, as oscilações na moda foram também uma constante no século seguinte, pelo que a mulher continuou a pôr à prova as barreiras vigentes entre grupos comunitários e de classes (consulte-se também o capítulo 8). A sociedade otomana continuou a preocupar-se com o significado da igualdade, acabando as mulheres por ser necessariamente contempladas por esse processo, ainda que ele tenha sido muito moroso. Gradualmente, os pais começaram a querer que as filhas recebessem educação formal. As raparigas mais privilegiadas freqüentavam escolas privadas; as de posição social média com aspirações tentavam a mobilidade feminina das escolas oficiais. Já na década de 40 do século XIX, as jovens em idade escolar passaram a obter algum grau de instrução formal no ensino público. No final do século, supõe-se que uma em cada três raparigas freqüentava a escola preparatória oficial; no entanto, até pouco antes de deflagrar a I Guerra Mundial, as escolas superiores continuaram

a ser exclusivamente masculinas. Aliás, poucas eram as mulheres que ingressavam nos serviços públicos; a maioria delas eram professoras nas escolas oficiais femininas e na Escola de Belas Artes. Os serviços administrativos religiosos, militares e civis continuaram a ser reservados aos homens.

Por fim, não prevaleceu a igualdade de direitos nem de deveres, fosse para o homem, fosse para a mulher. Por volta de 1880, e mesmo mais tarde, a mulher ainda era alvo de punições estatais caso usasse em público vestuário considerado ousado. Além disso, foram abolidos muitos dos direitos sobre a propriedade concedidos às mulheres ao abrigo da lei islâmica. A nova legislação imperial foi mais rígida na definição da lei do que o haviam sido os magistrados locais, levando a que, por vezes, as garantias legais das mulheres quanto à propriedade tivessem efectivamente declinado sob o impacto das reformas. Os não muçulmanos, por seu turno, recusaram-se a servir no exército (apoiados pelos seus patronos das grandes potências); com efeito, só se alistaram em 1908 por ocasião da Revolução dos Jovens Turcos. Quando o novo regime otomano tomou a peito a aplicação da lei do recrutamento aos cristãos, muitos mostraram o seu desagrado emigrando para o Novo Mundo. Mais a mais, tal como se viu, os chefes das comunidades religiosas cristãs, ciosos das suas prerrogativas, apelavam para as grandes potências a fim de manter algumas distinções legais entre os súbditos otomanos. O Estado, por sua vez, ficou aquém das promessas feitas, não proporcionando aos não muçulmanos a possibilidade de admissão ou de promoção nos serviços públicos (capítulo 9). No entanto, os contributos no caminho para a igualdade foram uma realidade, ainda que a mudança nem sempre tenha sido positiva, tal como o sugerem os direitos da mulher à propriedade.

Neste ponto, deve questionar-se por que motivo o Estado otomano, ou qualquer outro, começa por enfatizar a igualdade e se esforça por alterar a sua base social, derrubando um sistema que funcionara ao longo de séculos. Afinal de contas, muitos foram os Estados cujo poder se alicerçou, com êxito, nos privilégios de uma minoria escassa e não nos direitos da maioria. Para nos debruçarmos sobre esta questão precisamos de analisar um padrão universal e, depois, vários outros que se relacionam especificamente com o caso otomano. Primeiro, os princípios da Revolução Francesa concernentes aos direitos e deveres do «Homem» fizeram com que a França passasse de súbito a ser a nação mais forte da Europa Continental, cujo exército era recrutado através da *levée en masse.* A lição era clara: o recrutamento universal significou um poderio político-militar imensamente engrandecido. Porém, para que tal recrutamento se tornasse aliciante, o Estado tinha de conceder direitos universais (aos homens).

Segundo, desde 1500, se não antes, que o vigor da economia européia conseguiu

igualar e, mais tarde, ultrapassar o de qualquer outra região do planeta, incluindo o Império Otomano. Ao longo dos tempos, as economias europeia e otomana passaram gradualmente a estar interligadas; à medida que isso aconteceu, o processo foi mais favorável ao poder econômico dos cristãos otomanos do que aos muçulmanos. A razão para tanto é algo vaga. Pesou, decerto, o fato de os europeus do Ocidente crerem que os cristãos otomanos lhes mereciam, de alguma forma, mais confiança como parceiros comerciais do que os muçulmanos. Como protegidos dos mercadores europeus, os cristãos otomanos obtinham grandes isenções fiscais (sob a forma de *berats* - capítulo 7), o que lhes permitia a compra e venda de mercadorias a preços mais baixos do que os mercadores muçulmanos. Por outro lado, estes eram favorecidos pelo Estado otomano pré-oitocentista, que lhes proporcionava emprego nos serviços burocráticos e militares. Com menor perspectiva de trabalho nesses departamentos, os cristãos dispunham-se mais a arriscar, ou seja, a empreender negócios. Quando cresceram as transacções com o Ocidente e com a Europa Central, assim aumentaram as oportunidades para tais iniciativas. Desse modo, muitos cristãos otomanos lucraram com os laços econômicos, adquirindo também um substancial poder econômico do século XVIII em diante. No século seguinte, o Estado procurou captar e controlar essa prosperidade através das leis de 1829, 1839 e 1856, que concediam igualdade plena aos cristãos.

Terceiro, essas leis integravam-se num programa estatal sistemático destinado a assegurar a lealdade dos súbditos cristãos otomanos dos Bálcãs. Com a promessa de igualdade o Estado pretendia reconquistar ou manter fiéis os súbditos cristãos balcânicos, a quem acenavam os Habsburgo, a Rússia e/ou os movimentos separatistas. A ideologia do otomanismo - igualdade para todos os súbditos otomanos do sexo masculino - continuou a ser uma política basilar do império até à sua queda, em 1922. Após 1878 manteve-se a tônica na igualdade; no entanto, desenvolveu-se uma cambiante dessa ênfase, favorável aos direitos dos muçulmanos. Embora essa ligeira transferência se tivesse tornado mais notória no reinado de Abdülhamid, também foi uma característica, ainda que em menor grau, dos derradeiros anos do Império Otomano. O facto de ela ter ocorrido depois do tratado de Berlim de 1878 e da perda maciça das províncias de população cristã não foi coincidência; após essa perda, pela primeira vez em séculos o império ficara com uma população maioritariamente muçulmana.

O nacionalismo e o Médio Oriente otomano do século XIX

A maior parte deste período pautou-se pelas relações pacíficas entre os súbditos otomanos, tendo o sistema funcionado relativamente bem ao longo de quase toda

a sua história. Embora verdadeiras, estas afirmações serão refutadas por muitos de forma acalorada. As recordações do «Turco infame», dos «horrores búlgaros» e dos massacres armênios ecoam fortemente, tanto no imaginário histórico como na política do princípio do século XX. E nosso objectivo desmistificar aqui a prepotência do Império Otomano oitocentista, que teve, sem dúvida, o seu quinhão de lutas intercomunais, e situá-la num contexto histórico mais vasto (consulte-se também o capítulo 9). Na sua generalidade, essa violência deverá ser entendida num processo global que deu origem à fundação de Estados-nação por todo o lado, incluindo o Médio Oriente, a Europa, os Estados Unidos, a Ásia Meridional e Oriental.

Assistiu-se, por certo, a muitos tumultos no seio da comunidade otomana. Durante a rebelião grega de 1822, os militares otomanos exterminaram ou deportaram toda a população da ilha de Quios. Em 1860, milhares de cristãos damascenos perderam a vida na seqüência de um conjunto de incidentes com conotações religiosas e de classe. Em 1895-1896, muçulmanos dos estratos mais desfavorecidos chacinaram em Istambul uma multidão de Armênios, quiçá com conivência oficial. E, pior do que tudo isso, em 1915-16, pelo menos 600.000 civis armênios pereceram às mãos de soldados, comandantes e súbditos otomanos (capítulo 9).

Os muçulmanos otomanos não foram os únicos responsáveis por morticínios. Nos anos 40 do século XIX, os cristãos maronitas entraram em luta com os Drusos na região do Líbano e Síria. Em 1821, na fase inicial da guerra da independência da Grécia, os cristãos gregos ortodoxos dizimaram os muçulmanos otomanos na cidade de Trípolis. Na Bulgária, os cristãos causaram a morte de 1.000 muçulmanos (1876); a retaliação destes desencadeou o massacre de 3.700, os chamados «horrores búlgaros», quando a imprensa europeia se concentrou no sofrimento dos cristãos, mas ignorou o dos muçulmanos. A violência no Médio Oriente não se confinou ao século XIX. No começo do século XVI, durante a campanha da Anatólia Oriental, Selim I trucidou muitos milhares de supostos apoiantes dos Sefévidas, seus opositores políticos.

As páginas da história americana e européia estão igualmente manchadas do sangue de vítimas civis inocentes. O nascimento e expansão das colônias americanas, bem como dos próprios Estados Unidos, inclui séculos de incalculáveis atrocidades cometidas contra os nativos americanos e os africanos escravizados. Os exemplos proliferam também na história europeia, como seja o massacre do Dia de S. Bartolomeu, em 1572, data em que a monarquia francesa assassinou 10.000 súditos protestantes huguenotes; ou quando o Terror (1793-1794) executou 17.000 cidadãos franceses. Os acontecimentos do século XX são

ainda mais horrendos: o extermínio dos judeus vitimados pelo Holocausto, as calamidades da Bósnia, do Kosovo e do Ruanda-Burundi. Este rol de tremendas e horríficas barbaridades não pretende justificar ou ilibar a ferocidade do mundo otomano oitocentista ou a chacina dos Armênios, em 1915-16. Procura, antes, demonstrar que existe uma ligação histórica e generalizada entre a criação e a perpetuação de Estados e de Estados-nação e as violências infligidas aos seus próprios súbditos e cidadãos.

Uma questão adicional relaciona-se com as condições em que as divergências - étnicas ou religiosas - já existentes entre os súbditos otomanos redundaram em actos truculentos. Fica claro que afinal de contas as relações entre os súbditos do Império Otomano, no século XIX, se tinham agravado em relação ao passado. Resta saber porquê. Mais con- cretamente, em que medida é que a violência do século XIX foi necessária ao processo de autonomia de uma região e de constituição de um novo Estado independente do Império Otomano? Por outras palavras, terá a violência sido parte integrante e endêmica das lutas nacionalistas do século XIX? Os historiados discordam bastante quanto às origens dos movimentos separatistas que despontaram nas províncias imperiais dos Bálcãs, da Anatólia (e, em menor escala, da Arábia). Geralmente, apresentam-se dois tipos de análise, que se baseiam, respectivamente, nos chamados fatores de atração e de afastamento. Na análise do «afastamento» enfatiza-se as boas intenções do Estado otomano, a que obsta a natureza incompleta dos esforços reformadores do século XIX. De acordo com esta perspectiva, o Estado procurou fomentar a igualdade entre os súbditos muçulmanos e não muçulmanos, a par de relações paritárias entre as elites e os estratos inferiores. Contudo, porque foi lento fazê-lo, a frustração adensou-se, resultando em revoltas. Esta visão defende que o Estado foi vítima das suas próprias políticas bem intencionadas. Os analistas da «atração» são menos brandos no que respeita os propósitos do Estado e aludem, antes, à opressão otomana, tanto política como econômica. Privados de direitos políticos, e movidos pelo crescente empobrecimento econômico devido a uma administração deficiente, afirmam, os sentimentos nacionalistas desenvolveram-se entre os líderes locais que encabeçaram a caminhada para a independência.

Assim, ganha preponderância a questão do nacionalismo, que gera tão grande confusão entre os estudiosos e o público em geral. Numa perspectiva mais antiga, o nacionalismo — os sentimentos de singularidade e de superioridade e a reivindicação da independência - teve precedência e deu origem ao Estado-nação. As pessoas sentiram que pertenciam a um grupo nacional oprimido a quem foram, e eram ainda, negados os seus direitos econômicos, políticos e culturais; assim, reclamaram o direito a um Estado livre do domínio otomano.

Argumentos mais recentes defendem que o Estado se formou primeiro, tendo o nacionalismo emergido apenas subseqüentemente. Ou seja, o novo Estado, para se autopreservar, patrocinou e criou a formação de uma identidade nacional dentro das suas fronteiras.
Uma melhor compreensão deste nacionalismo levaria aparentemente a uma apreciação mais completa dos fatores que desencadearam a violência entre comunidades otomanas, que antes haviam coexistido de forma bastante aceitável ao longo de séculos. Todavia, chegar a esse entendimento não é tarefa fácil, já que na história otomana (e noutras) o nacionalismo está imbuído de lendas. Reza um mito popular - hoje devidamente esclarecido - que as economias balcânicas sucumbiam mercê da ruinosa administração otomana, necessitando de se libertar para sobreviver. Com efeito, estudos recentes demonstram que o contrário é que corresponde à verdade; as políticas do Estado otomano produziram resultados econômicos positivos. Na Bulgária otomana, designadamente, as reformas regularizaram a carga fiscal, trouxeram maior estabilidade interna e tornaram a vida mais segura. Desta forma, registou-se uma expansão econômica nos meados do século XIX, antes de a região se libertar do jugo otomano. Foi graças a esta tendência de prosperidade ascendente que a Bulgária se tornou independente. Verifica-se, afinal de contas, que nos Bálcãs se testemunhou um desenvolvimento global crescente e não o inverso, nas vésperas da sua autonomia. Mas dado que os novos Estados adoptaram estratégias que, embora populares do ponto de vista político, se revelaram economicamente desastrosas - como o foram os esquemas de redistribuição das terras mal orientados, por exemplo - o período que se seguiu à independência trouxe o declínio econômico; essas economias encontravam-se de facto em pior estado após a independência do que antes dela. Daí que não possamos continuar a invocar a decadência econômica para explicar o despontar de movimentos separatistas.
Em suma, para que comecemos por compreender o nacionalismo e a violência do século XIX é preciso que nos libertemos dos mitos e analisemos de que modo específico a economia, a cultura, a política e outras variáveis se intersectaram e interagiram em determinado momento.

O capital estrangeiro e o Império Otomano do século XIX

A expansão do aparelho burocrático e militar do Estado otomano foi subsidiada, em parte, pela tributação cada vez mais avultada, aumento esse que se deveu a uma maior carga fiscal - proveniente sobretudo da população rural - e de uma expansão econômica generalizada, sobretudo após 1840 (capítulo 7). Todavia, esses montantes eram insuficientes para os fins em vista, pelo que o Estado

deparou-se com um dilema. O financiamento podia obter-se através de empréstimos contraídos na Europa, onde o crescimento econômico e a riqueza das colônias geravam fundos para investimentos estrangeiros. Porém, os governantes otomanos compreendiam bem o perigo que tais empréstimos representavam, pois conduziam à dominação ou ao controle europeu. Até meados do século o Estado enjeitou essa via; no entanto, consciente do risco, acabou por contrair os primeiros empréstimos, a fim de ajudar ao financiamento da intervenção otomana na guerra da Crimeia (1853-1856). Tal como se receava e antevera, um empréstimo levou presumivelmente a outro; em meados da década de 70, o Estado otomano era incapaz de saldar a sua dívida internacional (nessa mesma época, o Egito, a Tunísia e muitos outros Estados do globo atravessavam idêntica crise). Os credores europeus entraram em negociações com o Estado otomano devedor e em 1881 surgiu a Administração da Dívida Pública Otomana. O Estado honrou os seus compromissos financeiros e autorizou a Administração da Dívida, um consórcio de credores estrangeiros, a supervisionar parte da economia otomana e a aplicar esses rendimentos específicos para saldar a dívida. O referido consórcio transformou-se num vasto organismo burocrático, no essencial uma burocracia independente dentro da própria burocracia otomana, sendo esta gerida pelos credores. Tinha ao seu serviço 5.000 funcionários incumbidos de efetuar a cobrança de impostos, os quais eram depois entregues aos credores europeus. Os empréstimos vindos do exterior continuaram a custear a expansão burocrática e militar otomana.

Além disso, a segurança que a estruturação da Administração da Dívida proporcionava aos eventúais investidores estrangeiros atraía ainda mais capital europeu, sobretudo no sector portuário, ferroviário e público. Praticamente todos os serviços de utilidade pública existentes na fase final do Império Otomano resultaram de empreendimentos de capital estrangeiro (capítulo 7). E assim, fizeram-se os melhoramentos necessários na rede de transportes, no comércio e nas infra-estruturas urbanas, porém à custa de dinheiros estrangeiros e de uma maior ingerência internacional na economia otomana. Os empréstimos estrangeiros contraídos pelo Estado e o investimento, também estrangeiro, no sector privado otomano significaram a implementação das alterações necessárias ao nível das infra-estruturas burocráticas, militares e econômicas. Mas o preço foi elevado. O peso da dívida tornou-se incomportável, consumindo uma extraordinária fatia das receitas otomanas. O crescente controlo internacional comprometia a autoridade do Estado otomano perante os súbditos, que pagavam alguns dos seus impostos à Administração da Dívida estrangeira e assistiam, à sua volta, à quase diária proliferação de obras de capitais europeus.

V

OS OTOMANOS E O MUNDO MAIS VASTO

Introdução

No presente capítulo abordam-se dois aspectos complementares do posicionamento do Império Otomano na comunidade internacional mais alargada: as relações com outros Estados, impérios e nações e as suas estratégias diplomáticas. Faz-se aqui uma explanação diferente da ordem global, sob a perspectiva otomana. O capítulo começa por abordar o novo lugar do Império Otomano no alinhamento internacional, desde 1700 até 1922, e as causas que levaram ao declínio do seu estatuto de potência de primeiro para segundo plano. Analisam-se, depois, os diferentes mecanismos diplomáticos utilizados nas relações com outros Estados, em particular a passagem dos métodos ocasionais para os contatos permanentes. O califado, um outro dispositivo diplomático utilizado pelo Estado otomano, proporcionou-lhe um instrumento religioso especial que passou a ser progressivamente empregue com intuitos seculares a partir do século XVIII. Por último, este capítulo apresenta uma panorâmica global das relações entre os Otomanos e a Europa, a Ásia Central, a Índia e o Norte de África.

O Império Otomano e a ordem internacional: de 1700 a 1922

O lugar que um sistema político ocupa na conjuntura internacional decorre de múltiplos fatores, por vezes da sua força demográfica e poderio econômico. Uma população numerosa e um denso povoamento nem sempre são barómetros rigorosos da sua importância política: considere-se o enorme poder da Prússia setecentista, cuja população era muito escassa; ou a fraqueza política da China do século XIX, o país mais populoso do globo. No caso otomano, o relativo declínio do peso global da sua população foi acompanhado de uma decrescente relevância política no âmbito internacional. Entre 1600 e 1800 a população otomana, que antes constituía 1/6 dos habitantes da Europa Ocidental, decaiu para apenas 1/10; comparando-a com a da China, passou de cerca de 1/8 para 1/12. A sua importância econômica diminuiu de forma ainda mais radical. Ironicamente, o auge da supremacia política otomana coincidiu com a conquista do Novo Mundo pela Europa Ocidental. Este acontecimento posicionou, de forma inequívoca, os europeus numa trajectória distinta dos restantes povos,

transferindo o equilíbrio de poder para o Ocidente, isto é, do mundo mediterrânico para as economias do Atlântico.
Em termos gerais, no século XV o Estado otomano era um dos mais poderosos do globo, talvez apenas suplantado pela China. Nessa época, o «Terror do Mundo» - o Império Otomano - teve um papel crucial na vida (e no ocaso) de muitos e diferentes Estados. Os Otomanos aniquilaram ou suplantaram a longevidade da república de Veneza, dos Mamelucos do Egipto e dos Sefévidas do planalto do Irão, ao mesmo tempo que desempenharam um papel formativo nos ciclos de vida dos Venezianos, dos Habsburgo de Viena e dos Romanov russos (capítulo 1), até ao desaparecimento dessas três dinastias no início do século XX. O Estado otomano ajudou a definir o reinado de Filipe II de Espanha, da dinastia Habsburgo, conotando-o com as cruzadas; teve também um papel significativo, embora menos determinante, na política internacional francesa. Para a monarquia inglesa, o longínquo Estado otomano era uma preocupação secundária.
No século XVIII, contudo, o «Terror» tornara-se o Enfermo da Europa. Mesmo assim, tal como veremos, ao longo do século XIX os Otomanos continuaram a ser um assunto importante nos desígnios internacionais da Grã-Bretanha, da França, da Rússia, de Viena e dos novos estados da Itália e da Alemanha. Além disso, o Estado otomano era considerado primordial para os interesses da índia, da Ásia Central e dos Estados do Norte de África.
Alguns historiadores, escrevendo em plena Guerra Fria, utilizavam a metáfora da Cortina de Ferro para descrever as relações internacionais otomanas e para demonstrar o seu isolamento face aos Estados vizinhos. No entanto, em vez de cortinas de ferro, as fronteiras eram bastante permeáveis, observando-se regulares intercâmbios de natureza diplomática, social, cultural e econômica. Era freqüente encontrar na capital otomana artistas, mercenários, arquitetos e cientistas europeus, oferecendo os seus préstimos à corte do sultão ou a individualidades conceituadas. Mozart captou bem esse fluxo na ópera *Rapto no Serralho*. O herói, Belmonte, disfarça-se de arquitecto espanhol a fim de se infiltrar no palácio do sultão e encontrar a amada perdida. Para os públicos vienenses, esta era uma imagem indiscutivelmente familiar. Istambul, Viena, Roma e Paris eram destinos daqueles que procuravam trabalho e favor nas cortes dos poderosos. De modo a melhor ilustrar a freqüência dessas permutas além-fronteiras, veja-se o período de 1703-1774. Ao longo desse período, os Otomanos assinaram 68 tratados ou acordos registados com outras entidades soberanas, requerendo cada um deles pelo menos uma missão diplomática de uma ou de outra parte. Assim, no reinado de Ahmed III (1703-1730) celebraram-se 29 tratados ou acordos, incluindo três com os Tártaros Nogai e um com o

Irão; o sultão Mahmud I (1730-1754) firmou trinta acordos, sendo quatro deles com o Irão e dois com o *dei* de Argel (vassalo nominal do sultão). É claro, portanto, que houve contactos diplomáticos freqüentes no século XVIII entre o Império Otomano e o resto do mundo e não uma cortina de ferro.

Da diplomacia ocasional à diplomacia continuada

A condução da diplomacia sofreu uma grande alteração a nível mundial, cujo início ocorreu na Itália peninsular renascentista. A participação do Estado otomano nessa mudança registou-se desde cedo e em diversos aspectos; no entanto, é provável que o ponto de viragem apenas se tenha verificado no século XIX, quando se conjugaram os modelos e tendências que já vinham evoluindo lentamente. Em resumo, a diplomacia otomana só ganhou carácter constante numa época relativamente tardia.
Num passado mais remoto, ela poderia ser caracterizada como episódica e envolvendo um profundo risco pessoal. O governante (neste caso, o sultão), procurando conduzir negociações circunstanciais com um fito específico, reunia uma delegação especialmente constituída para o efeito, regra geral formada por funcionários governamentais da sua confiança. Ao juntá-los, o sultão emitia as directivas, as cartas de recomendação e as cartas oficiais a ser entregues. Os enviados seguiam viagem, chegavam à corte estrangeira, procediam às negociações e regressavam com os resultados. Os contatos entre os dois Estados cessavam quando a missão abandonava a corte estrangeira. A diplomacia entre Estados só funcionava, portanto, esporadicamente, ao longo das semanas ou meses de permanência dessas embaixadas. A fim de personalizarmos o padrão, considere-se a carreira do efêndi Ahmed Resmi (1700-1783). Este emissário iniciou-se nos serviços estatais como escrivão; ao cabo de 25 anos foi incumbido de uma missão de quatro meses a Viena por ocasião da subida ao trono do sultão Mustafá III. Terminada a visita (1758), regressou a Istambul, onde foi admitido nos serviços financeiros do Estado. O exemplo de Ahmed Resmi é algo invulgar, porquanto foi mandatado por mais do que uma vez em representação do sultão. De 1764 a 1765, este emissário deslocou-se a Berlim com o objectivo de propor uma aliança a Frederico, *o Grande* com o Estado otomano, porém não foi bem sucedido. Para os enviados, este tipo de diplomacia era assaz arriscada, podendo resultar em captura, ou até mesmo em execução (mas não foi esse o caso de Ahmed Resmi). Se por um lado esses processos diplomáticos não contemplavam, de um modo geral, princípios de protecção dos emissários, as delegações que se deslocavam à corte otomana beneficiavam de alguns graças a precedentes corânicos: supõe-se que foi a conduta do profeta Maomé que

introduziu o precedente da protecção às missões diplomáticas. Todavia, os mediadores que se deslocavam a Istambul eram responsáveis pela conduta do monarca que representavam, tendo muitos deles acabado na prisão das Sete Torres - até Selim III (1789-1807) ter posto termo a essa prática.
Em geral, até ao século XVIII julgava-se que nenhum Estado negociava com o Império Otomano de igual para igual. É certo que, contrariamente à prática comum, o sultão tratou o monarca Habsburgo como seu par, aquando do Tratado de Sitva Torok de 1606. Mas o mais comum era o Estado otomano considerar-se numa posição de superioridade; o sistema só mudou efetivamente no século seguinte.
De acordo com esta diplomacia «pré-moderna», subentendia-se que prevalecia a situação de guerra entre as nações, a menos que fosse feita uma declaração expressa em contrário. Não existia uma condição de paz reconhecida; apenas interregnos entre as batalhas. Os sultões sentiam-se, portanto, livres de retomar as lutas arbitrariamente e sem aviso prévio. No mundo otomano, esta noção de guerra ininterrupta encontrou justificação teórica na divisão islâmica do mundo: a Casa da Guerra e a Casa do Islão. A mesma noção de guerra constante vigorava noutras partes do mundo como, por exemplo, a China e a Europa, onde mereceu diferentes fundamentações legais. Até 1711, os acordos de tréguas com os Estados europeus limitavam-se a um, dois, cinco, sete ou vinte anos. A paz perpétua surgiu pela primeira vez com o Tratado de Prut (1711); contudo, a Paz de Belgrado estabelecida com Viena em 1739 repôs o antigo sistema e restringiu a paz a 27 anos lunares.
As chamadas capitulações desempenharam um papel fulcral nas relações internacionais otomanas, regulando o tratamento conferido aos estrangeiros residentes, fosse por que tempo fosse, nos domínios do sultão. O conceito das capitulações baseava-se na idéia de que cada Estado possuía as suas leis próprias, únicas e demasiado sublimes para que outros pudessem delas desfrutar; tal conceito não era exclusivo dos Otomanos, prevalecendo também noutras partes do globo, como era o caso da China. Assim, normalmente só os súditos otomanos podiam beneficiar da lei otomana. O monarca concedia capitulações aos estrangeiros de uma forma unilateral e não recíproca. Atribuem-se geralmente as primeiras capitulações a Solimão, *o Magnífico* a Francisco I (na verdade, há registo de uma capitulação sultânica de 1352 concedida a Gênova). Num gesto unilateral de generosidade, favor e amizade, e porque Solimão desejava ou necessitava de determinados produtos, autorizou os súbditos de Francisco I a viajar por terras otomanas sob os auspícios das leis do seu monarca, não sendo abrangidos pela jurisdição legal e fiscal do sultão. Destinada a beneficiar o Estado otomano, expiravam quando morria o sultão que as havia

promulgado (em 1740 estas concessões perderam o seu caráter temporário, passando os Franceses a beneficiar delas a título permanente em sinal de gratidão pelo seu apoio diplomático). As capitulações significavam que, uma vez concedido esse privilégio, todos os súbditos de dado monarca estrangeiro (bem como os cidadãos de repúblicas, tais como Veneza) continuariam a reger-se pela lei do seu próprio rei ou república. De outro modo, os estrangeiros em solo otomano não tinham protecção legal. Os indivíduos que gozavam de estatuto capitulatório também dispunham de isenção plena de impostos e de direitos alfandegários otomanos. Não surpreende que as capitulações se revelassem populares, tendo sido solicitadas por outros monarcas depois de Francisco I. Inofensivas no período quinhentista do poderio otomano, mais tarde viriam a ameaçar perigosamente a sua soberania.

A medida que o Império enfraqueceu, os Estados europeus deturparam as capitulações, desvirtuando em muito a sua intenção inicial. No século XVI, apenas uns escassos mercadores haviam obtido imunidade legal e fiscal. No século XVIII, contudo, muitos negociantes estrangeiros desfrutavam de vantagens, pois beneficiavam de isenção tributária. Pior ainda, concediam-se certificados (*berats*) a inúmeros súditos não muçulmanos do Império, que lhes granjeavam os mesmos privilégios fiscais e regalias de que usufruíam os europeus ao abrigo das capitulações, incluindo a imunidade à jurisdição dos tribunais otomanos. Por sucessivas vezes os políticos otomanos tentaram extinguir o regime de capitulações e seus abusos, mas em vão, mercê da oposição européia. Por último, durante a I Guerra Mundial, e sob os protestos dos seus aliados alemães, os dirigentes dos Jovens Turcos suprimiram unilateralmente as capitulações. Elas acabaram por ser abolidas na República Turca em 1923, mas no Egipto o sistema vigorou até finais da década de 1930.

No período final do Renascimento surgiu uma diferente forma de diplomacia e de regular as relações entre Estados, com o propósito de lidar com os conflitos que incessantemente grassavam na península da Itália entre os muitos Estados beligerantes. Por ocasião da Paz de Vestefália (1648), essa nova vertente estendeu-se à Europa Central e Ocidental, e daí para o resto do mundo. O chamado modelo «moderno» de contatos interestatais caracteriza-se pela permanência e pela bilateralidade e baseia-se nas noções de reciprocidade, extraterritorialidade e de igualdade de soberania; nas relações internacionais, os Estados são semelhantes independentemente da sua fraqueza ou poderio. À medida que se acentuou o declínio da força militar otomana, estas idéias começaram a ser cada vez mais adoptadas, passando a diplomacia a ser um instrumento importante no arsenal de sobrevivência dos Otomanos.

Durante as negociações do tratado de Karlowitz de 1699, e de novo em 1730, o

Império Otomano anuiu a que a França interviesse como medianeira. No final do século XVIII os políticos otomanos não só aceitaram como se empenharam na procura de mediações e no estabelecimento de tratados de aliança defensiva. Entre os exemplos, conta-se a que foi celebrada com os Russos e os Ingleses em 1798 contra Napoleão Bonaparte e a aliança defensiva tripartida de 1799 com a Grã-Bretanha e a França. Até ao século XIX, contudo, a diplomacia com caracter duradouro continuou a ser unilateral, na medida em que os Estados do centro, leste e oeste europeu tinham missões diplomáticas residentes mas o mesmo não se verificava com o Estado otomano. O governo de Istambul acolheu embaixadas europeias praticamente desde a época em que as delegações residentes se desenvolveram pela primeira vez na Europa (os relatórios desses diplomatas constituem uma fonte magnífica da história otomana). A recusa quanto ao envio de representantes permanentes pode ser reflexo da velha atitude que antecedeu esse tipo de embaixadas, de que apenas os príncipes menos poderosos deviam ter representação e não os governantes ou os Estados mais fortes. Seja como for, durante um largo período de tempo os Otomanos não sentiram necessidade de possuir delegações permanentes no exterior. Existia alguma reciprocidade, mas só quando a ocasião o exigia: por exemplo, se um súdito fosse alvo de tratamento pouco meritório num Estado ao qual haviam sido concedidos privilégios capitulatórios, o facto poderia ter repercussões. Há exemplos concretos de contatos diplomáticos recíprocos anteriores ao século XIX. Após a assinatura do tratado de Küçük Kaynarca (1774), designadamente, os emissários de ambas as facções deslocaram-se à capital inimiga, levando as cartas que ratificavam o mesmo.

No século XVIII, a corte otomana hospedava os embaixadores estrangeiros, suportando as suas despesas e concedendo-lhes escolta. Este comportamento foi interpretado como uma recusa do reconhecimento de alguns aspectos do novo sistema de Estados, alegando-se que tais visitantes estavam presentes a convite e por acordo tácito, mas não por direito próprio. Se assim foi, o governo francês do início do século XVIII é culpado de idêntica relutância, uma vez que foi a corte francesa que custeou a deslocação e a estadia do emissário otomano, um tal Yirmisekiz Çelebi, enviado a Paris em 1720 por um período de seis meses.

Atribui-se ao sultão Selim III a introdução das relações bilaterais sistemáticas. A partir de 1793, foram-se estabelecendo embaixadas, a primeira das quais em Londres, e alguns anos mais tarde surgiram congêneres em Paris, Viena e Berlim. Selim III também nomeou cônsules para zelar pelos interesses comerciais (ao que parece, após 1725 esses consulados haviam passado a existir em diferentes pontos). Por variadas razões, os esforços de Selim III foram infrutíferos; os cargos diplomáticos nas embaixadas foram suspensos em 1820

(contudo, admite-se que os consulados se tivessem mantido).
A «moderna» carreira diplomática começou a tomar forma definitiva em 1821. Os governantes otomanos dependiam de tradutores para os seus contatos internacionais. Esses tradutores, os chamados dragomanos, eram recrutados principalmente na comunidade grega otomana; eram poliglotas notáveis, em virtude do numeroso grupo de mercadores gregos que operavam nas zonas do Mediterrâneo, do Atlântico, do Mar Negro e do Índico. Havia ainda, embora em menor escala, outras comunidades da diáspora ligadas ao comércio internacional - o caso dos Armênios, que possuíam dotes lingüísticos semelhantes e também forneciam dragomanos. Aquando da guerra da independência da Grécia, generalizou-se a suspeição em torno da lealdade dos gregos otomanos. O patriarca grego de Constantinopla foi enforcado e esses dragomanos, que haviam ocupado cargos de poder muito delicados, passaram a ser encarados como potenciais traidores. E assim, em 1821, fundou-se o Gabinete de Tradução (*Tercüme Odasi*) para formar um corpo disponível de tradutores e pôr termo à dependência do governo nos dragomanos. O Gabinete de Tradução, bastante reduzido até 1833, era responsável pela tradução de línguas europeias. Aparentemente pouco significativo, este departamento depressa se tornou a área de maior de mobilidade e prestígio político na burocracia otomana. Os seus funcionários chegaram a ser dos mais importantes burocratas do Império Otomano oitocentista, à medida que o Gabinete passou a ter um envolvimento cada vez maior no sistema de relações diplomáticas regulares da política internacional do Estado. O conhecimento das línguas européias, em especial do francês, tornou-se um requisito primordial para a progressão na carreira estatal; o melhor lugar para as aprender era o Gabinete de Tradução. Para muitas elites, dominar o francês era não apenas sinônimo de modernidade cultural mas também quase o seu único conteúdo, Para esses indivíduos, modernidade significava saber línguas européias; na sua perspectiva, a falta de tais ferramentas de conhecimento correspondia (incorretamente) a ser-se retrógrado e reaccionário.
A criação formal do ministério dos Negócios Estrangeiros deveu-se ao sultão Mahmud II (1808-1839); em 1834 montou a estrutura diplomática necessária para a existência de uma representação permanente no exterior. O momento em que isso aconteceu parece ter sido crucial, porquanto a capital acabara de se libertar da ocupação russa de 1829 e das forças de Muhammad Ali Paxá (1833). Os exércitos revelaram-se ineficazes nessa crise, restando apenas a diplomacia como salvação do Estado. Assim, o aparecimento de um grupo de indivíduos remunerados, que desempenhavam funções a tempo inteiro - dedicando-se em exclusivo à diplomacia como embaixadores do Estado otomano em terras

estrangeiras - deveu-se a longos padrões de evolução bem como à crise iminente do começo da década de 30 do século XIX.
Por volta de 1870, os Otomanos tinham embaixadas em Paris, Londres, Viena e São Petersburgo e delegações em Berlim, Washington, e Florença/Roma; havia também consulados em determinados Estados africanos e asiáticos, nos Estados Unidos e na América do Sul. Em 1914, os serviços centrais do ministério dos Negócios Estrangeiro, em Istambul, empregavam cerca de 150 pessoas. Nessa data havia oito embaixadas - Berlim, Paris, Roma, São Petersburgo, Teerão, Londres, Washington e Viena. Além destas, havia ainda diplomatas de categoria inferior destacados em oito delegações - Atenas, Estocolmo, Bruxelas, Bucareste, Belgrado, Sófia, Madrid e Haia - enquanto que mais de cem trabalhavam nos serviços consulares otomanos, não contando com os agentes comerciais.
A maioria dos diplomatas otomanos provinha das elites. Fundado em 1868, o Galatasaray Lycée (*Mekteb-i Sultani)* tornou-se a mais importante (e única) escola que formava os funcionários do ministério dos Negócios Estrangeiros. Os instrutores davam as aulas sobretudo em língua francesa, sendo o currículo baseado no dos liceus franceses. Os alunos procediam de famílias abastadas muçulmanas e não muçulmanas; a freqüência da escola era a principal forma de ingresso na elite muçulmana.
Graças à sua preparação e educação privilegiadas, mais de dois terços da totalidade dos funcionários desse ministério dominavam duas ou mais línguas estrangeiras. No decorrer do século, os conhecimentos do persa foram preteridos a favor do francês, passando este a ter maior relevância; o domínio das línguas arábicas manteve-se estável. Deste modo, os conteúdos da instrução elitista alteram-se de forma substancial e a exposição à cultura européia ocidental substituiu de modo decisivo o conhecimento da cultura islâmica pérsico-árabe.
Ambicionada por muitos, a carreira no ministério dos Negócios Estrangeiros era prestigiosa, o que reflecte a relevância da diplomacia na vida do Império. Os mais aptos e brilhantes candidatos ao serviço do Estado optavam por esse ministério. Não foi por acaso que os três principais grão-vizires do período Tanzimat - Mustafá Re§it, Fuat e Ali Paxá, os homens que dominaram essa era - foram, todos eles, ministros dos Negócios Estrangeiros. Os cargos internacionais mais conceituados eram os postos na Europa Ocidental - em particular, Paris e Londres - hierarquicamente superiores aos do Irão, do litoral do Mar Negro, dos Bálcãs ou da Ásia Central. Essa hierarquia diz-nos muito não apenas sobre os valores da época mas também sobre as sedes do poder político e cultural.
Á despeito da crise dos dragomanos motivada pela guerra da independência da Grécia, os Gregos e Armênios otomanos continuaram a ser importantes no

ministério dos Negócios Estrangeiros. Prevaleciam os mesmos fatores que os haviam levado para o quadro de dragomanos - o forte envolvimento das comunidades da diáspora grega e armênia no comércio com o Irão, a Europa, as Américas e com as regiões do Mediterrâneo e do Mar Negro. Eles constituíam, portanto, uma minoria significativa dos funcionários do ministério - cerca de 29%, uma taxa de participação um pouco mais elevada do que a de não muçulmanos na globalidade da população otomana da época. Algo sobrerepresentados no conjunto de pessoal do ministério dos Negócios Estrangeiros, os cristãos otomanos pouco se destacaram, contudo, na ocupação de melhores posições, atendendo à proporção dessa representação. Apesar de alguns deles terem encabeçado embaixadas importantes, a maioria assumiu funções consulares de pouca nomeada no final da carreira, não obstante o fato de procederem da faixa mais instruída. Em síntese, a sua admissão no ministério foi fácil, mas não tiveram igual acesso a oportunidades de promoção.

O califado como instrumento especial da diplomacia otomana

Os Otomanos dispunham de um instrumento invulgar na condução da diplomacia - o califado. O estatuto de califa teve origem no século VII d.C., altura em que os chefes políticos dos novos Estados islâmicos foram investidos desse título - primeiro electivo e depois hereditário - depois da morte do profeta Maomé. No ano de 1000, os califas haviam perdido a sua força política mas mantinham o estatuto. De 1000 a 1258 tiveram um papel de grande prestígio, embora fosse sobretudo simbólico, unindo a comunidade islâmica independentemente de quem detinha, de facto, o verdadeiro poder político nas várias regiões. Para a maioria dos juristas muçulmanos, o califado terminou em 1258, data em que os Mongóis saquearam Bagdad e assassinaram o último califa. Na era otomana, os sultões usaram o título de califa em algumas ocasiões, mas ele deixou de ter qualquer significação real.
Todavia, no século XVIII, um tipo de califado diferente viria a ocupar um lugar menor no arsenal diplomático otomano. O califado moderno começou a delinear-se aquando das negociações do tratado de Küçük Kaynarca de 1774, altura em que a Rússia reconheceu o sultão otomano como califa dos Tártaros da Crimeia. Este gesto simbólico, implicando um vaga espécie de suserania religiosa otomana, visava encobrir a verdadeira ruptura dos laços centenários entre os sultões e os *khans* da Crimeia. Ou seja, a ligação otomano-crimeia findou, mas não em definitivo, uma vez que prevalecia o título de califa, por mais ambíguo que ele possa ter sido. Aos Russos, por sua vez, reconheceu-se a sua pretensão religiosa - o direito de erigir e de proteger uma igreja em Istambul - um bom

pretexto que mais tarde utilizariam para interferir sobremaneira nos assuntos internos otomanos (capítulo 3). A conjugação de outras forças promoveu a adoção do califado como nova estratégia. A um nível geral, o colapso do poder político-militar otomano ocorreu de forma abrupta e clara no conflito de 1768-1774, uma das mais severas derrotas da sua história. Em moldes mais específicos, o Estado *wahhabi*, em expansão na Arábia, constituía uma ameaça militar e religiosa que fazia perigar a administração otomana nestas províncias longínquas. As pretensões espirituais dos reformadores *wahhabi* a herdeiros do verdadeiro Islão, aliadas à conquista de Meca e de Medina no início do século XIX, parecem ter minado a legitimidade otomana. Assim, o tratado de 1774, o progressivo declínio da supremacia militar otomana e a ameaça *wahhabi* foram os fatores que contribuíram para dar forma ao califado, transformando-o num instrumento negociai e num meio de reforçar o prestígio dos sultões. A reivindicação do califado foi-lhes possível essencialmente devido às suas proezas militares dos séculos anteriores, à sua longevidade enquanto dinastia e ao facto de possuírem as cidades santas muçulmanas de Meca e Medina; acresce ainda que continuavam a ser o mais poderoso Estado islâmico sobrevivente na era do imperialismo europeu. No século XIX, inúmeros muçulmanos da Índia, da Ásia Central e do Norte de África foram subjugados pela Grã-Bretanha, pela Rússia e pela França. Na condição de califa, o sultão constituía para esses muçulmanos, bem como para os seus próprios súbditos, um apelo à união para a resistência e para a lealdade. De facto, a idéia de califado - com toda a sua proeminência histórica, honra e evocação dos tempos áureos de outrora - tinha maior popularidade entre os muçulmanos centro-asiáticos e indianos, comunidades que eram alvo dos ataques britânicos e russos. O sultão Abdülaziz (1861-1876) adotara já uma abordagem pan-islâmica nas suas relações com outros países muçulmanos, invocando um Islão comum como base de uma ação concertada sob a liderança do califado. Porém, foi Abdülhamid II, à frente de um império que desde 1878 se tornara mais muçulmano do que cristão em termos populacionais, quem mais enfatizou o califado.

Este monarca recorreu ao califado pela primeira vez durante a guerra russo-otomana de 1877-1878. Antes disso os Russos haviam aniquilado os Estados muçulmanos centro-asiáticos de Bukhara, de Khiva e de Khokand, deixando o Afeganistão como Estado-tampão entre a Rússia e os Britânicos. Quando a guerra eclodiu, o sultão enviou uma missão de alto nível ao Afeganistão a fim de angariar apoio contra o seu inimigo comum - a Rússia. O emissário deslocou-se também a Bombaim, na Índia britânica, onde foi calorosamente recebido pelos muçulmanos. Ao longo do restante período do seu reinado, Abdülhamid II mandatou representantes para trabalhar nessas comunidades e fortalecer a

posição sultânica nessa arena política das grandes potências.
Muitos chefes de Estados muçulmanos, incluindo os *khans* usbeques da Crimeia e os sultões de Samatra nas Índias Orientais, reconheceram o chefe otomano como califa, do mesmo modo que, por vezes, também reconheceram os Otomanos como seus líderes seculares. Conta-se, por exemplo, que no século XIX o governante de Kashgar, na Ásia Central, mandou cunhar moedas em nome do sultão otomano; os emires afegãos, por seu turno, identificando o sultão como sucessor dos verdadeiros califas, estabeleceram a invocação do seu nome na oração de sexta-feira.
Ainda que não possamos saber até que ponto o califado cimentou a hegemonia do sultão sobre os seus súbditos, não há dúvida de que, em última análise, o califado não exerceu grande efeito apelativo na lealdade dos muçulmanos sob dominação britânica, francesa e russa. Em 1914, o sultão/califa otomano emitiu um apelo à guerra santa *(jihad)* contra os inimigos franceses, britânicos e russos, exortando os seus súbditos à revolta. Tal acabou por não acontecer, a despeito das três décadas de propaganda. Na verdade, muitos combateram nas fileiras dos inimigos do califa, embora, por vezes, contra sua vontade.

Relações otomanas com os Estados europeus, centro-asiáticos, indianos e norte-africanos: relações com a Europa

A relação entre Otomanos e europeus alterou-se de forma substancial ao longo dos tempos. E inegável que ela se caracterizou pela guerra: entre 1463 e 1918, aproximadamente, os Otomanos travaram pelo menos 43 batalhas, 31 das quais com várias nações européias. E contudo, ao longo desse período tumultuoso existiram outras relações de cooperação, muitas vezes encobertas pelas dissensões ideológicas da época. No século XVI, de acordo com a concepção que o Papa e outros teólogos cristãos ainda tinham do vasto mundo europeu, este dividia-se nas terras do Islão, dominadas pelos Otomanos, e, no mundo cristão, a *respublica Christiana*. Este termo significava que todos os Estados cristãos latinos, salvo os da cristandade ortodoxa, faziam parte de uma só comunidade, teoricamente una, apesar do fato de neles se falar línguas diferentes e de serem governados por diferentes monarcas. No século XVI, esta noção de *respublica Christiana* apenas se mantinha viva no espírito dos teólogos e de alguns outros, tendo sido substituída pelo conceito de Estado-nação; a lealdade ao Estado-nação passou ser mais importante do que o vago sentimento de unidade cristã. Nesse mesmo século, por exemplo, o rei de França tomou medidas para engrandecer o poder do seu Estado à custa do restante mundo cristão. Assim, Francisco I sincronizou a sua política externa com a dos Otomanos; porém,

evitou prudentemente estabelecer uma aliança oficial. Certa época, quando combatia os Habsburgo, também seus inimigos, Francisco I autorizou a frota otomana a passar o Inverno na costa sul, a actual Riviera. Por esse motivo foi fortemente denegrido, porém sem repercussões (recorde-se que Solimão, *o Magnífico* lhe concedeu as primeiras capitulações). Compare-se esta série de acontecimentos com os ocorridos século e meio mais tarde. Em 1688 outro soberano francês, Luís XIV, achou-se capaz de atacar o Estado cristão europeu dos vizinhos Habsburgo quando estes estavam a defrontar os Otomanos. Luís XIV foi alvo de algumas censuras brandas, todavia, de um modo geral as suas iniciativas foram encaradas como a normal atuação do Estado. A sua decisão assinala um ponto de viragem na evolução do sistema interestatal, das relações entre os Otomanos e a Europa Ocidental e o definitivo colapso do ideal da *respublica Christiana.* Luís XIV alterou bruscamente a sua política. Aquando da batalha de S. Gotardo, apenas alguns anos antes (1664), o monarca francês enviara reforços aos Habsburgo *contra* os exércitos otomanos; de forma idêntica, ajudou Veneza na sua luta contra os Otomanos, em Creta. Assim, a data de 1688 assinala claramente a existência da *raison d'état* [razão de Estado], o princípio de que qualquer acto em defesa do Estado era justificável. Esse ano marca, ainda, o papel mais visível dos Otomanos no equilíbrio do poder europeu e o ocaso da *respublica Christiana.*

Tanto nas negociações de Karlowitz, em 1699, como na Paz de Belgrado (1730) os Franceses agiram em favor dos Otomanos para suster o avanço excessivo dos Habsburgo, êxito que desestabilizaria o poder europeu. No século XVIII, as relações entre europeus ocidentais e Otomanos evoluíram mais ainda com o passar dos anos. O Estado otomano assinou alianças formais, envolvendo-se no Egipto em acesos confrontos com a França como aliado de um outro Estado da Europa Ocidental - a Grã-Bretanha. Em meados do século XIX, a cooperação militar activa deixou de parecer invulgar; durante a guerra da Crimeia (1853-1856) Otomanos, Britânicos e Franceses uniram-se contra a Rússia. Em 1856 o Império Otomano foi admitido no «Concerto das Nações», reconhecendo-se formalmente a sua transição de adversário para interveniente no sistema estatal europeu.

Uma nota final: apesar de, em sentido real, o Estado otomano funcionar como um entre muitos, utilizando a diplomacia e a guerra na arena política européia, ele manteve, todavia, a sua singularidade. À medida que outros Estados do continente começaram a autodefinir-se, o Império Otomano passou gradualmente a ser considerado um corpo estranho; um «acampamento em solo europeu». Porém, nesse mesmo momento, algumas nações eram aliadas de guerra dos Otomanos. A herança sobrevive ainda hoje; as reservas da União

Europeia face à candidatura do sucessor do Império Otomano, o Estado da Turquia, como membro de plenos direitos devem-se, a meu ver, parcialmente a esse motivo (capítulo 10).

Relações com o Irão e a Ásia Central

A Europa Ocidental, Central e Oriental, embora sendo um espaço importante de intensa acção diplomática otomana, não eram as únicas regiões onde se desenvolvia a actuação dos diplomatas otomanos. A diplomacia ativa perdurou ao longo de séculos com os Estados da Ásia Central, do Irão, da Índia e, a ocidente, com o Norte de África. Entre 1700 e 1774, por exemplo, os monarcas iranianos enviaram embaixadas ao Estado otomano em dezoito ocasiões distintas. A despeito da sua regularidade e preponderância, estas relações foram largamente menosprezadas pelas publicações acadêmicas da história otomana.
Em épocas mais recuadas, os sultões otomanos estabeleceram laços diplomáticos intermitentes com os chefes de Samarcanda, de Bukhara, de Balk e de Khiva, nos territórios limítrofes entre o Irão e a Ásia Central. Era freqüente uns ou outros fazerem-se representar por emissários nas subidas ao trono ou para discutir ataques a inimigos comuns - inicialmente os Iranianos mas, séculos depois, os Russos. O itinerário da visita dos mandatários de Estados muçulmanos à corte otomana costumava incluir uma peregrinação às cidades santas. Um *khan* usbeque, por exemplo, enviou um embaixador ao sultão Mustafá II; dado que entretanto este fora destronado, o embaixador entregou as suas credenciais e ofertas a Ahmed III (1703); depois, partiu em peregrinação, regressando à sua região natal em 1706. Logo após essa data o *khan* sucessor mandou outro emissário para anunciar a sua tomada de posse e saudar Ahmed III. Este delegado também fez a peregrinação antes do seu regresso. Ao longo da década de 20 do século XVIII, houve mais duas delegações usbeques, as únicas registadas até 1777. Os contatos diplomáticos entre os *khans* usbeques de Khiva, perto do mar de Arai, datam da segunda metade do século XVI. O desaire de Viena, em 1683, levou de imediato à constituição de uma missão para discutir um eventual apoio; nos anos de 1732, 1736 e 1738 houve outras embaixadas. A catástrofe de Küçük Kaynarca (1774) também desencadeou intensos contactos diplomáticos entre os dirigentes otomanos e os líderes centro-asiáticos, todos eles temendo a progressiva expansão russa. O *khan* usbeque de Bukhara enviou dois emissários em 1780; um deles morreu em Konya após a peregrinação mas o outro regressou são e salvo. Abdülhamid I mandou ao governante de Bukhara as suas credenciais (em persa) bem como presentes valiosos. Esta e muitas outras missões aos *khans* de Kazakh e da Quirguízia integravam-se na magnífica

ofensiva diplomática desse sultão com o fito de angariar apoios para reaver a Crimeia. Em 1787, um dos seus enviados deslocou-se a Bukhara, depois para o Afeganistão e, em 1790, restabeleceu as relações entre os governantes otomanos e afegãos.

Relações com os governantes da Índia

Os chefes de vários Estados do subcontinente indiano fizeram-se representar com regularidade em Istambul ao longo dos séculos XV-XVII, muitas vezes quando assumiam o poder. Há um relato famoso, porventura apócrifo, de uma carta do grande imperador mongol, Humayun destinada a Solimão, *o Magnífico*, em 1548. No século XVIII, muitos Estados indianos, incluindo o mongol, mandaram embaixadores, nos anos de 1716, 1722 e 1747, por exemplo, muitas vezes pedindo auxílio aos Otomanos nas suas lutas contra o Irão. Em 1777, um governante da costa de Malabar fez seguir um emissário para Istambul com um pedido de ajuda contra os inimigos zoroastristas locais. Este governante presenteou o sultão com dois elefantes. Expedidos via Suez, um deles morreu na viagem, mas o outro chegou ao destino, passando o resto dos seus dias na capital otomana. Em 1780, a irmã de um monarca do Sul da índia solicitou o apoio otomano para combater os Portugueses e os Ingleses. Os sultões Abdülhamid I e Selim III firmaram freqüentes acordos comerciais e políticos com o sultanato de Mysore, na Índia Meridional, então a braços com uma disputa franco-britânica pelo sub-continente. Em dada ocasião, o governante de Mysore, o sultão Tipu, pediu aos Otomanos que intercedessem contra Bonaparte, no Egito, uma vez que eram aliados dos Britânicos. Assim, em dado momento dos finais do século XVIII, a diplomacia otomano-britânica operava tanto no Mediterrâneo Oriental como no subcontinente indiano.

Relações com os Estados do Norte de África

As relações entre Istambul e os Estados ocidentais do Norte de África modificaram-se consideravelmente ao longo dos tempos. No século XVI, havia um controlo direto sobre as províncias a leste de Marrocos; no século seguinte, depois de os chefes militares locais tomarem o poder, essas províncias transformaram-se em Estados vassalos de vários tipos. De um modo geral, a diplomacia otomana procurava regular o comportamento dos seus vassalos nominais nessas áreas ou intercedia nos conflitos entre vassalos; ou, ainda, entre estes e o sultanato vizinho de Fez, em Marrocos. Os Estados norte-africanos haviam descoberto na pirataria uma importante fonte de receitas, vivendo do saque de embarcações. Todavia, o tratado de Karlowitz (1699) exigia que

Istambul protegesse mais energicamente os navios dos signatários dos ataques dos corsários norte-africanos. Vendo-se, portanto, forçado a agir contra os seus próprios súbditos, em 1718 Ahmed III coagiu o *dei* de Argel a suster os ataques às frotas austríacas. Enquanto mediadores, os Otomanos interferiram com freqüência nas disputas entre Fez e os Argelinos, designadamente em 1699. Â fim de obter reforços militares e auxílio político, o sultão marroquino enviou ofertas a Istambul nos anos de 1761, 1766 e 1786. Em 1766 este monarca procurou apoio contra as investidas francesas; no entanto, em 1783 mandou averiguar que tipo de ajuda podia fornecer aos Otomanos na sua luta contra os Russos. Nessa mesma altura, os rivais argelinos do referido sultão também fizeram ofertas a Abdülhamid I.

No final do século XVIII ocorreu um exemplo fascinante da diplomacia otomana no Mediterrâneo Ocidental. Recorde-se que na guerra de 1768-1774 os Russos partiram do mar Báltico, seguindo pelo mar Mediterrâneo com destino ao Egeu para destruir a frota otomana em Çeçme (também incendiaram Beirute). Quando deflagrou a segunda guerra com a czarina Catarina, o sultão apelou ao governante marroquino para que bloqueasse Gibraltar e rechaçasse os Russos; em 1787-1788 uma delegação otomana negociou com Espanha igual objetivo.

VI

OS MÉTODOS DE GOVERNAÇÃO OTOMANA

Introdução

O Estado central dinástico otomano, tal como as políticas desenvolvidas noutras regiões do globo, empregou estratégias várias para assegurar a sua perpetuação, que combinavam coacção enérgica, manutenção da justiça, inclusão de potenciais dissidentes e constantes negociações com outras fontes do poder. Neste capítulo abordam-se algumas das técnicas óbvias de governação bem como outras mais sutis a que o Estado recorreu para projetar a sua hegemonia a nível interno ao longo dos séculos. Explora-se mais significativamente a autoridade efectiva do governo central nas províncias, dando a entender que são exageradas as antigas narrativas, que realçavam a centralização administrativa.

A dinastia otomana: os princípios de sucessão

Uma das razões-chave do sucesso otomano foi, decerto, o facto de a família real ter conseguido manter-se na crista do poder durante mais de seis séculos, resistindo às inúmeras permutas e transformações fundamentais ocorridas na estrutura do Estado. Assim, debruçar-nos-emos fundamentalmente sobre as formas de sucessão dinástica e o modo através do qual a dinastia otomana criou, manteve e engrandeceu a sua legitimidade.

De uma maneira geral, os princípios de transmissão do poder utilizados pelas famílias reais correspondiam à sucessão pela via masculina e feminina ou em exclusivo pela linha masculina. Tal como acontecia na monarquia francesa moderna na fase inicial (que se regia pela lei sálica), a família otomana adoptava o princípio da sucessão masculina, considerando-se que somente os homens eram potenciais herdeiros do trono (ao contrário do que sucedia na Rússia e na Grã-Bretanha da época). Muitas casas reais seguiam um segundo princípio sucessório - o da primogenitura, isto é, a sucessão do filho mais velho do monarca. A dinastia otomana afastou-se marcadamente das práticas hereditárias habituais ao longo de quase toda a sua história. Desde o século XIV e até fins do século XVI, a sucessão hereditária fez-se segundo um método cruel mas eficaz - a sobrevivência do mais hábil e não do filho mais velho. Desde épocas remotas, e de acordo com a tradição centro-asiática, os filhos dos sultões reinantes eram enviados para as províncias para que adquirissem experiência administrativa.

Como governadores, faziam-se aí acompanhar dos respectivos tutores e comitiva (até 1537, vários príncipes otomanos foram também chefes militares). Neste sistema, todos os filhos podiam, em teoria, reclamar igualmente o trono. Após a morte do sultão seguia-se, regra geral, um interregno entre esta e a subida ao trono do novo soberano, um período durante o qual os filhos se digladiavam e maquinavam pela obtenção do poder. Nessa disputa pela supremacia, o primeiro dos filhos a chegar à capital e a merecer o reconhecimento da corte e das tropas imperiais passava a reinar. Não se tratava de um método transparente; todavia, promovia-se o acesso ao trono dos mais bem relacionados, experientes e capazes; dos indivíduos que haviam conseguido conquistar o apoio dos agentes do poder dentro do sistema.

Este processo de sucessão sofreu uma brusca alteração quando Selim II (1566-1547) mandou apenas o filho mais velho (o futuro Murad III, 1574-1595) para Manisa, um posto administrativo provincial na Anatólia Ocidental. Por sua vez, Murad III também só enviou o filho mais velho - Mehmed III (1595-1603) - como governador de Manisa. Com efeito, Mehmed III foi o último sultão a assumir funções de governador (nos cinqüenta anos seguintes os primogênitos foram nomeados governadores de Manisa, porém nunca exerceram o cargo). Ao longo desses reinados, os Otomanos cingiram-se, portanto, à primogenitura *de fato.*

Durante parte da época em que vigorou a supremacia do mais capaz como princípio de sucessão, prevaleceu igualmente a prática atroz do fratricídio. Mehmed, *o Conquistador* (1451-1481) foi o primeiro a adotá-la, mandando executar os irmãos. Este facto requer uma explicação, uma vez que as sociedades otomanas e islâmicas em geral condenavam veementemente o assassínio (tal como a Europa cristã contemporânea). Contudo, tanto na Europa como no Médio Oriente permitia-se aos governantes actos que seriam considerados imorais se cometidos por uma pessoa comum. O povo não podia matar, mas isso era consentido ao rei. Transparece aqui a face da *raison d'état.* Maquiavel ter-se-ia revisto na seguinte norma (*kanunname*) dimanada pelo sultão Mehmed a fim de justificar a sua atuação: «Passe o sultanato para que filho meu passar, é justo que mate os irmãos, a bem da ordem do mundo. A maioria dos ulemás permite-o. Que os meus filhos ajam em conformidade). As pessoas individuais não podiam matar, mas o governante podia cometer assassínio, até mesmo o dos próprios irmãos, em prol da ordem e da estabilidade. A prática do fratricídio prolongou-se durante mais de um século; em 1595, após conquistar o trono, Mehmed III mandou matar os seus dezenove irmãos. Este costume cessou efetivamente em 1648, tendo voltado a ocorrer apenas mais uma vez. Em 1808, Mahmud II ordenou a execução de seu irmão, Mustafá IV, único sobrevivente do

sexo masculino, a fim de salvaguardar o seu próprio reinado.
Quando a dinastia abandonou o fratricídio, a sucessão deixou de se fazer pela sobrevivência do mais dotado, passando a eleger-se o homem mais velho da família. Este princípio (o chamado *ekberiyet*) entrou em vigor em 1617, prevalecendo até ao fim do império. De acordo com o *ekberiyet,* por morte do sultão subia ao trono o indivíduo mais velho do sexo masculino - muitas vezes um tio ou irmão do sultão falecido. A prática desenvolveu-se, dando origem em 1622 ao sistema da «gaiola dourada» (*kafes*). Quando o homem mais velho da realeza se tornava sultão, a vida dos restantes era poupada a bem da continuidade da família real. Assim, os príncipes não viviam propriamente em cativeiro, mas ficavam confinados ao palácio, em particular no harém, onde permaneciam resguardados dos olhares públicos e sob a vigilância e controlo do sultão reinante. Todavia, raramente recebiam qualquer formação ou experiência administrativa; de um modo geral, embora nem sempre, o período em clausura não se destinava à preparação para a eventual liderança. Só o monarca que detinha o poder podia ter filhos. Mehmed III foi o último governante a tê-los na condição de príncipe. A liderança do homem mais velho significava que o potencial pretendente poderia aguardar muito tempo em «cativeiro» até se tornar sultão: o período máximo foi 39 anos. No século XIX, aqueles que ocuparam o poder esperaram quinze anos ou mais.
É fundamental associar as transformações registadas nos princípios de transmissão do poder - a prevalência do mais dotado, o fratricídio e o reinado do mais velho - à sua posse efetiva em momentos específicos da história otomana. O fratricídio como medida extrema surgiu no momento exacto em que os sultões haviam difundido o seu estatuto de *primus inter pares,* tendo vencido as longas contendas pela supremacia contra a classe dos *beis* fronteiriços e dos turcomanos influentes. Em finais do século XVI, quando a autoridade deixou de estar centrada na figura do sultão e passou para a corte, só o filho primogênito é que ia adquirir prática administrativa e não todos, tal como sucedia antes desta alteração. O princípio de nomeação do mais velho e a adoção do sistema de cativeiro, por seu turno, coincidiram com a transição do poder palaciano para as famílias de vizires e paxás. As leis otomanas de sucessão dinástica mudaram, portanto, da mesma forma que se alterou a sede do poder, que passou da aristocracia para o sultão; deste para a casa real e, depois, daqui para os vizires e paxás. Os sultões tornaram-se progressivamente dispensáveis como guerreiros ou administradores; todavia, permaneceram como símbolos e legitimadores essenciais do próprio processo de governação. Nesse mesmo processo, as mulheres da realeza desempenharam um papel imprescindível, mantendo e fundando alianças em todas as estruturas da elite otomana. Em certo sentido, o

facto de tantos sultões terem sido depostos foi irrelevante - quase metade, no seu todo - pois era o cargo e já não a pessoa que operava como componente essencial no funcionamento do sistema. Por outras palavras, o sultão era necessário para reinar: a governação tornou-se uma prerrogativa de outros.

Os meios de legitimação dinástiea

Enquanto chefes reais ou simbólicos do Estado otomano, os sultões punham em prática uma série de medidas de maior ou menor amplitude, a fim de manter a sua supremacia sobre a sociedade e sobre a estrutura política otomana. Os muitos sinais diários que zelosa e constantemente davam da sua presença sugerem que o seu poder resultava não apenas das tropas e dos burocratas que comandavam mas também de um processo de negociação permanente entre a dinastia, os súditos e outros titulares do poder, tanto central como provincial.
Os dispositivos de legitimação de que os governantes dispunham para enaltecer a sua posição eram inúmeros, desde comemorações públicas das etapas do ciclo da vida dinástica até obras filantrópicas. Quando o novo sultão subia ao trono realizava-se uma cerimônia de reconhecimento no recinto do palácio de Topkapi, a residência da maior parte dos sultões otomanos entre os séculos XV e XIX. O novo monarca dirigia-se, então, ao Conselho Imperial *(Divan*), oferecia prendas a este círculo mais restrito e ordenava a cunhagem de novas moedas, uma prerrogativa real. Duas semanas depois efectuava-se na capital o cingir da espada de Osmã, o fundador dinástico; este ritual essencial ocorria no complexo fúnebre de Eyüp, no canal do Corno de Ouro. O sultão deixava o palácio com muita pompa e circunstância e fazia um pequeno trajecto de barco, subindo o Corno de Ouro. O complexo fora erigido em memória de Eyüp Ansari, um companheiro do profeta Maomé que tombara às portas de Constantinopla quando do primeiro cerco muçulmano da então capital bizantina, em 674-678. No ano de 1453, os exércitos de Mehmed, *o Conquistador* encontraram miraculosamente o corpo de Eyüp; o sultão mandou construir nesse local um túmulo, uma mesquita e os edifícios adjacentes. Era neste solo sagrado que ocorria o cingir da espada - a coroação otomana -, o que ligava o actual monarca aos seus antepassados do século XIII e à própria figura do Profeta.
A circuncisão dos filhos do sultão era um marco no ciclo da vida dinástiea, pois assinalava a maioridade da próxima geração dinástiea. Ao longo dos séculos, estes acontecimentos foram festejados com fogo-de-artifício e desfiles, por vezes com requintado aparato. Para aproximar os próprios filhos dos do povo, era freqüente os dinastas, incluindo Ahmed III (início do século XVIII) e Abdulhamid (fim do século XIX), pagarem a circuncisão dos filhos dos pobres e

de outros habitantes da capital. Em 1720, Ahmed III mandou realizar uma famosa comemoração pela circuncisão de seus filhos; em Istambul e noutras cidades do império os festejos prolongaram-se por dezasseis dias. Na capital, o evento incluiu a circuncisão de 5.000 rapazes pobres, procissões, iluminações, fogo-de-artifício, jogos eqüestres, caçadas, danças, música, recitais de poesia e exibições de bobos e malabaristas.

Em 1704, o mesmo sultão ordenou que se efectuassem grandes festejos para celebrar o nascimento da sua primeira filha, um acontecimento que reconhecia a liderança feminina na política da família real. Noutras cerimônias a dinastia unia-se à elite espiritual e intelectual do Estado. No final do século XVII, nomeadamente, comemorou-se a educação formal do jovem Mustafá II, tutelada pelos sábios religiosos (ulemás), através de uma cerimônia demonstrativa da aprendizagem das primeiras letras do alfabeto e de passagens do Alcorão. Noutras ocasiões os sultões patrocinavam competições de leitura entre os ulemás mais eminentes, aliando-se, desse modo, mais ainda à vida intelectual desses sábios.

Havia outros processos que semanalmente e no dia-a-dia lembravam os súbditos do seu soberano. Na oração do meio-dia das sextas-feiras proferia-se em voz alta em todas as mesquitas do Império o nome do sultão reinante - quer fosse em Belgrado, em Sófia, em Baçorá ou no Cairo. A soberania sultânica era, assim, reconhecida em toda a parte através das orações dos vassalos. Na capital, Abdülhamid II (1876-1909) participou numa procissão pública, desfilando desde o palácio de Yildiz até à mesquita vizinha para a oração de sexta-feira, enquanto o seu séquito recolhia petições entre os súbditos ao longo do percurso. As moedas otomanas celebravam os governantes, nelas figurando o selo imperial, a data de subida ao trono e, muitas vezes, o ano do seu reinado. No século XIX surgiram os selos de correio, nos quais se gravava o nome e assinatura imperial do governante; no século seguinte via-se até mesmo a efígie do próprio imperador, o sultão Memed V Resat (1909-1918).

Em eras mais remotas, os artistas enalteciam nos seus quadros a bravura do sultão, representando as suas vitórias no campo de batalha ou em corajosas caçadas; ou, ainda, numa exibição de tiro ao arco. Apesar de estes serem motivos comuns de finais do século XVII, as oficinas da corte que os produziram desapareceram, talvez pelo fato de os sultões serem menos heróicos e passarem mais tempo no palácio. A finalidade e o efeito dessas pinturas, normalmente figurando em manuscritos, não são claros; afinal de contas, permaneceram confinadas ao palácio, sendo vistas apenas por aqueles que o habitavam.

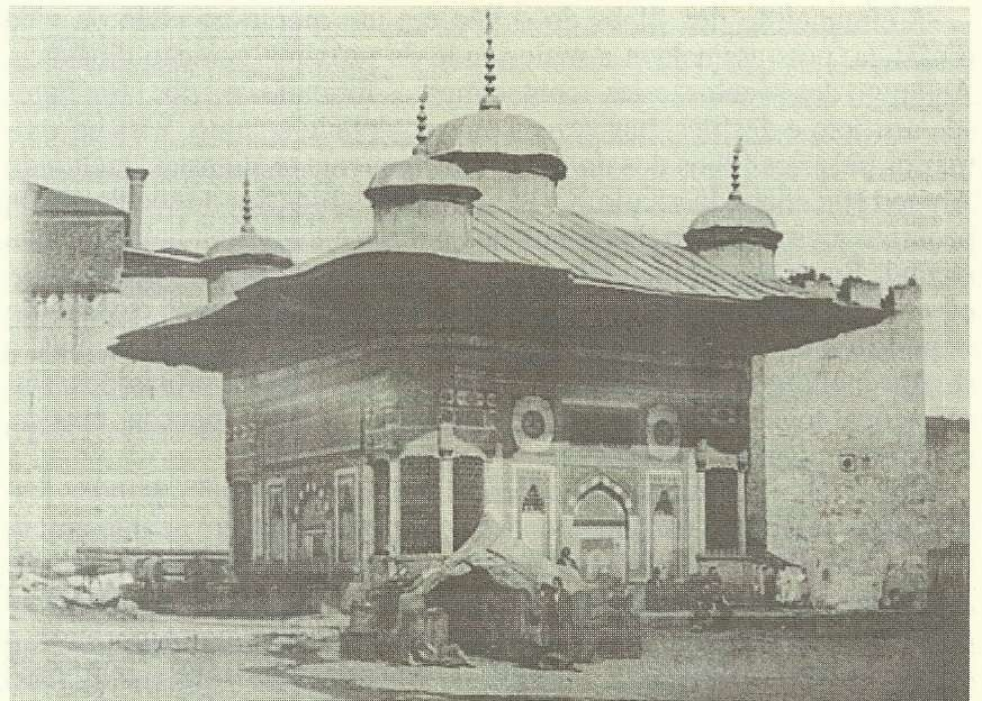


Figura 1 - Fonte do Sultão Ahmed III (1703-1730), Istambul.
Coleção particular do autor.

Com recurso aos seus fimdos pessoais, a dinastia mandou construir muitas centenas de edifícios públicos, recordando os súditos da sua munificência. Neste ponto, note-se que até ao fim do século XIX não era o Estado mas sim os ricos e poderosos que sustentavam as instituições de beneficência, de saúde e de educação; a partir dessa data foi o Estado otomano em transformação que assumiu essa responsabilidade. Ao longo dos séculos, os sultões e membros da família real suportaram regularmente a construção e a manutenção de fontanários, mesquitas e de refeitórios para os necessitados - na capital e noutros pontos do império. Estas obras não eram financiadas pelo tesouro estatal mas pelos seus orçamentos particulares (até ao século XIX, porém, na verdade não se fazia distinção entre os dinheiros do sultão e os fundos do Estado). A família real subsidiava estas obras como actos piedosos e também para reiterar o seu direito a reinar e de, assim, perpetuar a aprovação, a gratidão e, em última análise, a obediência das populações governadas. Em 1728 Ahmed III subvencionou a construção da grande fonte que se encontra à saída do palácio imperial de Topkaki, junto ao primeiro portão (gravura 1). Na pequena e remota cidade de Acre, no Norte da Palestina, Abdülhamid II ofereceu à população local a construção de uma torre com relógio, na qual inscreveu o seu nome em lembrança da sua generosidade. Os sultões também custeavam as admiráveis mesquitas imperiais, que ainda dominam a silhueta de Istambul e de outras

antigas cidades otomanas, como sejam as mesquitas dos séculos XVI-XVII de Solimão, *o Magnífico,* Ahmed I e de Selim III, em Edirna - cuidando de lhes dar os seus próprios nomes. A dinastia estava, portanto, indissociavelmente ligada aos maiores locais de culto do universo muçulmano otomano. No século XIX, Mahmud II prosseguiu a tradição, dando o nome de «Vitória» (*Nusretiye*) à mesquita recentemente construída (1826), para comemorar a recém-aniquilação dos Janízaros (gravura 2). As energias e os dinheiros reais eram canalizados para muitos outros fins, como fosse a construção e o patrocínio de centenas de estalagens para os viajantes que se deslocavam pelo império, de pontes e de fontanários.

Os sultões também tiveram a preocupação de atender às necessidades dos seus súbditos muçulmanos xiitas; no fim do século XVI disputaram com os Sefévidas a decoração dos santuários de Karbala e de Najaf (comemorativos de acontecimentos fulcrais da história islâmica xiita), mantendo esses apoios. Além disto, a dinastia afirmava de forma dinâmica a sua presença física nas cidades santas de Meca e de Medina, lembrando a todos o elo existente entre a dinastia e os lugares santos. Aí, inscrições proeminentes divulgavam a generosidade otomana na reparação de estruturas quase milenares, dando à dinastia um lugar de destaque na vida daqueles lugares santos que ciosamente preservava. Em finais do século XIX, Abdülhamit II, por exemplo, impediu outros chefes muçulmanos de decorar esses locais, tal como o haviam feito os seus antecessores no século XVI em competição com os imperadores mongóis. De modo idêntico, os Otomanos tentaram monopolizar o aprovisionamento da população de Meca. Os sultões também se esforçaram por garantir a segurança dos peregrinos que se deslocavam a Meca e a Medina para cumprir os deveres sagrados. Com o contínuo enfraquecimento militar, o regime otomano deu uma ênfase sem precedentes à sua identidade de Estado muçulmano. Tal como já verificamos (capítulo 5), o título e o papel de califa começaram a emergir como instrumento da política internacional no fim do século XVIII. Na primeira metade desse período, os sultões começaram a tomar medidas especialmente cautelosas para proteger e fortificar as rotas das peregrinações, de Damasco até às cidades santas, através da construção de fortes e do reforço das guarnições. No século XVIII, os revolucionários *wahhabi* da Arábia, que procuravam deliberadamente corroer a legitimidade otomana, interromperam as peregrinações, ocupando a própria cidade de Meca, em 1803. Mahmud II pediu então a Muhammad Ali Paxá, do Egito, que enviasse reforços militares, os quais derrubaram temporariamente a supremacia *wahhabi.*



Figura 2 - Vista interior da mesquita Nusretiye (Vitória) de Mahmud II (1808-1839). Coleção particular do autor.

No fim do século XIX, para engrandecer o título de califa, Abdülhamit II facilitou a deslocação dos peregrinos, ligando as províncias sírias e árabes a Istambul através da construção do caminho-de-ferro de Hijaz. Durante a I Guerra

Mundial, os esforços britânicos para capturar Meca e Medina e interromper a via férrea visaram minar o prestígio otomano no vasto mundo islâmico, como haviam feito os ataques *wahhabi* mais de um século antes (capítulo 5).

No entanto, nenhum dos sultões otomanos visitou ou foi em romagem às cidades santas. Com efeito, foram menos de doze os membros da dinastia que alguma vez fizeram a peregrinação. Quatro eram mulheres da realeza e muitos dos restantes eram mulheres de sultões. Enquanto permaneceu no Cairo, em 1517, Selim I recebeu as chaves das cidades santas das mãos do xerife de Meca; contudo, apesar dessa proximidade o sultão não visitou os locais sagrados. No início do século XVII, Osmã II anunciou o propósito de partir em peregrinação, porém foi morto pouco depois. Um curto espaço de tempo após ter sido deposto, em 1922, Mehmed VI Vahideddin visitou Meca, tendo sido talvez o único homem otomano a fazê-lo, todavia, retirou-se antes de efectuar os ritos da peregrinação. Como entender esta negligência por parte da dinastia de realizar um dever tão fundamental, uma obrigação de todos os muçulmanos saudáveis e com recursos financeiros? Na era de Osmã II os ulemás emitiram um parecer religioso formal, determinando que os sultões tinham de permanecer na pátria para administrar a justiça em vez de deixar a capital, em peregrinação. Na época, os ulemás opunham-se ao seu reinado e temiam os desígnios ocultos que a peregrinação de Osmã envolvesse. Assim, esta opinião contrária à romagem do sultão pode ter sido algo idiossincrática. A ausência da dinastia na peregrinação parece, em suma, digna de nota.

O palácio de Topkapi - morada dos sultões desde o século XV até meados do século XIX - era um misterioso e ameaçador antro isolado de poder, do qual se projetava a majestade intimidante que a dinastia procurava transmitir. A imagem de Pequim, embora em menor escala, o palácio era uma cidade proibida. Esta construção circular apresentava um conjunto de círculos concêntrico, sendo o acesso a cada um deles cada vez mais restrito, já que tinha de se transpor os portões dos círculos exteriores para se chegar aos interiores. O povo entrava pelo portão principal do palácio, que apenas dava para o primeiro pátio. Quem viesse em missão oficial passava ao segundo pátio para expor os assuntos ao Conselho Imperial (*Divan*), mas daí não passava. O terceiro pátio era reservado aos funcionários da corte; as alas restantes destinavam-se exclusivamente ao sultão, à família real e aos serviçais. As alterações na estrutura do Estado também foram acompanhadas de modificações nos palácios. Abdülmecit, o sultão do período Tanzimat, trocou a residência de Topkapi pelo exuberante e arejado Palácio de Dolmabahçe (1856), situado nas margens do Bósforo. O palácio de Yildiz do sultão Abdülhamit II, localizado mais acima, reflete, por seu turno, a natureza mais intimista e reservada desse monarca.

O palácio de Topkapi alberga (ainda hoje) relíquias sagradas; a posse de tais relíquias conferiu aos seus guardiães otomanos dignidade e honra assinaláveis. Trazidas do Cairo por Selim I em 1517, elas incluem o manto do Profeta, pêlos da sua barba, a marca do seu pé e outros objetos sagrados, tais como o seu arco. Também lá se encontram as espadas dos quatro primeiros califas do Islão. É significativo o fato de as relíquias estarem no interior do palácio, sede do poder político. Eqüivale, nada mais nada menos, ao orgulho de um monarca europeu possuir uma parte do corpo de S. João Baptista, ou, ainda, um bocado da Cruz Verdadeira encontrado pelo imperador bizantino e levado para Constantinopla.

Aspectos da administração otomana

Em 1700, o método de recrutamento de administradores e de tropas, o *devsirme* - ou a «recolha de crianças» - fora abandonado há muito; todavia, vale a pena analisá-lo aqui, pois esclarece o estereótipo que ainda tão profusamente prevalece no relato da história otomana. De acordo com esse estereótipo, os cristãos convertidos ao Islamismo foram os responsáveis pela grandiosidade otomana. Tal como sucede com a maior parte das grandes generalizações, esse preconceito tem origem nalguns fatos reais. Nos séculos XV e XVI, o *devsirme* era um importante meio de angariação de funcionários estatais; muitos deles tornaram-se grão-vizires e outros altos funcionários. Porém, esse sistema deixou gradualmente de ser praticado. Osmã II tentou aboli-lo em 1622, o que indica que o processo estava a tornar-se obsoleto e inoperante. O seu sucessor, o sultão Murad IV, suspendeu a recolha, tendo esta sido erradicada em definitivo da vida otomana em meados do século XVII. O estereótipo decorreu do facto de esta medida ter coincidido com uma outra ocorrência registada nesse mesmo período, concretamente o declínio do poder político-militar imperial.
Com efeito, há vários falsos pressupostos aqui envolvidos; o primeiro deles relaciona-se com a influência que as alterações das estruturas políticas internas tiveram sobre o claro enfraquecimento do Império Otomano após cerca de 1600. Durante muitos anos os observadores concluíram erradamente que foi a evolução das instituições internas - a transferência de poder do sultão para outras entidades - que *causou* a fragilidade do Império na disputa internacional pela supremacia. Contudo, os historiadores concluem agora que essas estruturas políticas internas já vinham sofrendo uma transformação desde o século XVI, estendendo-se ao século XVIII, um processo que melhor se caracteriza por uma evolução das instituições otomanas para novas formas. Por via dessa remodelação, as instituições diferiam por certo das do passado: agora, os sultões limitavam-se a reinar, sendo o Estado conduzido pelos vizires e paxás. Porém, as

diferenças operadas nas instituições internas entre os séculos XVI e XVIII corresponderam a uma mudança, não a um depauperamento. Acusa-se os Otomanos de debilitação e de decadência em virtude de, no plano externo, o Império ter efetivamente perdido batalhas e território. Do ponto de vista internacional, em 1750 o sistema otomano era, sem dúvida, menos portentoso do que o fora em 1600; a posição internacional relativa do império decaíra de forma bastante acentuada. Eis a verdadeira história desse colapso: cada vez mais aquém da Europa, os Otomanos partilhavam o mesmo destino que o resto do mundo, à excepção do Japão. As nações européias ocidentais (e algumas da Europa Central e Oriental) tornaram-se incomparavelmente mais fortes; o Império Otomano, que fora a maior potência do período quatrocentista, ao longo do século XVIII passou para um estatuto de segundo plano. A perda de poderes do sultão espelhou esse declínio internacional; todavia, esta não foi a sua causa.

O segundo falso pressuposto gira em torno da noção, agora abandonada, de que a fonte do vigor do Estado otomano eram os cristãos (convertidos) que o governavam. De acordo com esse argumento, o colapso do poder estatal ocorreu quando o *devsirme* deixou de vigorar, porque a hegemonia pertencia agora aos muçulmanos e já não aos ex-cristãos. A ilação, bastante errônea, que se retira com base nesta argumentação é que uma coisa levou à outra - a grandiosidade otomana devia-se ao *devsirme*, cujo abandono deu início à queda do império. Neste notório exemplo de preconceito cultural encaram-se os cristãos como sendo intrinsecamente superiores aos muçulmanos, enquanto se pensa erradamente que estes não são capazes de administrar um Estado.

De um modo mais produtivo, pode considerar-se que o declínio do *devsirme* e a transformação do Estado otomano - ambos ocorridos entre 1450 e 1650, aproximadamente - foram uma conseqüência da dinâmica do sistema político otomano, que pode ser entendida de duas maneiras distintas mas relacionadas. Antes de mais, no antigo Estado otomano havia uma imensa mobilidade social, sendo poucos os entraves ao recrutamento e à promoção masculina. Devido ao seu rápido desenvolvimento, o aparelho militar e administrativo tinha extrema necessidade de preencher os seus quadros, em geral proporcionando a todos que nele ingressavam oportunidades de riqueza e poder. Como parte desse processo fluido, o *devsirme* fornecia recrutas que dependiam por completo (teoricamente) do monarca, pelo menos durante as primeiras gerações. Mais tarde, as crescentes hierarquias do funcionalismo público passaram a ser constituídas pela primeira geração de indivíduos recrutados através do *devsirme;* eram os descendentes de gerações anteriores, que haviam cumprido todo o tempo de serviço estatal, constituído família e que haviam introduzido os filhos no exército ou na burocracia; ou, ainda, por soldados e burocratas que tinham sido admitidos por

outras vias. Progressivamente, estes dois últimos grupos ganharam importância graças ao número de efectivos; isto é, com o amadurecimento do sistema político, passou a proceder-se às substituições dos quadros no seio do sistema, o que levou a que o *devsirme* se tornasse desnecessário.

Segundo, há que considerar a gradual extinção do *devsirme* como parte do processo através do qual a autoridade passou da figura sultânica para o palácio e, depois, para os vizires e paxás de Istambul, nos períodos de 1453-1550, 1550-1650 e após 1650, respectivamente. Uma vez que apenas os sultões tinham acesso aos recrutas do sistema do *devsirme, o* declínio desse método pode ser visto como parte da perda de poder do sultão dentro do sistema. A formação de recrutas no palácio do sultão em detrimento do *devsirme* era já visível em meados do século XVI, no auge da supremacia pessoal do sultão. Nessa época, alguns dignitários do Estado já treinavam jovens nas suas casas para servir no palácio; mais tarde, estes ingressavam na casa imperial, tornando-se depois altos administradores provinciais (*sancakbeyi* ou *beylerbeyi*). No século XVII, a admissão desses rapazes ao serviço do palácio fazia-se mais freqüentemente por intermédio de patronos e de individualidades respeitadas do serviço civil ou militar. O *devsirme* e o sistema palaciano entraram, assim, em decadência; testemunhou-se a ascensão das famílias de vizires e paxás e de eminentes ulemás, cujas estruturas organizativas eram muito semelhantes à casa sultânica. Porém, estes últimos não podiam recorrer ao *devsirme* - uma prerrogativa do sultão - recrutando, antes, jovens escravos, filhos de clientes, aliados ou outros que se candidatassem. Lentamente, as famílias de vizires, paxás e ulemás tornaram-se proeminentes, fornecendo indivíduos com experiências variadas nos muitos cargos militares, fiscais e governativos necessários à tarefa administrativa. Ao proporcionar recrutas cujos antecedentes eram mais flexíveis e diversificados do que os dos indivíduos do *devsirme,* os ulemás competiam com êxito com o palácio. No final do século XVII os graduados procedentes das *casas* de vizires e paxás detinham quase metade dos postos importantes da administração central e provincial.

Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, os freqüentes casamentos entre as filhas, irmãs e sobrinhas dos sultões com fimcionários importantes dos serviços estatais eram um meio de sustentação do seu poder sultânico. Desta forma, os sultões mantinham alianças e reduziam a possibilidade de ascensão das famílias rivais. Por vezes, as filhas eram já adultas; outras, eram muito novas ou ainda de colo. Quando enviuvavam, era comum as mulheres da realeza voltarem a casar rapidamente, unindo-se a outro alto funcionário e mantendo, assim, o seu apoio à dinastia. As alianças matrimoniais continuaram a ser uma prática dinástiea vulgar até ao fim do império. Em 1914, por exemplo, uma sobrinha do sultão

reinante casou com um líder poderoso dos Jovens Turcos, Enver Paxá.

Relações do centro com a província

Esta seção apresenta dois exemplos geográficos diferentes da relação entre a capital e as províncias ao longo dos séculos XVIII e XIX: o primeiro refere-se a Damasco (1708-1758) e o segundo a Nablus, no Norte da Palestina (cerca de 1798-1840). Embora ambos os casos se reportem a províncias árabes, valem para o império em geral e evocam os processos complexos de constante negociação entre os agentes imperiais e os representantes locais.
Como pano de fundo do exemplo de Damasco, relembremos, primeiro, a seqüência global dos acontecimentos ocorridos no século XVIII e no princípio do século XX. Até 1750, aproximadamente, o Estado central somara algumas vitórias no campo de batalha, tendo recuperado a Moreia, derrotado Pedro, *o Grande*, depois os Venezianos e retomado a importante fortaleza de Belgrado. Após essa data, os desaires sucederam-se - nomeadamente, a guerra russo-otomana de 1768-1774 e as derrotas frente à Rússia e a Muhammad Ali Paxá, por volta de 1820 e 1830. Ao nível da política interna, no início do século XVIII Istambul decretou alguns programas enérgicos para conseguir um controle mais eficaz das províncias, que acabaram, afinal, por conceder maior autoridade aos insignes locais após cerca de 1750. Neste último período, Istambul mostrou-se mais reservada face aos governadores provinciais, passando progressivamente a confiar nos ilustres como seus intermediários junto do povo. O sultão Selim III e, de um modo mais eficiente, Mahmud II começaram a fazer convergir o poder para o centro, construindo um sistema político mais centralizado que pretendia um maior controle sobre a vida quotidiana das províncias.
É preciso que nos debrucemos, também, sobre as divisões territoriais do império. Nos séculos iniciais, as terras otomanas dividiam-se simplesmente em duas grandes parcelas administrativas - os *beyler-beyliks* da Anatólia (as regiões asiáticas) e da Rumélia (os Bálcãs); cada parcela era supervisionada por um *beylerbeyi*, subdividindo-se em distritos (*sancaks*). No século XVI estava instituído o sistema administrativo que vigoraria, em termos gerais, até ao fim. As províncias constituíam as principais divisões administrativas, possuindo cada qual os seus próprios distritos *(sancaks)* e subdistritos (*kazas*). Em cada unidade havia uma diversidade de funcionários, que respondiam a nível superior dentro da cadeia hierárquica; por último, no topo da pirâmide, existiam os governadores provinciais. De uma forma geral, este modelo administrativo prevaleceu até ao fim do império. Não obstante o fato de os nomes se terem mantido, a dimensão de cada setor administrativo diminuiu progressivamente (mapa 6).



Mapa 6 - As províncias otomanas em cerca de 1900.
Adaptado de Halil İnalcık com Donald Quataert, orgs., *An economic and social history of the Ottoman Empire, 1300-1914* (Cambridge, 1994), xxxix.

Relações do centro com a província: Damasco, 1708-1758

Damasco era uma localidade-chave otomana; por esse motivo, tornou-se o centro da atenção de Istambul ao longo da primeira metade do século XVIII. A história começa em 1701, a seguir às estrondosas derrotas dos Otomanos na fronteira européia e após os calamitosos ataques dos beduínos, que dizimaram 30.000 peregrinos na rota de peregrinação Damasco-Meca. O Tratado de Karlowitz, a par da destruição da caravana da peregrinação evidenciou, de forma clara e assustadora, a necessidade de mudança tanto a nível local como central.
Istambul pôs então em prática a revitalização de Damasco de diversas maneiras. Primeiro, confiou determinados poderes ao governador da cidade - que anteriormente se encontravam repartidos pelos vários administradores provinciais - concedendo-lhe o direito de cobrar impostos, zelar pela segurança, suster revoltas e manter a vida da cidade. O governador deveria restaurar a harmonia do sistema otomano, dando maior protecção às populações subjugadas de modo a que estas, por sua vez, melhor financiassem o Estado e as suas forças militares. À semelhança das nações contemporâneas noutras partes do mundo, a tarefa básica do Estado otomano era assegurar a prosperidade dos habitantes de modo a sustentar o exército; este, por seu lado, defendia a população. Segundo, em 1708 a capital designou um outro governador oriundo de Damasco, que

possuía fortes ligações locais pois era membro da família al-Azm (que reteve, até aos nossos dias, uma forte influência sobre a política damascena e síria). Na altura dessa nomeação, este governador era reconhecido como parte da elite imperial de Istambul e de Damasco. As suas ligações a Istambul foram cruciais, considerando-se que al-Azm era um instrumento da capital. A família dos al-Azm continuou a ocupar-se dos seus interesses locais, mas também funcionava como parte do círculo otomano, necessitando da protecção e do apoio de Istambul para manter o seu domínio como governadores. As medidas adotadas em Damasco espelham, de certa forma, um modelo mais abrangente, segundo o qual o poder central deixou de entregar o comando provincial às elites que ele próprio criava para esse efeito; passou a existir, antes, uma cooperação entre o poder central e as elites locais, que eram destacadas para as suas regiões natais a fim de que as administrassem em nome do Estado central. A nomeação de al-Azm assinalou a contínua evolução da administração otomana e a crescente importância dos conhecimentos locais em detrimento da formação ministrada pelo palácio.

A referida eleição representa ainda outras mudanças administrativas, levando-nos à abordagem da terceira questão. Após 1708, o governador de Damasco passou a ser dispensado do serviço em combate e de comandar soldados até às fronteiras. Esta redefinição de responsabilidades reflecte as novas realidades setecentistas de um império cujo anterior expansionismo e apropriação de novas fontes de rendimento deixou de se verificar. Em vez disso, reconheceu a necessidade de consolidar e de explorar os recursos existentes em moldes mais eficazes. Sem ter de cumprir serviço militar, o governador perdeu, assim, uma importante forma de promoção. Caracterizado agora como administrador e já não como guerreiro, esta autoridade tinha poder e controlo mais diretos sobre uma área mais vasta do que nunca. A incumbência da imposição da lei e da ordem na região e a interdição expressa de se ausentar em campanha fizeram com que o governador se tornasse, de forma profunda e inovadora, uma figura localizada. Isso teve como corolário a drástica redução da rotatividade global dos governadores no império no início do século XVIII, indicadora da ênfase que se colocava no bom cumprimento dos seus deveres regionais.

Quarto, de harmonia com os esforços de Istambul para impedir o desenvolvimento de estruturas autônomas nas províncias e com base no seu conhecimento das condições locais, o novo governador procurava estabelecer um controlo e um equilíbrio mais enérgico entre os ilustres da zona, as tribos, as guarnições janízaras e os beduínos, o que conseguia fazer de diversas maneiras, incluindo a manipulação da magistratura local. A lei otomana reconhecia quatro escolas da lei islâmica, porém, o Estado havia adoptado oficialmente o rito

hanafi. Em Damasco, os ulemás que perfilhavam essa escola foram progressivamente favorecidos à custa da instituição religiosa de Damasco, que seguia a escola *shafii*, com maior preponderância a nível local. Com efeito, até cerca de 1650 os ulemás damascenos provinham das escolas *shafii*, *sanafi* e *hanbali;* todavia, em 1785 todos eram adeptos deste último rito. Deste modo, o Estado pretendia formar uma administração legal mais homogênea e mais consentânea com os princípios adoptados em Istambul.

Quinto, o novo governador actuou no sentido de proporcionar mais segurança aos peregrinos do *haj*, uma tarefa a que era dada muito maior prioridade do que no passado. Assim, ordenou a instalação de mais guarnições, a disponibilização de escoltas mais eficazes e a construção de mais fortalezas ao longo da rota das cidades santas. De 1708 em diante e até 1918, o governador de Damasco exerceu o cargo de comandante da peregrinação, como parte do maior empenhamento do império na solução dos problemas da região e da maior visibilidade do Estado nos assuntos religiosos.

Estes programas para um controle central mais apertado funcionaram na província de Damasco mais ou menos até ao ano de 1757, data em que os beduínos saquearam os peregrinos que regressavam, tendo perecido 20.000 deles devido ao calor, à sede e aos ataques. Isto pôs termo aos esforços centralizadores na região de Damasco até às reformas do século XIX. A partir de então, os ilustres ganharam uma maior eminência na área. Um dos mais célebres, Zahir ul Umar, fundou um mini-Estado na zona situada entre o Norte da Palestina e Damasco, cuja expansão ocorreu depois com Jezzar Paxá (a sua bela mesquita ainda pode ver-se em Acre, bem como os aquedutos vizinhos que mandou edificar nas imediações para impulsionar a produção palestiniana de algodão para comercialização na Europa). No fim do século XVIII surgiram em quase toda a parte notáveis provinciais poderosos e influentes. Os Karaosmanoglu, por exemplo, governaram a Anatólia Ocidental durante quase todo o século XVIII; Tepedelenli Ali Paxá, das proximidades da actual Albânia, controlava a vida de 1,5 milhões de súditos.

Relações entre o centro e a província: Nablus, 1798-1840

Ao contrário de Damasco, Nablus não era um centro importante, antes uma pequena cidade no cimo de uma colina com um modesto significado no plano regional. A sua história divide-se em duas partes: a primeira data de 1800, aproximadamente; a segunda enquadra-se na década de 40 do mesmo século. Com base nessa primeira parte, podemos saber bastante acerca do tipo de vida em muitas regiões de província em finais do século XVIII, numa altura em que,

de um modo geral, a autonomia dos notáveis atingiu novos patamares e o mandato do Estado central pouco se fazia sentir. Quanto à segunda, o caso de Nablus reflete a interferência das reformas oitocentistas introduzidas na vida das províncias por volta de 1840. Nablus evidencia, assim, a natureza do poder político no início desse século e o modo de funcionamento do Estado de então. Nesta cidade (bem como em todo o império), a fusão entre este e os notáveis locais operou-se de uma nova maneira, tornando-se o poder desses indivíduos uma parte da sua própria autoridade estatal. Aqui, e noutros pontos, Istambul legitimava as elites locais, incluindo-as nas instituições regionais recém-criadas a nível central e vice-versa. A legitimação do poder central na cena regional (tal como igualmente demonstrado pelo exemplo de Damasco) *devia-se* à cooperação e à integração dessas elites em instituições organizadas a nível central, credibilizando-as aos olhos da população local. O cerne do domínio otomano radicou nesta conjuntura de benefício mútuo entre a capital e a província.

A primeira parte da nossa história de Nablus principia no momento em que Napoleão Bonaparte, após ter invadido o Egipto, avançou em direção ao Norte, para Síria e atacou Acre, em 1799. Afim de defender as suas províncias, Selim III enviou sucessivos decretos, ordenando a mobilização das forças militares locais e a oposição ao invasor. Neste ambiente, um funcionário de Jenin, perto de Nablus, escreveu um poema, exortando os líderes seus conterrâneos a resistir a Bonaparte. Enunciando todas as casas e famílias reinantes, urbanas e rurais, enaltecia a bravura e a destreza militar desses chefes. Contudo, nunca ao longo das 24 estrofes que compõem esse poema é feita referência ao sultão ou ao poder otomano, «muito menos à necessidade de proteger o império ou à honra e glória de servir o sultão». Em vez disso, alude-se às elites locais, à ameaça ao Islão e às mulheres. Quanto à profusão de decretos imperiais chegados à região instando à acção, apenas são mencionados de passagem, dizendo-se que vinham «de longe». Quão remotas parecem as temíveis torres e muralhas de Topkapi.

Qual era o grau de controlo do Estado sobre esta região? Aparentemente, diminuto. Era tal a dificuldade que tinha na colecta dos impostos da região palestiniana, que empregava o sistema da volta de cobrança. Este método fora introduzido pelo elemento da família al-Azm que fora nomeado governador de Damasco em 1708. Poucas semanas antes do Ramadão, o mês de jejum, o governador conduzia anualmente um contingente de tropas a localidades específicas da área de Nablus, marcando a sua presença física e pessoal a fim de lembrar os habitantes das suas obrigações fiscais para com o Estado. Mesmo assim, os impostos raramente eram pagos na íntegra ou atempadamente.

Na maior parte da Palestina a autonomia variava de forma considerável. Quando

Istambul convocou soldados para rechaçar Napoleão, o líder dos distritos próximos de Jerusalém apresentou-se na corte e comprometeu-se a reunir um certo número de soldados ou a pagar uma multa. Porém, na distante Nablus os chefes tardaram a obedecer. Veja-se a frustração do sultão Selim III, a tão grande distância:

Enviamo-lo antes ... [o decreto]... pedindo que 2.000 homens dos distritos de Nablus e de Jenin se juntassem aos nossos soldados vitoriosos... numa Guerra Santa. Subscrevestes então uma petição de escusa, alegando que, devido às sementeiras e à lavra, vos era impossível o envio desses 2.000 homens. Pedistesnos que prescindíssemos de 1.000 soldados... e na nossa indulgência abdicamos desses 1.000 soldados. Todavia, até à data, nem um só dos restantes 1.000 se apresentou... [Portanto] aceitaremos em vez deles a quantia de 110.000 piastras... Caso hesiteis ainda... sereis severamente punidos.

O Estado central acabou por não receber os soldados nem o dinheiro. Contudo, importa notar, isto não foi uma afronta ao poder otomano por parte dos líderes de Nablus; eles lutaram de facto contra os Franceses. No entanto, não quiseram abrir mão da sua autonomia; procuraram salvaguardar a sua própria identidade social, econômica e cultural, preservando a sua coesão face à ingerência da capital. O exemplo demonstra claramente que em 1800 Istambul não era uma força poderosa nos assuntos quotidianos de Nablus.
Para melhor compreendermos o impacto que tiveram as políticas centrais adoptadas por volta de 1840 - a segunda parte da história - sobre a vida de Nablus precisamos, primeiro, de ter em consideração o conjunto das medidas promulgadas para alargar o controlo estatal às regiões rurais espalhadas pelo império. Tais medidas visavam a intensificação da presença militar, manter as populações desarmadas, retomar os recrutamentos e manter o imposto *per capita.* Em meados da década de 40 do século XIX, havia equipas nas regiões imperiais da Anatólia (pelo menos) que procediam à inventariação dos bens de cada família, incluindo a espantosa diversidade de animais - ovelhas, cabras, cavalos e gado bovino. Nesse período, o Estado envidou amplos esforços para fazer a contagem da população (e em 1858 codificou a legislação fundiária existente). No ano de 1839, o fim do reinado de Mahmud II, a generalidade dos notáveis locais passou a agir na dependência do poder central. Com efeito, era freqüente Istambul nomear dinastas anteriormente autônomos para outros pontos do império; foi o caso dos poderosos Karaosmanoglu da Anatólia Ocidental, designados para governadores de Jerusalém e de Drama. Graças a estas mudanças o poder central tornou-se, em todo o Império, um elemento mais

importante na política local.
No entanto, os mais influentes continuaram a ter uma substancial, se não intacta, força econômica, social e política. As mesmas famílias locais que haviam dominado a política e a economia regional no século XVIII mantinham-se no poder, assim prosseguindo até ao princípio do século XX e, por vezes, até mais tarde. Os antigos ilustres e respectivos descendentes continuaram a assumir cargos nas províncias, muitas vezes nos novos conselhos regionais criados pelo Estado. Mais tarde, quando essas funções deixaram de ser remuneradas em virtude de outras mudanças administrativas, ficou garantida a perpetuação da soberania dessas elites, pois apenas os ricos podiam desempenhar cargos. Note-se também que a concessão da cobrança de impostos vigorara até à dissolução do Império, persistindo, assim, a preponderância dos notáveis locais e do seu papel fundamental na economia da área. Estas individualidades controlavam o sector agrícola de outras formas, por exemplo através da restrição do crédito, tanto formal como informal, incluindo o Banco Agrícola, financiado pelo Estado. Deste modo, as elites centrais e locais cooperavam e simultaneamente competiam pela cobrança de impostos. No fim do século XIX, tal como sucedera no passado, as taxas cobradas aos agricultores sustentavam não só as elites locais mas também as do Estado central, e numa maior escala do que antes. Admite-se, portanto, que o compromisso negociado tenha agravado a tributação global do agricultor médio.
Em 1840 Istambul inaugurou uma série de alterações na organização administrativa formal das províncias, a fim de cativar os notáveis locais e para que a administração se fizesse com a sua participação e através da sua intervenção. A legislação imperial estabelecia um conselho para cada província (*vilayet*) e distrito (*sancak*). Cada conselho era formado, respectivamente, por treze membros, sete dos quais representavam o governo central; os seis restantes eram escolhidos de entre as personalidades locais e eleitos por estas. O conselho dos subdistritos (*kaza)* compunha-se de cinco membros, também eles seleccionados de entre os ilustres da zona, incluindo não muçulmanos. No nível mais baixo *(nahiye*), os eleitores eram escolhidos por sorteio. Para cada um destes quatro níveis era nomeado um responsável designado por Istambul. Mercê destas disposições Istambul concedia reconhecimento oficial à colaboração dos notáveis locais nas novas estruturas administrativas do centro, ao mesmo tempo que procurava ganhar maior controlo sobre elas. As mudanças de 1840 não foram, portanto, uma ruptura com o passado; procurou-se, antes, redefinir os termos do envolvimento dos ilustres na governação.
Em Nablus, o edicto imperial de 1840 relativo aos conselhos desencadeou uma longa ronda de intensas negociações sobre questões relacionadas com o controle

central e a autonomia regional, como parte de um braço de ferro de muitos anos entre o poder central e as elites locais. Neste caso, os membros dessas elites que integravam o conselho consultivo de Nablus negociaram com o Estado, tal como o haviam feito no passado. Porém, com uma diferença: o Estado central tornara-se mais agressivo e intrometido do que antes. O governador de Jerusalém escreveu para Nablus solicitando ao conselho em funções que os membros nomeados para o conselho seguinte deviam ser eleitos tanto de entre as comunidades muçulmanas como não muçulmanas. Em resposta, os muçulmanos de Nablus, que coordenavam os assuntos locais, protestaram, dizendo que os membros do conselho de então eram a liderança natural da área e que assim devia continuar a ser. Além disso, negaram explicitamente ao Estado o direito de participar na nomeação do conselho e dos seus dirigentes. A discussão arrastou-se por vários meses, acabando por ser negociado um compromisso; os notáveis de Nablus mantiveram a sua quase total autonomia, mas concordaram com a inclusão de alguns elementos novos. No caso de Nablus, os membros do conselho não procuraram pôr em causa a legitimidade dos novos conselhos, visto que fora através dela que eles, uma (nova) classe de mercadores e industriais da cidade, haviam ganho voz formal no processo político. O Estado centralizador foi, assim, capaz de se insinuar mais nas estruturas locais do que outrora, ao mesmo tempo que as elites regionais conseguiram suster grande parte dos efeitos do programa de centralização.

As tendências evidenciadas em Nablus em 1840 aceleraram-se ao longo da era final otomana em todos os pontos do Império. Aumentou, portanto, o controle e a interferência do Estado na vida quotidiana até ao fim do século; testemunhou-se um rápido crescimento da burocracia central; na era do sultão Abdülhamit II ela estava inquestionavelmente presente em todos os cantos do Império. Além disso, a tensa relação entre o regime de Istambul e as elites locais, por vezes combativa mas simbiótica e benéfica para ambas as partes, também caracterizou a nova era.

VII

A ECONOMIA OTOMANA: POPULAÇÃO, TRANSPORTES, COMÉRCIO, AGRICULTURA E INDÚSTRIA

Introdução

Este panorama geral sobre a economia otomana não pretende ser uma lição de economia elementar, repleta de estatísticas de natureza micro ou macro-econômica. Em vez disso, pretende demonstrar como se vivia no Império Otomano e de que modo se alteraram esses padrões de vida ao longo dos tempos. Para atingir esse objetivo, o presente capítulo põe em evidência uma matriz complexa, que relaciona os dados demográficos relativos ao número de habitantes, à sua mobilidade e às mudanças operadas em setores significativos da economia. No começo (1700), a agricultura era de longe o sector dominante, tal como sucedia em quase todas as restantes partes do globo. Depois, analisa-se cada um dos outros sectores econômicos em que trabalhavam as populações - indústria, comércio, transportes e mineração - enunciados por ordem de importância. Tal como se tornará evidente, apesar de a economia continuar a ser eminentemente agrária, a própria agricultura transformou-se de forma assinalável. Além disso a indústria manufatureira otomana competiu primeiro com a asiática, depois com a europeia, tendo, contudo, alcançado níveis de produção surpreendentes. Ainda que essas transformações não tenham levado a nada que se assemelhasse a uma revolução industrial, elas contribuíram no entanto para uma melhoria do nível de vida até ao fim do império.

População

Antes do final do século XIX, o Estado otomano contabilizava a riqueza dos seus súditos mas não o seu número. Quando se consideravam os recursos humanos, apenas se enumeravam os indivíduos responsáveis pelo pagamento de impostos (chefes de família, normalmente os homens) ou aqueles que tinham probabilidades de servir no Exército (rapazes). Deste modo, até ao ano de 1880, a data em que se efectuou o primeiro censo, apenas podemos fazer uma idéia aproximada do número de habitantes de certa área ou da totalidade do Império. Porém, embora não possamos conhecer o seu número real, podemos saber quais foram os padrões de mudança demográfica; comecemos, portanto, por aí.
No princípio do século XVIII, o que se pode afirmar com exactidão é que a

população otomana, no seu conjunto, era mais reduzida do que no final do século XVI. Parece quase certo que o seu total decresceu no século XVII, como parte de uma escassez demográfica generalizada nas regiões mediterrânicas. Aliás, tal como vimos, a importância demográfica global do império estava em declínio (capítulo 5). Em 1800, o número de habitantes das províncias da Anatólia e dos Bálcãs era mais ou menos o mesmo, enquanto que no século XVII fora mais elevado nas províncias balcânicas. Por último, afigura-se seguro dizer que no século XVIII se registava uma diminuição demográfica nos territórios árabes, com quedas bastante acentuadas após 1775, aproximadamente. No século XIX, pelo contrário, a população dessas três regiões - os Bálcãs, a Anatólia e as terras árabes - aumentou.

Alguns números poderão ser-nos úteis: é provável que o total da população correspondesse, no ano de 1800, a 25-32 milhões. Segundo uma estimativa, havia 10 a 11 milhões nas províncias europeias, 11 milhões nas regiões asiáticas e três milhões nas províncias do Norte de África. Com maior rigor, em 1914 os súditos otomanos totalizavam quase 26 milhões. Para que se compreendam estes valores é necessário ter presente que a dimensão territorial do império estava bastante reduzida - passou-se de uma área global de três para 1,3 milhões de quilômetros quadrados. Assim, apesar de em 1800 o total da população ser aproximadamente o mesmo que em 1914, a sua densidade duplicara pois verificava-se a concentração do mesmo número de habitantes em metade da área. O centro demográfico do império manteve-se na Europa quase até à data da sua extinção. A densidade populacional da Rumélia (nos Bálcãs) era o dobro da registada na Anatólia, tendo esta região o triplo da densidade do Iraque e da Síria e o quíntuplo da densidade populacional da península arábica. Para termos uma noção da importância demográfica das províncias balcânicas consideremos estes números: nos anos 50 do século XVIII, os habitantes da Rumélia correspondiam a cerca de metade do total da população otomana; em 1906, contudo, as exíguas parcelas dos Bálcãs que restavam sob domínio otomano eram ainda 1/4 da totalidade da população otomana. Em termos demográficos, os Bálcãs eram fundamentais, tendo a sua perda constituído um terrível golpe para a economia e para o Estado otomanos.

As pessoas não tinham uma longa vida: nas últimas décadas do império a esperança de vida dos muçulmanos anatólios era de 27 a 32 anos; quando conseguiam sobreviver para além dos cinco anos de idade, a média era, então, 49 anos. Do mesmo modo, os Sérvios do princípio do século XIX viviam em média 25 anos. Na maioria dos agregados familiares otomanos, as três gerações - avós, pais e filhos - não residiam sob o mesmo tecto. Eram, antes, famílias simples, ou nucleares, isto é, compostas por pais e filhos, muito raramente incluindo os avós.

Os agregados rurais eram formados por cinco a seis pessoas; contudo, em Istambul a média era inferior a quatro indivíduos no fim do século XIX, sendo provavelmente os agregados mais pequenos do império. No caso de Alepo (e porventura de outras localidades) não havia uma diferença notória na estrutura dos agregados familiares muçulmanos, judeus e cristãos, salvo o fato de a lei proibir a estes dois últimos a concubinagem ou a poliginia, ou seja, a prática que permite a posse simultânea de mais do que uma mulher. Entre os muçulmanos, a poliginia não era vulgar. Na pequena cidade árabe de Nablus, 16% dos homens mantinham relações políginas, enquanto que na enorme capital imperial a taxa era de 2%. O divórcio era permitido e comum entre os muçulmanos otomanos. Devido à necessidade de manter a propriedade e os laços políticos, o divórcio era menos freqüente nas classes altas muçulmanas do que entre os seus congêneres que se encontravam mais abaixo na hierarquia político-econômica.

Houve uma série de factores que influenciaram positiva e negativamente as taxas de mortalidade. Tinha-se um conhecimento generalizado dos métodos contraceptivos, mas a sua verdadeira extensão é ainda incerta. No fim do século XIX o Estado legislou contra eles, mas isso pode ter sido o reflexo das crescentes preocupações oficiais e do progressivo emprego desses métodos. No século anterior, recorria-se ao aborto em Alepo como forma de controlo da natalidade; parece, todavia, que a prática não era muito freqüente. Para protelar nova gravidez, era comum prolongar-se a amamentação e os cuidados maternos; os casamentos tardios eram freqüentes em Istambul no fim do século XIX. A melhoria do saneamento e dos cuidados de higiene teve um papel positivo no aumento da longevidade, o resultado, em parte, de um Estado mais ativo, que no final desse século fundou, por exemplo, hospitais e postos de quarentena. As epidemias eram sérias calamidades e a peste continuou a ser uma constante primordial na sociedade otomana até ao segundo quartel do século XIX. Em 1785, por exemplo, 1/6 da população egípcia foi vitimada pela doença. Os núcleos populacionais concentrados nas cidades constituíam, para a propagação da doença, focos de infecção e eram regularmente devastados. Na maior parte das regiões, os habitantes das cidades correspondiam, talvez, a 10%-20% do total da população; na Macedónia otomana, a proporção era de 25%, uma percentagem invulgarmente elevada. As cidades afectadas pela peste eram repovoadas por imigrantes oriundos das zonas rurais. Esmirna, por ser uma grande cidade portuária em contacto permanente com o resto do mundo, sofreu mais do que a média com a recorrência da epidemia ao longo de mais de metade do século XVIII. Nesse período também Salonica, outra cidade portuária, sofreu grandes surtos da doença ao longo de doze anos. Mas, como entender um relatório de 1781, segundo o qual a epidemia causara a morte de cerca de 25.000

pessoas nessa cidade? Os números são, sem dúvida, incorrectos porquanto representam 50% da população de Salonica da época. Em vez de 25.000 mortos deveremos entender que no relatório se afirma simplesmente que morreu muita gente. As taxas de mortalidade referentes a Alepo são mais rigorosas, pois no final do século XVIII havia um médico europeu residente na cidade que registou e contabilizou pessoalmente as mortes devidas à peste. Alepo, um importante centro das rotas caravaneiras, foi atingida por oito grandes surtos de peste negra - que se prolongou por quinze anos - no século XVIII, e outros quatro entre 1802 e 1827. De acordo com os números desse médico, as mortes provocadas pela doença corresponderam a 15%-20% da população de Alepo no final do ano de 1700.

A fome também trouxe muitas mortes. A sua causa não resultava apenas de agentes naturais, tais como o mau tempo ou as pragas de insectos, mas também se deveu a fatores humanos passíveis de influenciar a distribuição de bens alimentares, como fosse o seu deficiente transporte, a política e a guerra. O Egipto foi assolado oito vezes pela fome, entre 1687 e 1731. Porém, graças ao melhoramento dos transportes e das comunicações, a freqüência dos períodos de escassez foi diminuindo no império ao longo do século XIX. Na década de 30 a fome decresceu nas províncias dos Bálcãs, enquanto que a última fome devastadora da Anatólia verificou-se quatro décadas depois. A partir de então, os desaires nas colheitas de dada região eram normalmente colmatados pelo envio de alimentos procedentes do exterior por via marítima, graças ao barco a vapor, à via férrea e ao telégrafo. Durante a guerra, tal como noutras crises políticas, a miséria regressava. Na I Guerra Mundial, nomeadamente, registou-se um elevado número de mortes dentro e fora dos campos de batalha. As guerras grassaram ao longo de 55% do século XVIII e durante 45% do período que mediou entre 1800 e 1919. As suas vítimas não foram apenas os combatentes, os pais das gerações seguintes, como também as mães e um vasto número de outros civis. Além das armas, a causa das mortes era também a subnutrição e as doenças a ela associadas. Por último, a emigração reduziu igualmente a população global. Mais de um milhão de súbditos otomanos emigraram para o Novo Mundo porvolta de 1860-1914. A grande maioria, 80% a 85%, eram cristãos, muitos dos quais partiram depois de 1909, o ano em que se decretou o recrutamento de cristãos otomanos.

Ao longo do século XIX formaram-se aglomerados populacionais nas áreas costeiras, mercê da ascensão das cidades portuárias destinadas a servir o cada vez mais intenso comércio internacional do império. Do ponto de vista demográfico, estas cidades cresceram bastante mais depressa do que a globalidade da população. Muitas dessas cidades eram portos de águas

profundas e tinham estreitas ligações com o interior, inicialmente por meio de caravanas e mais tarde pelo comboio. Bastam-nos três exemplos de expansão demográfica ocorridos em cidades portuárias - um nos Bálcãs, outro na Anatólia e o terceiro nas províncias árabes. Na Grécia moderna, os habitantes de Salonica aumentaram de 55.000, no ano de 1800, para 160.000, em 1912. Na costa ocidental do mar Egeu (Anatólia), a importantíssima cidade de Esmirna contava com cerca de 100.000 habitantes em 1800 (o dobro, comparativamente com o final do século XVI) e perto de 300.000, em 1914. Beirute, no atual Líbano, outrora uma pequena cidade de 10.000 pessoas, em 1800, atingiu o espantoso número de 150.000 habitantes em 1914.

A população das cidades e vilas do interior contrastava com as anteriores, estagnando ou decrescendo. Os motivos eram por vezes políticos, tal como aconteceu em Belgrado, onde se verificou um decréscimo populacional de 2/3, passando de 25.000 para 8.000 pessoas durante a guerra civil do começo do século XIX que acompanhou a fundação do Estado sérvio. O número de habitantes de Diyarbekir, antes 54.000, decaiu para 31.000 entre 1830 e 1912, quando as suas rotas mercantis perderam importância. Ancara, também no interior da Anatólia, fora um importante centro de fiação e manufatura de tecidos e de lã de angorá. No início do século XIX a cidade perdeu esse monopólio, tendo estas atividades desaparecido devido à concorrência internacional. No entanto, Ancara tornou-se o terminal ferroviário da linha Anatólia-Istambul dos Caminhos-de-Ferro Anatólios, recuperando a sua riqueza. Assim, em 1914 a sua população era mais ou menos a mesma que um século antes, apesar de se ter, sem dúvida, notado uma drástica redução nesse período intermédio. As estatísticas demográficas simplistas encobrem, portanto, diferentes histórias de expansão ou declínio populacional de um local específico.

Os fluxos migratórios foram um factor que afectou constantemente a distribuição populacional ao longo da história otomana. As migrações ocorreram devido a um conjunto de factores econômicos e políticos. Um dos exemplos de migrações econômicas foi o florescimento das cidades portuárias: os súbditos otomanos acorriam a essas cidades em busca de oportunidades econômicas, vindos do interior e, no caso de Esmirna, das ilhas próximas, no mar Egeu. Aí, tal como em Beirute, Alexandria e Salonica, juntavam-se-lhes os que vinham das terras do Mediterrâneo - Malta, Grécia, Itália e França. Graças a esses povos, desenvolveu-se nesses pontos uma cultura «levantina», cosmopolita e plurilingue, que mais se integrava no mundo mediterrânico em geral do que no Império Otomano em particular. Em termos gerais, a migração para os centros urbanos foi uma característica normal e importante da vida otomana. Os operários percorriam longas distâncias, regressando depois ao cabo de vários

anos; foi o caso dos pedreiros e de outros trabalhadores da construção, que erigiram as grandes mesquitas imperiais de Istambul, tanto no século XVI como posteriormente. A construção dos caminhos-de-ferro nos Bálcãs, na Anatólia e nas províncias árabes (final do século XIX) também atraiu milhares de operários, ora vindos de longe, ora das localidades próximas. Assim, de acordo com uma prática centenária que se manteve até os últimos dias do Império, estes homens, deslocando-se a pé durante meses, deixavam as suas aldeias humildes na Anatólia Oriental para trabalhar como carregadores e estivadores na distante cidade de Istambul, alojando-se em camaratas masculinas. Outros chegavam das cidades do Norte e do centro da Anatólia, trabalhando como alfaiates ou lavadeiros na capital. A semelhança dos carregadores, permaneciam vários anos, após o que eram substituídos por conterrâneos. No século XIX, as etnias croata e montenegrina deixaram as suas terras no Noroeste dos Bálcãs à procura das plantações de algodão de Zonguldak, no mar Negro, levando consigo uma longa tradição de exploração mineira, sendo freqüente fixarem-se na região a título permanente.

Do mesmo modo que as migrações por razões econômicas, também as movimentações por motivos políticos foram marcantes e ainda afetam a região nos dias de hoje. Veja-se, por exemplo, o impacto demográfico das guerras entre Habsburgo e Otomanos iniciadas no final do século XVII e que se arrastaram até ao século seguinte. Para fugir ao conflito, os Sérvios ortodoxos migraram da sua região natal próxima do Kosovo (actualmente, o Sul da Iugoslávia), num fluxo intermitente rumo ao Norte. Até então, a área do Kosovo era predominantemente sérvia; porém, após a debandada dos Sérvios, a corrente migratória albanesa ganhou incidência gradual, sendo o espaço desocupado preenchido por Albaneses. Alguns Sérvios encaminharam-se para a Bósnia Oriental, onde a anterior maioria muçulmana deu, consequentemente, lugar a uma importante presença cristã. Outros Sérvios atravessaram o Norte, atingindo os territórios dos Habsburgo, o que aconteceu, por exemplo, após as vitórias otomanas na guerra de 1736-1739. Aqui temos, então, o pano de fundo da crise entre Bósnios e Kosovares dos anos 90, no século XX.

As migrações de natureza política verificadas noutros pontos do mundo otomano tiveram origens diferentes e uma magnitude consideravelmente maior. Deveram-se a dois conjuntos de acontecimentos. No que se refere ao primeiro, a Rússia dos czares conquistou Estados muçulmanos nas proximidades do litoral leste e norte do mar Negro, nos quais se incluía o canato da Crimeia; porém, havia muitos outros. Em segundo lugar, os Russos e os Habsburgo anexaram territórios otomanos ou promoveram a formação de Estados independentes no litoral ocidental do mar Negro bem como em toda a península balcânica. À medida que

se desenrolavam estes processos, alguns muçulmanos que ocupavam a área fugiram, recusando-se a viver sob o domínio dos novos senhores. Contudo, muitos mais foram escorraçados pelos czares e pelos governos dos Estados que entretanto se haviam tornado independentes. Ambos consideravam que os muçulmanos eram inimigos, os indesejáveis «outros» que deviam ser expulsos a qualquer preço. Em resultado disso, os refugiados muçulmanos começaram a acorrer em grande número ao mundo otomano a partir de fins do século XVIII. Entre 1783 e 1913 calcula-se que tenham chegado ao Estado otomano, agora a perder território, cinco a sete milhões de refugiados, 3,8 milhões dos quais, pelos menos, eram súbditos russos. Por exemplo, de 1770 a 1784, cerca de 200.000 tártaros da Crimeia fugiram para Dobruja, no delta do Danúbio. Mais elevado ainda foi o número dos que partiram durante e depois da I Guerra Mundial; em 1921, nomeadamente, cerca de 100.000 refugiados afluíram a Istambul, muitos deles vindos da Rússia. Muitos refugiados partiram primeiro para dada zona, fixando-se depois noutras regiões dos Bálcãs otomanos e só abandonando a área quando ela se tornava independente. Um outro exemplo: cerca de dois milhões de pessoas saíram da região do Cáucaso com destino aos Bálcãs otomanos (12.000, aproximadamente, só em Sófia), à Anatólia e à Síria. A partida destes refugiados era voluntária ou ordenada pelo governo, para povoarem as fronteiras ou as terras desocupadas ao longo das novas vias férreas. Só em 1878, pelo menos 25.000 Circassianos chegaram ao Sul da Síria e 20.000 às proximidades de Alepo. Na Anatólia, o governo procedeu à instalação de refugiados, oferecendo-lhes muitas vezes incentivos para efetuar a ocupação das áreas situadas ao longo do caminho-de-ferro em expansão. O sofrimento dos refugiados era enorme: A dos emigrantes caucasianos não deve ter resistido à viagem, morrendo de fome e de doença. De 1860 a 1865 cerca de 53.000 pessoas perderam a vida em Trebizonda, no mar Negro, um importante ponto de entrada.

Estas correntes migratórias deixaram marcas profundas, não sendo a menor delas as amargas memórias de extradição, ainda capazes de inflamar as relações entre países da atualidade, como seja a Turquia e a Bulgária. Hoje, os descendentes dos refugiados ocupam importantes cargos de liderança na economia e nas estruturas políticas da Jordânia, da Turquia e da Síria. Na Rússia Meridional e nos Bálcãs as migrações funcionaram como uma espécie de centrifugadora, reduzindo as populações outrora mais diversificadas a uma outra mais simplificada, e privando essas economias de artesãos, mercadores, fabricantes e lavradores qualificados. Por sua vez, as sociedades das regiões hospedeiras tornaram-se mais complexas e variadas do ponto de vista étnico, ao mesmo tempo que tanto as sociedades imigrantes como as que as acolheram se tornaram

mais homogêneas em termos religiosos. Os Bálcãs tornaram-se, assim, predominantemente cristãos (apesar de os muçulmanos terem permanecido em algumas zonas), enquanto que as regiões árabes e anatólias passaram a ter maior incidência muçulmana. Mais tarde, após a expulsão e extermínio dos Armênios e dos Gregos otomanos na época da I Guerra Mundial, a religião tornou-se mais homogênea na Anatólia.

Ao longo do período de 1700-1922, registou-se alguma urbanização, aumentando a percentagem de pessoas que viviam nas vilas e cidades. Há alguns indícios de um anterior aumento das populações urbanas no século XVII e talvez parte do século seguinte, cujo motivo se deveu, em certa medida, à fuga para as vilas e cidades, mais seguras do que o campo em períodos de instabilidade política. No século XVIII, também as cidades portuárias cresceram de forma notável, tal como vimos, embora esse crescimento se tenha acentuado em especial no século XIX. A melhoria das condições de higiene e de saneamento tornou a generalidade das cidades mais saudáveis, fazendo delas um local mais apelativo para se viver.

Entre 1700 e 1922, a população tornou-se mais sedentária. No século XVIII os nômadas dominavam a vida político-econômica de algumas regiões do centro e do Leste da Anatólia, bem como as regiões das penínsulas da Síria, do Iraque e da Arábia. Por diversas ocasiões os nômadas pilharam as caravanas de peregrinos que, vindos de Damasco, seguiam em direção a Meca; de uma forma geral, controlavam as estepes das zonas central e oriental da Síria e pontos do Sul e do Leste. No século XIX, o Estado levou a efeito alguns esforços decisivos para anular o poder das tribos. Obrigou, por exemplo, à sua fixação no Sudeste da Anatólia, onde muitos foram vitimados pela malária nos seus novos territórios. Noutros pontos, o Estado forçou também a sedentarização das tribos, obrigando-as a dedicar-se à lavoura, reduzindo ou eliminando por completo a possibilidade de se deslocarem de forma autônoma. Quando se procedia ao realojamento dos imigrantes refugiados esses povoamentos eram utilizados como zonas-tampão entre as antigas regiões de fixação agrícola e os nômadas, empurrando-os ainda mais para o deserto. Não há dúvida de que a importância numérica desses povos nômadas decresceu após 1800 (consulte-se também a seção «A agricultura»).

Os transportes

Comparar os transportes de épocas mais remotas com os do passado recente recorda-nos vivamente as incríveis mudanças ocorridas na era moderna. Até à descoberta da máquina a vapor no fim do século XVIII, o transporte por mar era

a única verdadeira forma de expedição de artigos a granel. As galés movidas a remos utilizadas no mundo mediterrânico deram lugar às embarcações à vela no começo do século XVIII. A remessa de mercadorias por barco à vela era bastante mais barata e quase sempre mais rápida do que o transporte por terra. Este tornara-se proibitivo - salvo para distâncias curtas - porque a forragem consumida pelos animais custava mais do que os próprios produtos. Até mesmo as embarcações de menor envergadura do princípio da era moderna levavam 200 vezes mais carga do que os meios de transporte terrestre mais eficientes. No entanto, contrariamente a esta modalidade, o transporte marítimo era muito imprevisível mercê das alterações atmosféricas, dos ventos e das correntes. Numa viagem por mar, não se podia prever qual dia ou semana da chegada e muito menos a hora. Com as tecnologias de navegação predominantes no século XVIII, uma viagem de cerca de 450 quilômetros de Istambul a Veneza, uma das principais rotas mercantis, podia levar apenas 15 dias, com ventos favoráveis. Mas, em condições adversas, a mesma viagem demoraria 89 dias. De modo idêntico, o percurso Alexandria-Veneza (1760 quilômetros) podia ser rápido -17 dias - mas também podia levar 89 dias, ou seja, o quíntuplo do tempo. Assim, no período pré-moderno predominava a incerteza quanto às datas de expedição e de chegada dos carregamentos por mar. Além disso, as embarcações à vela eram bastante pequenas, minúsculas até, segundo os padrões actuais. O navio mercante típico da época tinha capacidade para 50 a 100 toneladas, equipado com meia dúzia de tripulantes.

Ao longo do século XIX, o transporte por via marítima sofreu uma transformação radical graças à introdução do motor a vapor, que movia embarcações contra ventos, marés e correntes. A previsibilidade aumentou a ponto de surgirem horários, informando a data precisa das partidas e chegadas dos navios. Os primeiros barcos a vapor surgiram no Médio Oriente otomano por volta de 1820, não muito depois do seu aparecimento na Europa Ocidental. A energia a vapor também levou ao extraordinário aumento do porte dos navios. Nos anos 70 do século XIX, as embarcações a vapor que cruzavam as águas otomanas atingiam 1.000 toneladas, cerca de dez a vinte vezes mais do que a tonelagem média dos barcos à vela da era anterior (no entanto, de acordo com os nossos padrões actuais, eram muito pequenos: a capacidade do Titanic era de 66.000 toneladas).

Contudo, esta revolução no transporte marítimo não se desenrolou de um dia para o outro. Na década de 60 do século XIX, o número de barcos à vela que aportavam em Istambul era ainda quatro vezes superior ao de barcos a vapor. Mas em 1900 a transformação foi total: os primeiros representavam apenas 5% das embarcações que vinham à capital. Todavia, curiosamente, esses 5%

excediam a quantidade de barcos à vela que jamais visitara esta cidade em qualquer ano anterior do século XIX, um indicador do espantoso incremento que ocorria na navegação.

O barco a vapor também revolucionou o transporte fluvial. Antes do seu aparecimento, regra geral as viagens fluviais faziam-se apenas rio abaixo, seguindo a corrente. O Nilo era a grande excepção: aqui, a corrente flui de Sul para Norte, enquanto que os ventos dominantes sopram em direção contrária, possibilitando, desse modo, o normal tráfego de barcos à vela *nos dois* sentidos. Mas esta situação é muito rara nas águas do Médio Oriente. De uma forma geral, as embarcações desciam o rio carregadas de mercadorias; à chegada, eram desmanteladas e vendida a sua madeira, uma vez que era praticamente impossível subir o rio contra a corrente. Assim, a navegação nos grandes rios das províncias balcânicas, tais como o Danúbio ou outros de menor caudal - como era o caso do Maritza, que banhava Edirna - era uma das vias de acesso das regiões do interior ao mar Negro. Também no Tigre (nas províncias árabes) a circulação só era feita no sentido descendente, percorrendo os cerca de 340 quilômetros que distavam de Diyarbekir a Mossul e Bagdad. A despeito da ineficácia do transporte numa via única, esta viagem custava metade do preço do transporte terrestre mais barato. Providas de motor a vapor, as embarcações cruzavam os rios em ambos os sentidos, fato que teve um tremendo impacto nas regiões do interior nas bacias do Danúbio e do Tigre-Eufrates.

O barco a vapor foi tanto causa como conseqüência do fantástico incremento do comércio verificado ao longo do século XIX (tal como adiante se explicita). Esse florescimento não teria sido possível não fora a revolução tecnológica dos transportes, que também permitiu, por sua vez, significativos acréscimos no volume de transacções. Os efeitos adicionais foram igualmente importantes. A título de exemplo, em 1914 os europeus detinham a quase totalidade da frota mercante que operava em águas otomanas - 90% da tonelagem global. Estes navios também contribuíram para acelerar o crescimento das cidades portuárias cujas águas eram suficientemente profundas e os portos amplos o bastante para albergar embarcações cada vez maiores. Além disso, os custos significativamente mais baixos e a regularidade da navegação a vapor tornaram possível a emigração maciça de súditos otomanos para o Novo Mundo (e também para a Europa Central, Oriental e Ocidental).

O barco a vapor levou, ainda, à construção do Canal do Suez (1869), um acontecimento que ajudou à ocupação européia do Egito (ver mapa 5). Graças a essa via marítima, a duração e os custos da navegação reduziram-se drasticamente. Assim, os territórios iraquianos prosperaram, pois o canal permitia escoar os seus produtos até aos consumidores europeus. Todavia, outras

vilas e cidades otomanas sofreram um grave prejuízo, uma vez que o canal havia desviado as rotas mercantis terrestres. Damasco, Alepo, Mossul, até mesmo Beirute e Istambul sofreram com a deslocação do comércio do Iraque, da Arábia e do Irão para o canal.

As mudanças no transporte terrestre igualaram em importância e amplitude a revolução nos transportes marítimos. Até meados do século XIX, a expedição de produtos por via terrestre fazia-se na íntegra por animais. Era tão fatigante, lenta e irregular que se media as viagens não em milhas ou quilômetros, mas pelo tempo que levavam, dependendo do terreno e da estação do ano. Num livro de viagens de 1875, exemplificativo dos primórdios da indústria do turismo que começava a despontar, descreve-se as viagens que o visitante estrangeiro podia fazer na Anatólia otomana. Assim, uma excursão a cavalo de Trebizonda para Erzurum - 290 quilômetros, aproximadamente - durava 58 horas, sendo feita em oito etapas, cada uma das quais com a duração variável de quatro a dez horas.

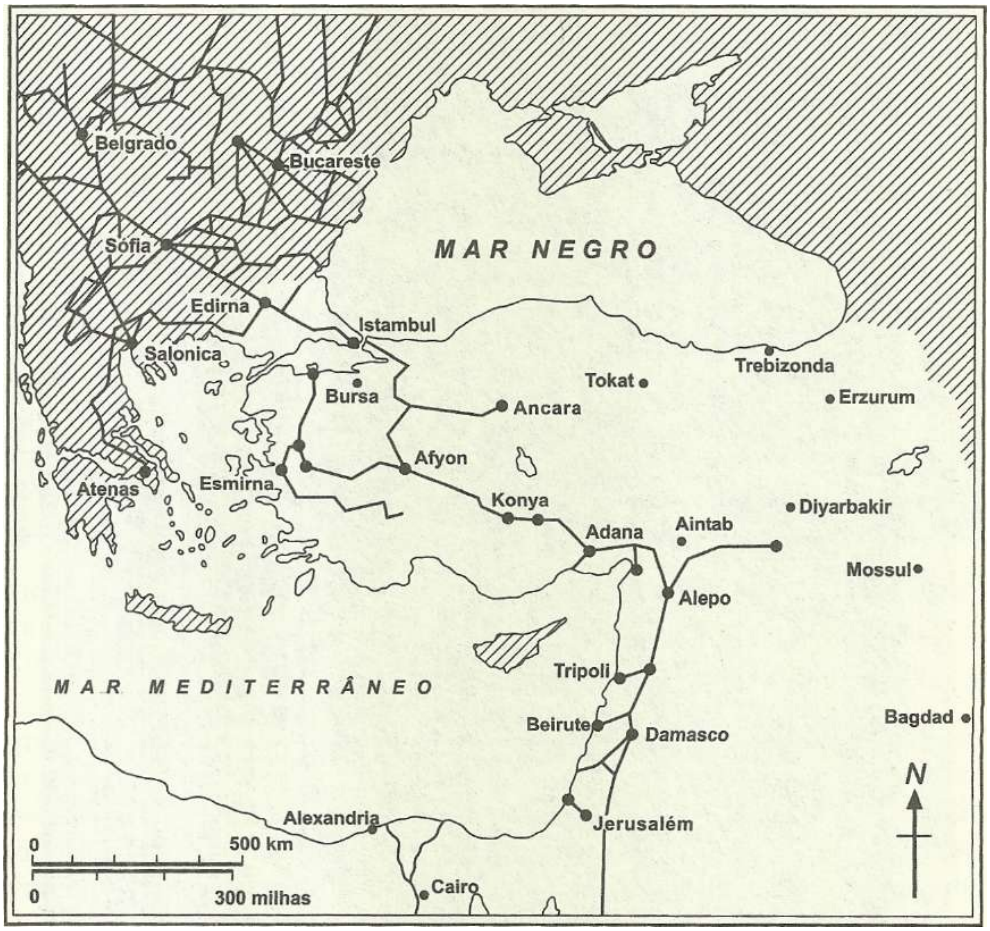
Em termos de transportes, o mundo otomano dividia-se genericamente em duas partes - a zona das províncias européias, onde havia veículos sobre rodas, e a Anatólia e as províncias árabes, onde esses eram inexistentes. Esta divisão coincidia mais ou menos com uma outra: o cavalo predominava nas rotas dos Bálcãs, enquanto que nos territórios da Anatólia e da Arábia o camelo tendia a preponderar. Havia excepções a esta norma geral. Os exércitos otomanos utilizavam elevado número de camelos no transporte de produtos para a bacia do Danúbio, enquanto que nas importantes rotas mercantis Tabriz-Trebizonda a carga era transportada por cavalos, mulas e burros. No entanto, prevalecia a regra geral. No princípio do século XIX o trajeto Salonica-Viena demorava cinqüenta dias, envolvendo caravanas de cavalos formadas por 20.000 animais. Na década de 60 do mesmo século, partiam longas caravanas de carroças da cidade búlgara de Koprivshtitsa, situada no cimo de uma colina, chegando a Istambul um mês depois com artigos manufaturados destinados a revenda nos territórios árabes. Contudo, a leste das vias marítimas que separavam as províncias europeias das asiáticas, em geral predominava o camelo. Mais possante do que todas as outras bestas de carga, este animal podia carregar 250 quilos de mercadorias ao longo de pelo menos 25 quilômetros diários, isto é, mais 20% do peso que o cavalo e a mula e três vezes mais do que o burro. Todavia, estes, por serem mais rápidos, eram preferidos em viagens mais curtas e na grande rota caravaneira Tabriz-Erzurum-Trebizonda. Essa famosa rota era cruzada anualmente por 45.000 animais, ou seja, três caravanas por ano, cada qual composta por 15.000 animais, que transportavam um total de 25 000 toneladas. Mas o que era mais comum ver-se em todos os restantes pontos das províncias asiáticas eram as longas filas de camelos. No início do século XIX,

5.000 desses animais fizeram o trajecto de 28 dias entre Bagdad e Alepo; para a viagem Alexandreta-Diyarbekir, uma distância de 400 quilômetros, eram necessários dezasseis dias. A rota caravaneira Alepo-Istambul estendia-se por 800 quilômetros, sendo precisos quarenta dias para o percurso; no século XVIII, esta jornada era feita anualmente por quatro grandes caravanas. Uma vez que, em termos comparativos, a sua capacidade de carga era limitada, as caravanas levavam quase sempre bens caros e pouco volumosos, tais como têxteis e outros produtos manufaturados e também matérias-primas relativamente valiosas, como era o caso das especiarias. Por outro lado, o transporte de gêneros alimentícios por caravana era raro, porquanto os custos eram geralmente superiores aos da venda. Por exemplo, o preço de um carregamento de cereais de Ancara para Istambul (cerca de 345 quilômetros) sofria um agravamento de 3,5 vezes; no caso de Erzumm para Trebizonda (300 quilômetros, aproximadamente), esse agravamento correspondia ao triplo. Esta realidade que antecedeu o caminho-de-ferro significava que eram as terras férteis, distantes do transporte marítimo barato, que supriam as necessidades da população local; o que sobrava, ou ficava por cultivar ou reservava-se à pecuária.

Houve algumas pequenas modificações nas tecnologias do transporte terrestre efetuado por animais. Primeiro, os veículos sobre rodas (quase desaparecidos aquando do declínio do Império Romano) foram reintroduzidos, de forma algo significativa, nas províncias árabe e anatólia pelos refugiados circassianos e pelos judeus europeus que se instalaram na Palestina. Paralelamente a isso, com a expansão do comércio registou-se uma melhoria (escassa) nas chamadas estradas macadamizadas. Ao longo de cada lado da via dispunha-se uma carreira de cascalho para suster as lamas. Em 1910 construiu-se uma dessas vias entre Bagdad e Alepo, o que encurtou a duração da viagem de 28 para 22 dias.

O comboio - o barco a vapor em terra - revolucionou sobremaneira o transporte terrestre. Baseado no princípio de tracção de um grande número de vagões - cada qual transportando a mesma quantidade de cereais que 125 camelos, pelo menos - sobre um trilho de baixo atrito, este meio de locomoção proporcionava um transporte extraordinariamente econômico e mais regular, sobretudo de produtos a granel, como era o caso dos cereais. Pela primeira vez na história, pôde concretizar-se as potencialidades das regiões férteis do interior - a Anatólia Central ou o vale de Hawran, na Síria, por exemplo. A construção do caminho-de-ferro nessas áreas levou ao imediato desenvolvimento da agricultura vocacionada para o mercado, pois os produtos podiam ser vendidos a preços competitivos. Em poucos anos aumentou o número de lavradores nas regiões recém-desbravadas, ao mesmo tempo que se fazia o transporte ferroviário de centenas de milhar de toneladas de cereais. Em geral, a esmagadora maioria das

expedições por caminho-de-ferro eram cereais (mapa 7).
Por várias razões, incluindo a fraca densidade populacional e a falta de capital, a rede ferroviária dos territórios otomanos era relativamente pequena (no Egito, pelo contrário, a densa população concentrada numa estreita faixa de solos ricos, suscitou, em 1905, o aparecimento de um sistema bastante compacto de linhas principais e de ramais). As primeiras linhas férreas anatólias foram lançadas no século XIX, nos anos 60. Porém, o seu desenvolvimento máximo ocorreu nas províncias européias mais densamente povoadas; em 1875, a extensão da ferrovia era de 1.170 quilômetros. No ano de 1911, os comboios otomanos transportaram um total de 16 milhões de passageiros e 2,6 milhões de toneladas de mercadorias em cerca de 6.450 quilômetros de linha férrea. Salvos raras exceções, a construção do caminho-de-ferro fez-se com capital externo; a sua implantação acelerou o progresso econômico, ao mesmo tempo que aumentou o controlo financeiro estrangeiro. O caminho-de-ferro da Anatólia, por exemplo, foi custeado por fundos alemães, trazendo um enorme desenvolvimento ao interior da região. A linha dos Bálcãs estendia-se por 1.690 quilômetros, aproximadamente, e fazia o transporte de 8 milhões de pessoas; a da Anatólia percorria 2.380 quilômetros, registando um tráfego de 7 milhões de passageiros. A linha férrea de igual extensão das províncias árabes contrastava com as anteriores, transportando apenas 900.000 pessoas, um reflexo da sua escassa população (gravuras 3 e 4).



Mapa 7 - Os caminhos-de-ferro no Império Otomano e suas anteriores possessões eu- ropeias por volta de 1914.
Adaptado de Halil Inaleik com Donald Quataert, orgs., *An economic and social history of the Ottoman Empire, 1300-1914* (Cambridge, 1994), 805.

Os caminhos-de-ferro otomanos criaram um tipo de emprego inteiramente novo, e em 1911 tinham ao seu serviço mais de 13 000 indivíduos. Igualmente dignos de nota foram os novos horizontes sociais que desbravaram, tanto pelos postos de trabalho gerados como pela circulação de pessoas. As 16 milhões de viagens de passageiros levaram os súditos otomanos a locais que nunca haviam visto, promovendo uma maior comunicação entre as diferentes regiões e alterando decisivamente as relações cidade-campo. As deslocações outrora feitas a pé, durante meses, tinham agora a duração de escassos dias.



Figura 3 - Título da «Companhia de Caminho-de-ferro da Anatólia», segunda série, 1893.
Colecção particular do autor.



Figura 4 - Carruagem de 3ª classe do caminho-de-ferro Berlim-Bagdad 1908. Stereo-travel Company. Coleção particular do autor.

O caminho-de-ferro afetou os antigos meios de transporte terrestre de maneiras por vezes surpreendentes. Os sistemas de ramais relativamente densos - linhas mais curtas que entrançam numa linha principal - surgiram nas zonas do interior próximas de cidades portuárias, tais como Beirute e Esmirna e, em menor escala, nas províncias balcânicas. Porém, essas ramificações foram uma exceção. De uma forma geral, o caminho-de-ferro otomano desenvolveu-se numa rede ferroviária principal - por exemplo, as linhas Istambul-Ancara, Istambul-Konya e Konya-Bagdad - caracterizada por haver poucos ramais. Na ausência destes, era necessário fazer o transporte por tracção animal, que levava os produtos até à linha principal. Com o acréscimo do volume da exportação de colheitas por via férrea, aumentou exponencialmente o número de animais que transportavam os carregamentos até às linhas principais. Na região do Egeu, utilizavam-se cerca de 10.000 camelos no abastecimento das duas linhas férreas locais. Na estação de Ancara, mil camelos aguardavam no terminal da linha de Istambul para descarregar os produtos trazidos. Assim, embora os caravaneiros que operavam nas rotas paralelas ao caminho-de-ferro tivessem desde cedo perdido negócio, aqueles que serviam as linhas principais encontraram novo trabalho. Tal como os barcos à vela, em Istambul, as formas tradicionais do transporte terrestre readquiriram o seu vigor, pelo menos temporariamente, graças ao extraordinário incremento comercial motivado pela tecnologia da energia a vapor.

O comércio

O comércio no sistema otomano revestiu-se de formas diversas, no entanto é

possível dividi-lo, de uma maneira geral, em interno e externo - isto é, as transações efectuadas dentro das fronteiras do império e as trocas realizadas entre os Otomanos e outras economias. No período de 1700 a 1922, o comércio internacional foi mais evidente, porém menos significativo do que o interno, tanto em volume como em valor.

Ao longo dos séculos XVIII-XIX, o comércio mundial conheceu uma tremenda expansão que foi todavia menos notória nos territórios otomanos. Por exemplo, enquanto que o comércio internacional global cresceu 64 vezes no século XIX, no Império Otomano o crescimento registado equivaleu a 10-16 vezes mais, apenas. Não admira, portanto, que em 1600 o mercado otomano fosse crucial para os europeus ocidentais, mas o mesmo já não fosse verdade em 1900; o peso global do comércio do império decaíra. A sua economia não estava estagnada - pelo contrário - no entanto, perdia a sua importância relativa. Também é certo que os Otomanos se contavam entre os mais preponderantes parceiros comerciais das principais potências econômicas, tais como a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha.

Tal como indicava a secção anterior, os progressos nos transportes graças à introdução do barco a vapor (início do século XIX) e do comboio (meados do mesmo século) desempenharam um papel primordial no desenvolvimento do comércio otomano. A construção e a proliferação de vias férreas e de instalações portuárias deveram-se ao fato de já haver procura internacional para os produtos de exportação; por outro lado, as novas infra-estruturas, por si só, estimularam o comércio.

Comecemos o presente subcapítulo por analisar dois dos mais importantes factores adicionais que afectaram tanto o comércio interno como o externo: a guerra e as políticas governamentais. As guerras não perturbaram as trocas comerciais apenas no período dos recontros, quando era arriscado o transporte de mercadorias até às zonas fronteiriças e por vezes dentro do império. Pior ainda, as lutas levaram à perda de territórios, com a conseqüente destruição das estruturas de coesão econômica otomana, enfraquecendo, e muitas vezes arruinando as relações e os padrões comerciais prevalecentes há séculos. Apresento dois exemplos. Primeiro, a extensão das conquistas russas até às costas nortenhas do mar Negro levou à anexação de uma região mercantil fundamental, onde os produtores têxteis otomanos da Anatólia há muito comercializavam os seus produtos. A partir de então, as novas fronteiras entre a Rússia e o Império Otomano obstaram ou estrangularam toda a circulação de pessoas e bens entre os dois impérios. O outro exemplo é o destino de Alepo após a I Guerra Mundial, o conflito que pôs termo ao Império Otomano e, entre outras coisas, deu origem à república da Turquia e ao Estado da Síria, ocupado

pelos Franceses. A cidade de Alepo possuía uma importante produção de têxteis, cuja exportação se destinava sobretudo à Anatólia, isto é, de um ponto para outro dentro do sistema imperial otomano único. Com a queda do império, os produtores ficaram num país - a Síria - e os consumidores noutro - a Turquia. Na tentativa de remodelar a nova colônia síria, transformando-a num satélite econômico, a França suspendeu a exportação de têxteis provocando, assim, o colapso da indústria de Alepo.

O papel da política governamental no comércio e na economia em geral é objeto de aceso debate. Uns sustentam que ela pode ter um forte impacto, posição que é corroborada pelo exemplo da atuação francesa a respeito dos têxteis de Alepo. Outros afirmam que a política apenas formaliza mudanças econômicas já em curso. Diz-se, nomeadamente, que as capitulações tiveram um papel determinante na história social, econômica e política otomana. Mas terá sido assim? Será possível imaginar que, sem elas, os Otomanos pudessem manter a paridade político-econômica com a Europa Ocidental? Ou considere-se a coincidência da forte interferência do Estado durante recessão econômica de finais do século XVIII - qual o ovo e qual a galinha (capítulo 3)? As medidas adoptadas no século seguinte pelo Estado a favor do comércio livre incluíram, em 1826, a aniquilação dos Janízaros, defensores do monopólio e da restrição, a Convenção Anglo-Turca de 1838 e as duas reformas imperiais de 1839 e 1856. Em resultado disso, desapareceu, ou foi muito atenuada, a maior parte das barreiras de natureza política levantadas ao comércio interno e externo otomano. Porém, saber se essas deliberações tiveram ou não um papel decisivo no desenvolvimento comercial otomano e, em termos mais genéricos, no seu desenvolvimento econômico, continua a ser uma questão em aberto.

A importância do comércio internacional é facilmente empolada por se encontrar tão bem documentada, por ser mensurável e incessantemente debatida em fontes acessíveis às línguas ocidentais. Os padrões globais do comércio internacional parecem ser suficientemente claros. Ao longo do século XVIII, o comércio internacional tornou-se mais importante, em especial após 1750, aproximadamente. No século seguinte, intensificou-se, apesar de o seu volume ser ainda baixo; no entanto, a importância desse comércio cresceu de forma notável após o fim das guerras napoleónicas. A curto prazo, observou-se uma freqüente oscilação da balança comercial - a relação entre as exportações e as importações; contudo, a longo prazo, ela foi desfavorável aos Otomanos. Não há dúvida de que o valor global e a natureza das mercadorias transacionadas se modificaram substancialmente. Com efeito, no início do século XVIII o comércio era bastante limitado. Os Otomanos reexportavam artigos de luxo caros, em especial sedas provenientes das terras mais a Oriente e expediam uma

variedade de produtos próprios, tais como fazendas de lã angorá e, mais tarde, fio de algodão. Em troca, importavam bens luxuosos. No final do século, porém, as exportações otomanas passaram a englobar produtos não transformados - algodão em rama, cereais, tabaco, lã e couros, entre outros. Ao mesmo tempo, passou-se gradualmente a importar mercadorias originárias das colônias européias ocidentais do Novo Mundo e da Ásia Oriental. Esses «produtos coloniais» - açúcar, substâncias corantes e café produzidos por mão-de-obra escrava, logo, de mais baixo preço - competiam com o açúcar do Mediterrâneo, o café árabe (moca) e os corantes da Índia e eram vendidos a mais baixo preço. Os consumidores otomanos também importavam abundantes quantidades de têxteis, principalmente da índia e, em menor grau, da Europa. Na opinião de alguns estudiosos, a balança comercial em finais do século XVIII ainda era favorável.

Embora no período compreendido entre 1840 e 1914 o volume de transações internacionais tivesse aumentado dez a dezasseis vezes, os padrões de exportação continuaram a corresponder aos que haviam sido estabelecidos no século XVIII. De um modo geral, os Otomanos exportavam um conjunto diversificado de matérias-primas e produtos alimentares, incluindo trigo, cevada, algodão, tabaco e ópio. Depois de 1850, surgiram alguns artigos manufaturados, tais como tapeçarias e seda em rama. Ainda que de certo modo o cabaz das exportações se mantivesse fixo, a importância relativa dos bens específicos englobados no cabaz alterou-se de forma notável ao longo dos séculos XVIII e XIX. Veja-se, a título de exemplo, as exportações de algodão: após o ímpeto inicial verificado, registou-se depois uma quebra no decorrer do século XVIII; durante a Guerra Civil americana assinalou-se novo incremento, seguido de outro decréscimo, acabando por prosperar no princípio do século XX. No que se refere ao cabaz de importações, os bens das colônias mantiveram-se no topo da lista, enquanto que os produtos transformados - nomeadamente, têxteis, ferragens e vidro - tornaram-se bastante mais importantes do que no século XVIII.

Apesar de o facto não estar bem documentado, o comércio interno ultrapassou de facto em muito as trocas com o exterior em termos de volume e valor ao longo do período que mediou entre 1700 e 1922. O fluxo de mercadorias dentro de dada região, bem como entre diferentes áreas, era muito significativo, porém os números escasseiam a esse respeito. Consideremos os seguintes fatos dispersos, que sugerem a importância do comércio interno otomano. Primeiro, em 1759 o embaixador francês informou que o total de têxteis importados no Império Otomano não vestiria mais do que 800.000 pessoas por ano, numa altura em que a população excedia os 20 milhões de habitantes. Segundo, em 1914 a

exportação de produtos agrícolas ficou-se pelos 25%, o que significa que os restantes 75% se destinavam ao comércio interno. Terceiro, no início da década de 60 do século XIX o comércio de produtos de fabrico otomano na província de Damasco foi cinco vezes superior ao valor total dos artigos de fabrico estrangeiro aí comercializados. Quarto e último ponto, entre os raros dados sobre o comércio interno existem estatísticas da década de 90 do mesmo século relativas às trocas comerciais de três cidades otomanas - Diyarbekir, Mossul e Harput. Nenhuma delas era um centro econômico importante. E, contudo, ao longo dessa década, o valor total das suas transacções inter-regionais (um milhão de libras esterlinas) correspondeu a 5% da globalidade do comércio de exportação otomano dessa época. Trata-se de uma cifra extraordinariamente elevada, se tivermos em conta o estatuto econômico diminuto dessas cidades. Qual seria o montante global, se tivéssemos conhecimento do comércio interno das restantes cidades, vilas e aldeias otomanas? O comércio interno de qualquer pólo comercial, tal como Istambul, Edirna, Salonica, Beirute, Damasco e Alepo, era muito superior ao das cidades de Diyarbekir, Mossul e Harput juntas. Há também que ter em conta que continuam por contabilizar as transacções internas de dezenas de cidades de média dimensão; o comércio interno de milhares de vilas e cidades mais pequenas é de igual modo desconhecido. Em síntese, o seu peso excedia em larga medida o do comércio externo.

O crescente comércio internacional teve um poderoso impacto na composição da comunidade mercantil otomana. Os muçulmanos otomanos pertenciam a um preponderante grupo de comerciantes, que entrara em declínio no século XVIII quando as trocas externas, em franca expansão, passaram a ser dominadas por estrangeiros e por não muçulmanos otomanos. No início, o comércio internacional encontrava-se quase em exclusivo nas mãos dos europeus ocidentais que transportavam os produtos. No século XVIII, estes mercadores encontraram parceiros, contribuindo, assim, para o aumento do número de negociantes não muçulmanos que obtiveram certificados (*berats*) e conceder- -lhes os privilégios da capitulação de que beneficiavam os mercadores estrangeiros, designadamente impostos mais baixos e, portanto, custos menos elevados. No ano de 1793, só em Alepo foram emitidos cerca de 1500 *berats* a não muçulmanos. Apesar de em 1800 o comércio imperial com o exterior ser ainda dominado por estrangeiros, ao longo do século XIX estes foram substituídos pelos seus protegidos otomanos não muçulmanos. Aquilo que porventura melhor ilustra a nova proeminência da classe mercantil otomana não muçulmana é uma lista de inícios do século XX, na qual se encontram registados 1000 mercadores de Istambul. Apenas 3% deles eram franceses, britânicos ou alemães, apesar de os seus países de origem controlarem mais de metade do

comércio internacional otomano. A maior parte dos restantes mercadores era não muçulmana. No entanto, o comércio nas cidades do interior ainda era dominado por mercadores muçulmanos, e freqüentemente o comércio entre o interior e as cidades portuárias do litoral. Ou seja, apesar de todas as mudanças verificadas na comunidade mercantil internacional, aparentemente eram os otomanos muçulmanos que controlavam ã maior fatia do comércio interno, além de muitas das transacções dos bens internacionais introduzidos na economia otomana.

A agricultura

Ao longo de toda a história do Império Otomano a economia permaneceu eminentemente agrícola, rica em terras e pobre em trabalho e capital. O grosso da população, geralmente 80% a 90%, retirava o sustento da terra, vivendo quase sempre em terras da família e não em grandes propriedades. A agricultura gerava a maior parte da riqueza econômica, embora a ausência de informações estatísticas não permita avaliações significativas até quase ao século XX. Um indicador da relevância econômica global deste setor é a importância de que se revestiam as receitas do setor amealhadas pelo Estado otomano. Em meados do século XIX, dois impostos sobre a agricultura - o dízimo e o imposto sobre a propriedade - representavam, por si só, cerca de 40% da coleta fiscal do império. A agricultura contribuía indiretamente para o tesouro imperial de muitas outras maneiras - por exemplo, através dos direitos alfandegários sobre as exportações, as quais, nos séculos XVIII e XIX correspondiam sobretudo a produtos agrícolas.
Os súbditos otomanos eram, portanto, lavradores, na sua maioria. Quase todos eles eram agricultores de subsistência, vivendo diretamente do fruto do seu trabalho. Regra geral, amanhavam pequenas parcelas de terra, onde cultivavam uma diversidade de colheitas para consumo próprio, em especial cereais, mas também frutos, oliveiras e legumes. Era freqüente a criação de alguns animais, dos quais se extraía o leite, a lã ou o pêlo. A maior parte das famílias tinha uma alimentação frugal: bebiam água ou uma espécie de iogurte líquido, comiam diversos tipos de pão ou papas de aveia e alguns legumes, mas quase nunca carne. Possuíam bestas de carga, que lhes davam a lã ou o pêlo, sendo estes fiados pelas mulheres da família e muitas vezes tecidos para uso familiar. Em bastantes regiões, tanto na Europa como na Ásia otomana, os membros da família também trabalhavam como bufarinheiros, vendendo artigos de manufatura doméstica ou outros fornecidos por mercadores. Tal como veremos, algumas famílias rurais também fabricavam produtos para vender a outrem: os aldeões dos Bálcãs partiam em jornadas de meses em direção à Anatólia e à Síria

a fim de comercializar as suas fazendas de lã; na Anatólia Ocidental, homens e mulheres dedicavam-se à fiação de algodão, que se destinava aos tecelões das cidades. Nalgumas áreas, como já referimos, os homens da aldeia procuravam trabalho em Istambul e noutras paragens longínquas. Em suma, o sustento das famílias de agricultores baseava-se num conjunto complexo de atividades econômicas variadas e não apenas na lavoura.

O quadro traçado era, em grande medida, verdadeiro em 1700 e assim se manteve até 1900: uma economia agrária, na qual muitos lavradores possuíam pequenas propriedades, dedicando-se a uma variedade de tarefas e cujas culturas e produtos animais eram sobretudo para consumo próprio. Todavia, com tempo, ocorreram grandes mudanças no setor rural.

Para começar, veja-se a crescente importância da população, outrora nômada, na vida agrícola otomana. As regiões rurais eram habitadas por pastores nômadas e por lavradores sedentários. Os primeiros desempenharam um papel complexo, porém determinante, na economia mercê dos serviços que forneciam e do abastecimento de bens, tais como produtos animais, têxteis e sua respectiva distribuição. Alguns nômadas dependiam unicamente da pecuária, outros dedicavam-se também à lavoura; por vezes, semeavam as culturas da época e deixavam as terras, só regressando na época das colheitas. Também é verdade que por vezes afectavam o comércio e a agricultura. Os nômadas eram difíceis de controlar e politicamente constituíam uma dor de cabeça para o Estado; no século XIX, os programas estatais de pacificação duradoura adquiriram nova força. Tal como verificamos atrás, a entrada em vigor desses programas de sedentarização coincidiu com a afluência maciça de refugiados, uma conjugação que restringiu os territórios por onde os nômadas podiam circular livremente. E provável que, no conjunto, se tenha registado um decréscimo da atividade pecuária dessas tribos paralelamente ao aumento das áreas cultivadas.

O segundo grande conjunto de mudanças diz respeito ao incremento da comercialização agrícola - a produção de bens destinados ao comércio. Com o passar dos anos, foram cada vez mais aqueles que se ocuparam dos campos e da criação de gado, fazendo aumentar a produção destinada ao comércio interno e externo; esta tendência, que se esboçara no século XVIII, aumentou de forma impressionante a partir de então. Houve três grandes motores que impulsionaram essa nova vertente da produção agrícola, sendo o primeiro deles a maior procura - doméstica e internacional. No estrangeiro, em especial de 1840 em diante, o poder de compra e o nível de vida de muitos europeus melhorou substancialmente, permitindo-lhes o acesso a uma maior oferta e abundância de produtos. A emergência de mercados internos no seio do império foi igualmente determinante graças à expansão urbanista e ao aumento do consumo individual

(ver adiante). Graças às redes ferroviárias recém-inauguradas, o trigo nacional e outros cereais afluíam a Istambul, Salonica, Esmirna e Beirute; o caminho-de-ferro também atraía horticultores, que podiam cultivar e expedir fruta e legumes para os mercados em expansão nessas cidades, agora tornadas acessíveis.

O segundo resultado deste novo tipo de comercialização agrícola relaciona-se com o facto de os produtores passarem gradualmente a pagar os seus impostos em dinheiro em vez de o fazerem em gêneros. Alguns historiadores têm defendido que a crescente participação na agricultura comercial foi produto não apenas de uma maior carga fiscal *per capita* como também do facto de o Estado preferir cada vez mais o pagamento de impostos em dinheiro e não em gêneros. De acordo com esta perspectiva, tais deliberações governamentais obrigavam os lavradores a semear para vender de modo a pagar os seus impostos. Assim, considera-se que a política estatal foi o factor que mais decisivamente influenciou a passagem da agricultura de subsistência para a de mercado. Na mesma linha, alguns têm argumentado que o facto de o Estado exigir aos cristãos otomanos o pagamento de impostos em dinheiro teve um papel fulcral na história otomana. Por exemplo, durante vários séculos cobrou-se um imposto especial em dinheiro (*cizye*) aos judeus e aos cristãos otomanos que lhes garantia proteção estatal na prática da sua religião. Supõe-se que foi devido a esse imposto que os cristãos otomanos tiveram uma maior participação na actividade comercial do que os seus parceiros muçulmanos. Todavia, este argumento não explica o motivo pelo qual os judeus, que também o pagavam, não tinham parte ativa no comércio. A variável mais relevante que justifica o sucesso econômico não são as cobranças fiscais em dinheiro, mas sim o fato de os cristãos otomanos gozarem da proteção das grandes potências, porém não os judeus. Graças a ela, os primeiros granjearam benefícios equiparáveis a capitulações, isenções fiscais e custos de transacções inferiores, o que ajuda a explicar a projeção econômica por eles alcançada.

O maior envolvimento dos agricultores no mercado não foi apenas uma reação às exigências estatais no que se refere às colectas fiscais em dinheiro. Outros fatores contribuíram para tanto. Houve um terceiro mecanismo que impulsionou a produção agrícola - as próprias aspirações do agricultor aos bens de consumo. As cada vez mais freqüentes mudanças de gosto, juntamente com a crescente disponibilidade de produtos importados a baixo preço, estimularam o cada vez maior consumo de produtos entre os otomanos. Este padrão de maior consumismo iniciou-se no século XVIII, tal como se verificou no fenômeno urbano do período da Tulipa (1718-1730), tendo-se intensificado a partir de então. Uma vez que pretendiam ter acesso a mais produtos, os agricultores necessitavam de mais fundos. Assim, as famílias rurais passaram a trabalhar

mais do que antes, não só devido à tributação mas também por desejarem possuir mais coisas. Nessa perspectiva, reduziu-se o tempo de lazer, aumentaram os proventos em dinheiro e houve um acréscimo do afluxo de bens de consumo às áreas rurais.

O aumento da produção agrícola simultaneamente favoreceu e foi acompanhado de uma ampla expansão das áreas de cultivo. No começo do século XVIII e, de facto, até à dissolução do império, por todo o lado havia vastas extensões de terra por cultivar, por vezes quase devolutas. Essas áreas começaram a ser preenchidas, processo que na maior parte das regiões do antigo império apenas terminou nos anos 50 do século XX. Houve inúmeros fatores em jogo. Em muitos casos, as famílias prolongaram as horas de trabalho, passando a lavrar os terrenos de pousio que já controlavam. Tornaram-se também rendeiros, acordando em trabalhar as terras de outros mediante o pagamento de uma quota-parte da produção. Acontecia com freqüência essas parcelas de terra terem sido outrora pastagens que davam agora lugar à sementeira. No século XVIII, os solos extremamente férteis da Moldávia e da Valáquia, por exemplo, eram os sectores menos povoados do império. Ali, mercê de um procedimento invulgar, talvez único, os notáveis locais obrigavam brutalmente os habitantes dessas regiões a um acréscimo de produtividade, fazendo aumentar os solos arados. Noutras zonas, a imensa área de terra inculta foi trabalhada por milhões de refugiados. Apesar de alguns se terem fixado nas zonas mais populosas, algo que causou freqüentes tensões, muitos deslocaram-se para regiões relativamente despovoadas, cultivando-as pela primeira vez (após muitos séculos). Tal como pudemos ver, a baía central da Anatólia bem como as estepes das províncias sírias situadas entre o deserto e a costa, ambas despovoadas, eram destinos freqüentes dos refugiados. Aqui, as agências governamentais procederam ao emparcelamento do solo, formando pequenas herdades de área igual.

De um modo geral, as concentrações significativas de explorações destinadas ao mercado formaram-se primeiro em zonas de fácil acesso marítimo, designadamente na bacia do Danúbio, nalguns vales ribeirinhos da Bulgária, nas regiões do litoral da Macedônia e na costa ocidental da Anatólia, junto ao Egeu e seus afluentes fluviais. Ao longo do século XIX, prosseguiu o desenvolvimento nessas áreas, ao que se lhes juntou o interior.

No período entre 1700 e 1922, muitas propriedades virgens transformaram-se em grandes herdades, formando uma proporção gradualmente maior, todavia ainda minoritária, de terrenos cultivados. A constituição de grandes quintas foi mais facilitada nos solos desocupados porque havia poucos ou nenhuns fazendeiros que reclamassem os seus direitos. Na Bulgária, na Moldávia e na Valáquia a ocupação dessas terras deu-se no século XVIII e um século mais tarde na

extensa planície de Çukorova, no Sudeste da Anatólia, altura em que pela primeira vez se passou a cultivar esses terrenos. No ano de 1900 a mesma planície de Çukorova tornara-se a região das grandes propriedades por excelência, registando-se uma estrondosa produção com o emprego de maquinaria agrícola. Mais a leste e a sul, na região síria de Hamã, também se desenvolveu um notável padrão de propriedade fundiária. No entanto, na maioria dos territórios do império a grave escassez de trabalho e de capital impediu a formação de grandes herdades, pelo que estas continuaram a rarear. Em vez delas, predominaram por norma as pequenas propriedades em quase todas as restantes regiões.

Houve algum aumento da produtividade - o volume de colheitas de dada unidade produtiva. Desenvolveram-se projetos de irrigação em algumas zonas como forma de agricultura intensiva e, significativamente, o emprego de modernas alfaias agrícolas aumentou de forma mais significativa no século XIX. Em 1900, o arado de ferro, a ceifeira mecânica e outros exemplares de tecnologia avançada, como seja a ceifeira-debulhadora, proliferavam aos milhares nos campos dos Bálcãs, da Anatólia e da Arábia. Comparativamente, a exploração mais intensa dos recursos existentes continuou, todavia, a ser pouco comum; a maior parte do acréscimo da produção resultava da expansão das terras de cultivo.

O aumento da produção agrícola destinada ao comércio também ocasionou mudanças nas relações laborais em certas áreas rurais. Nalgumas das grandes explorações comerciais surgiu a mão-de-obra assalariada. Assim, no Oeste e Sudeste da Anatólia as colheitas eram feitas por grupos de trabalhadores emigrantes a troco da jorna paga em dinheiro. Porém, nas grandes herdades, os rendeiros continuaram a ser mais comuns do que o trabalho remunerado. Tal como se disse atrás, na Moldávia e na Valáquia esse regime de cultivo levou a uma quase escravidão e a algumas das piores condições do império. Nesses locais, as possibilidades de mercado existentes no século XVIII tinham levado os grandes proprietários a arrendar terras aos camponeses, cujas taxas, rendas e mão-de-obra eram cada vez mais onerosas. Inicialmente, por exemplo, os camponeses deviam 12 dias de trabalho; porém, em meados do século XIX, trabalhavam entre 24 e 50 dias por ano - condições muito piores do que as verificadas nos impérios vizinhos dos Habsburgo e dos Romanov. Nalgumas regiões otomanas vigoravam formas de exploração comunitária do solo, segundo as quais todos trabalhavam e repartiam a produção entre si. Em algumas áreas das províncias da Palestina e do Iraque, nomeadamente, as terras comunais eram amanhadas em conjunto, muitas vezes por membros de tribos sob a coordenação do xeque, que supervisionava a distribuição dos lucros.

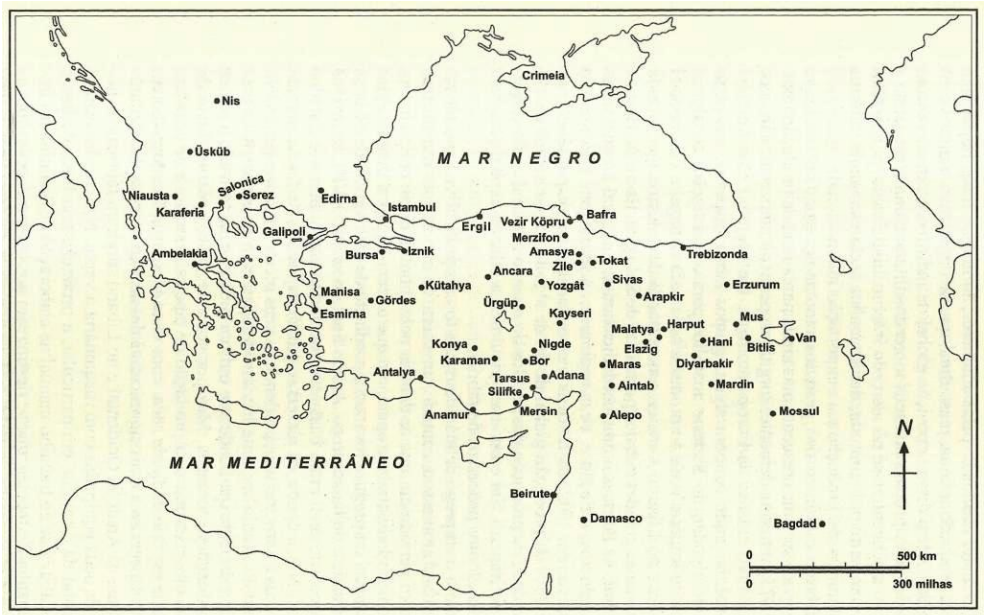
Por último, a posse da terra por parte de estrangeiros continuou a ser muito pouco comum, a despeito da fraqueza política do Estado otomano. Apesar de após 1867 a lei lhes permitir a aquisição de terras, os estrangeiros não conseguiam vencer nem a escassez de trabalho, nem as dificuldades levantadas pela oposição de determinados segmentos da sociedade otomana, incluindo-se entre estes um grupo intocável de indivíduos que gozavam de proeminência local, ciosos dos seus privilégios.

A indústria manufatureira

Não obstante o notório incremento verificado na mecanização em finais do século XIX, a maior parte dos produtos manufaturados continuava a ser feita com trabalho manual. Nas áreas rurais, a manufatura, cada vez mais efetuada pelas mulheres, tornou-se mais importante do que a produção urbana, masculina, que se organizava muitas vezes em guildas. Além disso, a posição global da indústria otomana piorou; deixou de haver procura nos seus mercados internacionais, passando a produção a concentrar-se no mercado interno, ainda vasto, porém altamente competitivo. E contudo, determinados setores manufatureiros aumentaram a sua produção para exportação internacional.
O fabrico mecânico dos produtos otomanos, agora no seu auge, continuava a ser uma crescente mas ainda parca fatia da produção total. Após 1875, aproximadamente, surgiu um pequeno número de fábricas, sobretudo nas cidades da Europa otomana, em Istambul e na Anatólia Ocidental, havendo também alguns grupos fabris dispersos nas plantações de algodão do Sudeste anatólio (para a sua fiação) e nalguns setores do império onde se produzia seda para dobagem, em especial em Bursa e no Líbano. A maior concentração de indústria mecanizada situava-se nas grandes cidades portuárias de Salonica, Esmirna, Beirute e Istambul. As fábricas otomanas dedicavam-se em geral à transformação de gêneros, à fiação e, ocasionalmente, à tecelagem. Um número elucidativo: em 1911, as fábricas mecanizadas eram responsáveis por apenas 25% da produção global de fio de algodão e por menos de 1% da totalidade da produção dos tecidos do mesmo material então consumidos no império. Tal como na agricultura, a falta de capital atrasou a mecanização dos processos de fabrico.
Embora o emprego de máquinas não fosse significativo, o sector fabril otomano atravessou, contudo, uma série de importantes transformações, num período em que se debatia pela sobrevivência em plena era da revolução industrial européia, em que a tecnologia e a maior exploração laboral empregues levaram à produção de uma variedade de bens de qualidade e de baixo preço. Até ao final do século

XVIII, os artigos de fabrico artesanal eram bastante procurados nos impérios e Estados vizinhos. Nessa época, os têxteis requintados, os fios de fiação manual e os couros foram, todavia, perdendo os seus mercados estrangeiros. No princípio do século seguinte haviam desaparecido quase todos os produtos de excelente qualidade que outrora tinham caracterizado o setor das exportações otomanas. Mas por volta de 1850, após um hiato de meio século, retomou-se a produção de tapetes orientais e de seda natural, uma espécie de fio de seda, com vista à exportação internacional, sendo as tapeçarias a mais significativa dessas exportações. Em Salonica, Edirna, na Anatólia Ocidental e no Líbano surgiram fábricas de dobagem de seda equipadas com maquinaria a vapor. Nas regiões central e ocidental da Anatólia, em particular, a produção mecânica de fios e tinturas aliava-se ao trabalho manual na elaboração de quantidades impressionantes de tapetes, que se destinavam aos compradores europeus e americanos. Por volta de 1914, as duas indústrias empregavam, no seu conjunto, 100.000 operários, 2/3 dos quais na produção de tapeçarias. A maior parte eram mulheres e jovens, auferindo os mais baixos salários de todo o setor fabril otomano.

A esmagadora maioria dos produtores tinha como fito os 26 milhões de consumidores do mercado interno otomano. Por vezes, esses consumidores habitavam na mesma região que o fabricante ou nas localidades limítrofes; outras, viviam em zonas distantes do império. Estes fabricantes, cuja produção se dirigia a um mercado interno que, por si só, é difícil de analisar e de determinar, tornam-se quase imperceptíveis ao escrutínio do historiador, dado que, em geral, não pertenciam a organizações ou firmas que tenham deixado registos. Muito pelo contrário, estavam profundamente dispersos nas suas formas artesanais de produção, ora trabalhando sozinhos, ora em grupos muito reduzidos, que laboravam em casa e em pequenas oficinas, nas áreas urbanas e no campo. A produção de algodão e de fio de lã, por exemplo, parte essencial da indústria têxtil, fazia-se em inúmeros locais (alguns dos quais estão assinalados no mapa 8). Ainda que houvesse fiações em Esmirna, Salonica e Adana, por exemplo, na maior parte destes pontos o fio era produzido manualmente.



Mapa 8 - Algumas fiações de lã e de algodão no século XIX.
Donald Quataert, *Ottoman manufacturing in the age of the Industrial Revolution* (Cambridge, 1994), 28.

Na época de 1700-1922 a importância das associações na manufatura de produtos sofreu uma acentuada quebra. No entanto, não se compreende bem a evolução, a natureza e a função das guildas (*esnaf, taifé)*, nem a sua preponderância. A crise econômica do fim do século XVIII, caracterizada por uma inflação ruinosa e persistente, pode ter acelerado a organização formal das guildas como ato de auto-proteção por parte dos produtores. Os operários uniam-se comprando as ferramentas em conjunto, mas muitas vezes, como sucedia no Sul da Bulgária, eram controlados por mestres mais abastados, que podiam enfrentar melhor a crise. Ironicamente, as organizações laborais podiam estar desta forma a caminhar para uma nova etapa, as guildas; enquanto isso, os processos de fabricação otomanos eram atingidos pela concorrência da Revolução Industrial.

Regra geral, a guilda funcionava como salvaguarda da subsistência dos seus membros, restringindo a produção e controlando a qualidade e os preços. A protecção do sustento dos associados tinha como conseqüência os elevados custos da produção por ela regulada (no entanto, alguns historiadores argumentam, erradamente, que estas organizações funcionavam, antes de mais, como instrumentos de controlo estatal). Uma vez acordadas essas questões, os líderes das guildas procediam ao registo dos novos preços nos tribunais locais a fim de obter reconhecimento oficial da alteração. A existência de um delegado é sinal de que havia uma guilda. Algumas delas caracterizavam-se por dispor de um fundo comum, por exemplo para apoiar os seus membros na doença, nas

despesas de funeral ou para auxiliar as viúvas e filhos (gravura 5).



Figura 5 - Manifestantes de guildas (*esnaf)* em Amasya, século XIX. Raymond H. Kevorkian e Paul B. Paboudjian, orgs., *Les Arméniens dans Vempire ottoman à la veille du génocide* (Paris, 1992). Reprodução autorizada pelos autores.

Na cidade de Istambul, estas corporações estavam muito desenvolvidas, um progresso que talvez não tenha tido paralelo no resto do império. Também existiam guildas em muitas das grandes cidades; era o caso de Salonica, Belgrado, Alepo e Damasco, mas elas eram igualmente comuns nas vilas e cidades mais pequenas, tais como Amasya; no entanto, em termos globais, desconhece-se ainda qual era o seu predomínio, a sua forma e a sua finalidade. Parece haver uma correlação entre a dimensão da cidade e a probabilidade de nela existirem guildas - contudo, nem todos os centros urbanos as tinham.

Até 1826, o papel dos Janízaros foi crucial na vida dessas associações laborais. Antes do século XVIII, bem como no seu decurso, a generalidade dos associados muçulmanos na capital e em quase todos os cantos do império passara a ser os Janízaros. Foi assim, por exemplo, na Bulgária otomana, na Sérvia, na Bósnia, na Macedônia e também em Istambul. Nalgumas cidades, os próprios Janízaros pertenciam a guildas, dedicando-se à indústria manufatureira; noutras localidades ctuavam, contudo, como uma espécie de máfia protetora desses operários - casos de Alepo e Istambul. Aqui, bem como noutros grandes centros, controlavam o ramo da construção e do transporte de mercadorias. Muitas foram as ocasiões em que os Janízaros se mobilizaram em inúmeras cidades, além da

capital, para defender os interesses do povo, tanto como membros de guildas como em cooperação com eles. Aterrorizando governadores e depondo sultões e grão-vizires, estas poderosas coligações populares lutaram por proteção e por privilégios corporativos, procurando manter os preços e as práticas reguladoras. Na Bulgária, por exemplo, os Janízaros bateram-se pela defesa das guildas urbanas contra a manufatura rural que punha os seus empregos em risco.

Por esse motivo, a abolição dos Janízaros ordenada pelo sultão Mahmud II em 1826 foi também um golpe terrível para estas associações. A extinção desse corpo armado ocorreu no rescaldo das guerras napoleônicas, no exato momento em que se intensificava a concorrência internacional. Privadas de proteção num período em que as suas práticas controladoras mantinham os custos demasiado elevados, a guildas começaram a desaparecer. Isso decorreu da sua natureza: organizações restritivas que procuravam inflacionar os preços para beneficiar os seus membros. Em Damasco, por exemplo, entre 1830 e 1870 os mestres deixaram que os salários dos operários diminuíssem tão acentuadamente, que estes eram incapazes de acumular capital suficiente para abrir os seus próprios estabelecimentos. Qualquer que tenha sido a importância das guildas no passado, o seu papel como unidades estruturadoras da indústria manufactureira otomana decaiu no século XIX. Em algumas regiões, na Bulgária e em Alepo, designadamente, subsistiram quase até final desse período. Mas muitas vezes evoluíram para uma espécie de câmara de comércio - em substituição do produtor monopolista - na qual que apenas se procedia à inscrição dos fabricantes locais. E assim, as guildas ligadas ao processo de manufatura entraram em declínio, mas não os processos de fabricação otomanos. Em vez disso, nas áreas urbanas a produção passou a fazer-se quase sempre em lojas independentes e em casas particulares, fosse no campo ou nas zonas urbanas.

No século XVIII, o êxodo para as áreas rurais já se tornara uma realidade em determinadas regiões - com o intuito de reduzir os custos através da redução dos salários. No final do século, por exemplo, os produtores começaram a deixar a cidade de Tokat, um grande centro industrial do Norte da Anatólia, montando os seus negócios em vilas e cidades mais pequenas das proximidades. Há registo de padrões similares em áreas tão díspares como a Bulgária e a cidade de Alepo. Surpreendentemente, as mulheres e raparigas - judias, muçulmanas e cristãs, sem distinção - viriam a ter um papel de crescente importância. O contributo da mão-de-obra feminina não era novidade nos séculos XVIII e XIX; porém, o seu grau de envolvimento aumentou de forma impressionante. Em muitos lares do campo e das cidades as mulheres fiavam, teciam e tricotavam artigos para os mercadores, cujo pagamento era feito à peça. No universo otomano, tal como no resto do mundo, as mulheres auferiam menos dinheiro do que os homens por

trabalho igual. Assim, uma parte essencial da história dos centros industriais baseia-se na mudança da produção urbana, regulada pela guilda, e no trabalho masculino, para a actividade laborai feminina, não estruturada, rural e urbana.

VIII

A SOCIEDADE OTOMANA E A CULTURA POPULAR

Introdução

A análise da organização social, da cultura popular e das formas de socialização feita no presente capítulo baseia-se num invulgar *corpus* de textos. Apresenta-se, aqui, um estudo cultural de diversas formas de significação. Civilizações tão complexas como a otomana não devem entender-se apenas em termos de decretos administrativos, de racionalização burocrática, de campanhas militares e de produtividade econômica. São sociedades que se estruturam em espaços nos quais os indivíduos meditam sobre temas comuns: a vida, a morte, as celebrações e o luto. Esses espaços são, com freqüência, eminentemente femininos ou masculinos; noutros momentos, aproximam os homens e mulheres de certas classes.

Panorama global das relações intersociais entre grupos

Todas as sociedades, incluindo a otomana, são constituídas por relações complexas que se estabelecem entre os sujeitos e por grupos de indivíduos que por vezes se sobrepõem e se interligam, outras permanecem distintos e independentes. As pessoas agrupam-se de modo voluntário ou aderem a diversos núcleos, freqüentemente diferentes. Em dada altura poderão identificar-se ou ser identificados por outros por pertencerem a um conjunto específico; contudo, noutra ocasião poderá sobressair outra identidade. A um nível muito geral, o mundo otomano era composto pela classe dominante e pelas classes dominadas, havendo ainda divisões quanto à filiação religiosa, como por exemplo os muçulmanos sunitas ou os armênios católicos. Havia também grupos profissionais que se organizavam em associações corporativas (*esnaf, taifé)* a que chamamos guildas, e outros ainda, bastante mais numerosos, formados pelos homens e mulheres, os camponeses ou as tribos. Em qualquer desses exemplos, dificilmente se pode dizer que se tratava de grupos sociais homogêneos, pois variavam em termos de riqueza e de estatuto.

Não se deve espartilhar o indivíduo ou o colectivo otomano, circunscrevendo-o a uma identidade fixa; dever-se-á, antes, reconhecer a ambigüidade e a permeabilidade das fronteiras que delimitam os indivíduos e os grupos. Numa ou noutra ocasião poderá sobressair determinada expressão da identidade, como

seja ser mulher; noutras circunstâncias, o fato de o indivíduo ser tecelão ou judeu pode tomar precedência sobre a identidade feminina. Também não se deve atribuir um valor obrigatoriamente negativo à diferenciação. A diferença é a marca que distingue os indivíduos e os grupos, porém não tem de ser nociva ou uma fonte de conflitos pela simples razão de existir. Recorrendo a outro exemplo, a religião funcionou como meio de diferenciação; mas não foi o único. Por si só, a religião não conferia estatuto; no entanto, fazia-o em conjugação com outras formas de identidade.

Considere-se a asserção muito popular nos textos sobre o Médio Oriente de acordo com quais, legalmente, os muçulmanos gozavam de um estatuto superior ao dos não muçulmanos em virtude, apenas, da sua filiação religiosa. Um olhar pelos registos históricos mostra-nos de imediato a imensa quantidade de judeus e de cristãos otomanos mais bem posicionados do que os muçulmanos na hierarquia social, beneficiando de maior riqueza e acesso ao poder político. Em muitas circunstâncias, o mercador cristão abastado, por exemplo, tinha mais prestígio e influência local do que o soldado muçulmano desfavorecido. Ou seja, a categoria de muçulmano ou de cristão por si só não correspondia à realidade social, econômica e política da pessoa, mas era uma das muitas características que a identificavam.

Para apontar outro exemplo das diversas componentes que constituíam a identidade, veja-se os sábios religiosos - os ulemás - que, segundo se supõe, formavam uma categoria social específica. Fará sentido ligar um conjunto tão heterogêneo de indivíduos a uma identidade única, neste caso «ulemás»? A formação de alguns membros desta classe foi-lhes ministrada ao longo de décadas por mestres de grandes instituições educativas conceituadas, tais como al-Azhar, no Cairo, ou Süleymaniye, em Istambul. Mas outros eram quase iletrados. Nos séculos XVII-XVIII, em Istambul, as famílias ricas e influentes dos ulemás interligaram-se através de laços matrimoniais, formando uma classe social eminente à parte. Todavia, paralelamente a isso os ulemás de estratos inferiores trabalhavam nos bairros pobres e nas áreas rurais. Estes sábios pobres ou rurais, por serem ulemás incluíam-se na mesma categoria que as elites de Istambul; no entanto, do ponto de vista social, econômico e cultural tinham mais afinidades com os artesãos e camponeses seus vizinhos do que com as estirpes mais ilustres do ulemá. Resumindo, embora o conceito de «ulemá» tenha a sua utilidade, só por si não caracteriza o lugar do sujeito na sociedade otomana.

Oscilações da mobilidade social e as leis de indumentária

Debrucemo-nos agora sobre a questão específica da mobilidade social, a

extraordinária movimentação entre colectividades, e dentro delas, ocorrida na época. Até ao século XVIII, é freqüente falar-se de mobilidade social por via do aparelho do Estado. Até finais do século XVI a expansão do império proporcionou enormes oportunidades de ascensão. O *devsirme*, com o seu administrador e oficiais janízaros, significara que milhares de filhos de camponeses cristãos podiam ascender a cargos elevados do poder político-militar, possibilitando-lhes a obtenção de riqueza e prestígio social. O mesmo se passou com os nômadas turcos pobres, que se tornaram gradualmente comandantes de exércitos e governantes de províncias, ou ainda, mais modestamente, chefes de unidade, desfrutando dos respectivos privilégios econômicos e sociais. Porém, quando o alargamento territorial abrandou, também diminuiu a mobilidade através dos canais militares. No entanto, as casas de vizires e paxás franqueavam às pessoas com instrução um fácil acesso a outras possibilidades de carreira. Tal como vimos, alguns novos membros civis da elite política, ulemás por vezes, também encontraram fontes de riqueza fora do Estado, designadamente em fundações de beneficência.

Os códigos de vestuário respeitados tanto pelo Estado como pelos súbditos desde épocas recuadas funcionavam como importantes indicadores da mobilidade social, marcando as diferenças existentes entre funcionários, entre estes e os súbditos, e entre os próprios súbditos. Essas leis explicitavam quais as túnicas e os turbantes e chapéus reservados aos indivíduos de cada estrato em particular, com especial ênfase para os turbantes e chapéus, mas estabelecendo também distinções quanto à cor e aos tipos de roupa, calçado, cintos e outros acessórios. Com estas normas pretendia-se dividir os indivíduos em grupos distintos, cada um deles com vestes específicas, e dentro dos quais todos sabiam quais os seus limites, devendo respeito aos mais ilustres (gravuras 6-8). Por vezes era o Estado que promulgava ou aplicava essa legislação, noutras ocasiões eram os súditos; receosos da erosão do seu lugar na sociedade, apelavam à intervenção estatal. As leis da indumentária vigoraram em muitas áreas do mundo «pré-moderno», tendo os historiadores notado a estreita correlação entre as alterações da moda e as que se verificavam na estrutura social. Parece importante que Solimão, *o Magnífico* (1520- -1566) tivesse promulgado um conjunto de disposições regulamentando o modo de vestir num momento em que o império chegava ao termo de uma fase de grande mobilidade e flexibilidade social. A partir dessa época, durante mais de 150 anos as referidas leis não sofreram grandes modificações (até cerca de 1720). Nesse período foram poucas as oscilações da moda e, por comparação, fraca a mobilidade social. Contudo, a partir do século XVIII, essas normas sucederam-se em catadupa. Nesta época, surgiam novos grupos em toda a parte do mundo - na Europa, nas Américas, na Ásia Oriental e

no Império Otomano - que desafiavam a supremacia econômica, social e política das dinastias reinantes bem como dos que as apoiavam. No universo otomano, a obtenção de estatuto por via da riqueza passou gradualmente a competir com o que decorria de cargos oficiais, um processo que principiou por volta de 1650 com as famílias de vizires e paxás estabelecidas nas fundações de caridade. No início do século XVIII começaram a despontar dois novos grupos. Primeiro, graças à expansão do comércio internacional e ao aumento generalizado da circulação de bens, desenvolveram-se novos grupos de mercadores muçulmanos e não muçulmanos. Segundo, aqueles que auferiam as receitas provenientes da concessão vitalícia da coleta de impostos (*malikanecis*), criada nos anos 90 do século XVII, tornaram-se uma nova e portentosa fonte de poder político ligada ao tesouro do Estado e funcionando nos meandros da máquina estatal.



Figura 6 - Sultão Mahmud III e alguns dos seus serviçais particulares.
Postal do *Mecmua-y Tecavür,* princípios do século XIX.
Coleção particular do autor.



Figura 7 - Grão-vizir, alguns dos seus colaboradores e altos funcionários.
Postal do *Mecmua-ý Tecavür,* princípios do século XIX. Colecção particular do autor.



Figura 8 - Autoridades policiais, militares e de outros organismos.
Postal do *Mecmua-y Tecavür*, princípios do século XIX. Colecção particular do autor.

A nova riqueza já era evidente no período da Tulipa (1718 a 1730); a corte competia com os novos grupos rivais na ostentação do consumo para marcar as respectivas distâncias. Assim, o sultão e o grão-vizir apadrinhavam o despique da construção de palácios e a realização de festas a par de outras formas de ostentação, tal como a cultura de tulipas. Os seus principais alvos talvez fossem, primordialmente, os titulares de concessões vitalícias de colecta de impostos, porquanto nessa época o comércio internacional estava ainda a começar a ganhar proeminência.

A partir do período da Tulipa e até final do século XVIII surgiram várias leis

relativas ao modo de trajar, designadamente nos anos 20, 50 e na década de 90. Essas leis faziam apelo a um estado de coisas já demasiado longínquo - a moralidade, a disciplina social e a ordem - e reprovavam veementemente ora a imodéstia, a opulência e a extravagância do vestuário masculino e feminino, ora o fato de ser excessivamente justo ou de cor inapropriada. Na década de 60, a referida legislação condenava os mercadores e artesãos por usar peles de arminho, que era uma prerrogativa do sultão e seus vizires. Em 1720, dizia-se que os casacos compridos das mulheres eram tão finos que se tornavam translúcidos, sendo por isso proibidos; por outro lado, tal como sucedera poucos anos antes, alegava-se que os não muçulmanos usavam sapatos amarelos, a cor que apenas era permitida aos muçulmanos. Estava em marcha uma viva mudança e mobilidade social, para consternação do Estado e dos grupos sociais, que viam ameaçada a sua posição privilegiada. Assim, exigiram ao Estado que *tomasse medidas.* Este, para manter a sua própria legitimidade bem como a lealdade dos grupos ameaçados - muitos deles vindos dos antigos núcleos de mercadores e da classe dos funcionários públicos - promulgou essa profusão de leis.

A mobilidade e a transformação sociais tornaram-se tão extremas e era tal a incapacidade do seu controlo por parte do Estado que em 1829 Mahmud II cedeu, abolindo repentinamente as antigas marcas sociais baseadas na forma de vestir. A nova legislação que as substituiu exigia que todos os servidores do reino usassem o fez, isto é, o mesmo tipo de barrete mourisco. Graças a esta medida, os agentes do Estado tinham a mesma aparência: desapareciam os turbantes diferentes e as túnicas de honra. Excluíam-se especificamente dessas disposições legais as classes religiosas, sendo a lei omissa quanto às mulheres otomanas. Além disso, o sultão pretendia que o fez fosse usado também pelos indivíduos das restantes classes para que se criasse um grupo uniforme e indiferenciado de súbditos otomanos. A legislação de 1829 anulou a prática que antes vigorava, deixando as leis da indumentária de ser utilizadas para criar ou manter a diferença; em vez disso procurou-se impor uma uniformidade visual entre todos os funcionários e súditos do Estado.

As normas há muito em vigor e que procuravam distinguir os sapateiros dos ferreiros, os mercadores dos artesãos e os muçulmanos dos não muçulmanos desapareceram de um dia para o outro. A partir desse momento, o uso do fez deveria fazer com que tanto os funcionários governamentais como a restante sociedade masculina (salvo as classes religiosas) parecessem iguais, tanto perante o monarca como entre si. Não devia haver vestuário indicativo do cargo, da hierarquia ou da fé. A lei de 1829 antecedeu, assim, os decretos do Tanzimat de 1839 e 1856, que visavam estabelecer a igualdade entre todos os súditos

otomanos, independentemente da sua identidade, fosse ela religiosa ou de outra natureza.

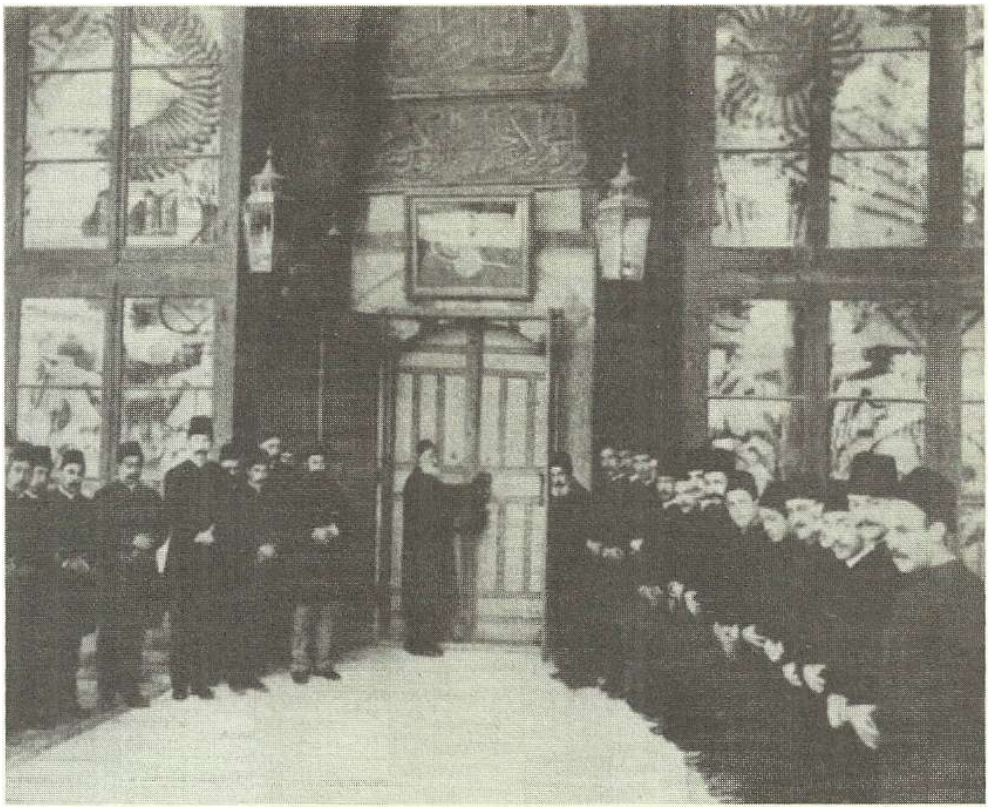


Figura 9 - Funcionários da corte numa cerimônia no Palácio de Topkapi, no reinado de Abdülhamit II.
Carney E. S. Gavin *et al,* «Imperial self-portrait; the Ottoman Empire as revealed in the Sultan Abdul Hamid's photograph albums», edição especial do *Journal of Turkish Studies* (1998), 98. Reprodução autorizada pelo editor.



Figura 10 - Exemplos dos trajes, chapéus e turbantes do operariado em finais do século XIX: entre outros, um vendedor de *kebab,* provavelmente de Istambul. Fotografia de Sébah e Joaillier. Coleção particular do autor.

A extinção dos velhos sinais foi bem recebida por muitos; esses indicadores haviam-se tornado exagerados, acabando por desaparecer graças às crescentes transformações sociais (gravuras 9 e 17). O fez, a sobrecasaca e as calças tornaram-se o novo «uniforme» das classes de funcionários. Agora livres de restrições legais, muitos mercadores endinheirados, não muçulmanos na sua maioria, desde logo adotaram os novos modelos para escapar à discriminação que a diferença por vezes acarretava. No entanto, outros súbditos otomanos repudiaram o esforço de se instituir um vestuário uniformizado e criaram novas marcas sociais. Na base da escala social, o operariado otomano - muçulmano, ou não - rejeitou o fez. Não se tratou de uma medida reaccionária de oposição à igualdade entre uns e outros. Em vez disso, os operários insistiam na manutenção das diferenças sociais e na solidariedade contra um Estado que atacava os privilégios das guildas, destruíra os Janízaros que as defendiam e acabava com programas econômicos que há muito atribuíam regalias e protecção aos trabalhadores. Grande parte dos operários, muçulmanos e não muçulmanos, defendia o uso de um tipo de turbante que os caracterizasse como grupo distinto. Nas gravuras 5, 10 e 11 vêem-se alguns deles com o fez, outros conservando diferentes tipos de turbante. Mais acima na pirâmide social, muitos eram os muçulmanos e não muçulmanos abastados que exibiam a sua nova riqueza, poder e proeminência social, vestindo roupas extravagantes da última moda, desdenhando assim da legislação de 1829 que procurava fazer prevalecer a uniformidade, a modéstia e a simplicidade.



Figura 11 - Exemplos dos turbantes e da indumentária do operariado em finais do século XIX: operários têxteis, Urfa, *c.* 1900.
Raymond H. Kevorkian e Paul B. Paboudjian, orgs., *Les Arméniens dans Vempire ottoman à la veille du génocide* (Paris, 1992).
Reprodução autorizada pelos autores.

A cada vez maior heterogeneidade do vestuário do século XIX espelhava, portanto, a crescente fluidez social e a queda das antigas barreiras que separavam os vários grupos laborais, religiosos e hierárquicos da sociedade otomana. Estas rápidas e extraordinárias alterações no modo de vestir também ocorreram entre as mulheres otomanas, refletindo a mudança que caracterizou esta sociedade nos séculos XVIII e XIX.

Os espaços privados otomanos

No mundo otomano, o lar foi freqüentemente um espaço de experimentação para a inovação social. A mulher experimentava primeiro as modas em privado, usando-as depois nos locais públicos. Embora este processo não tivesse sido porventura exclusivamente otomano, também não foi um princípio universal. No Japão do século XIX, por exemplo, vestiam-se roupas ocidentais fora de casa, porém, no espaço doméstico predominava a antiga moda. No século XVIII e início do século XIX, em casa as mulheres otomanas trajavam calças largas *(shalvar)* sob um vestido solto composto de três saias. Todavia, em finais do século XIX a elite urbana feminina começou a usar as novas modas no lar,

trocando as saias tufadas e os espartilhos por uma silhueta mais adelgaçada e o cabelo apanhado atrás. Depois, passaram a usar os novos estilos em locais públicos, preocupando-se em escondê-los debaixo de um longo véu que lhes cobria quase todo o corpo. Com o passar do tempo, este transformou-se em algo semelhante aos casacos das mulheres européias, passando o véu a ser cada vez mais transparente (gravura 12). Mais tarde ainda, por volta de 1910, surgiu o *flapper look*[{1}].

Não eram só as modas que eram primeiro testadas no lar; outras inovações sociais também o eram. Por exemplo, de acordo com os hábitos de socialização vigentes, as mulheres e os homens otomanos conviviam separadamente; porém, em casa esse costume foi posto de parte. No século XIX, inicialmente entre as famílias das estirpes mais elevadas de Istambul e das cidades portuárias e depois noutras localidades, mulher e marido passaram a visitar os amigos íntimos juntos, como casal, tornando-se menos freqüente a prática de as mulheres visitarem as mulheres, e os homens os homens.



Figura 12 - Trajo feminino de sair, *c.* 1890, talvez em Istambul.
Edwin A. Grosvenor, *Constantinople* (Boston, 1895).

Os especialistas debatem o significado da adesão otomana à moda ocidental. Alguns analistas afirmam que a adoção de indumentária e de outras formas

culturais foi reflexo da ocidentalização ou do desejo de fazer parte do Ocidente. É uma perspectiva difícil de sustentar. A ser verdade, como se entende o facto de, no começo do século XIX, o uso dos têxteis indianos ser tão generalizado entre os Otomanos - pretenderiam estes tornar-se indianos? Outros vêem a anuência à moda ocidental de uma forma mais complexa, *não* como um esforço de integração na sociedade ocidental mas, antes, como parte de um «processo civilizacional» mais vasto ocorrido nesse século. Mas usassem vestidos rendados ou fraques da última moda parisiense, as pessoas procuravam marcar a sua modernidade e diferenciação social - mostrando que faziam parte do novo, não do velho, e que eram superiores aos que não usavam tais indumentárias (gravura 13).



Figura 13 - Indumentária feminina usada em casa: Muhlise, filha do fotógrafo Ali Sami, Istambul, 1907.
Colecção de Engin Çizgen, com os agradecimentos do autor.

A estrutura do lar

Devemos lembrar-nos que o mundo otomano era extraordinariamente diversificado, estendendo-se de Belgrado a Istambul, Aintab, Damasco e

Beirute. Não se pretende aqui fazer afirmações categoricamente verdadeiras acerca de todos os lares, mas que o leitor tenha uma idéia do que era a vida doméstica otomana, tanto no campo como nas cidades, ao longo do período de 1700-1922. Comecemos, portanto, tendo isso em mente.

A disposição da casa citadina antes do século XIX tendia a separar as áreas reservadas aos homens e às mulheres; nas casas rurais não era tanto assim. Na cidade, muitos delas tinham, à entrada, o *selamlik*, um espaço predominantemente masculino, situando-se o *haremlik,* o espaço feminino, na parte de trás da habitação. Inicialmente, o *haremlik* pode ter sido um fenômeno das classes altas urbanas. Nas cidades, as casas tinham quase sempre uma sala *selamlik*, que estava reservada ao homem mais velho. Esta sala encontrava-se no centro da casa e estava rodeada por quartos independentes, não havendo, contudo, corredores de ligação entre cada um deles. Os homens conviviam num local, as mulheres noutro. Antes do século XIX, em quase todas as habitações citadinas, pertencessem ou não às elites, o mobiliário era composto por estrados fixos nas paredes sobre os quais se dispunham almofadões onde as pessoas se sentavam; o chão era atapetado por carpetes ou tapetes. À refeição, juntavam-se ao redor de grandes bandejas, a sensivelmente um palmo do chão, servindo-se de pratos comuns e comendo com as mãos. Os mais ricos comiam carne previamente cortada em pequenos pedaços. Os quartos tendiam a ter múltiplas funções; à noite, as zonas de lazer das alas masculinas e femininas transformavam-se em quartos de dormir. Normalmente o recheio era modesto. Por volta de 1870, por exemplo, na casa de uma abastada família citadina síria havia carpetes, tapetes, almofadões, alguns pequenos panos de algodão, pratos de cobre e de madeira, tachos, um almofariz e um moinho de café portátil, umas quantas escassas peças de porcelana e alguns pratos de estanho.

No início do século XIX, observaram-se algumas mudanças significativas no mobiliário. Na cidade portuária de Esmirna, as casas dos mercadores endinheirados enchiam-se de artigos vindos de Paris e de Londres, entre os quais se incluíam facas, garfos, cadeiras, mesas, lareiras e carvão, ambos provenientes de Inglaterra. No fim do século, as mesas, cadeiras, camas e as respectivas armações haviam-se tornado relativamente comuns nos lares das elites de Istambul e das cidades portuárias, disseminando-se também pelas cidades e vilas do interior. Com a introdução do novo mobiliário, as funções dos espaços domésticos modificaram-se. As antigas divisões polivalentes passaram a ter um único fim. Surgiu o quarto de dormir, a sala de estar e a sala de jantar, todos eles recheados com mobiliário específico, que não podia ser deslocado ou arrumado de modo a que o quarto tivesse outras finalidades.

Nas casas rurais, verificamos que muitas habitações de camponeses dividiam-se

simplesmente em três quartos, sendo um deles para dormir e os restantes serviam de cozinha/despensa e de zona de estar. Eram áreas exíguas, não existindo uma separação real dos espaços destinados aos homens ou às mulheres. Veja-se a seguinte descrição das casas de aldeia do século XIX, nas regiões costeiras do mar Negro próximas de Trebizonda:

As casas são bastantes asseadas, especialmente se os seus moradores forem maometanos [muçulmanos] e são muito mais espaçosas do que a morada do artesão da vila. Existem normalmente três divisões - uma para dormir, uma de estar e outra para cozinhar... Desconhecem o vidro; o telhado é feito de telhas de madeira na região costeira e de terra no interior; está longe de ser impermeável e as paredes deixam passar o vento e a chuva por todo o lado...
A alimentação do camponês baseia-se quase só nos produtos das suas terras, essencialmente legumes. Nas regiões do litoral comem broa; nas províncias do interior comem pão escuro com uma abundante mistura de cevada e centeio, constituindo o pão 9/10 da sua frugal mas saudável alimentação. Variam-na, por vezes, com leite, coalhadas, queijo e ovos; isto sucede mais freqüentemente quando têm vacas ou aves de capoeira. A carne ou peixe secos são iguarias raras, contudo muito apreciadas. A água é a sua única bebida...

Para se estabelecer uma comparação, analisemos outra descrição, desta feita sobre as regiões búlgaras no século XIX:

As casas dos camponeses agricultores mais favorecidos são robustas, solidamente construídas de pedra, e têm um conforto aceitável. As cabanas dos mais pobres apresentam, todavia, o mais primitivo dos estilos arquitetônicos. Antes da construção, a área da habitação é delimitada por varas; os espaços entre estas são, depois, preenchidos com vimes entrelaçados e revestidos, no interior e no exterior, com uma grossa argamassa de argila, estrume de vaca e palha... A cabana divide-se em três divisões - a sala comum, o quarto da família e uma despensa. O chão é de terra batida e coberto com tapetes grossos e toscos de fabrico doméstico. O mobiliário consiste predominantemente em almofadas revestidas com panos espessos, que também servem de cama... Tal como todos os camponeses da Turquia [o Império Otomano], os Búlgaros têm hábitos muito parcos, frugais até. Satisfazem-se com muito pouco e alimentam-se de pão de centeio e de papas de milho ou de feijões temperados com pimenta e vinagre, complementando a alimentação com produtos lácteos{2}.

As habitações dos nômadas eram ainda mais simples do que as dos camponeses

sedentários. No final do século XVIII, o beduíno sírio vivia em tendas, onde guardava as armas, um cachimbo, um moinho portátil de café, um pote para cozinhar, um balde de couro, um torrador de café, um tapete, roupas, uma capa de lã preta e algumas peças de vidro ou prata.
Em termos comparativos, nos anos 70 do século seguinte, cerca de 750.000 pastores nômades oriundos da região de Erzurum-Diyarbekir viviam do seguinte modo:

No Inverno habitam pequenos casebres feitos de pedra solta, mas com características muito mais miseráveis do que aqueles dos vales, se é que isso é possível... Prendem os cavalos e os rebanhos em abrigos idênticos, embora maiores, que comunicam com a parte de habitação, tal como já se notara noutras aldeias. Na Primavera e no Verão migram para as colinas das regiões adjacentes, onde se acolhem em tendas espaçosas feitas de lã ou de pêlo de cabra. A sua alimentação é a mesma que a da classe rural... entre eles também raramente se come carne, a menos que hospedem um viajante eminente. O mobiliário é bastante melhor do que o das outras classes, atendendo a que as suas mulheres fabricam boas tapeçarias, que todas as famílias possuem, tal como feltros de boa qualidade[{3}].

Os novos espaços públicos

As alterações do vestuário e dos espaços privados otomanos foram reflexo de transformações econômicas, sociais e políticas. Essas alterações, mais notórias nos centros urbanos do que no campo, também se podem comprovar através do aparecimento de novos espaços públicos, no século XIX. O controlo desses espaços deverá ser entendido como uma extensão da luta pelas influências políticas e pela proeminência social. Infelizmente, quase todos os factos aqui apresentados apenas se aplicam à capital. Os tipos de progresso já apontados fizeram-se sentir primeiro, e de forma mais acentuada, em Istambul e nas cidades portuárias do que na maior parte das restantes áreas do império, pois aí as mudanças econômicas foram menos pronunciadas.
Os locais de exibição pública, onde as pessoas saíam a passear ostentando os seus adornos, eram lugares importantes de socialização nas cidades pré-modernas, cujas ruas eram estreitas, sinuosas e, muitas vezes, enlameadas. Em Istambul, os pontos mais importantes foram, durante séculos, dois vales ribeirinhos: as Águas Doces da Europa, situadas a norte do Corno de Ouro, e as Águas Doces da Ásia, na outra margem do Bósforo. Era ali que os ricos e influentes da capital imperial desde há muito se reuniam, faziam piqueniques e

mostravam a sua opulência e poder. No início do século XIX, «as classes pobres que não podiam ter carruagens ou caíques [barcos pequenos] deslocavam-se penosa mas alegremente a pé sob um sol tórrido, a fim de assegurar o seu quinhão da festa» (gravuras 14 e 15)[4]. Nessa época, as principais religiões mantinham uma espécie de partilha dos espaços; assim, à sexta-feira predominavam magotes de muçulmanos, enquanto que aos domingos os espaços eram ocupados por cristãos.



Figura 14 - Águas Doces da Europa, *c.* 1900. Coleção particular do autor.

Ao longo desse século, contudo, as pessoas deixaram gradualmente de freqüentar esses recintos, preferindo novos sítios de exibição pública. Ao contrário das Águas, nestes novos locais predominavam os não muçulmanos endinheirados, ditando a moda com os seus trajes vistosos. Essas novas áreas públicas eram dois cemitérios e os respetivos espaços adjacentes ao ar livre - os chamados Grand e Petit Champs du Morts - localizados no distrito de Pera, isto é, nos setores onde predominavam os cristãos europeus e otomanos da cidade. Foram estes os locais, e já não as Águas Doces, que passaram a ser cada vez mais procurados por aqueles que ditavam as modas e as tendências, as pessoas elegantes e os que queriam saber quais as últimas novidades. Assim, os não muçulmanos substituíram-se aos muçulmanos no estabelecimento das tendências. Disputava-se a posição social pelas indumentárias que se exibiam em público. O fez e a sobrecasaca tornaram-se as vestes comuns da classe de funcionários, enquanto que os não muçulmanos ditavam a tendência, vestindo com elegância os últimos e caros modelos da moda parisiense.

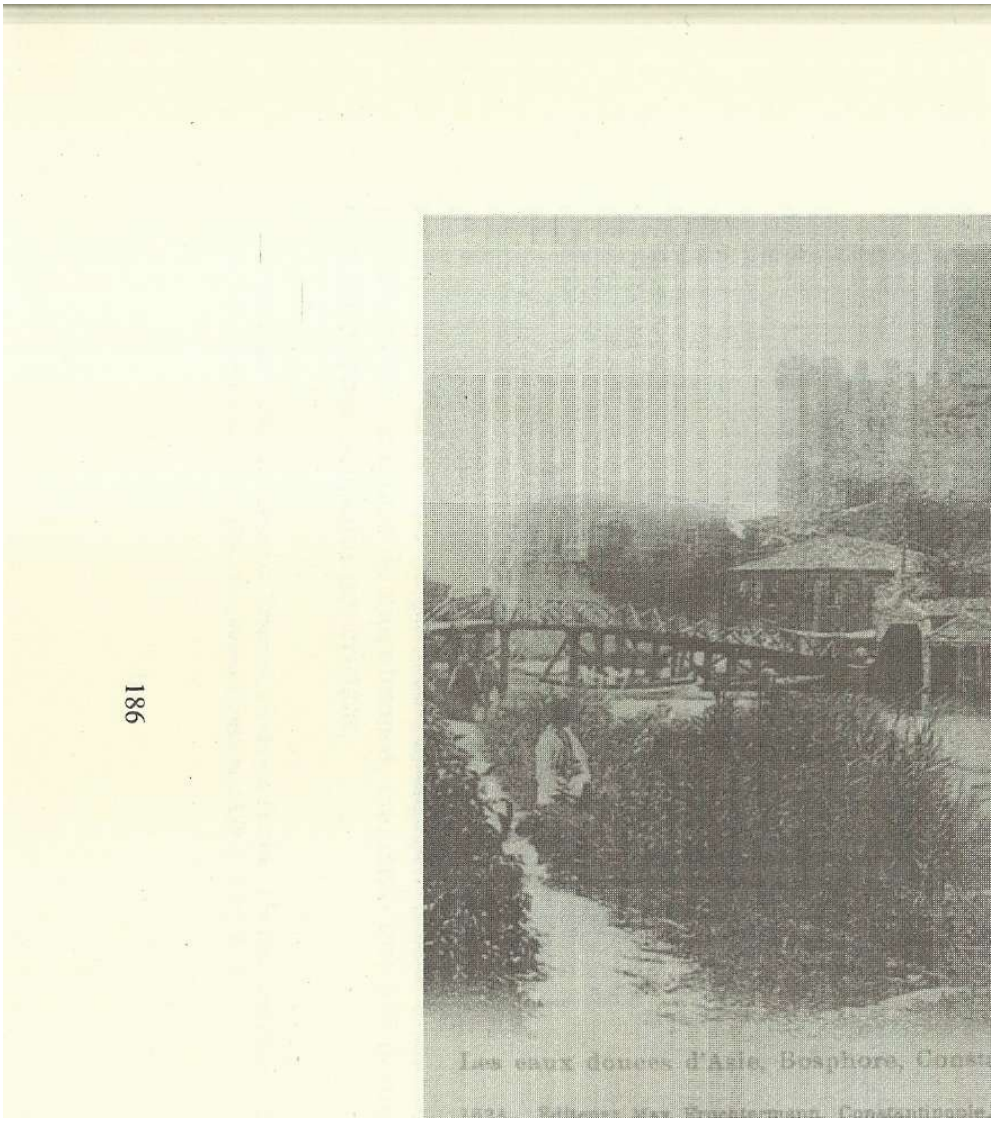


Figura 15 - Águas Doces da Ásia, c. 1900. Coleção pessoal do autor.

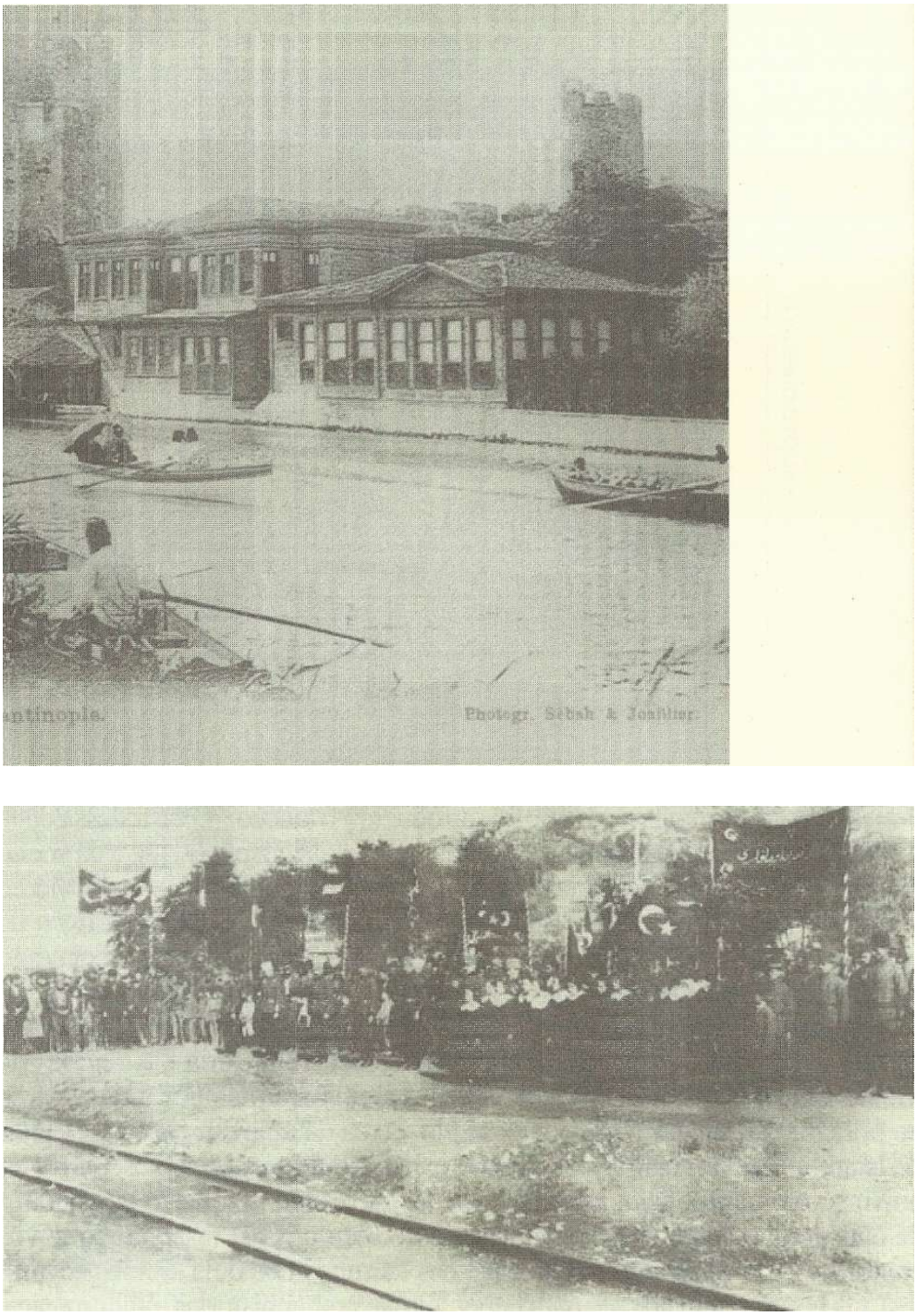


Figura 16 - Uma comemoração na região do mar Negro, em *c.* 1900.
Coleção pessoal do autor.

Curiosamente, embora fossem líderes nesse campo e detivessem a supremacia econômica, tal não se passava no plano político. Havia uma tensão entre o seu crescente poderio financeiro e o papel-chave que desempenhavam a nível social e de vestuário, por um lado, e a sua posição de subordinação política, por outro;

o Estado procurou solucionar esta contradição através das leis da indumentária de 1829 e das reformas de 1839 e 1856.

Os cafés e os balneários

Os cafés eram, por excelência, o espaço público dos homens. Estes estabelecimentos surgiram em Istambul em 1555 com a introdução do café via Alepo e Damasco, proveniente da Arábia, a origem do primeiro café, o moca. Pouco depois, por volta de 1609, foi introduzido o tabaco. A partir dessa data, o café e o tabaco, uma combinação indissociável da hospitalidade e da socialização, passaram a caracterizar tanto a cultura otomana como a do Médio Oriente. Esses dois produtos depressa se tornaram os primeiros artigos de verdadeiro consumo maciço no mundo otomano. Desde o seu aparecimento até à segunda metade do século XX, os cafés funcionaram como verdadeiros centros da vida pública masculina do mundo otomano e pós-otomano (graças à televisão, parecem estar a desaparecer na maioria das regiões do Médio Oriente). Estes estabelecimentos disseminaram-se por toda a parte: no princípio do século XIX, por exemplo, cerca de uma em cada cinco lojas de Istambul era um café[5]. A enorme expansão dos espaços masculinos do universo otomano estava estreitamente ligada a uma revolução nos hábitos de consumo, que começou a delinear-se no século XVII (assumindo novos contornos com as rápidas transformações da moda nos dois séculos seguintes). Os homens iam ao café para beber, fumar, contar histórias, ouvir música, jogar cartas e gamão, além de outras formas de entretenimento, que por vezes tinham lugar ao ar livre defronte do estabelecimento.
O balneário era um espaço de convívio feminino (mas também masculino). No passado, as canalizações interiores, embora já conhecidas, eram raras. A maior parte das pessoas não tinha água corrente em casa, pelo que dependia dos balneários públicos. A necessidade desses locais de higiene harmonizava-se com a extrema ênfase que o Islamismo e o universo muçulmano colocam no asseio pessoal. Por isso, essas instalações eram presença habitual nas cidades e vilas otomanas. Os balneários maiores dispunham de instalações femininas e masculinas em separado; nos mais pequenos havia períodos distintos para utilização de cada um dos sexos. Para a mulher, os balneários eram um espaço fundamental de convívio fora de casa. Era lá que se fazia amizades, combinava alianças matrimoniais e se estabelecia contatos de negócios.

Outras formas e locais de sociabilização

Até finais do século XIX, os sítios onde se ia comer fora eram quase inexistentes. No entanto, homens e mulheres deslocavam-se habitualmente ao mercado, um importante recinto público. Aqui, as mulheres, envergando os trajos de sair à rua, efetuavam as suas habituais compras e vendas a mercadores. De forma idêntica, as áreas diante dos locais de culto - mesquitas, igrejas e sinagogas - dispunham de espaços onde as pessoas conversavam, se distraíam e faziam negócios.
Nessas áreas, o público otomano gostava de ouvir as lendas narradas por contadores profissionais de histórias, algumas delas de extensão homérica, que falavam de sultões e de grandes feitos de heróis. Outros narradores falavam da vida, do amor e das emoções, muitas vezes em tom poético; por vezes faziam-no de modo assaz explícito. Vejamos estes exemplos de um poeta popular do século XVII, bastante famoso também mais tarde:

... diz-lhes que morri
Que se juntem, orando pela minha alma
Que me sepultem à beira da estrada
Que as jovens se detenham junto da minha tumba

ou

Senhor, salva-me
Meus olhos viram os seus seios maduros
Como anseio colher aquelas laranjas,
Beijar-lhe a penugem do rosto[{6}]

Os teatros de sombras (*karagöz*), ainda hoje apreciados, da Grécia à Indonésia, eram talvez o divertimento mais popular na era otomana. Os espectadores aglomeravam-se em frente de uma tela translúcida. Por detrás desta, manipulando as hastes a que estavam fixos os fantoches coloridos, um ou mais artistas movimentavam-nos consoante o desenrolar da trama. Estas marionetas, da espessura de uma folha de papel, eram feitas de peles multicores de animais, raspadas e cortadas. De cada lado da tela dependuravam-se os adereços teatrais *(göstermelik*), feitos dos mesmos materiais. Havia imensas histórias invariáveis, de imediato reconhecidas pelo público assistente - sobre o amor, a política, a astúcia ou, ainda, situações burlescas - baseadas na sabedoria popular, cujas personagens representavam a voz do povo. Paralelamente a isso, os actores também improvisavam enredos que reflectiam o contexto político do momento.

Por exemplo, os mestres de *karagöz* de Alepo ridicularizaram os Janízaros regressados da sua campanha fracassada na guerra russo-otomana de 1768. Os teatros de sombras eram locais de crítica social, lugares seguros onde se comentavam os acontecimentos da época, o Estado e suas elites.
No século XIX começaram a surgir formas concorrentes de entretenimento originárias da Europa Ocidental. Em Istambul, no fim da década de 30, havia em cena óperas de muitas companhias estrangeiras; o teatro ocidental, por seu turno, chegou em 1840, sendo também representado por um grupo itinerante. Algumas décadas mais tarde, esses espectáculos deixaram de ser realizados por estrangeiros e passaram a ser representados por otomanos; até mesmo certas cidades de província mais pequenas tinham as suas próprias companhias teatrais. O cinema foi introduzido em Istambul em 1897, dois anos após ter sido inventado em França pelos irmãos Lumière.
A luta era um dos desportos favoritos dos Otomanos, em especial nas províncias balcânicas; o tiro ao arco e a falcoaria dispunham de bastantes adeptos entre as elites. No final do século XIX, apareceram diversas modalidades desportivas em Istambul oriundas do estrangeiro e das cidades portuárias, tais como Salonica, que competiam com as anteriores - futebol, tênis, ciclismo, natação, aviação, ginástica, croque e boxe. Do mesmo modo, em 1890 foi fundado um clube de futebol e râguebi em Esmirna. O futebol implantou-se, enquanto que outros desportos não; o tênis, por exemplo, circunscrevia-se ao palácio de Istambul (tal como sucedia na China imperial da época).

As irmandades sufi e as suas lojas

As irmandades *sufi* e respectivas lojas, que incluíam homens e mulheres, desempenhavam um papel primordial na vida social otomana, sendo outro importante espaço exterior de socialização. Neste caso, esse espaço era exclusivamente muçulmano, contendo alas femininas e masculinas, tanto para visitantes como para os seguidores. Algumas irmandades foram criadas aquando das invasões turcas do Médio Oriente, tendo contribuído para a ascensão dos Otomanos ao poder no século XIV. Muitas estavam, portanto, sediadas nas zonas onde se fixaram etnias turcas - caso da Anatólia e de faixas dos Bálcãs. Mas eram também comuns nos territórios árabes. Por toda a parte, a sua importância foi crucial tanto no domínio religioso como mercê da sua ação social. Embora a mesquita, a oração, os rituais e a instrução fossem fundamentais na vida religiosa dos muçulmanos otomanos, a relevância religiosa das irmandades dificilmente pode ser subestimada. As suas crenças e costumes proporcionavam aos crentes um conjunto de experiências íntimas, individuais e fundamentais, que se

conjugavam com as da mesquita ou as transcendiam. Além do mais, essas irmandades funcionavam como um dos espaços de socialização mais significativos para os homens e mulheres da sociedade otomana, propiciando uma diversidade de relações importantes para a sua vida social, comercial e, por vezes, política. A maior parte dos habitantes da capital e de muitas das grandes cidades do século XIX eram membros ou simpatizantes de uma dessas irmandades.

Estas seitas instituíram-se em torno da fidelidade às doutrinas de um homem ou de uma mulher, o xeque fundador, que era normalmente venerado como santo. Estas pessoas santas, em virtude das doutrinas que pregavam e do seu exemplo formaram um caminho diferente para a verdade religiosa e para a experiência mística. Os ensinamentos de cada irmandade variavam, porém partilhavam um esforço comum no sentido de haver uma reunião íntima com Deus e de se alcançar a paz interior. Os crentes reuniam-se numa loja (*tekke*), onde oravam em grupo (*zikr*) e realizavam um conjunto de práticas devotas específicas. As irmandades *mevlevi* rodopiavam em círculo, procurando atingir as visões místicas; outras entoavam cânticos. Subsidiadas pelas contribuições dos seus membros, no século XIX a maioria das lojas de Istambul ocupava edifícios comuns, regra geral a residência do xeque, o seu líder vivo. No entanto, muitas delas eram construções mais complexas, que incluíam biblioteca, hospício, um túmulo, uma cela destinada ao xeque e seus alunos (de ambos os sexos) e ainda salas de aula, cozinha, balneário comum e latrinas. As «grandes lojas» (*asitane*) também tinham instalações para alojar famílias, pessoas individuais e visitantes (também de ambos os sexos), além de biblioteca, átrio de orações e cozinha. Na fase final da era otomana, só em Istambul havia cerca de vinte irmandades diferentes, que possuíam, ao todo, 300 lojas (em comparação com as cerca de 500 existentes no século XVII). Duas das mais populares irmandades de Istambul do século XIX eram a *Kadiri* (com 57 lojas) e a *Nakshibandi,* que tinham 56. A *Halveti,* a *Celveti,* a *Sadi* e a *Rufai* eram igualmente importantes; seguiam-se, entre outras, a *Mevlevi,* que tinham pouco mais de dez lojas. Normalmente, as irmandades tinham origem em grupos sociais diferentes. Embora em número pouco elevado, os membros da *Mevlevi,* por exemplo, exerciam uma forte influência política, pois os pertenciam à classe alta, sendo muitos deles líderes estatais. Os *bektashis,* pelo contrário, eram oriundos das classes de artesãos mais desfavorecidas. O facto de terem sido capelões dos Janízaros levou à sua dissolução em 1826.

Túmulos dos santos

O fenômeno da santidade - as mulheres e homens santos que eram profundamente venerados no mundo otomano - está sobremaneira ligado às irmandades. Era prática corrente os crentes deslocarem-se em romagem aos seus túmulos acompanhados da família ou integrando um grupo de membros de uma loja. Junto à sepultura, os visitantes rogavam aos santos que intercedessem a seu favor, acendendo velas e dormindo junto ou sobre o túmulo; assim permaneciam algumas horas, caso a doença fosse banal ou, por vezes, cerca de quarenta dias quando se tratava de perturbações mentais ou de maleitas mais graves. As mulheres rezavam freqüentemente pela vinda de uma criança ou para que a gravidez corresse bem. Para se obter as graças dos santos era comum prender fitas aos arbustos próximos ou ao gradeamento que circundava o túmulo; ou deixava-se sobre este água, uma camisa ou outra peça de roupa como oferta.
Surgiram diversos santuários muçulmanos em pontos de importância religiosa que já datavam da era cristã; esses locais, por seu turno, tinham muitas vezes uma significação pré-cristã. Nas províncias dos Bálcãs havia pelo menos dez túmulos dedicados ao santo muçulmano Sari Saltuk - possuidor dos atributos de S. Jorge - um dos quais fica situado numa gruta da Albânia, onde se conta que o santo matou um dragão de sete cabeças. Era freqüente esses santuários servirem tanto para cristãos como muçulmanos; o de Bektashi, no monte albanês de Tomor, era consagrado à Virgem Santa. Na Anatólia Central, num só santuário via-se uma capela cristã, num dos lados, e no outro uma mesquita; na cidade de Salonica, a igreja de S. Demétrio foi convertida em mesquita, mas o túmulo do santo permanecia aberto aos cristãos. Em muitas regiões não era invulgar cristãos e muçulmanos celebrarem o dia dedicado ao mesmo santo na mesma data e local, porém, com nomes diferentes. Em Deli Orman, nos Bálcãs, a 1º de Agosto recorda-se o muçulmano Demir Baba e o S. Elias cristão. Perto do Kosovo havia uma outra espécie de relicário, onde se preservava o sangue derramado pelo sultão Murad I, morto em combate em 1389 e levado mais tarde para Bursa para ser sepultado.

Festividades

As festividades eram ocasiões especiais em que se vestia a melhor roupa, se saía a passeio e as diversões eram, também, especiais. Em quase todos os festejos otomanos comemoravam-se acontecimentos religiosos baseados numa série de tradições e datas religiosas diferentes. No fim do século XIX, os calendários oficiais registavam o dia de acordo com o sistema juliano para os cristãos, a Hégira para os muçulmanos (baseado num acontecimento da vida do profeta Maomé) e o calendário financeiro. As exceções mais notórias às festividades

religiosas eram as comemorações ligadas à vida dinástica, como fossem os casamentos e as circuncisões e, pelo menos até final do século, a observância do aniversário do sultão em todo o império. Outro exemplo de um feriado laico: no princípio do século XX, os mineiros e os funcionários das regiões das minas de carvão do mar Negro reuniam-se para comemorar o aniversário da subida ao trono do monarca; esta cerimônia tinha como objetivo não apenas fomentar a lealdade e um mais amplo sentido de identidade bem como, porventura, a comunhão entre chefes e operários. No passado, algumas datas festivas celebravam as grandes vitórias militares. No século XVIII, período em que elas foram esparsas, realizava-se um banquete anual antes da partida das tropas em honra da sua próxima campanha no Mediterrâneo (gravura 16).

Certas festas religiosas transcendiam também determinada religião: o Ramadão muçulmano era, em parte, uma festa de todos (ver adiante). A bênção dos barcos de pesca muçulmanos tinha lugar no dia festivo da Epifania, uma celebração cristã. Para os cristãos otomanos, o dia de S. João (em Julho) e a ascensão da Virgem (Agosto) eram datas importantes: diz-se que as mulheres dos pescadores gregos, até mesmo as mais humildes, usavam elegantes vestidos de seda ou veludo e capas debruadas a peles caras. Havia muitas festividades muçulmanas, incluindo os dias em que se comemorava o nascimento do Profeta ou a sua ascensão ao céu.

Todavia, o Ramadão facilmente se destacava como a quadra de maior relevo e aquela que maior preponderância tinha na vida pública do mundo otomano. Esta celebração, a mais significativa de todas as festividades otomanas, corresponde ao nono mês no calendário da Hégira. Foi nessa altura que o *Alcorão* foi revelado, a «Noite do Poder» *(Leyl ul qadir*). Esta celebração revestia-se de dupla e, simultaneamente, de tripla importância porque neste mês também se celebrava o aniversário do nascimento de Hüseyin[7] e as mortes de Ali e de Khadija - três figuras fundamentais da história e da religião islâmicas. Além disso, o Ramadão comemorava ainda o aniversário da batalha de Badr, a primeira grande vitória militar do profeta Maomé. Para honrar esses acontecimentos, em especial a Noite do Poder, os muçulmanos cumpriam um mês de jejum, o Ramadão. Desde o raiar do dia até ao pôr-do-sol, abstinham-se de comer, de beber (nem mesmo água), de fumar ou de ter relações sexuais. Tanto o pôr-do-sol como o início do jejum, ao nascer do sol, eram assinalados com tiros de canhão. O mês de abstinência terminava com o *Seker Bayrami*, um das duas festividades principais do calendário islâmico.

Durante o Ramadão, período de intensa socialização, o ritmo quotidiano alterava-se profundamente. Com efeito, em Istambul, bem como nas restantes cidades, tudo fechava durante o dia, tanto no sector público como privado.

Porém, o comércio e os cafés permaneciam abertos toda a noite, à luz da candeia. Era apenas no Ramadão que a vida nocturna florescia - a comemoração transformava a noite em dia. Nas semanas que o antecediam, limpava-se a casa, matavam-se os insectos, enchiam-se de novo os almofadões e iniciavam-se os preparativos para a confecção de muitos pratos especiais. Quebrava-se o jejum diário com uma refeição comemorativa, o *iftar,* servindo-se alimentos e pães especialmente preparados para a ocasião. O *iftar,* um evento social fundamental nesse mês, também ele marcadamente social, era uma refeição que propiciava a ocasião diária para se fazer visitas e para a hospitalidade. Os mais ilustres conservavam a mesa posta, recebendo os estranhos que apareciam - pobres e mendigos - dando-lhes alimento e esmola, muitas vezes em dinheiro, quando partiam. No século XVIII, era hábito no *iftar* o grão-vizir oferecer presentes aos dignitários do Estado - ouro, peles, jóias e tecidos. Os xeques das várias irmandades eram especialmente obsequiados, muitas vezes com casacos de peles. Todavia, nos anos 40 do século seguinte, a lei determinou que essas visitas protocolares entre altos funcionários deixassem de ser feitas a nível doméstico e passassem a verificar-se apenas nos gabinetes. Um pouco mais abaixo na hierarquia social, os amos ofereciam presentes aos seus criados e àqueles que lhes prestavam serviços, designadamente aos mercadores, aos guardas-noturnos e aos bombeiros (*tulumbacis*). Em meados do século XIX, os pobres apresentavam-se no palácio do sultão Abdülmecit a fim de receber ofertas dos seus ajudantes-de-campo (este costume fora mais generalizado até às reformas do Tanzimat, mas depois delas limitaram-se ao *iftar,* ao longo do Ramadão). Durante o século XVIII e pelo menos até ao princípio do século XIX, no 15° dia do Ramadão os sultões visitavam o manto sagrado do Profeta Maomé guardado no Palácio de Topkapi e distribuíam doces (*baklava*) aos Janízaros. Após 1826, os monarcas continuaram a prestar honras ao Exército, presenteando as tropas com os pães especiais do Ramadão. No reinado de Abdülhamid II, o palácio de Yildiz acolhia em cada jantar um regimento diferente, que depois recebia lembranças.

O Ramadão proporcionava um mês de muitas distrações; além das visitas a casa de alguém, havia também inúmeros divertimentos públicos. Esta era a grande época do teatro de sombras, o *karagöz*; os atores decoravam 28 histórias diferentes de modo a apresentar uma em cada noite até à véspera do *bayram.* De igual modo, com o desenvolvimento do teatro no século XIX, o Ramadão tornou-se a temporada teatral, passando a haver espectáculos regulares especiais no princípio do século XX. Em Istambul, uma década após a introdução do cinema realizavam-se sessões especiais no Ramadão. No século XVIII, os acontecimentos sociais animavam o *iftar,* incluindo passeios, *karagöz* e os cafés;

porém, no século XIX esses eventos expandiram-se, passando a englobar novas formas de entretenimento, tais como o teatro e o cinema. Em certo sentido, o Ramadão era um mês de exuberância, um período em que as barreiras sociais caíam ou, tal como no Carnaval europeu, as normas eram suspensas. Assim, no princípio do século XIX, o Estado proibiu generalizadamente a saída em público de homens e mulheres juntos, por exemplo; no entanto, uma disposição imperial permitia-o por ocasião do *Seker Bayrami.*

Este mês era também uma quadra de acentuada atividade e fervor religiosos. Em todas as mesquitas das vilas e cidades do império os ulemás liam continuamente o *Alcorão* até à véspera do *Seker Bayrami.* No Ramadão muitos visitavam lugares sagrados ou túmulos de santos, como fosse o santuário de Eyüp, em Istambul, e as campas de familiares, passando a noite em tendas. Após a oração do *Seker Bayrami,* as famílias reuniam-se em silêncio junto do túmulo dos pais e dos parentes mais próximos. Os ulemás de estatuto mais elevado davam aulas especiais, nas quais faziam leituras do *Alcorão* ao monarca. Os estudantes que se preparavam para ingressar na vida religiosa deixavam as escolas durante o Ramadão e partiam em pregação para as zonas rurais, recebendo dos aldeões dinheiro e ofertas em gêneros. Em Istambul, de acordo com uma prática que deve ter tido início no período da Tulipa (princípio do século XVIII), ornamentavam-se as mesquitas e os minaretes com luzes, por vezes formando palavras ou símbolos (os chamados *mahya).* Antes da instalação da iluminação pública, em 1860, o efeito produzido por essas luzes devia ser impressionante. Imagine-se o impacto dessas fiadas de palavras e símbolos acesos numa cidade de quase um milhão de habitantes que, de outra forma, estaria na escuridão e cuja única iluminação era normalmente as candeias que cada um tinha de transportar consigo.

O Ramadão também promovia as relações intercomunitárias. Para se quebrar o jejum, o palácio imperial convidava muitos não muçulmanos para essa refeição, um costume que refletia e ditava o padrão de conduta para o resto da sociedade; muitos muçulmanos franqueavam as suas portas a vizinhos e amigos não muçulmanos para a interrupção do jejum. Deste modo, esta celebração elevava o significado de ser-se muçulmano ao mesmo tempo que promovia as relações sociais entre estes e os não muçulmanos.

A observância efetiva do jejum variava naturalmente de local para local, no tempo e de indivíduo para indivíduo. De uma forma geral, o público cumpria-o; as transgressões ocorriam em privado e sem repercussões de maior. No século XVIII, em Istambul, os vizinhos exerciam pressão social, mas não se impunham castigos além da censura pública - normalmente, por parte do *imam* ou de alguém que o representava *(kabadayi*) como garante da dignidade pública. No

século XIX, isso começou a alterar-se. Nessa mesma cidade, o jejum tornou-se tema da ordem pública quando se dissolveu o antigo sistema de regulamentação da conduta pública. As transformações na indumentária a mando de Mahmud II, que contribuíram para que as diferenças aparentes se tornassem menos visíveis, permitiam que os muçulmanos prevaricadores se esgueirassem para os bairros não muçulmanos da cidade a fim de comer ou beber. Outras formas de regulação estatal do comportamento também se modificaram. Havia um mandatário do governo *(mühtesib)* que supervisionava o mercado e mantinha a ordem local. Porém, o cargo foi extinto em 1854, passando as funções a ele adstritas para duas autoridades da lei e da ordem - a polícia e os gendarmes. Estas mudanças, a par da entrada em vigor dos novos códigos judiciais, lançaram a confusão sobre a regulamentação da conduta pública. Inseguros da sua posição, os ulemás foram quem mais ruidosamente exigiu a adesão ao jejum, procurando novas justificações - argumentando a determinada altura que era uma prática saudável. As autoridades civis sentiam-se, de igual modo, inseguras: num bairro da capital a polícia aplicava bastonadas a todos aqueles que comessem ou bebessem em público durante o Ramadão. Todavia, desconhecemos se esse tipo de castigos públicos era habitual.

Ao longo do século XIX, o Estado, aos mais altos níveis, deu sinais confusos sobre o cumprimento do Ramadão. Recorde-se o sultão Abdülhamit II, que enfatizou fortemente o seu estatuto de califa e de líder dos fiéis muçulmanos. A primeira vista, parece-nos surpreendente que os funcionários do seu palácio de Yildiz comessem, bebessem e fumassem durante todo o Ramadão. Esta conduta decorreu do esforço governamental de instituir, no século XIX, uma nova disciplina e manter as pessoas ocupadas nos seus cargos. Assim, decretou-se a incompatibilidade do jejum com a civilização moderna. A vida laboral devia prosseguir como de costume, devendo manter-se as horas normais de funcionamento dos gabinetes do governo. Porém, no final do mesmo século, o Estado actuou de forma diferente em relação às escolas. Tal como no passado, o Ramadão continuava a ser celebrado nas escolas religiosas muçulmanas, as madraças. Quando foram fundados centenas de estabelecimentos dos vários níveis de ensino - primário, preparatório, médico, militar e outros - manteve-se o Ramadão como período de férias escolares.



Figura 17 - Turma de finalistas da Universidade Nacional, Harput, 1909-1910. Raymond H. Kevorkian e Paul B. Paboudjian, orgs., *Les Arméniens dans Vempire ottoman à la veille du génocide* (Paris, 1992), com permissão dos autores.

Leitura e literacia

Somente uma pequena minoria sabia ler naquela que fora ao longo de muito tempo, e ainda continuava a ser, a cultura oral otomana: em 1752, a maior biblioteca da cidade de Alepo continha apenas 3.000 volumes. Na época, Alepo contava com 31 escolas muçulmanas, as madraças, que, no total, davam instrução a talvez algumas centenas de alunos. Pouquíssimas eram as mulheres que sabiam ler, sendo a sua proporção bastante inferior à dos homens. No século XIX, o nível global de alfabetização aumentou acentuadamente devido ao maior número de escolas particulares cristãs otomanas, judaicas (em menor escala) e, ainda, ao aparecimento paralelo do sistema educativo patrocinado pelo Estado. Segundo sugerem as estimativas, a taxa geral de alfabetização dos muçulmanos correspondia a 2-3% no princípio desse século e a 15% no seu final. Em Salonica, cuja população judaica era, no século XIX, bastante numerosa, havia cinqüenta escolas pariculares, que davam formação a 9.000 estudantes por ano. Nos finais do século XIX, nas áreas ainda pertencentes ao Império Otomano havia quase 5.000 escolas primárias oficiais, contando com mais de 650.000 alunos inscritos. Menos de 10% deles eram raparigas (gravuras 17-19).

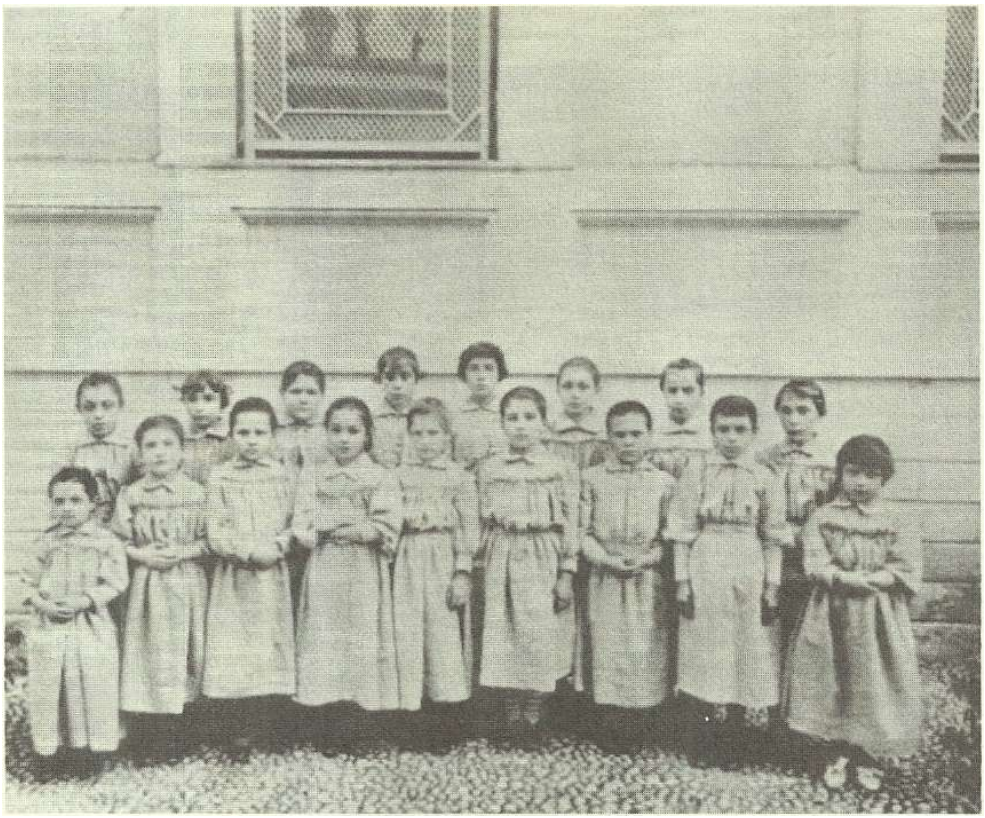


Figura 18 - Alunas da Escola Secundária de Emirgan, Istambul, no reinado de Abdü- lhamit II.
Carney E. S. Gavin *et al*, «Imperial self-portrait; the Ottoman Empire as revealed in the Sultan Abdul Hamid's photograph albums», edição especial do *Journal of Turkish Studies* (1998), 98. Reprodução autorizada pelo editor.

Uma outra forma de aferir a literacia é através da contagem de livros e de jornais publicados. Antes de 1840, publicavam-se em Istambul apenas onze livros por ano; o número atingiu as 285 publicações em 1908, produzidas em 99 tipografias. Dois dos principais jornais de Istambul tinham uma tiragem diária de 15.000 e 12.000 exemplares, respectivamente, durante o reinado de Abdülhamid II, numa época em que prevalecia a censura. A circulação aumentou após a revolução dos Jovens Turcos e apareceu a imprensa livre, com uma tiragem diária de 60.000 e 40.000[{8}].



Figura 19 - Alunos da Escola Imperial de Medicina, c.1890. Incluído nos álbuns do sultão Abdhülhamit. Colecção particular do autor.



IX

CONFLITO E COOPERAÇÃO INTERCOMUNITÁRIA

Introdução

Neste capítulo explora-se um tema especialmente delicado e complexo, que está na base dos diferentes entendimentos relacionados com a identidade. O nacionalismo refere-se a uma nacionalidade dominante - diz-se, por exemplo, que a República da Turquia se funda na nacionalidade turca. Contudo, ao longo de quase toda a sua história, o Império Otomano congregou diferentes grupos étnicos e religiosos. Houve momentos em que a interacção foi cooperante e harmoniosa, porém, sob as pressões do «moderno nacionalismo», essas relações étnicas e religiosas deterioraram-se facilmente, transformando-se em hostilidades e, pior do que isso, em massacres, que continuam a constituir uma questão penosa nas memórias e nas responsabilidades nacionais. Este assunto tem especial acuidade nas interacções entre os atuais Turcos, Armênios, Gregos e Curdos, tal como entre Palestinianos e Israelitas.

Uma visão global das relações intercomunitárias

O caso das relações históricas intergrupais no Império Otomano ganha um tão grande destaque em virtude dos múltiplos conflitos que hoje em dia assolam os territórios que outrora dele fizeram parte. Recorde-se, por exemplo, o conflito israelo-palestiniano, a questão curda, armênia, e ainda os terríveis acontecimentos que se abateram sobre a Bósnia e o Kosovo. Todos eles grassam em territórios que em tempos foram otomanos. Que ligação têm, então, essas contendas de hoje com as experiências intercomunitárias do passado otomano?
Tais conflitos nada tinham de inevitável - todas eles foram condicionados pela História. Historicamente, os desfechos podiam ter sido outros; porém, assim não aconteceu graças ao curso específico que os acontecimentos tomaram. Também não se trata de velhas querelas que refletiam ódios milenares. Ao inverso, a explicação para cada uma delas reporta-se aos séculos XIX-XX e baseia-se, não em animosidades raciais, mas no desenrolar de ocorrências específicas. No entanto, a idéia que temos do historial intercomunitário otomano tem sido bastante deturpada pelas extraordinárias proporções das presentes lutas, por partirmos do princípio de que elas radicam em causas antigas e que, além de remotas, são causas gerais em vez de concretas e recentes.

A despeito de todos os estereótipos e preconceitos em contrário, ao longo de grande parte da história otomana as relações intergrupais foram razoavelmente boas, tendo em conta os padrões da época. Durante séculos a fio, as minorias do império desfrutaram de mais direitos e de maior protecção legal do que as suas congêneres sob o domínio do rei francês, por exemplo, ou do imperador habsburgo. Também é verdade que as relações entre as comunidades otomanas se agravaram nos séculos XVIII-XIX. Defende-se no presente capítulo que essa deterioração foi, em grande medida, conseqüência direta da fatal combinação de capital ocidental, da ingerência das grandes potências nos assuntos otomanos e da transitoriedade de um regime que se esforçava por estabelecer mais amplos direitos políticos. Esta apreciação *não* pretende enaltecer os anais das relações intercomunitárias otomanas, que estão longe de ser irrepreensíveis, ou desculpabilizar as tremendas injustiças e atrocidades infligidas aos súditos otomanos.

No entanto, o nosso intuito é desacreditar os estereótipos que há muito existem sobre as relações entre as comunidades étnicas e religiosas otomanas. A religião de cada um - muçulmana, cristã ou judaica - constituía um importante meio de diferenciação no mundo otomano. Com efeito, as designações étnicas caracterizaram muitas vezes e de modo confuso aquelas que eram, na verdade, diferenças religiosas. Nos territórios dos Bálcãs e da Anatólia os cristãos otomanos aludiam de maneira informal aos «turcos», querendo, de fato, referir-se aos muçulmanos. «Turco» era uma espécie de alusão abreviada aos muçulmanos em geral, fossem eles Curdos, Turcos ou Albaneses (mas não Árabes). Actualmente, os cristãos sérvios chamam «turcos» aos muçulmanos da Bósnia, embora, efetivamente, ambos tenham etnicidade eslava comum. No mundo árabe, os muçulmanos da Arábia empregavam o termo «turco» quando por vezes queriam referir-se aos muçulmanos albaneses ou circassianos; alguém que era proveniente de outra região.

Os estereótipos apresentam uma imagem distorcida dos súbditos otomanos a viverem isolados em comunidades religiosas impenetráveis e rigorosamente divididas - os *millets*, que tiveram origem no século XV. De acordo com essa perspectiva incorrecta, estas comunidades, embora vizinhas, viviam separadamente. E, ao que se supõe, prevaleceriam ódios implacáveis: os muçulmanos detestavam os cristãos; estes, por seu turno, odiavam os judeus, que não toleravam os cristãos e estes os muçulmanos. Estudos recentes demonstram que esta visão está fundamentalmente errada a quase todos os níveis. Para começar, o termo *millet* como designação dos não muçulmanos otomanos não é antigo: data do reinado de Mahmud II (início do século XIX). Antes dessa época, *millet* referia-se a todos os muçulmanos do império e aos cristãos que a

ele *não pertenciam.*
Continuemos a explorar as relações intercomunitárias, analisando duas versões diferentes do passado búlgaro otomano no período de 1700-1922. Na primeira versão, ecoam as vozes do padre Paissiy (1722-1773) e de S.Vrachanski (1739-1813), chamando aos seus suse- ranos otomanos «infiéis desumanos e selvagens», «ismaelitas», «filhos de infiéis», «feras» e «bárbaros repugnantes». Mais tarde, um outro escritor búlgaro cristão, Khristo Botev (1848-1876), escrevia acerca da administração otomana:

O tirano grassa
E assola a nossa pátria:
empala, enforca, açoita, blasfema
e penaliza as gentes escravizadas.

As palavras contidas na primeira citação pertencem a intelectuais exilados, que procuravam criar um Estado-nação búlgaro e libertar-se do domínio otomano - Para justificar a autonomia inventaram um novo passado, de acordo com o qual os Otomanos puseram um fim abrupto à renascença cultural búlgara da era medieval, destruindo os seus laços com o Ocidente e impedindo o contributo e a participação da Bulgária na civilização ocidental.
No entanto, consideremos outros dois testemunhos de cristãos búlgaros referindo-se aos muçulmanos da mesma nacionalidade, correspondendo o primeiro ao período que antecedeu a independência formal, em 1908, e o segundo alguns anos depois:

Turcos e Búlgaros viviam juntos em boa vizinhança. Nas ocasiões festivas trocavam cumprimentos. Na Páscoa, enviávamos aos Turcos *kozunak* e ovos de Páscoa vermelhos; eles mandavam-nos *baklava* no *Bayram.* Nessas ocasiões visitávamo-nos mutuamente.

No Khaskovo, os nossos vizinhos eram turcos. Eram bons vizinhos. Eram amistosos. Tinham até uma pequena cancela, que separava os seus jardins. Os meus pais sabiam falar bem turco. Meu pai estava ausente em combate [durante as guerras dos Bálcãs], Minha mãe ficou sozinha com quatro filhos. Os vizinhos disseram-lhe: «Não vai a lado nenhum. Fica aqui conosco...». Portanto, a mãe ficou com os Turcos... O que estou a tentar dizer-lhe é que convivíamos bem com essas pessoas.
Os conceitos sobre o «outro» abundam na História. Os Gregos da Antigüidade dividiam a terra em duas partes: a civilização grega e os bárbaros. Estes podiam

ser corajosos e destemidos, porém, não eram civilizados. Para os judeus, há os *goyim* - os que não são judeus, os outros; o fato de não terem certas características exclui-os da comunidade judaica eleita. Para os muçulmanos, a noção de *dhimmi é* uma outra maneira de falar da diferença. Neste caso, os muçulmanos encaram os judeus e os cristãos como «os Povos do Livro» *(dhimmi)*, que receberam a revelação de Deus antes de Maomé, logo, de forma incompleta. Os *dhimmi* possuem religião, civilização e a mensagem de Deus. No entanto, uma vez que apenas lhes foi transmitida parte dessa mensagem, os *dhimmi* são, por inerência, diferentes e inferiores aos muçulmanos.

No mundo otomano, tinha-se perfeita consciência das diferenças entre muçulmanos e não muçulmanos. Os primeiros, enquanto tal, partilhavam as suas crenças religiosas com a dinastia e com a maioria dos membros do aparelho estatal otomano. O próprio Estado, entre muitos dos seus atributos, proclamava-se islâmico e, entre os seus títulos, muitos sultões incluíam o termo *«gazi»*, guerreiro pela fé islâmica. Mais tarde, retomaram o título de califa, profundamente enraizado nos primórdios do Islão. Além disso, ao longo de diversos séculos, o serviço militar foi um dever primordial muçulmano, embora o corpo militar contasse sempre com alguns não muçulmanos, como os gregos cristãos que cumpriram serviço na marinha nos anos 40 do século XIX. Contudo, o dever militar tornara-se realmente um imperativo muçulmano. Mesmo quando em 1856 se decretou a obrigatoriedade do serviço militar para os cristãos, cedo se institucionalizou a obtenção de isenção do mesmo através do pagamento de uma taxa especial. Uma lei de 1909 acabou com essa lacuna; porém, centenas de milhar de cristãos otomanos preferiram então sair do império do que cumprir o serviço militar. Assim, os súbditos julgavam que os muçulmanos precisavam combater, mas tal não se aplicava aos não muçulmanos.

Havia diversos mecanismos que mantinham a diferença e a distinção. Tal como vimos, os códigos do vestuário diferenciavam as várias comunidades religiosas, indicando a crença religiosa dos transeuntes. Assegurava-se a manutenção das dissemelhanças não apenas como instrumentos disciplinadores mas também como úteis indicadores dos limites da comunidade, identificando-se de imediato os que a ela pertenciam ou lhe eram alheios.

Até ao século XIX, o sistema judicial firmava-se nas distinções de natureza religiosa. Cada comunidade tinha os seus próprios tribunais, magistrados e princípios legais, para usufruto dos seus correligionários. Dado que os muçulmanos eram superiores do ponto de vista teológico, assim o era, em princípio, o seu tribunal. Desse modo, os tribunais muçulmanos prevaleciam sobre os casos jurídicos entre muçulmanos e não muçulmanos. Aliás, estes últimos não possuíam a autoridade necessária *(velayet*) e portanto, salvo raras

excepções, não podiam depor contra os muçulmanos. Eram os tribunais e as autoridades religiosas que, em nome do Estado, promulgavam leis e lançavam impostos; em termos mais genéricos, essas instituições eram os instrumentos do controlo imperial. O alto funcionário de dada região - o governador, por exemplo - recebia uma ordem imperial e convocava as diversas autoridades religiosas. Estas, por sua vez, informavam a respectiva comunidade, que discutia entre si a aplicação da ordem ou a distribuição dos impostos em causa.

Os tribunais muçulmanos conferiam direitos aos cristãos e aos judeus que a sua própria legislação não previa. Assim, era freqüente os não muçulmanos procurarem os tribunais muçulmanos sem que a isso estivessem obrigados. Uma vez presentes a um tribunal islâmico, as deliberações aqui tomadas ganhavam precedência. Os não muçulmanos também apelavam amiúde aos tribunais muçulmanos com o objectivo de beneficiar das disposições islâmicas relativas aos direitos sucessórios, que garantiam em absoluto aos membros da família - filhas, pai, tios, irmãs - certas partilhas de imóveis. Os que receavam ser deserdados ou temiam herdar uma parcela menor do testamento de um cristão ou de um judeu submetiam-se à lei islâmica. Era habitual as viúvas cristãs registarem-se nos tribunais islâmicos porque este regime sucessório beneficiava mais a mulher do defunto do que a lei eclesiástica. Ou veja-se o caso das raparigas *dhimmi,* forçadas a contrair casamentos combinados pelos seus irmãos de fé cristãos ou judeus. A lei islâmica exigia o consentimento da mulher no contrato matrimonial, pelo que a jovem em questão podia levar o caso ao tribunal muçulmano, tomando este o seu partido e impedindo desta forma o enlace indesejado.

As reformas do Tanzimat extinguiram formalmente os antigos sistemas que instituíam a diferenciação, distinção e a superioridade legal muçulmana. A igualdade de estatuto era sinônimo de igualdade de deveres e do cumprimento do serviço militar para todos. As normas respeitantes ao modo de vestir foram abolidas; apesar de se manterem os tribunais religiosos, muitas das suas funções desapareceram também. Surgiram novos tribunais, os chamados tribunais mistos. No início, estes tribunais julgavam casos comerciais e criminais; posteriormente, encarregavam-se de processos civis envolvendo indivíduos das diferentes comunidades religiosas. Depois, a partir de 1869, os tribunais seculares (*nizamiye*) julgavam os processos civis e criminais envolvendo muçulmanos e não muçulmanos. Hoje, os estudiosos discutem ainda se estas alterações melhoraram automática e sistematicamente os direitos e estatutos dos indivíduos - cristãos, judeus ou muçulmanos. Alguns defendem, por exemplo, que os direitos legais das mulheres diminuíram de uma forma geral com a substituição da lei islâmica pela lei secular; outros, porém, discordam.

Qual era, então, o grau de igualdade dos súbditos otomanos? Os não muçulmanos eram ou não bem tratados? Apresento, algo arbitrariamente, o testemunho da comunidade judaica da Salonica otomana, tal como se encontra registado no «Relatório Anual dos Judeus da Turquia» do *Bulletin de l'Alliance Israélite Universelle* [Boletim da Aliança Israelita Universal] de 1893. Esta aliança foi fundada pelos judeus franceses em 1860 para lutar pela emancipação judaica e combater a discriminação a nível mundial. A organização atribuía uma enorme ênfase às escolas e à instrução como mecanismos de libertação, criando o seu primeiro estabelecimento de ensino otomano em 1867; após algumas décadas surgiram cinqüenta novas escolas. A Aliança publicava um jornal em Paris, o *Bulletin*, ao qual chegavam cartas das comunidades judaicas espalhadas pelo mundo, dando conta das condições locais. Aqui se transcreve, então, o depoimento que a comunidade judaica de Salonica enviou ao *Bulletin* em 1893:

Poucos são os países, até mesmo os considerados mais civilizados e esclarecidos, onde os judeus gozem de uma mais plena igualdade do que na Turquia [o Império Otomano], Sua Majestade, o Sultão, bem como o governo da Porta demonstram para com os judeus um espírito da maior tolerância e liberalismo.

Para contextualizarmos estas linhas, é necessário ter em atenção diversos pontos. Antes de mais, é provável que o depoimento possa ser interpretado pelo que afirma, atendendo a que não se destinava a circular no império. Segundo, as relações entre judeus e muçulmanos otomanos eram melhores do que as existentes entre muçulmanos e cristãos (ou entre estes e judeus). No entanto, é provável que este testemunho seja representativo do sentir de um elevado número de súditos otomanos não muçulmanos, cristãos e judeus, nos séculos XVIII e XIX.

Padrões residenciais e relações intercomunitárias

Os padrões residenciais - o facto de os indivíduos das diferentes comunidades viverem separadamente - constituem, sem dúvida, a chave para se entender as relações intercomunitárias. O exemplo da Salonica de meados do século XIX parece sugerir, à primeira vista, um padrão de segregação por comunidade religiosa. O mapa da cidade relativo a esse período indica que existiam bairros separados de judeus, de muçulmanos e de ortodoxos gregos, mostrando ainda que, regra geral, esses bairros se aglomeravam. Assim, 38 dos 43 bairros muçulmanos estão concentrados na parte norte da cidade, enquanto que oito dos

doze bairros gregos se situam nos extremos centro e sudeste; os dezasseis quarteirões judaicos localizam-se todos no sector centro-sul da cidade. Todavia, os bairros das três comunidades surgem dispersos, por vezes inseridos noutros de uma comunidade diferente. Assim, há um quarteirão ortodoxo grego exactamente no centro de um grupo de bairros judaicos, enquanto que um outro está implantado nos quarteirões muçulmanos. Também não é claro se havia residentes de outra confissão nos bairros identificados como sendo judaicos, ortodoxos gregos ou muçulmanos. Ou seja, desconhecemos se era grande o número de moradores cristãos ou muçulmanos em dado bairro «judaico» de Salonica; no entanto, sabe-se que era assim noutras partes do Império.

Em geral, a exclusividade residencial por comunidade não era a norma no período de 1700-1922. Nas províncias européias, os muçulmanos de Resen não viviam em bairros isolados (apesar de isso acontecer em Ohrid). Em muitas zonas, os agregados familiares de diferentes comunidades religiosas agrupavam-se por vezes de acordo com a riqueza. No século XIX, este padrão era válido para Istambul, cidade onde os ricos residiam nas imediações do palácio. Mas noutras zonas da capital, os diferentes estratos econômicos concentravam-se em inúmeros bairros residenciais. Nesse mesmo período, em certos bairros de Ancara - um tipo muito diferente de cidade - coabitaram ao longo de séculos muçulmanos e não muçulmanos. A Alepo de meados do século XVIII constitui um exemplo extraordinariamente claro e bem documentado dos padrões residenciais da cidade em função da riqueza e não da religião. Conhecem-se os padrões de Alepo por bairro e até mesmo quem habitava determinadas casas. Neste exemplo meticulosamente estudado, em nenhum dos bairros residia uma comunidade religiosa única. As designações podem tornar-se enganadoras: assim, no chamado bairro judeu de Alepo morava apenas uma parte da população judaica, porém também aí residiam muitos muçulmanos. No quarteirão curdo dessa época não havia, com efeito, vestígios dos curdos que lá se haviam fixado no período mameluco medieval. De fato, no princípio do século XX, 93% dos moradores do chamado bairro curdo eram cristãos. Embora fosse freqüente os muçulmanos, os cristãos e os judeus de Alepo viverem juntamente com os da mesma etnia, os bairros mistos eram igualmente comuns. Nesta cidade, as casas judaicas concentravam-se junto às mesquitas, enquanto que as muçulmanas ficavam perto da sinagoga. Em vez de separados pela religião, os bairros de Alepo tendiam a ser espantosamente homogêneos no que se refere ao estatuto socio-econômico. Assim, os habitantes desta importante cidade árabe preferiam viver junto de outros que possuíam idêntica riqueza do que com os do mesmo credo. Noutras localidades, tal como Istambul e Ancara, pobres, ricos e remediados partilhavam o mesmo bairro. Em síntese, quando as

famílias otomanas escolhiam o seu ponto de residência tinham em conta uma série de critérios e não apenas o religioso. Dependendo do tempo, do espaço e do capricho, a selecção era influenciada pela condição econômica dos vizinhos, pela conveniência do bairro e pela religião. De um modo geral, observava-se uma acentuada mescla intercomunitária no aspecto residencial.

Outros indícios de partilha intercomunitária

O argumento a favor da existência de contacto quotidiano entre os membros das várias comunidades étnicas e religiosas é, ainda, corroborado pelas línguas faladas no Império Otomano bem como pelos cantos litúrgicos utilizados. Até mesmo um olhar de relance às línguas oficiais otomanas demonstra que houve uma fusão tremendamente rica entre essas comunidades e não o contrário. A língua otomana é essencialmente turca na sua gramática e sintaxe, mas emprega a escrita árabe. O seu léxico contém inúmeros vocábulos importados do arábico (talvez 40% do total), igual número de palavras turcas e uma quantidade menor de termos persas, apresentando também vestígios de muitas outras línguas. Entre os termos náuticos, por exemplo, contam-se cerca de 1.000 palavras gregas e italianas que foram importadas para o otomano, para não mencionar termos germânicos e ingleses, entre outros empréstimos. Veja-se a moeda otomana, o *kurus*, que deriva da palavra alemã, *groschen.* O otomano não é a única língua do império que denota tal abundância. Na Cilícia, no Sudeste da Anatólia, embora falassem turco os Armênios usavam a escrita armênia. Da mesma forma, os cristãos gregos da região ocidental e norte-ocidental da Anatólia, sobretudo nas imediações de Kayseri, expressavam-se em turco mas escreviam-no utilizando o alfabeto grego (uma língua chamada *karamanlicà).* O grego falado em Kayseri tinha tantas influências turcas que era necessário dominar-se ambas as línguas para o compreender. Em Istambul, em finais do século XVIII e princípios do século XIX muitos Gregos utilizavam apenas o turco. De igual forma, note-se que em Alepo, em meados do século XVIII, as liturgias cristãs, judaicas e muçulmanas baseavam-se no mesmo sistema melódico árabe (*makam*). No final desse século (na mesma altura em que alguns outros Gregos otomanos começavam a formar um discurso político separatista), o clero ortodoxo grego de Istambul preteriu o seu próprio sistema musical a favor do otomano. Estas interpenetrações musicais e lingüísticas são indício de comunidades que estavam em estreito e permanente contato e não de grupos isolados uns dos outros.

Relações intercomunitárias no local de trabalho

Tal como os padrões habitacionais e os empréstimos lingüísticos e musicais, as relações laborais evidenciam igual contato íntimo e diário entre as várias comunidades étnicas e religiosas. Também neste domínio têm prevalecido as generalizações toscas e infundamentadas, muitas vezes sob a designação de «divisão étnica do trabalho». Nalguns dos estudos sobre história otomana, este termo tão utilizado significava essencialmente que determinadas etnias ou que certos grupos religiosos tinham, por inerência, especial aptidão para o desempenho de certas tarefas. Assim, depreendia-se que os Turcos (querendo dizer-se muçulmanos) executariam certos trabalhos, mas não outros, enquanto que os cristãos de diversas confissões, por seu turno, desempenhariam outras tarefas. Na agricultura, os Turcos dedicar-se-iam, alegadamente, ao cultivo de cereais; os Armênios e os Gregos seriam fruticultores e horticultores. No sector industrial, dizia-se que os Armênios eram ourives e os Gregos alfaiates; quanto aos Turcos, seriam exímios nas artes práticas, tais como a tapeçaria e a marcenaria. De acordo com esta divisão do trabalho, constava que os Gregos e os Armênios seriam excelentes comerciantes, mas ardilosos e às vezes desonestos, em especial os primeiros. Por outro lado, os Turcos seriam limitados e pouco expeditos, mas todavia honestos e, além disso, bons administradores. Noutros domínios da escrita da história, considera-se, e bem, que tais generalizações crassas são inadequadas. Por exemplo, tem-se por errado e inadmissível afirmar que os judeus são especialmente dotados para os negócios; ou que os Americanos de ascendência irlandesa são bons pedreiros. No entanto, esses estereótipos estão ainda presentes na história do Médio Oriente.

A semelhança do que sucede com muitos estereótipos, há neste caso uma considerável ponta de verdade. Apesar de não existir de uma divisão generalizada do trabalho no império, em determinadas localidades havia efectivamente certos grupos que detinham o monopólio de uma indústria específica. Daí que algum observador possa ter notado que os Armênios de dado bairro de Istambul dominavam a manufactura do calçado, partindo do pressuposto de que tal padrão se aplicava não apenas a toda a cidade mas que era também extensivo aos restantes centros urbanos do império, o que não corresponde à verdade. Com efeito, noutra localidade, a mesma atividade seria dominada por um grupo diferente. De fato, numa cidade tão grande como Istambul, a capital, em determinado bairro os Armênios controlavam o fabrico de calçado, enquanto que noutro ponto da cidade prosperariam os Gregos. Os muçulmanos, os cristãos e os judeus desenvolviam a sua atividade no setor industrial de Damasco e estavam bem representados na sua afamada indústria têxtil. Aqui, muitos cristãos, a par de inúmeros muçulmanos sunitas e xiitas,

dedicavam-se à tecelagem da seda e de panos de seda. Por vezes, um grupo dominava uma técnica específica dessa indústria. Quase todos os tintureiros de Damasco, por exemplo, eram cristãos; os urdidores, uma actividade muito especializada, eram predominantemente muçulmanos. Não se pretende dizer com isto que os muçulmanos tinham dotes únicos; ou que eram mais hábeis do que os cristãos; defende-se, apenas, que não correspondiam aos lavradores boçais que o estereótipo da divisão étnica laboral sugere. Nas províncias dos Bálcãs predominavam de igual modo padrões laborais diversos e não generalizáveis. Na Bósnia do século XIX, o número de muçulmanos que possuía empreendimentos industriais excedia, em proporção, o dos católicos; por outro lado, os cristãos ortodoxos eram quem tinha a representação menos expressiva de entre os empresários industriais. Não muito longe, no Montenegro, o comércio e os negócios eram dominados por muçulmanos e por católicos albaneses e não pelos montenegrinos, que falavam grego e professavam o cristianismo ortodoxo. Os Armênios e os cristãos gregos formavam a maioria na indústria da seda das províncias árabes e anatólias, embora houvesse também bastantes trabalhadores muçulmanos e judeus. Noutras zonas - em Trebizonda, por exemplo - a tecelagem da seda era feita por muçulmanos e cristãos. Aliás, cada um destes padrões específicos tem uma explicação histórica concreta. Veja-se o vasto setor das tapeçarias da Anatólia, por exemplo. Na generalidade, os operários eram muçulmanos. Todavia, em meados do século XIX as casas comerciais de Esmirna, controladas por europeus, começaram a fazer concorrência às firmas otomanas de Uçak, na Anatólia Ocidental, a fim de se apoderarem do controlo da manufatura de tapeçarias. Esses estabelecimentos formaram redes de produção rural desses artigos; como necessitavam de mão-de-obra, dependiam dos cristãos otomanos, seus parceiros comerciais, que se valeram das relações com indivíduos da sua religião para angariar trabalhadores. Assim, os operários cristãos constituíam a maioria dos que ingressaram nessa indústria após 1870. Estes exemplos demonstram claramente que nenhum dos grupos se impunha numa actividade econômica específica e que a divisão étnica do trabalho era um mito.

Os padrões laborais também estão patentes na heterogeneidade étnica e religiosa das organizações profissionais, fossem elas guildas ou, no fim da era imperial, sindicatos. Por vezes, os membros dessas organizações provinham exclusivamente de uma ou de outra comunidade; no entanto, as guildas mistas eram as mais comuns. Dada organização podia ser formada por cristãos e muçulmanos; outra podia integrar elementos de uma só comunidade. Todavia, não existia um padrão generalizado. Num estudo de princípios do século XIX fez-se um censo parcial das guildas de Istambul; constatou-se que cerca de

metade dos trabalhadores declarados pertenciam a guildas mistas, constituídas por membros muçulmanos e não muçulmanos. Uma listagem das guildas de Salonica mostra, pelo contrário, que apenas % das associações consideradas eram mistas. Presume-se que a diferença entre as duas cidades se deve ao facto de a população de Salonica ser mais homogênea e, por esse motivo, apresentar menos diversidade. Em todo o império, cerca de um quarto da metade do total do operariado pertencia a organizações laborais, sendo os seus membros procedentes de mais do que uma comunidade religiosa.

O papel das identidades comunitárias no local de trabalho é bem notório quando os operários se mobilizaram para apresentar reivindicações, fazer greves ou protestos. Nesses casos, e em certas ocasiões, a filiação comunitária e religiosa pareceu ser irrelevante; noutras, ela foi importante. Por exemplo, os associados de uma organização laboral que partilhavam a mesma confissão organizavam-se, por vezes, de acordo com uma orientação religiosa, mesmo quando a instituição, no seu todo, era heterogênea do ponto de vista religioso. Foi o caso, por exemplo, de uma guilda de merceeiros de Istambul, formada por cristãos e muçulmanos. Em 1860, cerca de cem dos seus elementos apresentaram uma petição ao governo (respeitante ao preço do carvão). Na ocasião, todos os signatários eram cristãos, que temporariamente se haviam unido, fosse por que motivo fosse, com base na sua fé comum. Idêntico exemplo passou-se em Alepo, onde foi assinada uma petição por volta de 1840, cujos subscritores eram apenas os cristãos que pertenciam a uma guilda mista de mercadores têxteis; porém, a situação inverteu-se na década de 60, altura em que só os muçulmanos apresentaram uma outra petição. Em ambos os exemplos, sem qualquer conteúdo religioso aparente, os peticionários alegaram agir em nome de toda a guilda e não apenas no dos trabalhadores que partilhavam a sua fé.

Os sindicatos como forma de organização laborai chegaram numa fase bastante tardia da era otomana; alguns surgiram nos anos 80 do século XIX, mas grande parte desenvolveu-se somente após a Revolução dos Jovens Turcos, em Julho de 1908. Raramente foram homogêneos do ponto de vista religioso. No início, os empregados do comércio muçulmanos e cristãos organizaram-se em dois sindicatos distintos (1908); contudo, decorridas algumas semanas, fundiram-se numa única organização.

Na maioria dos casos, estes sindicatos eram heterogêneos, compondo-se de inúmeros cristãos, muçulmanos e, por vezes, também de judeus. Os mais importantes (talvez todos eles) nasceram no âmbito do capital estrangeiro. Veja-se, designadamente, os sindicatos dos ferroviários, cujos elementos eram cristãos e muçulmanos; ou o dos trabalhadores do tabaco da área de Salonica, ao qual pertenciam judeus, Gregos, muçulmanos e Búlgaros; ou, ainda, os vários

sindicatos das empresas de serviços de utilidade pública de Esmirna, Beirute e de outras localidades, que contavam com membros muçulmanos e cristãos. A característica intercomunitária dos sindicatos é vivamente ilustrada por uma manifestação de protesto realizada em Junho de 1909 (contra as políticas laborais do Estado); a manifestação teve lugar em Salonica, tendo os oradores discursado à multidão em otomano, búlgaro, grego e ladino (espanhol arcaico, cuja escrita utiliza caracteres hebraicos). Salonica notabilizava-se pelo caracter multiétnico e multi-religioso da atividade da sua classe operária, tendo parte dela evoluído para movimentos socialistas.

As práticas de contratação das empresas estrangeiras são fundamentais para se compreender as tensões intercomunitárias, que passaram a ser demasiado comuns no mundo otomano oitocentista. As empresas estrangeiras ascendiam às dezenas; entre elas incluíam-se os caminhos-de-ferro, bancos, companhias portuárias e serviços públicos, bem como indústrias têxteis e alimentares. No seu conjunto, empregavam um avultado número de súbditos otomanos - mais de 13.000 trabalhavam nos caminhos-de-ferro, tendo o Gabinete da Dívida Pública Otomana contratado mais de 5.000 funcionários. A questão relaciona-se, aqui, com a estratificação do trabalho nas empresas estrangeiras recém-criadas (por vezes, de grande envergadura). Tal como verificamos, não havia um padrão generalizado no conjunto da força laboral otomana. Mas, nas companhias estrangeiras, deparamos a cada passo com os mesmos modelos de contratação e hierarquização. Os funcionários mais importantes da firma - os executivos com assento nos conselhos de administração e os chefes de departamento ou de gabinete - eram sempre estrangeiros. Os cargos imediatamente abaixo desses eram ocupados por cristãos otomanos; cabia-lhes posições de chefia intermédia, assegurando a maioria dos trabalhos especializados. Os muçulmanos encontravam-se na base dessa hierarquia empresarial, desempenhando as funções menos qualificadas e auferindo os salários mais baixos. Além disso, em épocas críticas, a tendência dessas companhias era recrutar uma quantidade desproporcionada de estrangeiros e de não muçulmanos, como se desconfiassem dos empregados e operários muçulmanos. De um modo mais ou menos equiparável, a liderança dos sindicatos tendia a ser maioritariamente cristã, sendo mistas as suas fileiras (cristãos e muçulmanos). Deve salientar-se que tal desenvolvimento não era intrinsecamente necessário. O capitalismo não tem de gerar estratificações sindicais de cariz étnico ou religioso, embora por vezes isso tenha acontecido. Todavia, no caso particular otomano, a interação do capital estrangeiro com a sociedade local (otomana) privilegiou como força laboral os correligionários dos investidores estrangeiros. Este escalonamento colocava os estrangeiros e os não muçulmanos em posições de superioridade em relação aos

muçulmanos, invertendo, dessa forma, o velho e centenário paradigma otomano da predominância política e jurídica muçulmana.
O efeito da política contratual das empresas estrangeiras sobre os seus quadros de pessoal é a imagem do impacto que a penetração europeia ocidental teve sobre a sociedade otomana no seu todo. O crescente poder econômico, político, social e cultural do Ocidente pusera em marcha uma mudança que fazia ruir a ordem existente no império. Com efeito, no último século de existência do império, três conjuntos de hierarquias sociais competiam pela supremacia. A primeira vigorou formalmente centenas de anos até às primeiras alterações iniciadas no século XIX e conferia aos muçulmanos posições de controlo político e legal em detrimento dos não muçulmanos. A segunda, o modelo das companhias estrangeiras, começou a esboçar-se no século XVIII; de acordo com essa estratificação, os estrangeiros estavam no topo, os não muçulmanos em posição intermédia e os muçulmanos na base. A terceira, o modelo otomano, requeria um quadro administrativo estatal, cujos membros eram recrutados em todas as comunidades étnicas e religiosas; na sociedade que comandavam, todos os indivíduos eram iguais aos olhos da lei e do Estado.
Nunca saberemos se a supremacia otomana terá sido substituída pela nova sociedade juridicamente igualitária ou pela nova ordem da superioridade estrangeira/não muçulmana que as empresas estrangeiras pareciam anunciar. A velha ordem otomana entrava em declínio, mas a nova ainda não nascera. Em suma, a sociedade otomana do século XIX atravessava uma evolução; porém, essa transformação não se concluiu em virtude da dissolução do império, em 1922.

Os massacres armênios de 1915-1916

Defendi que, em termos comparativos, as relações intercomunitárias otomanas foram boas ao longo de quase toda a história do império. Como em todas as sociedades, o fanatismo, a intolerância e a violência alastraram ocasionalmente por diferentes motivos - econômicos, sociais, e políticos. Assim, quando os uniatas gregos abandonaram a ortodoxia e fundaram as sua própria igreja em 1701, «a hostilidade dos cristãos ortodoxos face a esses renegados degenerou em ameaças, perseguições e motins, na seqüência dos quais cristãos de um rito incendiaram os templos da outra seita». Em 1840, os cristãos ortodoxos de Damasco encontraram os corpos mutilados de um alto clérigo do mosteiro espanhol e do seu criado junto a algumas casas judaicas. Os cristãos logo acusaram os judeus, dizendo que estes necessitavam do sangue cristão para os seus rituais religiosos, obrigando, assim, à prisão e tortura de alguns mercadores

judeus abastados. Quando, na Páscoa, uma criança grega se afogou num rio próximo de Esmirna os judeus foram de igual forma incriminados pelos gregos locais, começando a ser atacados por eles.
A escala e a freqüência da violência aumentaram no século XIX (capítulo 4). Todavia, a brutalidade e o impacto dos ataques perpetrados contra a população armênia otomana foram inigualáveis. As atrocidades principiaram com os massacres dos Armênios em 1895-1896, repetindo-se nos anos de 1908, 1909 e novamente em 1912. Neste último caso, os refugiados muçulmanos que haviam sido expulsos das províncias europeias aquando dos conflitos dos Bálcãs atacaram as comunidades armênias nas cidades de Tekirdag/Rodosto e Malgara, na costa norte do mar de Mármara, e de Adapazari, na Anatólia Ocidental. Esses refugiados haviam acorrido em massa àquelas paragens em busca de abrigo, pois haviam sido escorraçados das suas terras, fazendo recair a sua ira e frustração sobre os inocentes e desafortunados Armênios otomanos. As chacinas de 1915-1916 foram, sem dúvida, as piores. Calcula-se que tenham morrido cerca de 600.000 Armênios otomanos após terem sido deportados da sua região natal da Anatólia Oriental (e até mesmo durante a deportação), tendo como destino geral as províncias árabes. Esta questão é ainda hoje alvo de considerável e arrebatado debate. Todos os anos as salas do Congresso americano incendeiam-se com os grupos de pressão gregos, armênios e turcos, que procuram o apoio do governo americano para as suas respectivas posições a favor ou contra as comemorações oficiais desses acontecimentos da I Guerra Mundial.
A história tem início em 1914, quando eclodiu a guerra entre Russos e Otomanos ao longo da fronteira oriental da Anatólia. A chegada dos invasores russos fez-se acompanhar de soldados russo-armênios e ainda de alguns desertores armênios otomanos. Quando o conflito se encarniçou, as cúpulas dos Jovens Turcos temeram pela lealdade da comunidade armênia, receando os efeitos do seu nacionalismo. Em 1915, ordenaram que toda a população armênia da Anatólia Oriental fosse evacuada da zona de combate e deportada para os desertos da Síria, a sul. Estas directivas ainda podem ser analisadas e consultadas, a par de bastantes outros documentos oficiais, determinando a proteção e o cuidado pelos deportados e pelas suas propriedades - trata-se de documentação autêntica e não de falsificações ou de embustes. Há sucessivos despachos a referir o imperativo da salvaguarda dos desterrados, dos seus bens e da sua segurança. Estes deportados deslocavam-se freqüentemente a pé, já que os comboios escasseavam nessas zonas. O sofrimento da caminhada era enorme; muitos sucumbiram devido à fome ou a doenças dela decorrentes; outros morreram à mercê de assaltantes, que espoliavam os fracos. Porém, a despeito da solicitude dos documentos estatais, soldados, oficiais e funcionários civis otomanos -

exatamente os mesmos que tinham a responsabilidade de defender e proteger as vidas de todos os súbditos independentemente da sua etnia ou religião - assassinaram milhares de civis armênios, fossem eles homens, mulheres ou crianças.

Como conciliar as ordens que impunham o zelo e a diligência com a sanguinária carnificina cometida por funcionários estatais civis e militares? Consideremos esta apreciação dos acontecimentos. No Comitê da União e do Progresso, o grupo dirigente, havia um círculo que funcionava como um Estado dentro do próprio Estado. Esse círculo procurou usar secretamente a deportação como pretexto para o extermínio dos Armênios, pois receava que as suas organizações revolucionárias fossem potencialmente capazes de derrubar o Estado otomano e/ou as conseqüências das deserções armênias maciças na Anatólia Oriental para a facção russa. Liderados por Talat Paxá, uma figura de proa da União e do Progresso, o grupo recorreu à Organização Especial *(Teskilat-i Mahusa)* para efectuar os massacres à margem da máquina governamental formal e das suas linhas de comunicação. Esse núcleo paralelo organizou e levou a cabo o morticínio, muitas vezes através de funcionários do governo e de tropas que pertenciam à organização. As diretivas da Organização Especial chegaram às várias localidades onde ocorreram as mortes, não pelos canais de comunicação do Estado, mas através das redes de comunicação da Organização Especial. Uma vez que os registos se perderam ou foram destruídos, tanto os do Comitê da União e do Progresso como os da Organização Especial, a argumentação não é isenta de dúvida. Porém, em face das provas apresentadas, afigura-se plausível.

Terá sido este o primeiro genocídio do século XX? Sim e não. Sim, no sentido em que os Armênios pereceram em virtude da sua identidade, não pelos seus atos ou crenças. E contudo o acontecimento não se enquadrou no padrão nazi, que procurou capturar e exterminar todos os elementos de um grupo enquanto tal. Curiosamente, os Armênios que se encontravam fora das zonas de combate não foram abrangidos pelas deportações ou pelos massacres. Nem procurou o governo otomano ou a Organização Especial expatriar ou exilar as comunidades armênias otomanas que viviam na Anatólia Ocidental e nos Bálcãs meridionais. Em cidades como Istambul e Esmirna, no período de 1915-1916, as numerosas comunidades armênias permaneceram incólumes no local onde habitavam, prosseguindo a sua vida. Nesse mesmo período, em acentuado contraste, chacinavam-se centenas de milhar de compatriotas seus das províncias orientais dilaceradas pela guerra.

Nacionalismo no ocaso do Império Otomano

A sorte dos Armênios otomanos está intimamente ligada ao papel que o nacionalismo desempenhou na dissolução do Império Otomano. Terá o impérios sido aniquilado a partir de dentro, pelas formas nacionalistas ou separatistas, ou de fora, pelas forças imperiais? A questão é muito controversa. Em minha opinião, a esmagadora maioria dos súditos otomanos não procurava a autonomia ou a retirada. Em vez destas, as populações ter-se-iam mantido dentro de uma conjuntura estatal otomana, tivesse essa entidade política continuado a existir após as décadas de 20 e 30 do século XX.

Em rigor, estavam em curso importantes mudanças nas identidades individuais e de grupo. No século XIX, as identidades étnicas tornaram-se mais decisivas, enquanto que as designações «muçulmano» e «cristão» passaram a ser mais complexas e menos significativas. No passado século XVIII, o clero ortodoxo grego erradicara dos Bálcãs diversas instituições clericais anteriormente independentes, esforçando-se por submetê-las ao seu controle. Assim, em 1766 extinguiu o patriarcado sérvio de Peç; um ano depois seguiu-se o arcebispado de Ohrid. De igual modo, o patriarcado de Antióquia passou gradualmente para o domínio dos prelados gregos. No fim do século, reinava, portanto, a ortodoxia grega. Ou seja, no final do século XVIII a denominação «cristão ortodoxo grego» abrangia muitos grupos cristãos de etnias assaz diferentes.

Ao longo do século XIX, as distinções étnicas passaram a ser mais relevantes, um processo que se espelhava entre os cristãos e que se acelerou com o aparecimento de organizações eclesiásticas independentes. Na verdade, os movimentos separatistas desse século insurgiram-se muitas vezes tanto contra o imperialismo eclesiástico e cultural grego como se opuseram à dominação otomana. Em 1833, após a formação do Estado grego, surgiu nesse país uma Igreja Grega autocéfala, ao mesmo tempo que, nessa década, se formou a Igreja Sérvia independente aquando da constituição do Estado da Sérvia. Mais tarde, em 1870, emergiu um exarcado búlgaro e, quinze anos depois, uma Igreja romena autocéfala. Cada igreja independente procurou, assim, criar ou reforçar o sentido de uma identidade étnica autônoma - por exemplo, sérvia ou romena: a «Igreja Ortodoxa», que antes abarcara quase todos os súbditos ortodoxos, passou a acolher, em grande medida, apenas os de etnia grega. Paralelamente, os nacionalistas das diversas comunidades batalhavam para expurgar as diferentes línguas de elementos «estranhos». Daí que os nacionalistas gregos, por exemplo, se tivessem esforçado por erradicar o turco falado por inúmeros gregos otomanos. Em suma, restam poucas dúvidas de que se esboçavam novas concepções de autonomia no mundo otomano balcânico.

E todavia, a par do que se desenrolava noutras partes do globo, no Império Otomano os movimentos nacionalistas eram minoritários, orquestrados e

promovidos por um grupo restrito. Em (provavelmente) todos os casos de formação dos Estados sucessores do Império Otomano, foi o Estado que antecedeu a nação e não o contrário. A fundação de países independentes decorreu não de movimentos espontâneos, mas sim da ação de certos círculos da sociedade que procuravam privilégios econômicos e/ou políticos, a que não tinham acesso sob o domínio otomano. Ou seja, um punhado de indivíduos estabeleceu um aparelho governativo, traçou as fronteiras no mapa, fez a bandeira e o hino nacional. Criados estes, iniciou-se efetivamente a formação de uma comunidade nacional baseada na partilha de um sentimento de ser-se Búlgaro, Sérvio ou Grego, por exemplo. Nos territórios dos Bálcãs, a Rússia, a Grã-Bretanha, o Império Austro-Húngaro e/ou a França apoiavam estas aspirações porquanto acreditavam (quase sempre acertadamente) na probabilidade de os novos Estados virem a ficar sob a sua tutela. No coração de cada cristão dos Bálcãs não palpitava a idéia de independência dos Otomanos. Também a fundação dos Estados autônomos dos Bálcãs, no século XIX, não é prova de um descontentamento maciço das populações cristãs subjugadas face à dominação otomana. Porém, a sua criação é um testemunho do apoio das grandes potências, da determinação e da capacidade de organização dos separatistas. Foi nessa base que fundaram novos Estados, dentro dos quais principiaram a construir as novas nacionalidades, identificando-se muitas vezes com a antítese do «tirano infiel».

É ainda necessário que se compreenda que, até ao término da I Guerra Mundial, os nacionalismos árabes, turcos e curdos não eram significativos nos territórios que se mantiveram sob soberania otomana. Também aqui se reitera a questão básica: a generalidade dos muçulmanos do império, qualquer que fosse a sua etnia, estava no essencial satisfeita com o domínio otomano e não pugnava pela conquista da autonomia.

Há aqui diversos pontos importantes. Primeiro, as ideologias oitocentistas do otomanismo e do pan-islamismo apoiadas pelo Estado provavam ser ineficazes na protecção do império: a alienação de territórios continuava a verificar-se. No entanto, as elites estatais otomanas, incluindo os Jovens Turcos, que tomariam o poder após 1908, conservavam-se fiéis ao otomanismo, não optando pelo nacionalismo turco, embora se diga muitas vezes que o fizeram. É verdade que, depois da referida data, alguns líderes, perseguiram isoladamente a nova identidade cultural turca, vindo a acreditar na superioridade da mesma. Contudo, tanto esses como o seu partido político continuavam a defender e a promover as políticas imperiais do otomanismo e do pan-islamismo. E igualmente verdade que, não obstante as próprias tendências seculares dos Jovens Turcos, a componente islamita da identidade otomana ganhou maior importância depois de

1908 em virtude da intensificação do desmembramento das províncias europeias do império (na sua maior parte cristãs). Alguns meses volvidos sobre a revolução de 1908, que prometera o fim da desagregação territorial, territórios que ainda eram nominalmente otomanos conquistaram autonomia ou independência formal: Bulgária, Creta e Bósnia-Herzegovina. Tal fragmentação significou que em 1914 a maior parte dos súbditos que restavam era muçulmana, indivíduos de etnia árabe, Turcos e Curdos, a despeito de haver ainda considerável número de populações cristãs armênias e gregas. No entanto, predominava claramente entre os Jovens Turcos uma mundividência secular e otomana, mantendo-se dispostos a moldar uma nova identidade nos seus súditos. A aprovação da nova Lei Eleitoral após a Revolução de 1908 é um sinal desse esforço de criação de uma identidade otomana comum. Procurava-se eliminar a representação por comunidade religiosa e substituir a política comunitária pela política partidária. Em geral, a atuação dos regimes otomanos pós-1908 refletia fortes tendências centralizadoras, insistindo num apertado controlo e na imposição de padrões imperiais uniformes e não no nacionalismo turco.

De que forma se pode explicar, então, as acusações dos actuais nacionalistas árabes e armênios de que os regimes otomanos dos Jovens Turcos denotavam um nacionalismo turco exacerbado? Citam, por exemplo, Cemal Paxá, o famoso líder dos Jovens Turcos que executou um grupo de notáveis de Damasco durante a I Guerra Mundial. De um modo mais significativo, relembram ainda os massacres dos Armênios em 1915-1916. Estes devem ser entendidos não como iniciativas tendentes à supremacia racial por parte de nacionalistas encarniçados, mas, e de forma mais rigorosa, como políticas postas em práticas por mandatários de um Estado centralizador implacavelmente decidido a esmagar as ameaças à sua estabilidade. No primeiro caso, os enforcamentos reflectiram a inflexível determinação de Istambul de impor e manter o controlo sobre os indivíduos influentes de Damasco, que tentavam substituir o poder central por um sistema descentralizado chefiado por eles próprios. Quanto à acusação de que o governo era pró-turco, note-se que a admissão de árabes no aparelho de Estado foi muito mais vigorosa nos regimes dos Jovens Turcos do que em qualquer outro momento do passado, ressalvando-se o reinado de Abdülhamit II, uma exceção a esse respeito. Quanto ao segundo caso, os massacres dos Armênios, o Estado não matou por questões raciais ou nacionalistas, mas por temer que se revoltassem ou que se tornassem potenciais rebeldes, procurando libertar-se do domínio otomano e aliando-se aos inimigos do governo. O Estado travou lutas contra os seus próprios súditos; porém, não se tratou de uma guerra civil nacionalista entre grupos rivais.

Do mesmo modo, não foi o nacionalismo turco, árabe, armênio ou curdo que fez

com que o moribundo Estado otomano se precipitasse para o abismo nacionalista, depois de 1914. Na verdade, tais sentimentos foram raros na década final do império. Alguns Armênios exigiam efectivamente uma nação independente, contudo, a esmagadora maioria continuava a optar pelo regime otomano. Poucos eram os Curdos que falavam de autonomia. Grande parte dos árabes agia de forma idêntica, como se esperasse permanecer no sistema otomano, apesar de uns escassos líderes aspirarem a uma identidade cultural separada e promoverem um regionalismo mais autônomo no seio do sistema imperial otomano. Em síntese, em 1914 a grande maioria dos súditos povos otomanos - qualquer que fosse a sua etnia ou religião - não pretendia libertar-se; desejava, antes, conservar a sua identidade como súditos otomanos.

Os acontecimentos ocorridos no Médio Oriente após a I Guerra Mundial são, em parte, a chave para se entender as acusações de nacionalismo e de xenofobia turca. As grandes potências forçaram a dissolução do império. A França e a Grã-Bretanha repartiram entre si as províncias árabes, aí impondo regimes que as governavam sob sua tutela; até meados da década de 50, no século XX, essa tutela enquadrou-se no âmbito da Sociedade das Nações e assumiu formas diversas. Era intenção dos Franceses e dos Britânicos entregar uma vasta faixa territorial da Anatólia aos seus protegidos de Atenas, mantendo-se um insignificante resquício do Estado otomano. Em vez disso, a resistência otomana uniu forças, porém, incapaz de restaurar o império, resignou-se com a fundação de um Estado de menores dimensões no seu fragmento anatólio, naquele que mais tarde viria a ser o Estado-nação da Turquia. Tanto nas regiões árabes como na Anatólia os movimentos nacionalistas mobilizaram-se para criar países nos Estados que haviam surgido dos escombros otomanos: designadamente, a Turquia, a Síria, o Líbano, o Iraque, o Egipto e o caso especial da Palestina. Ambos os grupos se empenharam, cada um por si, na criação e na propagação das identidades turca e árabe. Cada qual entendeu ser útil inventar, encontrar ou ampliar - por motivos bastante diferentes - os elementos nacionalistas turcos patentes no final da era otomana. Para o grupo turco dos fundadores desse Estado-nação, que encarava essas características de forma positiva, tal serviu para legitimar o novo Estado, conferindo-lhe as suas raízes históricas. Para o grupo árabe, as vilanias turcas contribuíram para justificar a sua própria identidade estatal autônoma e, porventura, para amenizar a subsequente e abusiva ocupação pelas grandes potências. Ironicamente, essa interpretação antiturca ajudou a França e a Grã-Bretanha a justificar o facto de terem abolido o império. No período do pós-guerra, a insistência na presença de um nacionalismo turco significativo ainda antes de 1918 promoveu muitos desígnios políticos, incluindo os da Grã-Bretanha, da França e da República da Turquia,

além de apoiar, igualmente, a luta dos políticos e intelectuais árabes pela conquista da independência.

X

O LEGADO DO IMPÉRIO OTOMANO

O legado otomano é difícil de avaliar e de apreciar mercê da lógica nacionalista na escrita de História nos séculos XIX-XX. Os preconceitos surgem de muitos lados. Até ao final do século XVII, a Europa Central e Ocidental teve razões para temer a expansão imperial otomana. Curiosamente, esses velhos receios mantêm-se até ao presente, tendo-se transformado em preconceitos culturais - o que é discutível que agora se viram para a plena integração da Turquia, o país sucessor do Estado otomano, na União Européia. Acresce que os episódios nacionalistas retiraram à formação multi-étnica e multirreligiosa o seu lugar na evolução histórica. Além disso, enquanto modelo de mudança econômica no despontar de uma economia mundial dominada pela Europa, os Otomanos tiveram de se curvar à história de sucesso do Japão, altamente industrializado, produtivo e voltado para a exportação. Até há pouco tempo, o passado otomano foi sobremaneira ignorado e/ou entendido em termos extremamente negativos nos mais de trinta países que hoje ocupam territórios outrora pertencentes ao Império. Salvo raras exceções, esta é ainda a situação atual nas antigas províncias balcânicas. Nalguns Estados árabes, pelo contrário, proliferam os estudos acadêmicos recentes sobre o período otomano. Desde há décadas, Israel possui, de igual modo, uma forte tradição nos estudos otomanos, muitas vezes ligados ao sionismo e à sua fundamentação. Na Turquia cresce a consciência tanto do público como das classes eruditas em relação à herança otomana, assistindo-se a um activo debate público sobre o seu significado. Dada a presença do Império Otomano em muitas dessas regiões ao longo de cinco ou seis séculos, um período extraordinariamente longo, a generalizada falta de discussão e de consciência pública verificada nos Estados sucessores do Império parece, à primeira vista, surpreendente.

Comecemos pela diminuta herança lingüística otomana. Em dado momento, registou-se uma considerável penetração do turco otomano nas várias línguas; por exemplo, no período da pré-independência (século XIX), cerca de 1/6 do léxico romeno era composto por vocábulos turcos. Todavia, hoje restam apenas algumas palavras, ainda que em termos globais se mantenham alguns elementos mais parecidos com o turco noutras línguas balcânicas, incluindo o grego, o servo-croata e o búlgaro. Em termos relativos, nas antigas províncias da Anatólia e da Arábia pouco sobreviveu da língua otomana; e mesmo esses raros vestígios estão a desaparecer de forma bastante acelerada. A explicação para tanto reside,

em parte, na dimensão e na natureza da elite culta otomana - muito reduzida e maioritariamente muçulmana. Assim, quando os Estados herdeiros encetaram as suas campanhas de alfabetização após a conquista da independência, depararam-se sobretudo com um povo iletrado, tendo, por isso, que superar poucas convenções literárias. Além disso, nas províncias balcânicas as elites administrativas otomanas conseguiram fugir aos movimentos de libertação, deixando poucos laços vivos da herança literária otomana. No entanto, os aspectos aqui focados justificam apenas em parte a inexistência do legado lingüístico otomano. Deve igualmente considerar-se o facto de todos os regimes pós-otomanos terem efetuado depuração lingüísticas, esforçando-se por eliminar as ocorrências otomanas das línguas nacionais emergentes nos Estados recém-fundados. Assim, na Turquia, os programas governamentais expurgaram a língua dos vocábulos persas e árabes (mais de 50% do total), que haviam sido introduzidos no otomano; por outro lado, os Estados da Síria e da Bulgária - de uma forma muito diferente - erradicaram os vocábulos turcos das suas respectivas línguas.

As depurações lingüísticas decorreram da visão extremamente negativa que os políticos de quase todos os Estados sucessores tinham do passado otomano, conseqüência da sua determinação em obliterar por completo os elementos otomanos das identidades nacionais que se estavam a gerar. Isto é, a hostilidade deve menos às políticas otomanas reais do passado do que à história pós-otomana desses países, concretamente aos seus processos de construção do Estado. Em todos esses novos países - desde a Sérvia à Romênia, da Turquia à Síria e ao Iraque - o aviltamento do passado otomano acompanhou a formação do Estado. Para cada povo, os Otomanos significavam o «outro» - aquilo que esse povo não era; o opressor dos valores «nacionais» há muito acalentados, que haviam permanecido submersos durante os longos séculos otomanos. Deste modo, os Estados sucessores dos Bálcãs, da Arábia e da Anatólia repudiaram sucessiva e categoricamente a herança otomana na sua conquista da identidade na era pós-otomana. Importa considerar, a este propósito, que o sistema imperial que agora se rejeita findou há cerca de 75 anos apenas. O processo que estamos a analisar está, portanto, a fluir.

Em todos os antigos territórios imperiais, os nacionalistas invocavam com eloqüência a destruição cultural levada a cabo pelos Otomanos. É uma ironia, porquanto a heterogeneidade de culturas, de costumes e de línguas atualmente existentes nos Estados sucessores são um testemunho inabalável da brandura do Estado otomano para com a sociedade. No entanto, entre os escritores, os políticos e os intelectuais de todos os Bálcãs - Bulgária, Romênia, Grécia e Sérvia - ecoa uma tremenda hostilidade para com os Otomanos, os «turcos».

Para quase todos os Búlgaros, o jugo «turco» destaca-se até aos nossos dias como o mais negro e deplorável período da história da Bulgária. Na maior parte dos livros da história deste país (tal como nos da Grécia), mal se chega a consagrar um capítulo à era otomana, uma época que teve seis séculos de existência; e quando o fazem, é no tom mais sombrio. Isto parece tão incrível como escrever a história dos Estados Unidos sem mencionar a colonização inglesa dos territórios orientais da América do Norte.

De forma idêntica, também nos Estados árabes as crônicas históricas mantiveram um silêncio ou uma hostilidade de décadas em relação aos Otomanos. Nos seus esforços para criar um sentimento de comunidade árabe, os nacionalistas condenaram o punho mortífero dos Otomanos. Afirmavam que enquanto vigorou a era otomana (1516-1517), os direitos nacionais foram extintos. Assim, na sua busca de um alicerce para os novos Estados emergentes ignoraram os Otomanos, recuando ao califado abássida (750-1258); ou, por vezes, aos faraós ou aos reis da Babilônia a fim de identificarem as origens da historia árabe. Há alguns sinais positivos de mudança na Síria, no Líbano, no Egito e também no Iraque, por exemplo. Tanto os eruditos desses países como acadêmicos estrangeiros interessados no estudo dessas regiões começam agora a analisar o período otomano dos territórios árabes, integrando-o no seu próprio passado, em vez de vilipendiar essa era. Muitos deixaram de caracterizar a época de uma forma sinistra e demasiado simplista, reconhecendo o seu espaço na atualidade árabe. Como parte deste debate, há um progressivo consenso entre os estudiosos de que a maioria dos súbditos árabes não anuiu nem participou na dissolução do Império Otomano.

Ao fundar o seu novo Estado, na Anatólia, os nacionalistas turcos quiseram propiciar um sentimento comum de identidade turca através da ligação ao território da Anatólia pré-otomana. Transformaram os Hititas nos seus antepassados nacionais, procurando omitir o período otomano como sendo irrelevante para a identidade turca moderna (Pahlevi, o último Xá do Irão, encontrou, de igual forma, a sua legitimação na Antigüidade - nos Aquemênidas, de Persépolis). Alegavam, ainda, que o Estado otomano era corrupto, decadente e fraco, pelo que mereceu ser substituído pelo Estado-nação turco. No entanto, verifica-se também a existência de correntes antagônicas construídas ao longo de dezenas de anos. Já em 1940, nalgumas das obras acadêmicas mais divulgadas discutia-se o significado autêntico que o passado otomano tinha na Turquia actual. Em 1953, a República festejou com grandes comemorações o quinto centenário da conquista otomana de Constantinopla, aclamando o sultão Mehmed II como herói nacional. Desde os anos 80, o repúdio do passado otomano tem vindo a dar lugar, de um modo geral, à sua aceitação, a despeito da

considerável controvérsia em torno da natureza e significado desse mesmo passado. Na década de 90, Ohran Pamuk, escritor turco de grande nomeada, utilizava (tal como outros) habitualmente o passado otomano como cenário dos seus livros, o que demonstra a popularidade que a temática otomana tem granjeado. Hoje existe um interesse bastante assinalável no passado otomano, tanto por parte do público como dos estudiosos: os monumentos da arquitetura otomana, agora restaurados, readquirem o seu esplendor; os artefactos otomanos são muito procurados pela classe média turca para a decoração das suas casas. A par dos livros otomanos que adquirem, embora não consigam lê-los, nelas se expõem utensílios de cobre, moedas, selos, roupa e mobiliário. Estas antigüidades têm um enorme mercado; abundam igualmente os programas televisivos sobre temas e contextos otomanos. O mesmo se passa no universo da animação; há desenhos animados com sultões e heróis otomanos, por vezes substituindo os guerreiros turcos pré-otomanos de eras anteriores.

E contudo, existe na Turquia uma marcada discórdia acerca do significado dessas personagens, das antigüidades e dos acontecimentos otomanos. Algumas personalidades declaradamente secularistas começam a encarar a vastidão do Império como exemplo para a expansão militar da Turquia, em acentuado contraste com a orientação da política internacional do país desde a formação da república. Outros apontam a era otomana como modelo para a incrementação e o respeito pelos valores, como parte de um movimento islâmico que conquistou força política. Os partidários deste movimento têm profunda admiração pelo sultão Abdülhamit II devido aos seus programas pan-islâmicos e enfatizam a seu estatuto de califa do Islão. Contudo, esse aval é complexo e apresenta graves riscos porquanto o sultão Abdülhamit também presidiu ao massacre dos Armênios em 1895.

Um breve olhar sobre a hostilidade da Europa Ocidental para com a Turquia contemporânea mostra, ainda, uma outra herança do passado otomano. A desconfiança, o medo e a antipatia pelos Turcos de hoje são sentimentos que grassam em países como a Alemanha, por exemplo, simbolizados em especial pela recusa inicial da União Européia relativamente ao pedido de integração apresentado pela Turquia em 1998. É certo que pesaram as razões econômicas para essa rejeição: as repercussões da entrada maciça de Turcos na Europa e a concorrência industrial, nomeadamente. Além destes, existem outros motivos que influenciam essa renúncia; em termos globais, a quase inexistente tradição de respeito pelos direitos humanos na Turquia moderna e, em particular, no caso da Grécia, as suas disputas com a Turquia em torno do petróleo do mar Egeu e de Chipre. Mas a história também desempenha um papel decisivo, ainda que isso nem sempre se reconheça, pek facto de estimular os receios da Europa Ocidental

em relação à Turquia. Estão presentes, de forma clara, as velhas memórias dos triunfos militares otomanos sobre os Estados europeus. Erradamente, os europeus ocidentais lidam com a Turquia como se este fosse o único Estado sucessor dos Otomanos, em vez de considerar que se trata de um entre vários. Esta posição resulta, em certa medida, das origens anatólias do Império Otomano e das migrações turcas para aquela área; resulta ainda do facto de a Anatólia ter continuado a ser, afinal de contas, a região mais populosa daquilo que restou do império, tendo como único grupo maioritário as etnias turcas.

As fronteiras administrativas otomanas foram mais ou menos irrelevantes no processo de constituição de Estados na Anatólia e nas províncias árabes após a I Guerra Mundial. Contudo, nos Bálcãs, as atuais fronteiras políticas correspondem às antigas delimitações administrativas das províncias otomanas. Porém, poucas foram as práticas administrativas ou as estruturas que se transferiram do Estado otomano para os seus substitutos nos Bálcãs, porque quase todas as classes administrativas muçulmanas se puseram em fuga ou foram escorraçadas após independência. As antigas elites otomanas, pelo contrário, conduziram os assuntos ou exerceram uma influência considerável sobre muitos Estados árabes, designadamente o Iraque, a Jordânia, o Egito e a Síria. O caso do Iraque é um exemplo de usurpação: um pequeno grupo de antigos administradores e de oficiais do exército otomanos tomou o controle absoluto do Estado e da sociedade até à revolução de 1958. Noutras zonas, como seja a Síria e o Egito, as famílias ilustres do século XVIII, e de períodos anteriores, mantiveram a sua proeminência. Até 1950, ascendiam a presidentes da república da Turquia antigos generais otomanos, enquanto que os quadros de pessoal da burocracia turca foram preenchidos por bastante pessoal civil e militar otomano. De um modo geral, a Turquia herdou mais pessoal otomano do que qualquer outro Estado sucessor.

Os atuais padrões são, por vezes, erroneamente atribuídos ao legado otomano. Assim, alguns acadêmicos advogam que a prevalência global turca e árabe de grandes burocracias, bem como a preponderância da economia pública sobre a privada, deve algo à herança otomana. Contudo, se tais padrões subsistem noutras partes do mundo, é porque se devem, porventura, a outros fatores. Outros salientam a influência otomana, por exemplo, para explicar o estilo político pretensamente paciente e cauteloso dos Árabes, que dá igual importância a todas as forças, procurando neutralizar todas elas e deixando ao inimigo oportunidades e tempo para se auto-destruir. Embora a diplomacia otomana possuísse essas características, também a Florença de Maquiavel ou a China dos Ming as tinham. Por outro lado, pode haver alguma ligação entre as tradições administrativas otomanas, de um poder central muito forte, e a turca.

Considera-se que, no que diz respeito à posse da terra, o legado otomano é fundamental para que se entendam diversas regiões atuais. No Iraque, a posse de terras evoluiu de forma peculiar no século XX - graças à interação do capitalismo, do colonialismo e à lei fundiária otomana. Os chefes tribais manipularam a Lei Agrária de 1858 e tornaram-se grandes latifundiários, exercendo o seu domínio até que a revolução de 1958 lhes retirou o poder. Diz-se que na maior parte das zonas da Anatólia e da Arábia, o campesinato relativamente livre e a inexistência de uma nobreza terratenente são reminiscências dos primórdios da era otomana. Nalguns casos a afirmação parece ter validade: de fato, na atual Turquia abundam os pequenos lotes. E contudo, talvez se tenha dado excessiva importância à questão. Muitas das famílias que hoje possuem poder político-econômico nas regiões árabes e anatólias já o possuíam há séculos. Nos Bálcãs, pelo contrário, os padrões econômicos do período otomano foram suprimidos: muitas vezes, os regimes da independência implementaram programas de distribuição da terra, alterando os paradigmas otomanos da propriedade fundiária. Posteriormente, os regimes comunistas concluíram a destruição das anteriores elites político-econômicas otomanas.

Porém, a herança otomana sobressai nitidamente na análise de determinados padrões de distribuição populacional. Os fluxos migratórios impostos pelo sistema imperial otomano obrigaram à movimentação dos povos dentro do império; os seus efeitos fazem sentir-se ainda nos nossos dias. Os Turcos da ilha de Chipre descendem dos povos que colonizaram a Anatólia no século XVI; os Circassianos, por sua vez, chegaram à Jordânia no século XIX. Os Sérvios e os Croatas partiram dos seus anteriores territórios rumo ao Norte, a fim de fugir aos invasores; ou emigraram mais tarde, quando tomaram o partido dos Habsburgo. Estes legados permanecem por toda a parte, apesar de a sua importância se estar a diluir mercê das migrações posteriores ao período da guerra fria.

Os revezes políticos otomanos ecoam até aos nossos dias. Primeiro, a incapacidade de afastar a Grã-Bretanha do golfo Pérsico levou à formação de um Estado-satélite britânico no Kuwait, naquela que havia sido parte da província otomana de Baçorá, em terras iraquianas. A sua invasão por Saddam Hussein e a Guerra do Golfo (início da década de 90) para reclamar a região remontam, portanto, a esse fracasso político otomano. De modo idêntico, os Otomanos tentaram, em vão, impedir que os judeus imigrassem para a Palestina e dessem ao sionismo um ponto de apoio demográfico nesse local; esse acontecimento ainda tem ressonâncias no presente. Tal como é sabido, também as hostilidades crônicas entre Gregos e Turcos decorrem, em linha direta, da libertação dos povos gregos subjugados; os Armênios e os Turcos, por sua vez, ainda se

digladiam amargamente devido aos acontecimentos de 1915.
Os comportamentos turco-árabes populares e as actuais políticas oficiais têm por vezes laivos de um sentimento de superioridade turca imperial; um sentimento árabe de se estar colonizado. Do mesmo modo, nos Bálcãs, a intervenção da Turquia na crise bósnia foi ocasionalmente criticada como sendo a versão actual do imperialismo otomano. Aqui se nota, uma vez mais, a tendência comum, porém incorrecta, de se considerar que a Turquia é o único Estado sucessor dos Otomanos.
Quer se queira, quer não, o legado otomano pertence a todos os povos e terras do antigo império, da Hungria até ao Egito.

{1} Expressão intraduzível que indica um estilo de vida e de moda que incluía cabelo e vestidos curtos, usados por mulheres dinâmicas e liberais, nada convencionais para a época (N. do R.)

{2} Lucy M. J. Garnett, *Balkan home life* (Nova Iorque, 1917), 180; porém, a obra foi escrita quando a Bulgária pertencia ao Império Otomano.

3 Wilkinson, cônsul britânico de Erzurum, citado em Pamuk, *The Ottoman Empire,* 186.

{4} Julia Pardoe, *Beauties of the Bosphorus* (Londres, 1839 e 1840), 8.

5 Cengiz Kirli, «The world of Istanbul coffee houses in the early nineteenth century», Universidade de Binghamton.

6 Seyfi Karabaç e Judith Yaarnall, *Poems by Karacaoglan: A Turkish bard* (Bloomingon, 1996).

{7} Filho de Ali e de Fátima (filha do Profeta), neto do Profeta Maomé (N. do R.)

{8}8 Robert Mantran, *Histoire de 1'Empire ottoman* (Paris, 1989), 556-557